



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LEIDIANY MARQUES DE SOUZA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/ INSS-PA: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**Belém- PA
2017**

LEIDIANY MARQUES DE SOUZA

O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/ INSS-PA: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dissertação de Mestrado apresentada como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS do Instituto de Ciências Aplicadas – ICSA da Universidade Federal do Pará UFPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Batista Gomes

Belém- PA
2017

LEIDIANY MARQUES DE SOUZA

**O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO NACIONAL DO
SEGURO SOCIAL/ INSS-PA: da concretização dos direitos previdenciários a
operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC).**

Dissertação de Mestrado apresentada como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS do Instituto de Ciências Aplicadas – ICSA da Universidade Federal do Pará UFPA

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia Batista Gomes
Orientadora –UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Baima Cartaxo
Examinador Externo- UFSC

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes
Examinador interno- UFPA

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar a escrita deste momento do trabalho, uma alegria tomou conta de mim, por que sei que o fim desse estudo se aproxima sim a pesquisa é um processo longo, trabalhoso, um processo solitário e confusamente coletivo. Assim, pensar em quem vou agradecer me fez entrar em contato com sentimentos profundos que as palavras certamente não serão capazes nem de perto honrá-los. A Gratidão é uma virtude, que para mim envolveu saber que por vezes encontramos limites e nestes momentos recorri às pessoas tão generosas que exercitar essa virtude nem se tornou penoso.

Começo agradecendo ao intangível, aquelas coisas que não podemos tocar com nossas mãos o Tempo e o Amor. O tempo que fez a história ser história e ao amor que fez com que essa história não fosse tão dura de ser vivida. Agradeço por que na minha história encontrei o amor, daqueles que fazem você ir além de você, que nos olhos dessa doçura você se percebe tão bem desenhado, que estive comigo mesmo quando não estava fisicamente, rezando e intercedendo para que eu fosse sempre feliz, Nildo Dias.

A minha querida Professora Vera Gomes, certamente o tempo reservou para mim o que havia de melhor, com a senhora aprendi a desenvolver e exercitar minha paciência e persistência, quando docilmente tantas vezes sua generosidade me acolheu e incentivou, acreditando que mesmo aquele texto que eu mesma avaliava estava de mal a pior a senhora repetia “Vamos Leide, tudo está ai, só precisa ser lapidado”.

A Professora Daniela Castilho, por ter me acolhido no estágio docência, você foi mais do que eu merecia, porém foi bem o que eu precisava, sua luz intelectual me inspira a pensar na existência de um mundo onde um ser não precise ser algoz de outro. Ao seu mundo poético nos ajuda a enfrentar as barbáries que este sistema nos impõe viver cotidianamente.

A minha família por ter compreendido minha ausência, pelas ligações, pela comida de mãe, pelo afeto do pai, pelas risadas com irmãs e sobrinhas (o) que me limpavam a mente das confusões teóricas.

Aos meus colegas de luta e de vida assistentes sociais do INSS, tenho muito orgulho de fazer parte desse grupo, por sua história, por que estamos posicionados ao lado daqueles que não cansa da luta, ao contrário estamos sempre ávidas por ela, especialmente a Caroline Almeida pelas discussões teóricas e a Rosana Moraes por compartilhar o trabalho profissional todos os dias me ajudando a encontrar as soluções

dos desafios cotidianos. A gerente da Agência onde trabalho, Clara Pamplona pelo esforço em compreender minha posição de defesa dos direitos dos usuários, e pela autorização para que eu pudesse me ausentar três meses durante a pesquisa de campo. A Darcy Vaz, representante técnica do Serviço Social na Gerência de Belém, pelo fornecimento de todo material solicitado a tempo de ser tratado, pelo empenho frente ao processo de licença para elaboração da pesquisa e pelo compartilhamento de informações que ajudaram a compor a parte histórica deste trabalho.

Aos meus colegas da turma de mestrado, todos tão profundos e comprometidos, eu cresci com eles ao notar também seus crescimentos, está bem acompanhada nesse processo é imprescindível. Especial carinho a singela Débora Ribeiro e ao amoroso Jean Patrice, meus irmãos.

Eu tinha preconceitos, medos e soberba dentro de mim, resistia em realizar o mestrado, mas senti que chegava a hora de enfrentar esses sentimentos. Assim, encontrei na UFPA acolhimento, respeito e aprendizado fruto do compromisso da equipe de professores do PPGSS. Quando percebi que estava conseguindo compreender análises mais elaboradas em eventos regionais e nacionais, percebi também que essa habilidade era fruto da preocupação destes professores frente à atualização teórica, a produção acadêmica e no acompanhamento pessoal de seus alunos. Aos senhores (as) todo meu agradecimento e meu respeito. Foi mais que um prazer meu retorno a casa, foi como um deleite.

RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo geral elucidar as determinações políticas, ideológicas e econômicas nas contradições programáticas frente a realidade do trabalho do assistente social na previdência social, a partir de 2009, o atendimento prioritário da demanda do BPC, política de assistência social secundarizando os atendimentos aos segurados para o acesso aos seus direitos previdenciários. Argumenta-se que a Seguridade Social brasileira em especial as políticas de Previdência e Assistência Social, sofreram com os impactos da implantação dos governos neoliberais que se iniciaram no país desde a década de 1990. Principalmente pelo compromisso firmado pelos governos de direita e pelo governo do partido dos trabalhadores, com as orientações do Banco Mundial de forma que metamorfoseou o conceito de Seguridade Social instituído pela Constituição Federal Nacional de 1988. A partir desse debate analisam-se como esses determinantes incidem na centralidade do trabalho do assistente social na Previdência Social brasileira que, a partir de 2009, passou a priorizar o atendimento da demanda do Benefício de Prestação Continuada, vinculado à Política de Assistência Social, secundarizando o atendimento aos segurados para o acesso aos seus direitos previdenciários. A pesquisa de campo foi realizada em 6 agências da Previdência Social localizada em Belém do Pará, cujos sujeitos foram: 12 Assistentes sociais, 3 médicos peritos e 7 gerentes das respectivas agências. Como instrumento de coleta de dados aplicou-se a entrevista semiestruturada, além da observação sistemática. Como aporte teórico-metodológico optou-se pela teoria social de Marx e o método materialismo histórico dialético, tendo em vista a tentativa de aproximação sucessiva do real, partindo do pressuposto que a essência do objeto a ser conhecido não se mostra na aparência do fenômeno, o que exige do pesquisador um movimento de aproximação com o objeto, que o nega, que o abstrai e que o concretiza, procurando apreender o conteúdo dessa forma de trabalho para além da sua aparência, mas partindo delas, através das mediações de suas determinações, procurando desvendar as contradições postas nesse espaço sócio-ocupacional. As determinações políticas, ideológicas e econômicas, têm profundas mediações com as mudanças no mundo do trabalho, após a reestruturação produtiva de 1970, como o desemprego, instabilidade no emprego e aumento do trabalho informal, quando os trabalhadores não conseguindo acesso ao sistema protetivo regulado pelo trabalho assalariado recorrem a política de assistência social. Ainda, que com aumento do exército industrial de reserva, sem salários os

trabalhadores vivem em condições extremas de pobreza e, portanto o Estado, através da revisão do neoliberalismo em suas bases constitutivas, adota um modelo no Brasil chamando “liberal social” onde assinam os ditames do Banco Mundial em troca de empréstimos financeiros, implementam políticas sociais focalizadas neste público.

Palavras-chave: trabalho profissional, Seguridade Social, Previdência Social, Serviço Social.

ABSTRACT

This dissertation aimed to elucidate the political, ideological and economic determinations in the programmatic contradictions regarding the reality of the social worker's work in social security, starting in 2009, the priority attention to the demand of

the BPC, social assistance policy secondary to the assistance to the Insured to access their social security rights. It is argued that the Brazilian Social Security, especially the Social Security and Social Assistance policies, suffered from the impacts of the implantation of the neoliberal governments that began in the country since the 1990s. Mainly, the commitment made by the right-wing governments and the government of the With the guidelines of the World Bank in a way that metamorphosed the concept of Social Security established by the Federal Constitution of 1988. From this debate we analyze how these determinants affect the centrality of the work of the social worker in the Brazilian Social Security , From 2009, began to prioritize the demand for the Continuous Benefit, linked to the Social Assistance Policy, secondarily providing assistance to policyholders to access their social security rights. The field research was carried out 6 agencies of the Social Security located in Belém of Pará, whose subjects were: 12 social workers, 3 medical experts and 7 managers of the respective agencies. As a data collection instrument, the semi-structured interview was applied, in addition to systematic observation. As theoretical-methodological contribution, Marx's social theory and the dialectical historical materialism method were chosen in view of the successive approximation of the real, starting from the assumption that the essence of the object to be known does not appear in the appearance of the phenomenon, Which demands of the researcher a movement of approximation with the object, that denies it, that abstracts it and that concretizes it, trying to apprehend the content of this form of work beyond its appearance, but starting from them, through the mediations of its determinations, Seeking to unveil the contradictions put in this social-occupational space. Political, ideological, and economic determinations are deeply mediated by changes in the world of work following the 1970s productive restructuring, such as unemployment, job instability, and increased informal work, when workers are unable to gain access to the protective system regulated by Social assistance policy. Still, that with an increase in the industrial reserve army, without wages, workers live in extreme poverty and, therefore, the State, through the revision of neoliberalism in its constituent bases, adopts a model in Brazil called "social liberal" where the World Bank in exchange for financial loans, implement social policies focused on this public.

Key words: Professional work, Social Security, Social Security, social assistance, World Bank.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Identificação das perspectiva teórico- metodologicas adotadas pelos pesquisados em seu trabalho profissionnal, no INSS.....	123
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Redirecionamento do trabalho do assistente social no INSS, segundo a Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social (1994) e o Manual Técnico do Serviço Social (2012).	103
QUADRO 2: principais períodos da organização do Trabalho das (os) assistente sociais na Previdência Social.....	135
QUADRO 3: Identificação do número de atendimentos individuais realizados pelos assistentes sociais – nas APS/Gex-Bel, no período de 2009 a 2016.	142
QUADRO 4: comparativo entre as atividades de “socialização de informação” e “Fortalecimento do coletivo”.....	145
QUADRO 5: informações sobre o trabalho profissionnal dos assistentes sociais pela opinião gerencial.....	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Identificação do ano de formação, tempo entre o período de formação x primeiro emprego e tempo de trabalho no INSS.	121
TABELA 2: identificação do número de atendimentos individuais realizados pelo serviço social – Gex/Bel, segundo os projetos executados no período de 2009 a 2013.	138
TABELA 3: Identificação do nº de atendimentos individuais realizados pelos assistentes socais da Gex-Bel, no período de 2014 a 2016, seguindo as linhas de ação do serviço social	138
TABELA 4: Apresentação do número de atendimentos realizados para subsidiar a avaliação social, objetivando o acesso ao BPC, no período de 2010 a 2016	140
TABELA 5: Identificação das atividades coletivas e externas ao INSS.	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
APS – Agência da Previdência Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BESS- Boletim Estatístico do Serviço Social
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas
Cadúnico – Cadastro Único
CAP – Caixas de Aposentadoria e Pensões
CIF- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
Confins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CF- Constituição Federal de 1988.
COFINS- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DIRAT – Diretoria de Atendimento do INSS
DIRBEN – Diretoria de Benefícios do INSS
DRU – Desvinculação das Receitas da União
EC – Emenda Constitucional
EPP – Empresa de Pequeno Porte
FENASPS- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FMI- Fundo Monetário Internacional
GEX – Gerência Executiva do INSS
IED- Investimento Externo direto
IRPJ- Imposto sobre a renda de pessoas jurídicas.
IPI- Imposto sobre produtos industrializados.
ICMS- Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
ISS- Imposto sobre serviço de qualquer natureza.
IAP – Institutos de Aposentadoria e Pensões
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
INAMPS- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IF-Bra- Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para fins de Aposentadoria
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social
LC – Lei Complementar
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social
MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ME – Microempresa
MEI – Microempreendedor Individual
MP – Medida Provisória
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS – Ministério da Previdência Social
MIF- Medida de Independência Funcional
NIS – Número de Identificação Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEP- Programa de Educação Previdenciária
PIS- Programa de integração social
PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PL – Projeto de Lei
PSPS – Plano Simplificado da Previdência Social
PMV – Pensão Mensal Vitalícia
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
RT- Representante Técnica do Serviço Social
Suas – Sistema Único de Assistência Social
SST- Serviço/ seção de Saúde do Trabalhador
SUS- Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSTITUIÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO.....	34
2.1 A Seguridade Social no Mundo e no Brasil: elementos para a compreensão ...	40
2.1.1 A seguridade social nos países de capitalismo avançado até a América Latina.	44
2.1.2 O Percurso da Proteção Social no Brasil: do seguro social a seguridade social	48
3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: elementos para a compreensão da seguridade social no Brasil.	56
3.1 As Inflexões do Banco Mundial na Seguridade Social Brasileira, em especial nas políticas de previdência e assistência.....	66
3.2 (Contra) Reformas da Previdência e a tendência de assistencialização da Seguridade Social.....	76
4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PREVIDENCIA SOCIAL: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	87
4.1 Trajetória do Serviço Social na Previdência Social brasileira: a guisa de compreensão.....	91
4.2. O Serviço Social na Previdência Social Brasileira, nos anos 2000, a recomposição.....	98
4.3 O Serviço Social na Previdência Social Brasileira e o atendimento da demanda da política de Assistência Social- BPC.	106
5. AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO INSS: particularidades da Gerência Executiva de Belém – Pará114	
5.1 O Perfil Profissional dos Assistentes Sociais Lotados nas APS- Gerência Executiva de Belém.....	117

5.2 O Trabalho do Assistente Social na Gex-Bel/PA: dos planos básicos do Serviço Social à implantação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social	125
5.3. O Trabalho da (o) Assistente Social na Gex-bel / PA após a Implantação da Matriz Teórica- Metodológica de 1994 a 2009	130
5.4 O Trabalho do Assistente Social na Gex-bel/PA pós concurso de 2008: o redirecionamento.	135
5.5 Sínteses das Determinações do Redirecionamento do Trabalho Profissional do Assistente Social no INSS: realidade da Gex-bel.	167
6. CONCLUSÃO	176

ANEXOS

APÊNDICE A – modelo da entrevista aplicada com assistentes sociais-----	193
APÊNDICE B – modelo da entrevista aplicada com os gerentes de APS-----	197
APÊNDICE C – modelo da entrevista aplicada com peritos médicos-----	198

1. INTRODUÇÃO

Este estudo intitulado **O Trabalho do Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social/ INSS-Gex-Bel**: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), objetiva atender um dos requisitos exigidos pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (PPGSS/UPFA), para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Contudo, o interesse por esse tema de pesquisa surgiu devido às inquietações que vêm permeando o cotidiano profissional da autora do mencionado trabalho, bem como, da maioria dos assistentes sociais que trabalham no referido instituto, visto que, desde 2009, a centralidade do trabalho desses profissionais vem sendo no atendimentos das demandas dos usuários da assistência social, objetivando ao acesso ao BPC, secundarizando, assim, o atendimento aos usuários que procuram os serviços de proteção social da política de previdência social/ INSS.

Tais inquietações são devidas ao fato de que a trajetória do serviço social na previdência social brasileira foi marcada pela defesa dos direitos previdenciários, assim, o trabalho profissional do assistente social era voltado para o atendimento dos usuários desta política, mas, após o ano de 2009 ocorreu um redirecionamento desse trabalho para os atendimentos dos usuários da política de Assistência Social. Desta forma, considera-se pertinente se interrogar: Quais são as contradições políticas e econômicas postas nesse espaço sócio profissional que determinaram o redirecionamento do trabalho profissional do assistente social para a demanda do BPC, secundarizando o atendimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social para o acesso a seus direitos previdenciários?

Entende-se que esta questão se tornou central para a compreensão do objeto do estudo ora proposto, ao considerar que o serviço social nesse espaço sócio ocupacional teve consideráveis avanços no que concerne ao acesso dos trabalhadores aos seus direitos previdenciários, sobretudo, com a instituição da Matriz Teórico Metodológica, em 1994 e do Manual Técnico do serviço Social na Previdência Social, em 2012, quando nestes dois momentos os assistentes sociais firmaram um compromisso coletivo com a classe trabalhadora. Esses documentos foram importantes para o Serviço Social na Previdência Social, em decorrência da promulgação da Lei 8.213 de 1991 que prevê

no artigo 88¹, as competências do Serviço Social que direcionaram um posicionamento hegemônico dos assistentes sociais contra o conservadorismo, o que implicou em reformulações do trabalho profissional do assistente social, nesse espaço sócio-ocupacional, como por exemplo: as informações sobre os direitos previdenciários prestados aos usuários passaram a não se reduzir, apenas, as informações institucionais, mais, sim, foram consideradas como um dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, tendo por base uma direção política-ideológica, na perspectiva do direito social e da proteção ao trabalho.

Este procedimento passou a exigir a construção de um espaço de discussão, de debate e de análise da realidade social que, orientado pela teoria crítica, potencializou a articulação com os movimentos sociais e as entidades representativas dos trabalhadores e o fortalecimento da luta coletiva na perspectiva da defesa dos direitos sociais e previdenciários. Sob esta ótica, considerou-se, também, importante interrogar se o trabalho profissional dos assistentes sociais na previdência social brasileira, em particular na Gex-Bel, vem sendo orientado pelos documentos acima mencionados e, em caso contrário, qual é o posicionamento adotado pelos assistentes sociais em face da centralidade atividades voltados para o atendimento dos requerentes do BPC, em especial a avaliação social de pessoas com deficiência? Quais são as repercussões do trabalho profissional dos assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional no que se refere ao acesso dos trabalhadores dos seus direitos previdenciários?

As respostas a essas perguntas são importantes neste estudo, haja vista, ter sido observado na imediatividade do cotidiano de trabalho, certos fenômenos, entre eles: a prioridade dada às avaliações sociais das pessoas com deficiência voltadas para o acesso ao BPC, estava comprometendo a qualidade do atendimento aos trabalhadores segurados do INSS, pois quando adoeciam ou mesmo sofriam algum acidente de

¹ Art. 88 da Lei, 8.2013 de 1991. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade. § 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas. § 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos. § 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe. § 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

trabalho (informal) ou de qualquer natureza, recorriam ao BPC como fonte de renda e que em menor proporção se atendia a pessoa com deficiência referida na Lei de pessoas com deficiência² (ainda que este conceito tenha avançado com a introdução da CIF). Além disso, os assistentes sociais tendo que priorizar a operacionalização do BPC nas APS, deixava em segundo plano o atendimento aos usuários da política de previdência social e aos seus dependentes.

Este fato suscitou, ainda mais, as inquietações acerca do trabalho que os assistentes sociais vinham desenvolvendo nos INSS, pois, nas reuniões coletivas e nos encontros nacionais, foi observado, inicialmente, que centralidade no atendimento as demandas do BPC, já estava sendo dada por alguns assistentes sociais, antes mesmo de 2009, e, sobretudo, por aqueles profissionais que foram contratadas pelo concurso realizado pelo INSS, em 2008. Instalou-se, então, um tensionamento entre o “novo” (avaliação social/BPC) que se impõe e o “velho” (direitos previdenciários) dada a preocupação, da maioria dos assistentes sociais no INSS, com os rumos e as novas formas de trabalho do assistente social que estavam sendo moldadas, nos últimos anos, pois nos atendimentos individuais realizados pelos assistentes sociais dentro das APS, a tendência é a prioridade ao atendimento das demandas do BPC, os quais devem estar disponíveis para atender uma agenda diária de avaliações sociais. (ressalta-se que o acesso ao BPC e a avaliação social é uma conquista da luta das pessoas com deficiência, portanto um direito social que deve ser garantido inclusive por atendimento junto ao Serviço Social, no entanto o questionamento central desse estudo é que um não precisava sem em detrimento do outro como vem ocorrendo nos últimos anos) . Entende-se que esta situação não se tratava de uma discussão corporativa, pois a defesa do Serviço Social no INSS, teve por base a defesa do direito do trabalhador e sua família, a terem acesso a esse serviço, assim como, a luta por uma previdência pública e de qualidade.

Desta forma, este estudo teve como objetivo geral analisar os determinantes políticos, econômicos e sociais da centralidade do trabalho do assistente social na previdência Social brasileira que prioriza, a partir de 2009, o atendimento da demanda do BPC vinculado à política de assistência social, secundarizando o atendimento aos segurados para o acesso aos seus direitos previdenciários. Ao definir o objetivo geral,

²²Decreto 6.214/ 26/09/2007 Art. 4º I - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

foram propostos os objetivos específicos que concerniram, em: - aprofundar o conhecimento sobre particularidade do trabalho profissional do assistente sociais na Gex-Belém, tendo por base a demanda institucional (trabalhadores) e a prioridade que vem sendo dada a avaliação social para o acesso ao BPC e a Matriz Teórico Metodológica e o Manual Técnico do Serviço Social que forma instituídos para orientar o mencionado trabalho nessa instituição.

Para tal, foi efetuada uma pesquisa de campo na Gex-bel, no período de outubro a novembro de 2016, nas agências da Previdência Social de Belém: Nazaré (2), Jurunas(02), Pedreira(02), São Braz(02), Marco(02) Icoaracá,(01), mais a Representante técnica do Serviço Social na GEX-Bel. Apesar de existirem assistentes sociais que pertencem a esta gerência nos interiores do Pará como: Castanhal, Capanema, Santa Isabel, Paragominas e Cametá, as mesmas não se constituíram sujeitos desta pesquisa, em decorrência da logística (não liberação institucional para o deslocamento para esses municípios).

Ademais, o critério de escolha das mencionadas agências, foram aquelas que possuem profissionais, pelo menos, um profissional antes e um profissional lotado pós-concurso de 2008, pois, foi um efetuado um recorte temporal sobre as principais ações que o assistente social vem desenvolvendo nas APS/Gex-Bel, no período de 2009 a 2016, haja vista que nesse período, percebeu-se que ocorreram mudanças quantitativas e qualitativas no trabalho dos referidos profissionais, no INSS, tanto em nível nacional quanto em nível da mencionada gerência.

Assim, os sujeitos da pesquisa foram 12 assistentes sociais, sendo: quatro com maior tempo de serviço no INSS da Gex-Bel e seis que foram contratadas após o concurso realizado, em 2008. A escolha pelo tempo de serviço se deu devido à necessidade do conhecimento a trajetória histórica do serviço social no INSS, bem como o trabalho atual que vem sendo realizado nesse espaço sócio ocupacional. Além da pesquisa de campo, este estudo se beneficiou, também, da pesquisa documental, cujas fontes foram: BESS dos anos de 2010 a 2016, Relatórios do Serviço social/INSS.

Além disso, a própria convivência acadêmica e profissional possibilitou aprofundamento sobre o referido objeto que se deu não somente por meio da nossa participação em eventos científicos promovidos pelo PPGSS-UFPA, na comissão de previdência social/CRESS-PA, pelos debates entre os profissionais envolvidos, pela escuta de estudiosos da área e pela organização de eventos com a temática que envolveu a Seguridade Social. Há que se registrar, também, a contribuição dos debates efetuados

no grupo de estudos e pesquisas “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS-Universidade Federal do Pará-UFPA e as reflexões realizadas pela ocasião do estágio docência realizado no curso de Serviço Social da UFPA, na disciplina “Seguridade Social” sob a supervisão da professora Daniela Castilho, também, conselheira do CFESS.

De posse dessas reflexões e dos dados obtidos na pesquisa de campo, houve a necessidade de certo recuo do meu cotidiano trabalho na Gex-Bel, para poder, então, avançar na compreensão do referido objeto de estudo, dado o desafio que foi para nós, lançado, logo nos primeiros dias de aula, quando na oportunidade os professores, chamaram a atenção que a pesquisadora poderia ter dificuldade de elaborar na consciência o distanciamento necessário para explorar o objeto de sua pesquisa, dado ser também seu objeto de trabalho em decorrência de seu trabalho profissional como assistente social. Assim, este desafio foi enfrentado, a partir da tentativa de apropriação do pensamento de Marx, via Lukács, ao se referir que a práxis humana não pode ser confundida como uma forma de atividade do indivíduo isolado, uma ética, mas antes de tudo “implica que o homem tome consciência de si próprio como ser social, como simultaneamente sujeito e objeto do devir histórico e social” (p. 35), portanto, a compreensão que tivemos desse processo que mesmo que ocorra o necessário distanciamento, a pesquisa será a partir de um processo que a pesquisadora não está imune aos seus desdobramentos, o que nas palavras de Lefebvre (1991) “um ser humano, um ser social que pensa em condições socialmente definidas” (p. 79).

Nas palavras de Netto (2011) alcançar a essência do objeto é capturar a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e, operando a sua síntese, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou, mesmo que pareça redundante afirmar, o objeto é objetivo ele existe independente da consciência do pesquisador. Assim, apresenta-se a primeira categoria analítica do método, o materialismo; entende-se que a pesquisa parte da matéria, ou seja, da empiria, pois não se trata de um problema criado na mente do pesquisador sem conexão com a realidade, a razão não cria nada, esta é amparada na realidade material (nem sempre tangível, mas sensível). Desta feita, partir-se-á da aparência imediata do fenômeno a ser estudado: a centralidade do trabalho profissional do assistente social no INSS na operacionalização do BPC e o distanciamento dos atendimentos aos usuários da política de previdência social brasileira.

O percurso teórico empreendido nesse estudo perpassou pela compreensão sobre como se engendra o modo de produção capitalista, a exploração do homem pelo homem, a luta dos trabalhadores por condições de reprodução social digna, a ação do Estado através das políticas públicas, em particular, a política social enquanto respostas às expressões da questão social, entre as quais a previdência e assistência social – em países onde o capitalismo central estava em estágio mais avançado.

Nessa esteira, a análise crítica da realidade social, na perspectiva da totalidade social, remeteu a compreensão da crise do capitalismo na contemporaneidade que, sob a égide da financeirização, tem provocado profundas transformações no mundo do trabalho, assim como, nas mencionadas políticas sociais. Sendo assim, procurou-se analisar o modelo de Estado adotado chama-se “de Bem Estar” instituído, a partir do pacto fordista até a crise do capitalismo instaurada, a partir dos anos 1970, cujo enfrentamento foi orientado pelas políticas neoliberais que se instauraram pelo mundo, pela reestruturação produtiva (Toyotismo) com fortes rebatimentos na forma e no conteúdo das políticas sociais públicas e na gestão da força de trabalho.

Sob esta análise, tornou-se, igualmente, necessário compreender a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, enquanto um país do capitalismo periférico, com destaque para a fase financeira do capital regida pelas orientações de organismos internacionais, como: o FMI e o Banco Mundial (direcionamento das políticas sociais no mundo). Por esta razão, uma das fontes de dados secundários utilizados neste estudo, foram os principais documentos deste banco que orientam a América Latina, em particular, o Brasil, dois foram traduzidos para a língua portuguesa pela instituição e um foi traduzido em parte pela pesquisadora.

Na particularidade brasileira observou-se que, desde os anos 1990 até o início de 2012, a economia brasileira apresentou um crescimento significativo devido ao aumento no preço das *commodities* no mercado internacional, impulsionado pela crescente demanda chinesa, pois como se sabe, o Brasil, historicamente, é dependente da exportação de matérias-primas e produtos agrícolas. Com efeito, em 2011, as exportações brasileiras alcançaram o recorde de US\$ 256 bilhões, 14% do Produto Interno Bruto (PIB); as exportações para a China cresceram quatro vezes mais que as exportações totais entre 2000 e 2010, com destaque para soja, café, minério de ferro e petróleo. Paralelamente ao *boom* das *commodities*, o presidente Lula encorajou as exportações e estimulou a liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento, criando milhões de empregos. As relações diplomáticas com outros

países em desenvolvimento foram reforçadas e o Brasil ganhou relevância no cenário internacional (GARCIA, 2016).

Este modelo econômico, à época, favoreceu a distribuição de renda e a expansão do consumo. Programas sociais foram expandidos e o salário mínimo aumentou 72,31%, de 2003 a 2014. Assim, os governos petistas após uma fase de propaganda ideológica neoliberal, impuseram soluções políticas com dosagens menos regressivas no interior desse espectro neoliberal, “sem romper com seus paradigmas e chegando mesmo a perseguir dissidências à esquerda” (MASCARO, 2016, s/p). Nesse contexto, contradições gestadas nos referidos governos, desde sua origem, levaram ao enfrentamento das dificuldades de apoio no Congresso Nacional e das acusações de corrupção, que provocaram o combate das oposições e de setores amplos dos meios de comunicação, culminando no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Assim, as crises políticas, econômicas e sociais vêm se agravando, no país, com repercussões nas políticas de proteção social, dentre as quais a previdência e a assistência social que vêm passando por profundas mudanças, desde a sua elaboração constitucional - se por um lado, a previdência social passou por severas reformas em sua legislação que endureciam as regras de aposentadoria e o acesso aos trabalhadores a benefícios e serviços, a assistência social se expandiu e se consolidou como direito e proteção social para aqueles que dela precisam, principalmente pela via de programas de transferência de renda. Desta forma, entende-se que, contraditoriamente, a contratação de assistentes sociais no INSS se deu em decorrência de fatores ligados aos interesses da política de assistência social, no governo dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff; que vai imprimir uma marca importante a ser notada nesse novo momento do Serviço Social no INSS.

Diante das imperativas mudanças na história e decorridos seis anos após a contratação do novo quadro de assistentes sociais fez-se relevante, a produção de conhecimento acerca da nova realidade do trabalho dos assistentes sociais no INSS-Gex/Bel, objetivando responder, em parte, algumas das inquietudes postas no cotidiano dessas profissionais, pois segundo Cartaxo (2015), são poucos os cursos de Serviço Social, no Brasil, que pesquisam a política previdenciária e, com isso, pode-se concluir o mesmo sobre o estudo do Trabalho do assistente social neste espaço sócio ocupacional, a exceção da: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; a Universidade de Brasília UNB, a Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF e a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. No banco de dados da CAPS foram

encontrados, ainda, na Universidade Estadual do Ceará e na Universidade Estadual de Londrina.

Ao procurarmos no mesmo banco de dados de dissertações e tese com a palavra chave “BPC”, 13 obras, dentre estas 11 foram elaboradas por discentes de Pós-Graduação em Serviço Social ou áreas afins; 2 dissertações foram escritas por profissionais da área jurídica. Entre as escritas por assistentes sociais, 5 tinham relação do trabalho do assistente social com o BPC. No entanto, a se fazer uma busca pela internet de dissertações que poderiam ter diálogo com o tema desta, identificou-se que 6 dissertações, entre elas três que são consideradas mais pontuais e que trazem contribuições relevantes, uma produzida na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2012, intitulada “*Trabalho e Serviço Social: o trabalho do assistente social na Previdência Social brasileira no contexto da contra-reforma do Estado*”, onde a discente Lydimara Ennes analisou as condições de trabalho, os desafios, os limites e as possibilidades estabelecidos ao exercício profissional do assistente social, a partir da contra reforma do Estado e da Previdência Social, cujos os impactos desta no trabalho do assistente social na previdência social vêm se distanciando da MTTSS e alertou sobre a pressão institucional para as assistentes sociais realizarem trabalhos que não é de sua competência e evidencia a dificuldade de conciliar as demandas dos atendimentos aos usuários do BPC com os atendidos pela política de previdência social.

A propósito, registra-se que por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa que subsidiou este estudo, tivemos informação que uma pesquisadora da Universidade de Brasília (Ana Oliveira), também, assistente social do INSS, realizou um importante estudo sobre o título “Serviço Social do INSS: expressões materiais da implementação de sua competência legal no período de 2009 a 2014”, o qual também nos serviu de base para aprofundar a análise sobre a centralidade do trabalho do assistente social nos atendimentos aos usuários que recorrem ao BPC para pessoas com deficiência e para idosos. A mencionada pesquisadora se embasou nos Boletins Anuais do Serviço Social do INSS, em nível nacional, o que evidenciou o trabalho desenvolvido por assistentes sociais, neste período. Contudo, a diferença entre o trabalho da Ana Paula e, este por nós realizados, está no fato de que pretendemos demonstrar o porquê isso vem ocorrendo, com base em dados obtidos pelos sujeitos envolvidos nesse processo: os assistentes sociais, médicos peritos e gerentes de APS.

Em 2016, no momento da elaboração da dissertação outra importante pesquisa sobre a temática aqui estudada, foi realizada pela aluna Joana Siqueira do curso de pós

graduação da Universidade Estadual do Ceará, intitulada “Serviço Social e Previdência Social análise do Trabalho do Assistente Social do INSS no Governo do Partido dos Trabalhadores- PT (2003 a 2016). Sua pesquisa tangenciou mais próximo deste estudo, pois, a pesquisadora traz elementos políticos interessantes acerca da forma de gestão do PT quanto as políticas sociais e como isso rebateu no Serviço Social no INSS. No entanto, seu estudo teve como discussão central a categoria “política”, analisando como as políticas sociais instituídas nesses governos, ao mesmo tempo que alargaram o espaço profissional, limitou a autonomia profissional e, distanciou os assistentes sociais dos preceitos regidos pela Matriz teórico metodológica do Serviço Social no INSS. Seu foco de interesse principal foi entender como a gestão da máquina públicas rebateu no Serviço Social visto que segundo sua opinião esteve ligado, organicamente, a ascensão do PT ao governo e depois as opiniões e posturas que foram sendo tecidas a partir da efetivação dessa gestão no governo.

Na UFPA identificamos apenas duas dissertações de mestrado que tratam sobre a política previdenciária intitulada “A Burocracia no Acesso ao Amparo Assistencial no INSS: estudo em Belém - PA (1996 a 2003) defendida em 2006 pela aluna Zilma Ferreira. E outra intitulada “Gênero e Políticas de Previdência Social no Brasil: análise da presença diferenciada de homens e mulheres no Serviço de Reabilitação Profissional do INSS na Cidade de Belém-Pa, defendida no ano de 2014 pela discente, à época, Gessyca Baracho. No entanto, sobre o trabalho do assistente social no INSS-Gex/Bel, este estudo se apresenta como o primeiro, daí, considerar a sua importância.

Assim, a análise dos dados que subsidiaram este estudo, foi baseada na teoria marxista e no método materialista histórico e dialético (MHD). Essa escolha não foi aleatória, ao considerarmos que o MHD é o único que poderia explicar a realidade, dado o interesse em compreender os processos históricos do objeto de estudo, na sua totalidade social, desvendando as contradições postas, por meio das mediações. Ainda mais instigante neste método é partir da aparência do objeto que parece ser misterioso, estranho, sem forma, mas ele, em si, carrega suas determinações a partir da matéria, daquilo que existe precisando, portanto, do esforço do pesquisador em descobri-lo.

Partindo da teoria social de Marx e seguindo sua tradição a lukácsiana e especialmente, sobre a lógica do pensamento formal e dialético adotamos para análise do que será encontrado nos estudos do filósofo francês Lefebvre (1901-1991), ou seja, a essência do objeto a ser conhecido não se demonstra na aparência do fenômeno e que a

busca do conhecimento exige do pesquisador um movimento de aproximação sucessiva do objeto, o nega o abstrai e o concretiza. Portanto, objeto é cognoscível, podendo ser estudado, analisado, criticado e superado, o que revela que um dado aparentemente estático é dotado de movimento, de mudança e de determinações.

Assim, o primeiro passo, para a superação da imediatividade através desta pesquisa, foi realizar uma revisão da literatura do marco teórico e conceitual a partir das categorias chaves, Seguridade Social, em especial as políticas de Previdência e Assistência Social, Crise do capitalismo contemporâneo, Estado, Serviço Social, Trabalho profissional, Contradição, Mediação, BPC. Tal pesquisa resultou na catalogação e resumo de 130 referências bibliográficas que incluíam teses, livros e textos localizados nos principais bancos de dados de dissertações e teses, especialmente no banco da CAPS, livros e textos que apresentavam a característica de serem produções científicas da perspectiva social crítica.

Do ponto de vista do exercício da pesquisa, notou-se que mesmo que a pesquisadora tendo contato com a realidade do problema da pesquisa, este estava centrado apenas na sua realidade social do local do seu trabalho, precisando compreendê-la, em sua totalidade social. Diante disso, foi necessário fazer um estudo exploratório sobre o campo da pesquisa, objetivando também conhecer as condições objetivas para realizá-la. Esse uso metodológico contribuiu para: primeiramente conhecer outras realidades do trabalho dos assistentes sociais no centro e no interior do Pará, além disso, serviu de apresentação e articulação preparando o campo de pesquisa.

O estudo exploratório foi realizado através de uma visita em três agências: Nazaré, Ananindeua e Capanema, onde foi observado: fluxo das agências, atendimento do Serviço Social, através de conversas informais, conhecer a realidade cotidiana dessas profissionais, a distância e as mudanças de realidades quanto ao trabalho. Assim, foi identificado que apesar de que os fenômenos eram semelhantes a realidade era diferente, entre os pontos avaliados observou-se que a sobrecarga dos profissionais que estão no interior do Pará é maior e sua demanda é pressionada pelo público de trabalhadores rurais que circunvizinham as cidades que estão próximo a APS. Ao perceber-se que teria que adentrar mais profundamente na realidade local, preferiu-se por escolher um grupo mais homogêneo no que tange a realidade social, visto que, o estado do Pará tem dimensões continentais e a logística entre os municípios por vezes exige dias viagem se a escolha do transporte for por meio de barco e de ônibus, a exemplo a distância entre Santarém e Belém é de 1.449 km, se por meio de carro o

tempo de viagem sem parar é de 21 horas e de barco um dia e meio de viagem. Para Marabá são 684 km, aproximadamente 8 horas de viagem, optamos um raio de espaço onde fosse possível à logística.

Apesar disso, foi solicitado via e-mail que as representantes técnicas das gerências de Marabá e Santarém se pronunciassem sobre a possibilidade da realização da pesquisa neste espaço, além de solicitar que informassem o quantitativo de profissionais alocados bem como o tempo de alocação. Assim, as mencionadas representantes demonstraram interesse em apoiar a pesquisa, elencando a possibilidade de a mesma dar visibilidade ao trabalho do assistente social na instituição, sobretudo pela particularidade de serem agências situadas no Norte do país, não apenas opinando, mas também respondendo os 20 e-mails que foram trocados pela necessidade de esclarecimentos quanto a viabilidade da pesquisa. Enviaram também o solicitado acima, e foi identificado que a maioria dos profissionais alocados nas outras gerências foram contratados após o concurso de 2009, e como a pesquisa tem um recorte temporal, conforme citado acima, o campo da pesquisa foi delimitado na Gerência Executiva de Belém nas APS da Cidade de Belém, tendo como campo as agências de Icoarací, Jurunas, Marco, Nazaré, Pedreira e São Braz.

No estudo exploratório também, foi realizada a apresentação de uma proposta inicial de pesquisa, a intenção de pesquisa, para a representação técnica do Serviço Social na Gerência de Belém, que foi recepcionada com entusiasmo se colocando no processo a fim de fornecer para além da autorização para a realização da entrevista, apoio no fornecimento de telefones de assistentes sociais aposentadas, material, fotografias, que fazem parte do acervo do Serviço Social no INSS regional. Também o fornecimento de todos os Boletins estatísticos no período de interesse da pesquisa, sendo formalizado o pedido por e-mail no ano de 2015, foi enviado apenas em 2016 em decorrência da greve que ocorreu no INSS e na qual estava participando como líder do movimento grevista, em 2017 foi atualizado por fim os BESS de 2016, concluindo, portanto a análise e sistematização dos dados estatísticos apenas em junho de 2017.

Ainda na pesquisa exploratória ao Recurso Humano do INSS e o setor de capacitação e formação de servidores, foi informado sobre o interesse da pesquisa, através de uma visita realizada a este fim, que foi articulada através da representação técnica que ligou informou e solicitou que recepcionasse a pesquisadora. Na oportunidade do contato pessoal, foi apresentada a proposta de pesquisa, esclarecendo sobre o PPGSS-UFPA, além de informar os objetivos para alcançar resultados que

possivelmente poderiam servir para melhoria no que tange o atendimento do Serviço Social no INSS. Nesta oportunidade, a chefe do setor pediu a formalização do projeto de pesquisa assim, como documentos que informassem o vínculo da pesquisa com a Universidade, que foi feito após a qualificação do projeto de pesquisa em junho de 2016. Portanto, a pesquisa exploratória nos serviu em dois aspectos, pudemos observar quanto à viabilidade da pesquisa delimitando seu local e articulação com a instituição para que tivesse autorização para realizá-la.

Nesse contexto, a opção pela pesquisa qualitativa foi a mais adequada a esta dissertação, uma vez que ela privilegia a fala dos sujeitos e essa fala é de real importância por que nela que se manifesta a cotidianidade, as contradições, as visões, sentimentos aparentemente subjetivos que foi confrontado com dados dos boletins estatísticos do Serviço Social, instrumento utilizado por ele para contabilizar os principais trabalhos no período de um ano. Diante disso os sujeitos escolhidos para prestarem as informações foram três: os assistentes sociais, peritos médicos e os gerentes das APS.

A escolha desses sujeitos pode ser justificada da seguinte maneira, como se trata de analisar o trabalho do assistente social ele é o sujeito principal desta pesquisa, portanto, foi elaborado um roteiro de entrevista com mais detalhes, privilegamos as APS em que existiam assistentes sociais antes e depois do concurso que só foi possível na capital em Belém, visto que, não existe nenhuma assistente social anterior ao concurso lotada no interior, destas 12 participaram da pesquisa. Para captarmos a visão institucional entrevistamos os gestores de todas as agências pesquisadas, ou seja, 6 entrevistados, essa visão é importante por que esses sujeitos incorporam os valores institucionais, assim, poderia se observar como o trabalho do assistente social é visto no INSS, além de entender até que ponto esses sujeitos podem expressar mediações que envolvam análises mais amplas, para além dos muros institucionais. E, por último, três peritos médicos foram também pesquisados, visto que, o assistente social, conjuntamente os mesmos, definem o grau de incapacidade no modelo de avaliação social para usuários que recorrem ao BPC, assim, obter elementos para entender as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito do INSS, no breve percurso de 8 anos.

A entrevista utilizada como um dos instrumentos de coleta de dados foi do tipo semiestruturada, a qual constou de um roteiro pré-elaborado de caráter aberto. Para os assistentes sociais foi dividida em três partes que privilegiou os seguintes aspectos: 1) Identificação dados pessoais (idade, tempo de formação profissional, tempo de trabalho

no INSS, se tem pós-graduação, se participa de movimentos sociais, partidos políticos, o referencial teórico-metodológico que norteia o trabalho profissional etc.). 2) Situação de trabalho e formação profissional e em 3) foram efetuadas perguntas abertas visando respostas livres e qualitativas que estimulem a fala dos pesquisados, quanto ao trabalho desenvolvido por esse profissional no INSS, as demandas postas a esses profissionais, o processo de trabalho e as condições de trabalho profissional, as contradições postas pelo INSS quanto ao direcionamento prioritário do atendimento da demanda do BPC e as suas repercussões para os trabalhadores no que respeita ao acesso aos direitos previdenciários.

Primeiramente, foi realizada uma entrevista teste-piloto com duas assistentes sociais. Nesta oportunidade notou-se a necessidade de adequar algumas perguntas que estavam dando sentido duplo, além de acrescentar perguntas como em relação ao perfil dos usuários do BPC. Observou-se, também, que apesar do roteiro da entrevista conter 15 itens, não foi necessário acrescentar ou retirar conteúdos, visto que no processo da entrevista as perguntas se conectavam e possibilitaram uma maior coerência. A primeira parte do referido roteiro, tratava da trajetória profissional dos assistentes sociais, o que contribuiu para diminuir a tensão inicial de ter que falar sobre assuntos não revelados. Assim, ao adentrar-se nas perguntas tidas como centrais da pesquisa, os pesquisados estavam mais confiantes e respondiam com mais fluidez as perguntas. Isso também foi notado entre os gerentes; enquanto que o roteiro da entrevista direcionado aos peritos médicos, as entrevistas foram mais objetivas.

As entrevistas realizadas com os gerentes e médicos peritos contaram com duas partes, sendo a primeira contendo a identificação pessoal e a segunda sob o título “opinião dos gestores sobre o trabalho dos assistentes sociais no INSS” e a para os peritos seguindo o modelo parecido sob o título “opinião dos peritos médicos sobre o trabalho dos assistentes sociais no INSS”. Ambas as entrevistas diferiram em conteúdo respeitando o público destinado e suas especificidades, no entanto, tinham a mesma intenção recolher opiniões sobre a centralidade do trabalho do assistente social no atendimento ao BPC e como mediá-las com fatores externos e macros com as políticas que compõe a Seguridade Social, em especial a de assistência e previdência social.. Para esses sujeitos da pesquisa não foi realizado teste do roteiro da entrevista.

Outro fator considerado no processo de coleta de dados foi a importância de assegurar a voz a esses sujeitos a pesquisadora buscou adotar um posicionamento horizontal entre a relação aos pesquisados, sem expressar sua opinião nem por falas nem

por expressões faciais, e no momento da entrevista quando foi percebido tensionamento, medo de expressar os reais pensamentos a cerca do perguntado foram encorajados a explicar, vislumbrando o fato de que se tratava de uma pesquisa científica e sobre a importância desses dados. Isso pode evidenciar que os médicos e gestores expressaram, com clareza, suas opiniões e, em poucos momentos, percebemos que algo deixou de ser dito por que a pesquisadora era assistente social do quadro de funcionários. Dois aspectos foram importantes na condução desse processo: o primeiro foi uma conversa antes de começar a entrevista informando seus objetivos de forma resumida e elencar autorização do INSS para a realização da entrevista e a presença do termo de Compromisso Livre e esclarecido- TCLE explicando que do ponto de vista ético que as informações seriam tratadas de maneira sigilosa e respeitosa.

Paralelamente, a realização das entrevistas foi efetuada observação direta nas agências pesquisadas, a permanência em cada agência foi de 1 a 4 dias. A observação foi do tipo sistemático, ou seja, a pesquisadora elaborou um pequeno roteiro do que era prioritário observar, visando obtenção de informações que não estavam nos roteiro das entrevistas como: fluxo da agência, participação dos sujeitos, significados, situações, atividades (GIL, 2008). As anotações da observação foram registradas em diário de campo, manual e, posteriormente, repassadas ao meio virtual. Para a preparação da pesquisa de campo, duas semanas antes da pesquisa entramos em contato com as assistentes sociais lotadas nas APS para agendamento das entrevistas, de acordo com a disponibilidade dos profissionais; diante disso foi agendando a coleta de dados nas seguintes APS: Nazaré, Pedreira, Marco, São Braz, Icoarací, Jurunas e a sede da Gerência do INSS em Belém onde fica alocada duas profissionais que trabalham na gestão do Serviço Social.

Na busca de observar os primeiros atendimentos realizados pelas agências, procurou-se chegar uma hora antes do funcionalmente das mesmas: observavam-se as pessoas na fila de fora aguardando o atendimento; - em duas agências foram realizadas abordagens informais na fila conversando com os usuários, apesar de que eles não eram o público desta pesquisa, mas, indiretamente seus anseios permeiam o interesse desta pesquisa. Constatou-se que as agências da previdência social são mais lotadas pelo período da manhã, em todas se observou a existência de usuários em pé, aguardando atendimento, em decorrência da ausência de cadeiras para sentar, portanto, a pesquisadora também vivenciou por vezes a mesma situação.

Registra-se que ao entrar nas agências, a pesquisadora foi apresentada aos gestores pelas assistentes sociais. Nesta oportunidade foram informados sobre os motivos da pesquisa, bem como foi solicitada autorização destes para permanência da pesquisadora entre os espaços de trabalho dos profissionais; em nenhuma agência ocorreu resistência, foram solícitos, inclusive intermediaram a abordagem até aos peritos médicos. Portanto, a observação sistemática realizada nas APS perpassou desde a espera anterior a abertura das agências, na triagem e suas fragilidades elucidadas no corpo deste estudo, pela estrutura física das agências, na rotina do trabalho desenvolvido, relações estabelecidas, o que enriqueceu e possibilitou que no momento do tratamento dos dados, que tivessem vivos em imagens e sensações os dados obtidos nas observações referidas.

Cabe ressaltar³ que foi desafiador pesquisar no órgão em que se exerce o trabalho profissional. Primeiramente, por que muitos servidores já me conheciam pela amizade, pelo meu trabalho profissional e/ou pela militância política, então assumir um quarto “papel” e fazer com que em pouco tempo os pesquisados percebessem isso, sem dúvida, foi desafiador, exigiu que eu adotasse uma postura para além da qual estava acostumada, ou seja, precisei sair da minha “zona de conforto”, postura essa não apenas em relação ao outro, mas em relação a mim mesma, em ver aquilo que acreditava conhecer como desconhecido e, que de fato se concretizou na sabedoria socrática “Só sei que nada sei”. Após, lidar com a recusa de fornecer as informações, por parte de alguns assistentes sociais – algumas (três) preferiram preencher o roteiro da entrevista, em vez, de serem entrevistadas e (duas) se recusaram, completamente, em preencher ou serem entrevistadas. Tal dificuldade, também, encontrada entre os peritos, não que eles se recusassem, diretamente, mas (três) referiram que iriam participar da entrevista, desde que tivessem tempo para isso, pois suas agendas estavam sempre lotadas e apesar de eu ter ficado a disposição a qualquer horário esperando na sala de espera, não consegui acesso a alguns deles. Avalio que diante das exigências do que se é elaborar um estudo científico, essas barreiras foram poucas diante do que foi obtido como resultado: 12 entrevistas com assistentes sociais, 6 gerentes e 3 médicos peritos no período de um mês e meio que durou a pesquisa de campo.

³ Escreverei em primeira pessoa, pois se trata de uma visão mais pessoal e relato de uma experiência que foi vivida apenas por mim como pesquisadora.

Antes de discorrer sobre o tratamento dos dados, foi importante estudar com mais afinco o método proposto, por que a direção percorrida para superação da imediatividade do fenômeno tem-se um caminho cheio de mediações e contradições, além de aproximação e distanciamento do objeto, portanto após a coleta dos dados, precisamos retomar os estudos teóricos. Perpassar do Singular ao Particular e, assim ao Universal, em um processo que na realidade multiforme não está separada didaticamente e para, além disso, não está na aparência, ou seja, a essência do fenômeno está se apresentando na realidade, mas para compreendê-la precisa um esforço do pesquisado em analisar as contradições e realizar as mediações necessárias de maneira que, ao fim, a verdade dialética se apresente. Esse esforço invoca qualidades necessárias ao ser humano, paciência, olhar atento, mente aberta ao processo de conhecimento, choque com verdades pessoais, desconstrução de conceitos incompletos e construção de conceitos a partir da matéria real, ou seja, a entender que a verdade se impõe independente da vontade do pesquisador.

De posse dos dados obtidos nas entrevistas e na fase de suas transcrições, que foram redigidas pela pesquisadora, sem ajuda de terceiros, e após a transcrição escuta de todos os áudios repassando cada entrevista, totalizaram 115 páginas de material coletado, ao fim tivemos uma visão caótica da realidade. Ao iniciar o trabalho sobre os dados coletados seguimos o que o Marx (1859) orienta que ao chegar a representações mais simples, o concreto e a cada abstração encontraríamos a determinações mais simples, para então empreender a viagem de regresso dessa vez ao encontro novamente com os dados dessa vez “não teríamos uma ideia caótica do todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações” (p. 15).

Assim, para que a pesquisadora não caísse na descrição dos fatos, mas conhecer a história a partir de suas contradições foi necessário o resgate dessa categoria no entendimento marxista, cujo refere que ela não é algo perene e evolutiva, mas “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX, 2008 p. 08). Neste processo de choque de enfrentamento, permeado de movimento, de mediação, ou seja, a história se movimenta dialeticamente. Lukács (1989) refere que a história ao ser apenas descrita fora do método dialético, situa-se numa compreensão unitária, ou seja, impede que um acontecimento seja capaz de ser percebido no interior da unidade do processo histórico a que pertencer (p. 27).

Para isso, foi realizado através da utilização da compreensão das categorias totalidade, contradição e mediação um esforço de elevar o dado imediato em nível de

abstração intelectual e racional, cujo resultado deste será o movimento do concreto pensado, sínteses das múltiplas determinações, nesta busca nem o objeto será mais o mesmo nem o pesquisado. “O sujeito e o objeto, o pensamento e a natureza, são diferente, mas ligados, através de um liame que é uma interação incessante” (LEFEBVRE, 1991, p, 56). A categoria Mediação permite que o pesquisador efetuar os nexos, as relações e as conexões entre o objeto de estudo e a realidade que se apresenta complexa. PONTES (2015) ao discutir sobre esta categoria refere-se que:

Este processo de conhecimento dialético obedece ao movimento que ascende do abstrato ao concreto, combinando dialeticamente experimentos *ideais abstrativos* com *observações empíricas*. Os ‘experimentos ideais’ referem-se ao movimento que a razão opera para apreender reflexivamente o movimento das categorias históricos-sociais, desentranhando-as da sua forma imediata de aparecer no real, na forma de dados isolados (p. 125). (Grifos do autor).

Refere ainda:

[...] a mediação aparece neste complexo categorial com alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim a categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da Totalidade. (PONTES 2015, p. 126, apud PONTES, 201, p. 81).

Pelo exposto, constata-se que a categoria da mediação se faz importante para análise dos dados, pois Marx considerava a universalidade como uma abstração realizada pela própria realidade, e então – só então – ela se torna uma justa ideia, isto é, quando a ciência reflete adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções (p. 87), que certamente é que se propôs buscar nas análises dos dados obtidos na pesquisa que subsidiou este estudo..

Ademais, a categoria contradição é, também, tão importante no método materialista histórico e dialético, quanto a categoria mediação, visto que fazem parte da mesma busca o conhecimento da universalidade, sendo que, somente, através de mediações que podemos observar as contradições, sem mediar os fenômenos aparecem como antagônicos, ou seja, a contradição fica coberta pelo véu da naturalidade. Portanto, a contradição diz respeito à força que movimenta os processos dialéticos, ou seja, é a própria responsável pela condução da transformação da realidade. Se localizar como as diferenças que cada fenômeno particular carrega, e no encontro destas ocorre a

contradição, gerada a partir de duas realidades diferentes, o momento do choque, do conflito é que acontece a contradição, sendo por si mesmo o processo.

Sob esta ótica, de posse dos dados coletados, foi efetuado recortes das entrevistas que possuíam relação mais próxima para a compreensão do objeto de estudo, categorizando as informações mais relevantes para a análise. Assim, observou-se que as categorias que mais apareciam foram as elencadas no campo teórico – as falas por vezes apareceram no corpo deste texto, em forma de relatos, depoimentos, dos pesquisados. No que concerne aos dados secundários, esses foram obtidos por meio de boletins anuais, os quais foram sistematizados em tabelados e gráfico, em dados absolutos e relativos, depois analisados anualmente, em estudo comparativo⁴.

Assim, este estudo foi estruturado em 4 capítulos que foram organizados da seguinte forma: além desta introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo traz elementos teóricos sobre a instauração da sociedade capitalista e a exploração do trabalho humano, engendrado em um sistema econômico que se espalha pelo mundo. Apresenta a categoria trabalho como central neste estudo, em especial o trabalho assalariado. Assim, como a implantação subsequente do modelo de proteção social amparado no conceito de Seguridade Social, essa análise perpassa desde a realidade de sua consolidação com a surgência do Estado de Bem Estar Social, até a realidade do Mal Estar Brasileiro.

O Segundo Capítulo discute a crise do sistema capitalista, compreendida nesse trabalho como algo inerente a ele, ou seja, está ligado organicamente de forma que a tentativa de superação por parte dos capitalistas modifica toda a estrutura desta sociedade, afetando diretamente o mundo do trabalho, as economias mundiais, conseqüentemente a forma de enfrentamento das expressões da questão social. Assim, neste capítulo buscou-se estudar as orientações do Banco Mundial para países da América Latina, especialmente aqueles que se destinou ao Brasil de maneira a elucidar tal incidência no direcionamento das políticas sociais.

O terceiro capítulo inicia a discussão sobre a trajetória do Serviço Social na Previdência social desde sua implantação em 1944 até os anos 2000, de forma a compreender qual o percurso histórico desta profissão neste espaço sócio ocupacional,

⁴ Todo trato estatístico foi realizado pela pesquisadora, não passou por assessoria ou correção estatística, importante referir isso dado a possibilidade de erros nesta fase, no entanto apesar dessa margem de erro, a pesquisadora teve o zelo de refazer todas as contas por até 3 vezes e nesses testes, apenas 2 dados estavam errados.

bem como a incorporação da teoria crítica de Marx com seu ápice em 1994, data da construção da Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social no INSS. Assim, como a tentativa de extinção até a sua recomposição nos anos 2000.

O quarto capítulo particulariza as discussões do capítulo anterior para realidade do Serviço Social da Gerência Executiva de Belém- Gex-Bel, na busca de analisar as determinações postas a este trabalho profissional, diante desse desafio analisou-se o trabalho do assistente social em períodos que comportou desde a ditadura militar até o ano de 2016. Também apresenta a opinião dos três sujeitos desta pesquisa (assistentes sociais, médicos peritos e gerentes das agências), de forma que a análise de suas falas revelam algumas determinações sobre o direcionamento do trabalho do assistente social no atendimento das demandas da política de assistência social, que foi mediada com a parte teórica deste trabalho no sentido de entender a totalidade do fenômeno pesquisado.

2. A SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSTITUIÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO.

Para a compreensão do objeto de estudo proposto neste trabalho, considerou-se necessário ter como ponto de partida precisar a concepção de trabalho na sociedade capitalista, em particular, o trabalho assalariado, haja vista que a Seguridade Social, no mundo e, no Brasil, é resultante da luta dos trabalhadores assalariados. Assim, com base em Marx - que dedicou sua pesquisa intelectual para desvendar a gênese, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo na sociedade burguesa - tentou-se compreender a lógica do modo de modo de produção e suas crises, principalmente, após a década de 1970, para, então, analisar as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na seguridade social brasileira.

Este caminho teórico-metodológico possibilitou compreender a organicidade entre o capital, o Estado, os sistemas de proteção social e a classe trabalhadora, bem como, desvendar os determinantes políticos, econômicos e sociais da Seguridade Social, no Brasil, em particular, a política de Previdência Social e o rebatimento no direcionamento do trabalho profissional do (a) assistente social no INSS/Gerência do estado do Pará.

Marx (2004), em sua obra *O Capital - livro II*, ao tratar da *A Origem do Capital - A Acumulação Primitiva*, em seu capítulo XXIV, desmistifica que a riqueza acumulada por uma classe social em detrimento da pobreza da outra classe, não estava ligada ao estado natural das coisas, mas sim, é determinada por um processo histórico que conduziu a tal fenômeno. Isto é, a prévia acumulação de riquezas é resultante da exploração do trabalho humano, ainda na sua condição servil, pois com a passagem do modo de produção feudal para o capitalismo, a classe social dominada foi separada de suas terras e dos meios de produção por medidas expropriatórias, compulsórias e violentas. Desta forma,

O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados se apresenta, pois, como sua libertação da servidão e da hierarquia industrial. Por outro lado, estes libertos não chegam a ser vendedores de si mesmos senão depois de terem sido despojados de todos seus meios de produção e de todas as garantias de existência oferecidos pela antiga ordem das coisas. A história de sua expropriação não pode ser objeto de conjecturas, está escrita nos anais da humanidade com letras indeléveis de sangue e fogo (p. 14).

Sob esta lógica, segundo Marx (1989), “Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente” (p.829), Assim, a acumulação primitiva nada tem de idílico: os meios de produção e os meios de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital, sendo necessário ter havido uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias que podem ser resumidas, em duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias que se confrontam e entram em contato:

[...] de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista (p.829-830).

Sendo assim, para Marx (1989), o sistema capitalista pressupõe a divisão entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho:

[...] o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (p.830).

Com efeito, o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador, diz Marx (1989) – o progresso consistiu na metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Assim, a gênese do capitalismo industrial não se processou de maneira gradativa como a do arrendatário, pois foi preciso que certo número de mestres de corporações, números maiores de artesãos independentes e, ainda, assalariados se transformassem em capitalistas rudimentares e, “através da exploração progressivamente mais ampliada do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, chegam a assumir realmente a figura do capitalista” (Idem, p. 867).

Em síntese: o modo de produção capitalista pode ser entendido como um sistema econômico que dividi a sociedade entre os detentores dos meios de produção e os que não detêm, cuja sua natureza é a busca através da exploração do homem pelo homem, a expansão do capital pelo mundo de forma que os bens socialmente

produzidos estejam concentrados nas mãos de uma parcela pequena desta sociedade enquanto a classe trabalhadora quando consegue vender sua força de trabalho pode ter algumas de suas necessidades sociais⁵ atendidas, restando aqueles que não têm essa possibilidade, o pauperismo e a ação protetiva do Estado.

Segundo a teoria social de Marx, o trabalho é fundante das sociedades humanas e, portanto, do próprio homem enquanto ser social. Isto significa dizer que “Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1989, p.202). Sob esse entendimento, afirma-se, então, que através do trabalho o homem modifica a sua própria natureza; trata-se de um processo de humanizar-se, visto que o trabalho humano se difere do trabalho de um animal, por mais perfeito objeto que este seja capaz de produzir, pois o homem utiliza a razão para realização de tal processo, idealizando previamente o objeto final de seu trabalho. O homem ao agir sobre a natureza observa as modificações que produz com o seu trabalho e os impactos destas modificações em sua vida, o que permite com que a sociedade avance em sua organização social, objetivando o atendimento de suas necessidades de reprodução social.

Contudo, a partir da instituição do trabalho “livre”, sobretudo, após o século XX, o trabalho passou adquirir um significado econômico, social e simbólico denominado por Castel (1995) de “sociedade salarial” originada pela industrialização, na qual a grande empresa se tornou o lugar por excelência da relação salarial moderna, embora o assalariamento já existisse também na sociedade pré-industrial, porém, sem chegar a se impor e estruturar uma condição precisa.

Segundo esse autor, desde o início da industrialização, os principais elementos da relação salarial não correspondiam ao que se chamou “a condição proletária”, ou seja: uma retribuição próxima de uma renda mínima capaz de assegurar justamente a reprodução do trabalhador e de sua família, não permitindo, assim, investimentos em consumo, devido à ausência de garantias legais na situação de trabalho regida pelo contrato de trabalho.

⁵ Necessidades sociais, no entendimento, marxista, ligada a necessidade de reprodução social, é compreendido como as condições básicas para a manutenção da vida por parte do trabalhador, a própria condição para sobrevivência neste sistema de maneira que possa ter força vital para continuar vendendo sua força de trabalho.

Assim, a partir da formalização do contrato de trabalho, isto é, da relação salarial passou a comportar um modo de remuneração da força de trabalho: o salário que determina o modo de consumação e de vida dos trabalhadores e de suas famílias; uma forma de disciplina do trabalho que rege o ritmo da produção, o quadro legal que estrutura a relação de trabalho: o contrato de trabalho e as disposições que o envolve. Contudo, torna-se necessário destacar que trabalho industrial (assalariado) não se limita apenas à relação estabelecida entre empresários e trabalhadores, mas essa forma de trabalho anuncia um grande projeto de transformação do mundo – a ideia de que o “progresso” obtido com o avanço das forças produtivas, o mundo poderia se tornar, respectivamente, melhor para todos. Tomando-se por base a formulação de Marx, poder-se-ia sintetizar esta situação da seguinte forma: “o trabalho é sinônimo de não capital” e o capital é o “resultado do trabalho”. Com efeito, é o trabalho assalariado que gera lucros aos capitalistas.

Desta forma, a partir da instituição da sociedade burguesa, no final do século XIX, o trabalho ganha importância diferenciada, pois o trabalho passou a se constituir uma mercadoria, haja vista que o trabalhador não possuía a propriedade da terra, não detinha os meios de produção (matéria prima), restando-lhe apenas a sua força de trabalho para vendida ao capitalista que, por sua vez, detinha todas as condições para explorá-la. Nesta perspectiva, o capitalismo para sua expansão e acumulação necessita da extração da mais-valia que só é possível através da exploração da força de trabalho vivo. Isto significa dizer que:

A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras por que seu consumo cria valor e valor maior que seu custo. Este foi o motivo por que a compraste. O que de teu lado aparece como aumento de valor do capital, é do meu lado dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria não pertence ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. Pertence-te assim a utilização de minha força de trabalho. Mas por meio de seu preço diário de venda, tenho de reproduzi-la diariamente para poder vendê-la de novo. Pondo de lado o desgaste natural da idade etc, preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, a saúde e disposições normais que possuo hoje. (MARX, 1980, p. 263).

Neste sentido, o trabalho na sociedade capitalista passou a ser considerado uma mercadoria que para reaparecer como tal, deve ser empregado:

[...] em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é

portanto um valor de uso particular, um artigo específico [...] O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através das mudanças de forma o trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou (MARX, 1989, p.201e 205).

Sendo assim, o trabalho quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, segundo Marx (1980), se apresenta sob duas características, quais sejam: o controle do trabalhador pelo capitalista e a apropriação do produto, pois o capitalista paga o salário ao mesmo. O capitalista compra a força de trabalho, incorpora o trabalho, “fermento vivo aos elementos mortos constitutivos do produto, quais também lhe pertencem” (p.210). Com efeito, o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão (MARX e ENGELS, 1984, p. 148).

Desta forma, a apropriação do objeto pelo capitalista tanto aparece como alienação, “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio de seu produto, do capital” (p. 148). Portanto, o capitalista ao ser apropriar da mercadoria produzida pelo trabalhador, o faz, no intuito de sua realização e, com isso, a obtenção do lucro. Essa relação é estabelecida em decorrência da exploração do trabalho abstrato, ou seja, um trabalho antagônico ao concreto, pelo qual o homem não se reconhece no processo produtivo e o produto serve para o atendimento de suas necessidades sociais.

O trabalho abstrato ao ser colocado em execução na relação capitalista tem uma função bem definida que é a produção da mais-valia, pois ao ser realizado gerará lucro ao capitalista. O produto fruto do trabalho abstrato é um produto estranho ao trabalhador, ele não se reconhece nele, não estabelece com ele uma relação qualitativa, mesmo que o trabalhador mude a forma e o local de trabalho a qualquer momento, esse trabalho é indiferente a ele, visto que se trata apenas de uma forma de produzir riqueza ao capitalista e para o trabalhador um meio de obter um salário:

[...] o trabalho perde todo seu caráter de arte, a sua pericia particular devém cada vez mais algo abstrato, indiferente, e devém mais e mais atividade puramente abstrata, puramente mecânica, por conseguinte, indiferente a sua forma particular, atividade simples formal ou que dá na mesma, simplesmente física, atividade pura e simples indiferente à forma (MARX, 2011, p. 366).

Sob esse entendimento, o trabalho abstrato, de um lado, é aquele que produz mais valia para o empregador que, ao ser realizado gerará lucro, por outro lado esse trabalho é vendido pelo trabalhador ao capitalista como uma mercadoria e recebe em

troca desta venda um salário, necessário para a sua sobrevivência. O salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, ou seja, “os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho”. Desta forma:

[...] O salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho (...), portanto o salário é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem (MARX, 2006, p. 34-35).

Sendo o capitalismo dependente da produção da mais valia e da sua realização, este depende da força de trabalho, enquanto uma mercadoria que é vendida ao capitalista, a qual é paga pelo seu valor e o seu valor deve ser, portanto, inferior ao que o trabalhador pode criar em um dia de trabalho, pois, caso contrário, não haveria lucro para o capitalista. O restante do produzido será a mais- valia que ao ser realizado no mercado possibilitará a acumulação do capital ao seu detentor. Assim, o modo de produção capitalista se estrutura pela exploração da força de trabalho humana, na qual, tal exploração é mediada pelo pagamento de um valor inferior aquilo que ele produz, o restante é o lucro.

Com a consolidação do capitalismo e o acirramento da luta de classe, trabalhadores organizaram e reagiram a exploração extenuante da sua força de trabalho, retirando o véu da ordem social ao demonstrar que este sistema e sua engrenagem de exploração era responsável pela miséria em que se encontrava a classe trabalhadora e aqueles que nem conseguiam vender sua força de trabalho.

Assim, o modo de produção capitalista determinou o surgimento da classe trabalhadora, no entanto, por sua própria natureza excludente, uma parte dessa classe a que consegue vender sua força de trabalho, torna-se operário assalariado ao que não conseguem irão compor o exército de reserva no entendimento de Marx, além destes ainda a existência de trabalhadores que não possuem as mínimas condições de vender sua força de trabalho - os Lupens proletariados.

Ao questionarem a ordem social burguesa, pela necessidade de sobreviverem neste sistema, tensionam o Estado e os capitalistas a responderem suas demandas, tais como:- diminuição da jornada de trabalho; - melhores salários; - subsídios indiretos através de políticas de proteção social (previdência social, saúde, assistência social, etc). As estratégias burguesas para responder as essas demandas concerniram desde repressão

até a instituição dos direitos sociais que se materializaram através de sistemas de proteção social.

Data-se de 1883, a primeira forma dos atendimentos das demandas da classe trabalhadora, na Alemanha, com a instauração o modelo denominado Bismarckiano que consistia na proteção aos trabalhadores em caso de acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez e velhice. Sob marco do seguro social dependente de contribuição prévia, ou seja, a sua cobertura era restrita aos trabalhadores assalariados e aos seus dependentes.

1.1 A Seguridade Social no Mundo e no Brasil: elementos para a compreensão

A expressão de Seguridade Social foi usada pela primeira vez, em 1935, por Franklin Roosevelt, na América do Norte através da implementação da lei Social Security. Assim, foram instituídos vários programas sociais voltados para o bem-estar da sociedade, tais como os seguros sociais. Trata-se, então, de um Plano que foi adotado pelos Estados Unidos da América para amortecer os efeitos ocasionados pela Grande depressão de 1929 (SILVA, 2012).

Mas, foi no contexto pós - Segunda Guerra Mundial que as ideias do economista John Keynes subsidiaram a instauração de políticas anticíclicas organizada nos moldes do Estado de Bem Estar Social que, resumidamente, consistia em uma economia baseada no pleno emprego, na produção e consumo de massa para que, com isso, se alcançasse a “justiça social”. Neste sentido, Potyara (2011) refere-se que sustentado pelas ideias Keynesianas, o “*Report on Social Insurance and Allied Services*” elaborado por um comitê organizado por William Beveridge publicado, em 1942, foi inovador pelo seu caráter “nacional e unificado e conter um eixo distributivo, ao lado do contributivo, além de abolir os testes de meio no âmbito da assistência social” (p. 93). Surge, portanto, em 1942, na Inglaterra, o modelo de seguridade social Beveridgeriano que se constitui:

[...] uma reorganização e recomposição de medidas dispersas de proteção social já existente na Inglaterra, acrescidas de outras direcionadas para a ampliação e consolidação dos planos de seguro social (seguro social básico e universal e seguros complementares) e da uniformização de benefícios, além da criação de novos auxílios (SILVA, 2012, p.127).

Esse modelo de seguridade social objetivava a universalidade de cobertura do referido Plano. Para tal, o seu financiamento era dividido em três fontes essenciais, a saber:

[...] os impostos fiscais arrecadados pelo tesouro britânico (maior parte); as contribuições diretas dos cidadãos vinculados aos planos específicos de seguros (social e /ou complementar) e dos empregadores dos segurados de planos de seguros, empregados mediante contratos de trabalhos (Idem, p.128).

Segundo Marshall (1967 apud SILVA 2012), esse Plano obteve grande sucesso, na década de 1940, tendo influenciado vários países na Europa Ocidental, tornando-se o verdadeiro símbolo do Estado de Bem-Estar Social. Espalhando-se pelo mundo capitalista que, neste contexto histórico, vivenciava o modelo de produção Taylorista/fordista, de maneira desigual, assumia diversas formas e conteúdos materializados através de políticas sociais amparadas na concepção de que: “o homem não é só uma unidade de produção e, portanto não é totalmente responsável pelos seus problemas socioeconômicos, cabendo ao Estado protegê-lo” (POTYARA, 2011, p. 185). Constata-se, portanto, que este modelo surgiu da congruência dos pensamentos de Keynes e de Beveridge, introduzindo pela primeira vez um modelo proteção social baseado na seguridade social e princípios que até então não existiam, como o acesso universal através de um sistema único estatal financiado através de fundo público para custear as políticas sociais, ou seja, para além das ideias e práticas bismarkianas de proteção social que se baseada na concepção seguro social.

Importa registrar que o conceito de seguro social se difere do conceito de seguridade social. O seguro social estabelece uma relação direta entre as contribuições e o acesso aos serviços de proteção social por parte do Estado. Cabe registrar que, naquele contexto histórico, o acesso dos trabalhadores e de seus familiares (dependentes) aos serviços de proteção social, na lógica de seguro, dependia da venda da força de trabalho ao mercado, sem esta condição não teriam acesso aos benefícios.

Assim, o conceito de seguro social se materializa, principalmente, na política de Previdência Social, a partir da incorporação dos modelos de seguros sociais que foram criados pelos próprios trabalhadores para proteção em casos de greves quando tinham seus salários cortados, ou mesmo, em caso de solidariedade entre eles em situação de morte e/ou adoecimento. Nas palavras de Fleury (1997):

No modelo de seguro social, a proteção social dos grupos ocupacionais estabelece uma relação de direito contratual, na qual os benefícios são condicionados às contribuições pretéritas e à filiação dos indivíduos a tais categorias ocupacionais que são autorizadas a operar um seguro. A organização altamente fragmentada dos seguros expressa a concepção dos benefícios como privilégios diferenciados de cada categoria como resultado de sua capacidade de pressão sobre o governo (p. 02).

Assim, a concepção de seguro social se restringe “as contribuições pretéritas...” conforme se refere Fleury (1997). Enquanto que a seguridade social, geralmente, exprimi uma concepção mais ampla de proteção social, visto que, incorpora mais de uma política social que depende ou não de contribuição prévia direta, ou seja, em muitos países esse modelo inclui políticas como: saúde, assistência e previdência social ou ainda de educação e habitação; carrega consigo a concepção de direito de cidadania. Portanto, a forma e o conteúdo da Seguridade Social dependerão dos tensionamentos ocorridos no corpo societário entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. (IDEM, 1997).

Constata-se, então, que foi a partir da concepção de Estado denominado Bem Estar Social que a seguridade social ganha *status* de proteção social, ou seja, um instrumento pelo qual a população teria acesso aos seus direitos sociais constituídos legalmente. É importante ressaltar que foi no período pós Segunda Guerra Mundial que a política de Previdência Social se consolidou como um seguro social estatal, atendendo aos trabalhadores assalariados que, por situações adversas, tivessem que deixar de trabalhar temporariamente ou totalmente. Segundo Médice (1989) (apud Mota 2015) pode-se denominar esse período como “Etapa previdencialista da Seguridade Social” (p. 142), cabendo aos considerados inaptos para o trabalho, a proteção do Estado através da política de assistência social.

O conceito de Seguridade Social, segundo Vianna (2011) se apresenta como um dos mais dinâmicos do capitalismo avançado do século XX. Assim, o seu significado e a sua operacionalização se mantém impreciso. Foi disseminado no Pós-Guerra para designar uma área de atuação estatal entendida como decisiva para as políticas econômicas de inspiração Keynesianas, com estatuto teórico de uma noção mais abrangente do que o *welfare state*, distanciando-se da ideia de conjunto das ações da previdência, assistência social e saúde.

Sendo assim, o termo Seguridade Social “parece indicar um objeto mais pragmático e, por isso, menos contemplado pela teoria” (VIANA, 2011, p.56), Com efeito, segundo esta autora, é possível observar duas concepções de definição deste

termo: - a primeira engloba uma visão de proteção social ampliada que não se limita apenas ao acesso da população as políticas sociais oferecidas pelo Estado, mais também visa a proteção aos direitos civis políticos e bem estar econômico; - a segunda se relaciona à concepção de seguro social, ou seja, proteção em casos previamente determinados em que os indivíduos em situações adversas, tenham seus rendimentos substituídos pela concessão de auxílios.

Segundo Vianna (2011), há uma imprecisão conceitual sobre o termo seguridade social, visto que se aproxima muito mais da prática de políticas sociais no pós-guerra Segunda Guerra Mundial, o que se entende até os dias de hoje. Para a Convenção nº. 182 de 1952 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a seguridade social significa:

[...] a proteção que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma serie de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência, como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez e morte e também a proteção de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos “(SPOSATI, 1997, apud SANTOS E MARCONSIN, 2010, p.26).

Segundo Silva (2004), as inúmeras declarações da OIT se referem que os objetivos da seguridade social são voltados para a garantia de acesso universal aos serviços de assistência médica, substituição adequada da renda perdida; recursos básicos, inserção ou reinserção social, tendo como princípios: “igualdade, solidariedade (financiamento coletivo); filiação obrigatória e cobertura optativa; responsabilidade geral do Estado; e administração democrática” (p.120).

Apesar da imprecisão conceitual sobre a seguridade social, a concepção do termo que norteará este estudo se aproxima daquela proposta por Beveridge que visava a proteção social como forma dos trabalhadores terem acesso a cidadania, independente das prestações prévias pecuniárias retiradas de seus salários. Contudo, entende-se que toda riqueza gerada na sociedade capitalista é resultado do trabalho humano, sendo este assalariado ou não, ou seja, todos os trabalhadores contribuem diretamente ou indiretamente para o Estado e, por isso, o acesso às políticas sociais deveria ser de caráter universal e redistributivo, contrariando, portanto, a lógica do seguro social.

2.1.1 A seguridade social nos países de capitalismo avançado até a América Latina.

Conforme referido, anteriormente, foi a partir da concepção de Estado denominado Bem Estar Social que a seguridade social ganha *status* de proteção social. Segundo PISÓN (1998), o Estado de Bem Estar social tem raízes nas reivindicações dos movimentos revolucionários que se desenvolvem na Europa em 1848, a Comuna francesa de 1871 e as políticas sociais de Bismarck na Alemanha, na década de oitenta do século XIX. Essas reivindicações foram inspiradas na luta pela igualdade e justiça social entre as classes sociais. Para este autor, a culminância deste Estado é o resultado da combinação de circunstâncias como: a luta pelo o sufrágio universal, a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a pressão do movimento operário para acesso a direitos sociais.

Importa registrar que as mudanças históricas ocorridas no mundo pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial provocaram impactos sociais importantes para a humanidade, dentre os quais podem ser destacados: os avanços das ciências humanas e sociais no que respeita os debates sobre os direitos do homem e de sua dignidade como sujeito social; a luta do movimento operário; a Revolução Russa ocorrida em 1917 tencionaram política e ideologicamente o mundo capitalista a dar respostas às demandas da classe trabalhadora.

No continente americano, este modelo foi gestado nos Estados Unidos, após a crise de superprodução, ou nas palavras de Mészáros (2011) “uma crise de realização”, pois, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os EUA passaram a ser os principais exportadores de alimentos e produtos industrializados para os países europeus que estavam com suas economias enfraquecidas por conta da guerra, assim que essas economias retomaram o seu crescimento o grau de dependência externa diminuiu e, contrapartida, o desenvolvimento expansivo de produção nos EUA já estava em grau avançado e precisava escoar o que produzia, ou seja, sem realização do capital produto, o lucro foi entrando em taxa decadente.

Tal situação teve seu ápice, com o colapso da bolsa de valores de *Wall Street*, no dia 24 de outubro de 1929, após o fornecimento de crédito fácil aos trabalhadores e aos capitalistas que investiam na bolsa de valores em busca de lucro. Em consequência, ocorreu a queda dos valores das ações e todos os investidores tentaram vender as mesmas, mas no fim desse dia, a bolsa fechou com uma dívida de, aproximadamente, 4 bilhões de dólares. Os corretores negociadores das ações no mercado de valores, sem

condições de cobrir os empréstimos que haviam realizados nos bancos começaram a cobrar os devedores, pertencentes desde a classe trabalhadora aos capitalistas, evidenciando, as devidas proporções de investimentos e as consequências dessas operações para cada um. Assim, os “clientes” passaram a vender suas ações a preços baixos objetivando poder pagar as suas dívidas com os bancos. Paralelamente a isso, as pessoas que possuíam dinheiro acumulado em conta de poupanças e investimentos começaram a sacar os valores em espécie; com essa operação vários bancos faliram e fecharam afetando o setor produtivo que sem empréstimos tiveram que fechar suas fábricas.

Como forma de enfrentamento a essa crise, o então Presidente Franklin Roosevelt, em 1933, aprovou uma série de medidas conhecidas como *New Deal* que, em síntese, significou reformar os pilares da economia de maneira a criar condições para a instituição de agências governamentais como, por exemplo, a *Federal Agency Relief administration*, cujo objetivo era organizar um fundo para atendimento às demandas sociais. Outra importante medida adotada, em 1935, foi a promulgação do Ato de Segurança civil, objetivando subsidiar o fornecimento de pensão mensal aos aposentados e a ajuda financeira aos desempregados.

Foi neste contexto que as ideias do economista inglês John Maynard Keynes, principalmente, através de sua obra “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” de 1936, subsidiaram a organização macroeconômica no sentido de instituir o Estado de Bem estar social. Esse modelo econômico se sustentava em três pilares principais: a oferta de pleno emprego aos trabalhadores, a produção e consumo em massa e a proteção social assegurada pelo Estado. Nas palavras de Mota (2015):

Consolidando como uma política anticíclica, o Keynesianismo institui políticas estatais de regulação econômica e social, de que são exemplos a planificação econômica e a intervenção na relação capital/trabalho, por meio da política salarial, da política fiscal, da política de crédito e das políticas sociais públicas. Enfim, um conjunto de medidas necessárias à retomada do processo de acumulação, que foi afetado pela crise de 1929 e que pode ser descrito, no aumento da produtividade do trabalho e na intervenção social e econômica do Estado (p. 142-143)

Nesse contexto, a Seguridade Social ganha *status* de proteção social, tendo sido organizado um instrumento pelo qual a população teria acesso a direitos sociais constituídos, legalmente. Segundo Médice (1989) apud Mota (2015, p. 142), a proteção social tinha por base, principalmente, a política de previdência Social vinculada à lógica de seguro social, onde o trabalho assalariado possuía importância fundamental para

operacionalização dessa política, dado também a necessidade deste tipo de trabalho naquele momento histórico ao sistema capitalista como um todo. Sendo assim, àqueles que faziam parte do exército industrial de reserva ou mesmo aqueles que não podiam vender sua força de trabalho por motivos diversos, eram atendidos pela política de assistência social. Nesse contexto, a categoria “trabalho assalariada” ganha, portanto, importância devido ele se constituir o núcleo para o acesso aos direitos sociais. Nas palavras de Silva (2012):

No contexto *fordista/ Keynesiano* o trabalho assalariado confirmou-se como condição de acesso à proteção social. Foi a partir da relação capital/ trabalho em conjunturas nas quais a correlação de forças entre as classes sociais esteve favorável aos trabalhadores e às suas lutas que vários direitos se viabilizaram, inclusive os direitos relativos à seguridade social. Isso aponta uma relação entre o *trabalho, Estado e as políticas sociais*. E mostra que as diversas formas de intervenção do Estado são condicionadas pelos interesses e capacidade de classes sociais, os quais são determinados especialmente no nível da produção (p. 47).

A propósito Potyara (2011) refere-se que o Estado de Bem Estar Social não foi um modelo que se uniformizou, haja vista que o mesmo foi instituído, principalmente, entre os países de capitalismo central. Assim, como as políticas sociais protetivas oriundas deste Estado dependeram do tipo de Estado de Bem Estar Social adotado por cada país. Diante dessa afirmativa essa autora refere que Titmus, em 1976, elaborou a primeira classificação de tipos de Estado de bem-estar social, identificando, portanto, três principais categorias que ele denominou de: Bem-estar social (*social welfare*); Bem-estar fiscal (*fiscal welfare*) e Bem-estar ocupacional (*occupational welfare*). O primeiro tipo de Estado de Bem-estar social (*social welfare*) foi adotado após o colapso das velhas formas de proteção social, tratando as expressões da questão social não como um desvio, mas como, resultantes do desenvolvimento da indústria capitalista, e os provimentos de serviços sociais estavam ligados a uma questão de direito de cidadania.

Já o segundo tipo, Bem-estar fiscal, significou uma espécie de financiamento direto e indireto aos segmentos da população mais pobre, de forma que tributos foram retirados objetivando descarregar tributariamente esses segmentos. O terceiro tipo classificado pelo autor como Estado de Bem-estar ocupacional (*occupational welfare*) teve como características que a concessão de benefícios e auxílios estivesse vinculada ao trabalho formal.

Essas primeiras classificações se desdobraram em uma segunda elaboração teórica, denominada pelo autor como modelos de bem-estar social, que foram: o

residual, cuja característica principal era que o Estado só deveria intervir no social, mediante ausência do atendimento das necessidades sociais pelo mercado e pela família; o segundo modelo conhecido como *performance* industrial, o atendimento às necessidades sociais dependiam de uma lógica mercadológica e meritocracia, ou seja, o trabalhador teria acesso aos direitos sociais a partir de um julgamento de rentabilidade no trabalho. E por fim, o modelo institucional redistributivo, cuja responsabilidade pela proteção social cabia ao Estado, sendo ele, também, responsável pela regulação das leis do mercado (IDEM, 2011).

Segunda Potyara (2011), essa classificação foi utilizada até a década de 1990 quando Goran Therborn e Gosta Esping-Andersen, apresentaram outras considerações e classificações de Estado de Bem-estar Social que levaram em consideração a realidade desse modelo de Estado na Europa, na América do Norte e em alguns países da Oceania. No entanto, foi a tipologia elaborada por Esping-Andersen, que segundo a autora, ganhou maior influência no “debate conceitual e contemporâneo” (p.189), pois, o autor elaborou uma tipologia composta por “três mundos de bem-estar capitalista”, denominados como: liberal, conservador e o social democrata. Cujas características do primeiro estavam no fato dos benefícios sociais serem poucos e voltados para as populações com rendas mais baixas, cujos acesso a esses benefícios sociais estavam condicionados a comprovação de pobreza. O Segundo, o acesso aos direitos sociais estava subordinado a manutenção da ordem social, e contribuía para manutenção dos pilares conservadores da sociedade, onde o Estado subsidiava instituições como a igreja e as organizações voluntárias que ficavam responsáveis pela concretização de direitos. E, por último, o social democrata, acesso aos direitos sociais está ligado como direito de cidadania, portanto não podem ser subordinadas as leis do mercado. (p. 191)

A título de nota, na América Latina, Laurell (2002) ao tentar identificar se nesse continente ocorreu experiências de Estado de bem estar social, empreendeu esforços por meio de uma pesquisa objetivando compreender os avanços e retrocessos quanto a garantias de direitos sociais materializados através das políticas sociais. Para tal, partiu da classificação elaborada por Espinger-Anderser e acrescentou quatro aspectos fundamentais que considerou importante na sua análise, a saber: o processo histórico da constituição dos Estados nacionais; a democracia; a presença da estrutura de classes e, por fim, o produto interno bruto de cada país analisado.

A referida autora constatou, em seus estudos, que na realidade latina americana, ainda que de maneira restrita ou incompleta, em alguns países pode-se

observar a presença do Estado de bem-estar social, pois muitos países reconheceram em suas legislações, o conceito de direitos sociais e escolheram o seguro ou a seguridade social pública, como forma de proteção social. No entanto, a autora pontua que mesmo antes da adoção do neoliberalismo nesses países, a seguridade social pública tinha cobertura que dependiam da relação entre o trabalho assalariado e o acesso ao direito e, ainda assim, com benefícios diferenciados entre os beneficiados; por último, ressalta que a proteção ao desemprego inexistia em quase todos os países.

2.1.2 O Percurso da Proteção Social no Brasil: do seguro social a seguridade social

No Brasil, país capitalista periférico⁶, o surgimento e a implantação dos serviços de proteção social, até a instituição da Seguridade Social que se deu com a Constituição Federal (CF) de 1988, percorreu caminhos diferentes dos países capitalistas centrais, no que concerne ao tempo e ao conteúdo dos mesmos. Assim, não se pode afirmar que em algum momento o Estado brasileiro tenha adotado o pacto social fordista/keynesianista, com garantias legais, formais e materiais para a classe trabalhadora.

Este fato pode ser entendido ao ter-se em consideração a formação do Estado brasileiro, a condição do país como colônia fornecedora de produtos primários e, posteriormente, a inserção tardia no país no capitalismo com a formação da classe trabalhadora composta, principalmente, por descendentes de escravos, nativos dos segmentos sociais mais pobres e imigrantes que sofreram com a cultura arraigada do coronelismo e clientelismo. Com efeito, a noção de cidadania, direitos e proteção social acompanhará as contradições da formação do Estado brasileiro.

Contudo, o início do sistema de proteção social, no Brasil, segundo Boschetti (2008), foi esboçado desde 1889, após a abolição da escravatura e antes da proclamação da república, quando, em 1975, foram instituídos programas públicos como o Plano de

⁶ Adota-se a concepção de Marini sobre seus estudos sob do “desenvolvimento” do capitalismo pelo mundo, na qual compreende a divisão do mundo capitalista entre países de capitalismo central e países de capitalismo periférico. O autor refere que situação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais está assentada num longo processo histórico de exploração das colônias que se perpetuou mesmo após a suas “independências”, sustentando por uma relação econômica que mantém as velhas estruturas produtivas, ou seja, a exportação de bens primários que geralmente são vendidos a preços baixos no mercado, por lado importam produtos industrializados para suprimento do mercado interno. Outra explicação importante trata-se da extenuante e crescente relação de empréstimos dos países imperialistas, especialmente dos Estados Unidos a juros altos. E por fim, um fenômeno que decorre deste sistema, a superexploração do trabalho, caracterizado pela “combinação de baixos salários com o prolongamento da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho” cujo resultado é “distribuição de renda extremamente perversa, que condenava a imensa maioria da população a níveis de consumo miseráveis, muitas vezes abaixo do padrão mínimo de subsistência” (MARINI, 2010. p. 113)

Assistência aos Órfãos e Viúvas dos profissionais da Marinha e, posteriormente, de caráter privado, a Sociedade Musical de Benemerência, em 1934. Neste sentido, a autora observa, também, a existência de leis protetivas como a Lei 3.397 que criaram as caixas de apoio financeiro aos trabalhadores da estrada de ferro, em 1888. Essas iniciativas destinavam-se, pontualmente, a alguns trabalhadores, porém, aqueles que não podiam vender sua força de trabalho por motivos de doenças/deficiências ou desemprego ficavam a mercê do atendimento de associações privadas filantrópicas. .

Posteriormente, ainda nos primeiros anos da República, foram criadas outras medidas, entre elas, a promulgação através do Decreto Legislativo nº 3.724 de 1919, a primeira Lei de Acidentes de trabalho, no Brasil, além Lei Eloy Chaves, em 1923, reconhecida como o ponto de partida do sistema de Previdência social brasileira. Assim, ressalta-se que a importância da promulgação da Lei Eloy Chaves reside no fato de que esta “obrigava as empresas a instituírem Caixas de Aposentadorias e Pensões”- CAP’s, fazendo com que pela primeira vez que os trabalhadores urbanos assalariados tivessem direito ao “atendimento médico, medicamento, aposentadoria e a pensão em caso de morte” (BOSCHETTI, 2008, p. 16).

No entanto, foi com a criação do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Públicos - Ipasep, em 1926, que, pela primeira vez, o Estado assumirá funções equivalentes aquelas assumidas pelas Caixas de aposentadoria e pensões de caráter privado. Apesar destas formas de proteção ao trabalho, considera-se que foi no governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), momento em que, no Brasil, ocorreram mudanças nas relações de trabalho, devido o crescimento da industrialização e instituição das Leis trabalhistas regulamentadoras das relações patrão x empregado - que surgiu a necessidade do atendimento das reivindicações da classe trabalhadora por parte do Estado, conduzindo o governo federal criar, em 1933, outra modalidade de proteção social denominada de Institutos de Aposentadoria e Pensões, sendo de sua responsabilidade a administração e o co-financiamento.

Segundo Boschetti (2008), até 1930, não existia uma distinção nítida entre as concepções de previdência e assistência social, somente, a partir da interferência do Estado “mais direta e regularmente na organização econômica e social, que emergiu uma tendência de definição de termos do modelo de proteção social” (p. 18), surgindo, desta forma, a primeira tentativa de distinguir as expressões “assistência” e “previdência” – a primeira expressão destinava-se a denominar benefícios, serviços e auxílios e a segunda designava as aposentadorias e pensões.

No período mencionado que se estende desde 1930 até 1945, o modelo de proteção social adotado privilegiava os trabalhadores assalariados que, após as contribuições diretas poderiam usufruir de aposentadorias e pensões, portanto, o acesso ao direito social era regulado diretamente pela lógica do seguro social, no entanto, segundo Boschetti (2008), os benefícios que independiam de contribuições prévias “foram sendo incorporados e passaram a constituir o cenário da proteção social, o que obscureceu qualquer tentativa de manter tal proteção sob o imperativo da pura lógica previdenciária e securitária” (p. 34).

Ainda segundo a autora, outro avanço no sentido de proteção social aos não contribuintes, ou seja, os atendimentos às necessidades sociais da população, para além da lógica securitária, foi a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1942, apesar de seu objetivo inicial ter sido apoiar os familiares dos soldados que haviam se alistados para lutar na Segunda Guerra Mundial; esta instituição assumiu posteriormente, também, funções de atender as classes sociais mais pobres.

Na América Latina e em particular no Brasil, a proteção social seguiu algumas características dos modelos adotados pelos países centrais, no que tange à regulação do acesso aos direitos sociais regulados pelo trabalho assalariado. No entanto, com a devida ser um país cujo desenvolvimento do capitalismo se deu, tardiamente, essa modalidade de trabalho não se transformou em “fator de integração nacional e onde as atividades precárias e informais proliferam” (2008, p. 88). Esta situação perdura até a atualidade, o que se constitui como uma lacuna seguridade social, na medida em que não consegue proteger, qualitativamente, um segmento considerável de trabalhadores informais sem cobertura previdenciária.⁷

Na década de 1960, com a promulgação da Lei Orgânica de Previdência Social - LOPS e, em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), as CAP's e os IAP's passaram a fazer parte de um único sistema de proteção social. E,

⁷ Os trabalhadores informais sem cobertura previdenciária que sofrem com enfermidades temporárias (a quebra óssea de um membro, tuberculose e hanseníase em estágio inicial, doenças etárias- osteoporose, doenças mentais sem alienação, como depressão recorrente) quando não conseguem uma forma de subsistência tem em muitas das vezes seu quadro de doença agravado pela ausência de fornecimento de alimentação de qualidade, uso de remédios e acesso à um sistema público saúde de qualidade, podem até chegar a morte sem terem acesso a proteção social. O que ocorre no Brasil, é que na impossibilidade de acesso aos benefícios previdenciários, muitos trabalhadores migram da previdência social e recorrem ao Benefício de Prestação Continuada, no entanto só conseguem o reconhecimento desse direito quando aquela doença que era considerada de trato simples tiver incapacitado “para vida independente e para o trabalho”. O BPC tem portanto um caráter muito mais indenizatório do que protetivo preventivo.

em 1977, com a Instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e Saúde, se tem, segundo Boschetti (2008), uma maior vinculação entre as três políticas que compõem, atualmente, a Seguridade Social brasileira. Contudo, este termo só será utilizado, no Brasil, mais tarde com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988.

No Brasil, o conceito de Seguridade Social instituído quando da sua concepção política-interventiva, percorreu um longo caminho de debate entre as forças políticas e sindicais do país no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Para isso, foram organizadas várias subcomissões que discutiram os direitos sociais e do trabalho e, foi nesse contexto, que se debateram as políticas de assistência social, de previdência social e de saúde. Segundo Boschetti (2008), foi na comissão de Saúde, Seguridade e Meio ambiente que foram forjadas, de modo mais preciso os princípios da Seguridade Social brasileira, sendo que o debate sobre a saúde foi o que ganhou mais importância nesse processo. Registra-se, portanto, que o debate sobre a política de previdência social teve maior ênfase, na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, onde se aglutinaram diversos grupos organizados, entre eles: partidos políticos de esquerda e de direita, representantes dos empresários e os sindicatos dos trabalhadores que tencionavam projetos diferentes sobre o que seria configurado, no país, como seguridade social, em especial a política de previdência social.

Desta forma, a seguridade social ganha base regulatória na Constituição Federal título VIII – da Ordem social e em seu artigo 194, caput, foi conceituada como um “conjunto integradas de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, que seguido de um parágrafo organizativo que se baseará nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (CF, 1988).

Na concepção de Fleury (1997) a seguridade social brasileira, a partir de sua organização da Constituição Federal de 1988, representa uma profunda transformação no sistema de proteção social do país, visto que buscava a universalização da cidadania, gerando mecanismos mais solidários e redistributivos, para além do acesso regulado

pelas contribuições diretas. Esta proposta pode ser visualizada, segundo a autora, na adoção, por parte do Estado, em algumas medidas que organizaram o sistema protetivo brasileiro, seja no que tange a ampliação do acesso a benefícios assistenciais a idosos e pessoas com deficiência, seja em medidas gerenciais imbuídas do conceito democrático de fiscalização das políticas sociais, através da implementação de conselhos e descentralização político administrativa⁸. Nesta esteira, a autora, ainda, elenca como avanços da seguridade social, no Brasil, a regulamentação de um orçamento, onde se privilegiava diversificada fontes⁹ de financiamento possibilitando que trabalhadores rurais, mesmo, sem contribuição direta tivessem direito a cobertura previdenciária; e a promulgação de Leis orgânicas que regulamentariam as políticas sociais setoriais.

Contudo, apesar da concepção de Seguridade Social instituída, a partir da CF de 1988, ter representado um marco para o sistema protetivo brasileiro, que no entendimento de Behring (2010) representou uma tentativa de romper com o modelo Bismarckiano que vinha sendo implementado no país, esse processo se deu de forma “retardatária e formalmente”. Isto por que, foi apenas na década de 1980 que, finalmente, se utilizou o termo seguridade social, para organizar um sistema protetivo de maneira que representasse de direito à segurança protetiva nacional, enquanto que nos países de capitalismo central, essa concepção já havia sido instituída, desde o final da década de 40. Além disso, na década seguinte, a seguridade social brasileira se confrontará com a realidade conjuntural, econômica e política postas pela instauração do neoliberalismo.

A instituição do modelo neoliberal, no Brasil, se deu, tardiamente, se comparado com Chile, ainda na década de 70, em decorrência das resistências dos empresários que reivindicavam o fim da política econômica recessiva e dependente do capital externo, bem como as lutas de vários segmentos sociais que ocorreram em prol da redemocratização do país. Contudo, a efetivação de tal modelo econômico ganhou corpo e forma, no Brasil, nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) que foi responsável por assinar de uma vez por todas o receituário do Consenso

⁸ Neste aspecto ainda refere sobre a incorporação dos os serviços prestados pelo extinto INAMPS, ao Sistema Único de Saúde.

⁹ Art. 195. Da Constituição Federal “a seguridade social será financiada” por toda sociedade de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das contribuições sociais: I- dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II- dos trabalhadores; III- sobre a receita de concursos e prognósticos”.

de Washington¹⁰, sobre discurso de “inovação na gestão”, “deixar a máquina pública mais leve”. Assim, o economista Bresser Pereira foi o responsável pelo processo que levaria “Reforma do Estado”, de forma a conduzir o país a chamada “modernização” o que em sua palavras significava:

Um dos princípios fundamentais da **Reforma de 1995** é o de que o Estado, embora conservando e se possível ampliando sua ação na área social, só deve executar diretamente as tarefas que são exclusivas de Estado, que envolvem o emprego do poder de Estado, ou que apliquem os recursos do Estado (2010?).

Sendo assim, Bresser Pereira segue a defesa de um Estado com características do social liberalismo; fez críticas ao estado de bem estar social brasileiro, o que segundo entendimento de Oliveira (1994), de Boschetti (2008), de Silva (2012) o Brasil não esse vivenciou esse modelo de Estado. No entanto, o autor seguindo as tendências do que ocorreu em nível mundial, elaborou, também, a sua crítica a esse modelo, para justificar a necessidade de manter os pilares macroeconômicos, onde o que imperava era a resolução dos os problemas sociais através do mercado, pois na concepção do social liberalismo, o Estado contaria com o apoio das organizações públicas não estatais, as “Organizações sociais” para o trato das expressões da questão social. Tal cenário contraria ao proposto na CF de 1988, no que tange à seguridade social, pois o principal responsável pela gestão e direcionamento das políticas sociais brasileiras, no sentido de alcance ao raio universal como direito de cidadania, é o Estado.

Com efeito, uma vez instaurado o neoliberalismo, no Brasil, sob a orientação do Consenso de Washington, foram implementadas medidas, dentre as mais evidentes: - a diminuição do poder do Estado em intervir na economia; - a privatização de empresas estatais; - abertura comercial; - a financeirização do capital; - a flexibilização das leis trabalhistas e a implantação de mecanismos e normatização legais para as políticas sociais que ferem o conceito de Seguridade Social instituído na CF de 1988, conforme citado, anteriormente, os quais foram, em maior ou menor grau, sendo atacados, a

¹⁰ Assim, demarca-se, historicamente, que em 1989 na cidade de Washington, 19 anos após o início da era da reestruturação produtiva, reunia-se funcionários do governo norte americano, representantes dos organismos financeiros (FMI, Banco mundial e BID), com a presença de economistas dos países de periferia latinos. Com objetivo de fazerem uma avaliação das reforma econômicas empreendidas na América Latina e amparados nas ideias do economista John Williamson passando a abrigar 10 propostas que abrangiam “disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira dos gastos públicos; regime cambial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual”(TEIXEIRA 1996, p. 224).

exemplo da contradição entre o preceito da Política de Assistência Social ser “para aqueles de deram precisarem” e ao mesmo tempo permitir que o decreto de regulamentação do BPC restrinja o acesso ao benefício aos requerentes cuja sua renda per capita seja de ¼ do salário mínimo.

Importante mencionar que o Consenso de Washington passou a orientar a seguridade social, tanto nos países capitalistas centrais quanto nos países periféricos, tornando evidente a centralidade dessa política social no conjunto das novas relações entre o Estado, o mercado e a organização social. Assim, particularmente, no Brasil, a seguridade social transformou-se em objeto prioritário de reformas e ajustes, tendo como principais metas do programa de internacionalização: - redução de gastos públicos; ampliação da participação do setor privado e não-lucrativo; - redução das contribuições sociais das empresas, - desenvolvimento das políticas focalizadas na pobreza; - desenvolvimento de atividades voluntárias complementares aos serviços públicos (TAYLOR-GOOBY, 1991 apud MOTA, 2005).

Essa programática na realidade brasileira, segundo Fleury (1997) se fundamenta principalmente no se refere ao tratamento fiscal dado as políticas sociais, visto que, foram implementadas através de emendas constitucionais, ajustes em seu orçamento, em suas palavras: “sucessivas apropriações dos recursos oriundos das contribuições sociais para outros fins, seja para o pagamento dos Encargos Previdenciários da União – EPU, a desvinculação da Receita da União- DRU” (p. 12). Neste cenário, em 04 de maio de 2000, foi aprovada a Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal que entre os seus objetivos consta a garantia do *superávit* primário através de um mecanismo que tensiona o fundo público para o atendimento da segurança do mercado financeiro nacional, de forma que mesmo a peso de cortes na área de investimento social, mantenha saldo positivo nas contas do Banco Central, possibilitando, assim, que as exigências das instituições financeiras internacionais sejam atendidas.

Sobre esse aspecto, Behring (2008), em sua obra “*Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*” avalia os impactos que esse modelo econômico adotado e coordenado por Bresser Pereira trouxe às políticas sociais brasileiros. Por conseguinte, as políticas sociais tornaram-se limitadas em suas capacidades preventivas e redistributivas incentivando, contraditoriamente, “trinômio articulado do ideário neoliberal” (p. 248). (...) privatização, a focalização e a descentralização da gestão pública no trato das expressões da questão social. Tal

conduta, segundo a autora, é reforçada por agências multilaterais, a exemplo o Banco Mundial e o FMI que, em 1999, elencou cláusulas sociais nos acordos dos empréstimos que fazia ao Brasil, de forma a condicionar tais empréstimos à imposição de orientar o destino das políticas sociais brasileiras, sobretudo as de previdência social e assistência social.

A seguridade social Brasileira segue a tendência mundial de sofrer com a ofensiva neoliberal implantada no mundo após a crise de 1970, se outrora após a segunda Guerra Mundial, este sistema de proteção social fora pensado de maneira que pudesse servir também como forma de superação da crise do sistema capitalista nos países centrais, agora ele será atacado ferozmente. Visto a necessidade por parte do sistema capitalista no aumento da taxa lucro ao preço da exploração da mais-valia ao seu potencial máximo, ainda que isso signifique que os trabalhadores aceitem trabalhar em quaisquer condições de trabalho e sem direito a aposentadoria reconhecida por um sistema público. Diante disso se fez necessário compreender de que forma a crise do sistema capitalista se engendra, particularizando principalmente as crises de 1970 e 2008, e seus efeitos na seguridade social brasileira pós 1988, quando da sua implantação nas décadas seguintes.

3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: elementos para a compreensão da seguridade social no Brasil.

As crises funcionam como parteiras de uma nova época tanto para a burguesia quanto para o proletariado (COSTA, 2012, p.169).

Mészáros (2002), filósofo húngaro, em sua obra *“Para além do Capital: rumos a uma teoria da transição”* é contundente ao afirmar que as crises capitalistas se constituem um fenômeno que é inerente ao modo de produção capitalista, classificando-as como “natural da existência do capital”, ou seja, imanente a este modo de produção, pois se utiliza desta forma de ser para superar as barreiras que o impede de prosseguir seu dinamismo de “operação e dominação” (p.795, 2002). Ao explicitar o engendramento das crises capitalistas, refere-se que as mesmas se formam a partir da tripla dimensão interna da auto-expansão do capital que comporta pelos os seguintes elementos: a produção, o consumo e a circulação/distribuição/realização. Com base nesses argumentos afirma que o capital não poderia desejar completa superação das crises, pois as mesmas servem como uma alavanca para que o próprio sistema com sua composição material e ideológica avancem para além da estagnação, mesmo que o seu preço seja a destruição da natureza e da degradação humana.

Esse mesmo autor, ao discorrer sobre a análise das crises capitalistas, sinaliza que a “novidade histórica” da crise contemporânea é a sua manifestação em quatro aspectos principais: caráter universal, alcance global, escala de tempo extensa e modo de desdobramento rastejante. Assim, o referido autor faz um importante diferencial entre dois tipos de crises: a cíclica e a estrutural. A primeira é funcional e se caracteriza, principalmente, pelo “bloqueio temporário”. A propósito, Harvey (2011) elenca seis tipos de bloqueios que detalham o processo originário da crise e as barreiras que o capitalismo cria para evitar a queda da taxa de lucro e o enfrentamento da referida crise, de tal forma, que se dê através de mecanismo menos complexo como investimentos na área a ser ajustada:

[...] I) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. (HARVEY, 2011, p.46-47).

Se por outro lado esses “ajustes” criam um novo cenário, por outro propiciam o surgimento da crise denominada estrutural que se torna cada vez mais desafiadora até o seu limite absoluto, o que significa nas palavras de Mészáros (2002) “que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas” (p. 799). Sob esse entendimento, a crise estrutural do capital expressa as suas contradições de forma a gerenciar apenas uma ou outra barreira, porém, não pode resolver o problema central da mesma, visto que “afeta a totalidade de um complexo social” (p.797).

Costa (2012), em concordância com o pensamento com Mészáros (2002), destaca três pontos sobre a crise cíclica do capital: o primeiro refere-se que a crise é inerente ao modo de produção capitalista, a qual se constitui como um dos mecanismos de sua expansão; o segundo diz respeito à multicausalidade que engendra uma crise sistêmica, ou seja, “não tem origem no subconsumo, não é crise de desproporção entre os diversos setores da produção, não é crise de função da queda da taxa de lucro, da especulação financeira ou qualquer fato isoladamente” (p. 132); o terceiro refere-se que à crise sistêmica representa o “colapso da totalidade” (p. 136).

Segundo esse autor, os efeitos de uma crise sistêmica são, também, mais profundos e devastadores, visto que envolvem todo o sistema estrutural que sustenta o capitalismo e incidem profundamente sobre a forma e o conteúdo do Estado, da exploração do meio ambiente e das relações humanas, de maneira a esgotar qualquer influência civilizatória que este sistema trouxe para a humanidade, no exato momento em que suas contradições acentuam e negam, completamente, as necessidades elementares da população mundial.

Com efeito, “O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 800). Mas, para a sua “autorreprodução ampliada”, o capitalismo depende da força de trabalho vivo, caso contrário este sistema não pouparia a humanidade da bomba de nêutrons, se assim fosse necessário para chegar a seu fim. Diante dessa contradição, cabe aos humanos se confrontarem com “consequências desumanizadoras e com a crise crescente do sistema de dominação” (p.802), pois segundo Marx (1980), o engendramento do sistema capitalista é inconciliável, haja vista que a acumulação do capital e a concentração da riqueza se dão por meio da extração da mais valia e pela não socialização igualitária dos

bens produzidos pela classe trabalhadora, através do trabalho precário. Portanto, a elevação de salários, bem como a ampliação de direitos para a classe trabalhadora, materializada pela oferta de serviços sociais que foram instituídos pelo Estado de bem-estar social, devido à pressão política da organização sindical, conforme debatido no capítulo anterior deste trabalho, diminuiu a taxa de lucro dos capitalistas:

Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente” (MARX, 1980, p. 262/263).

Assim, as sucessivas aproximações efetuadas para tentar compreender a crise do capitalismo na contemporaneidade permitem afirmar que as estratégias adotadas pelo capital para o enfrentamento dessa crise se ampararam em três principais aspectos: ideológico – político, com o ressurgimento do pensamento liberal, através de uma nova roupagem: o neoliberalismo; a reestruturação produtiva e a refuncionalização do tamanho e do papel do Estado, sob a égide da financeirização do Capital.

No que concerne ao neoliberalismo, cabe registrar alguns arautos de intelectuais que resgataram o pensamento liberal clássico¹¹: Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, contribuindo, assim, para que o neoliberalismo ganhasse forma e conteúdo, principalmente, através da obra de Hayek “O Caminho da Servidão”, publicada em 1944, porém havia sido deixada de lado, em decorrência da implementação do Estado de Bem Estar Social. Contudo, a mesma foi resgatada, nos anos 1970, diante da justificativa ideológica para implantação de medidas diversamente opostas ao referido Estado de Bem Estar Social.

Segundo Teixeira (1996), o neoliberalismo nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro, “como uma reação teórica e política ao modelo centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social” (p.195). Sendo assim, os neoliberais passaram a considerar a intervenção do Estado como a principal crise do sistema capitalista de

¹¹ Segundo Teixeira (1996, p.197-198), o liberalismo em sua forma histórica original, nasceu como um corpo de formulações teóricas que defendem um Estado constitucional, isto é, um Estado em que a autoridade central é exercida nas formas de direito com garantias jurídicas preestabelecidas, no qual a liberdade de cada pessoa possa coexistir com outros segundo um conjunto de leis expressas num código ou numa constituição.

produção e, conseqüentemente, atacavam “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça à liberdade econômica e política” (IDEM, p.195).

Para o mencionado autor, os neoliberais vão retomar a tese de que “o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica e política” (IDEM, p.195), pois para Smith se a cada indivíduo fosse garantido a liberdade de agir por conta própria e o Estado não interferisse na economia, cada país poderia atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar da sociedade.

Trata-se de um princípio que procurava demonstrar que a economia deve funcionar sem qualquer regulamentação direta. (...) deve ser a sociedade capitalista: uma sociedade na qual o mercado deverá ser a instância suprema e intranscendível da vida humana, que se desenvolve sem que ninguém tenha consciência disso (...). (IDEM, p. 209).

Assim, com a instauração da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista avançado entrou em uma longa e profunda recessão, combinado, assim, baixas taxas de crescimento com as altas taxas de inflação, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno como solução para esse quadro declinante do sistema capitalista foi necessária uma:

[...] disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natura” de desempenho, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p. 13).

Constata-se, então, que o neoliberalismo está relacionado diretamente com a dinâmica geral do capitalismo, no sentido de acenar “novos objetivos de classe” na perspectiva de maior concentração de renda “em favor de uma minoria privilegiada” (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p.18). Desta forma, o surgimento do neoliberalismo revela, portanto, o antagonismo entre as classes sociais capitalistas x trabalhadores, onde o poder para manutenção da ordem social domina e explora a classe trabalhadora.

Sendo assim, Antunes (2005) em suas análises sobre o mundo do trabalho, afirma que foi imperativo o capitalismo reestruturar a produção que desde o início do século XX era baseada no modelo taylorista-fordista para a introdução do modelo de acumulação flexível/ Toyotista. Com efeito, foram alteradas desde a estrutura física das fábricas até a captura da subjetividade dos trabalhadores, os quais deveriam estar “mais

qualificados, participativos, multifuncionais, polivalentes” (p. 48). Aliado a isso, as empresas passaram a investir em tecnologia de ponta pujante, na tentativa de reduzir o trabalho vivo e na estruturação de empresas/indústrias “enxutas”, tanto em tamanho do espaço alocado quanto no número de trabalhadores contratados, a exemplo a terceirização. O nível de competição entre os trabalhadores aumenta, diante da menor oferta do trabalho assalariado formal, num cenário de desmobilização coletiva com enfraquecimento dos sindicatos.

Segundo Antunes (2007) a crise do padrão fordista Keynesianista, foi a expressa pelos seguintes aspectos: - queda do aumento da taxa de lucro pelo aumento do preço da força de trabalho; - esgotamento do padrão taylorista/fordista; - hipertrofia da esfera financeira e sua relativa autonomia frente aos capitais produtivos; - maior concentração de capitais/ fusão de monopólios e oligopólios; - crise do Estado de bem estar social e seus mecanismos de funcionamento; - incremento as privatizações; - desregulamentação e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e forma de trabalho (p. 29/30)

Neste momento o Estado é refuncionalizado, se outrora era o mediador entre o compromisso firmado entre o Capital e o Trabalho, sendo responsável efetivação das políticas sociais, cuja Seguridade Social era seu principal representante, agora após as acusações de “desperdiçador protecionista” e “antiprodutivo” ele terá a principal função atender os interesses da classe burguesa através da implantação de medidas e cortes nas áreas sociais e políticas de incentivo fiscal. Se no estado de bem estar social, o Estado servia como indutor do desenvolvimento capitalista visto que o regulava através da sua intervenção na economia, agora diante das mudanças no mundo do trabalho e a implantação do neoliberalismo, ele será relegado a críticas e convidado a se retirar quando da intervenção direta no cenário macroeconômico.

Nesta perspectiva, o Estado no neoliberalismo terá sua participação nos rumos da economia e do mercado chamado a compor o cenário econômico especialmente para atender seus interesses de acumulação, visto que na fase financeira ele não se contenta apenas em explorar a mais valia e sim de que forma este valor acumulado através da mais valia se tornará mais capital, formula capital + capital: capital. Segundo Iamamoto (2008) Esse fenômeno pode ser observado em algumas características a seguir: privatização de empresas estatais através de um discurso que desqualifica os serviços públicos como ineficientes e/ou ultrapassado; - a aprovação de leis que flexibilizam direitos trabalhistas e sociais conquistados, assim se desresponsabilizando pela proteção social como direito de cidadania; - priorização de ações estatais que irão subsidiar a

exploração do grande capital à exemplo o incentivo a construção de hidrelétricas e estradas, não com fim de atender a população nacional, mas para atender a produção e escoamento de produtos.

Assim, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva que, para além das mudanças do modelo de produção taylorista/fordista para o toyotismo, inauguraram o que Chesnais (1996) denomina de mundialização do capital que se expressa por meio da imbricação entre as dimensões produtivas e financeiras: o capitalismo se espraia pelo mundo em busca de sua continua acumulação, conforme já evidenciado por Marx, em 1894, quando utiliza no Livro terceiro volume V, a expressão *Capital portador de juros*, ao explicar que:

[...] O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial (...). Esses movimentos - ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais fazem, além disso - transforma esse capital em capital financeiro (2008, p. 421).

Para esse autor, a esfera financeira expressa o posto mais avançado do movimento da mundialização do capital, onde as operações atingem os níveis mais altos grau de mobilidade, pois o investimento externo direto do setor financeiro representou a principal cidadela do IED durante a década de 80. Desta forma, o capital monetário teve ‘a capacidade intrínseca de delimitar um movimento de valorização “autônomo”, com características muito específica, alcançadas pela globalização financeira” (CHESNAIS, 1996, p. 239).(Grifos do autor). Desta forma, as instituições financeiras, assim como, os mercados financeiros, se apresentam como uma força :

[...] independente toda - poderosa perante os Estados (que deixaram de adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das “exigências dos mercados (financeiros) (IDEM, p. 239).

Sendo assim, os grandes grupos do setor de manutenção ou serviços, desde década de 80, ocorreu a imbricação entre as dimensões produtiva e financeira, a qual tem se apresentado sob novas formas - inicialmente, pelos novos e variados meios que as instituições financeiras e as casas especializadas disponibilizaram aos referidos grupos, as suas operações internacionais de aquisições e fusões. Mas, segundo Chesnais (1996), torna-se importante distinguir três elementos constitutivos no estabelecimento da mundialização financeira, a saber: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais.

Esses elementos, segundo esse autor, encontram-se em profunda interação e entrelaçamento entre os mesmos: a liberalização e a desregulamentação monetária e financeira implicou na quase completa perda de controle pelos bancos centrais sobre a determinação do nível das taxas de juros, a exemplo do que ocorreu com o Federal Reserve americano. Com efeito, as taxas de médio e longo prazo são estabelecidas “exclusivamente pelos operadores mais poderosos, que comandam as tendências dos mercados financeiros (os fundos de investimento, e em particular os fundos de pensão)” (IDEM, p. 262). Assim, o movimento de desregulamentação e as inovações possibilitaram garantias aos operadores contra a incerteza, e também para lhes permitir fabricarem as divisas e sua multiplicação implicadas na globalização do mercado.

No que se refere à desintermediação, trata-se de um processo pelo qual “os usuários dos serviços financeiros satisfazem suas necessidades fora das instituições e redes tradicionais” (BERTRAND e NOEYLLÉ, 1990 apud segundo CHESNAIS 1996. P. 262). Este fato pode ser entendido devido o aumento dos custos administrativos e o crescente diferencial entre as de juros cobradas do cliente e as taxas ganhas nas contas de poupança que levaram grandes empresas a abandonar os bancos, passando a buscar fundos de curtos prazos no mercado comercial de papéis, como por exemplo, a emissão de títulos de créditos. Além disso, a desintermediação diz respeito, também, aos mercados de poupança ou fundos de reserva de particulares que possibilitam maiores rendimentos, em decorrência dos diferenciais de taxas de juros, impulsionando os clientes a transferirem “seus fundos das contas poupanças, ou mesmo de sua apólice de seguro, para fundos que oferecem maior rentabilidade” (IDEM, p. 263).

Desta forma, as inovações financeiras multiplicaram-se por meio de diversas modalidades de investimentos mutualizados com importante deslocamento das formas de poupanças tradicionais para os fundos de investimentos de rentabilidade mais elevadas - segundo Chesnais (1996), não mais os bancos serão as instituições financeiras dominantes no cenário financeiro mundial, pois estes passaram a sofrer com a pressão dos fundos de pensões e os fundos mútuos, em suas palavras “ao lado das quais até os maiores bancos parecem anões” (p. 258).

A propósito, Granemann (2012) refere-se que os fundos de pensão se constituem saídas momentâneas aos movimentos internos e insupríveis de desestabilização do modo capitalista de produção, posto que as “contratendências à queda da taxa de lucro são sempre provisórias” (p.250). A ideia de provisórias pode ser explicada, segundo essa autora, pelo fato de que ao obter sucesso, potencializarão e reporão continuamente

a situação original e do modo ampliado. Assim, ao retornar ao ponto inicial do movimento do capital “projetam novos problemas e crises para um futuro nem sempre distantes, dado que as crises do modo capitalista de produção, analisadas no percurso da história, ocorrem cada vez maior com proximidade e frequência uma das outras” (IDEM, p.250).

Sob este entendimento, os fundos de pensão se constituem em agentes de investimento, um instrumento do mercado de capitais; ou seja,

[...] de uma instituição não previdenciária” (...). Desta forma, “a denominação previdência complementar é profundamente pedagógica ao difundir o fetiche de uma forma previdenciária mais evoluída e com a capacidade de resolver os possíveis fracassos da previdência por repartição e pública (IDEM, p. 252).

Trata-se, então, de um investimento monetário-financeiro, sob “a forma de transferência de trabalho necessário ao capital para torna-se capital” (IDEM, Ibid., p.252), pois, é gigantesca a capacidade “econômica” da política de previdenciária de acumular recursos que faz dela uma alternativa e um instrumento para o enfrentamento das crises do capital e não o contrário. Desta forma, a política social previdenciária sofre tantos ataques não por que está em crise, mas sim, pela sua exuberância acumulativa de recursos, pela sua possibilidade de em longo prazo

[...] mobilizar extensas quantidades de dinheiro que faz dela uma importante saída para o capital e que não deve estar – do ponto de vista do grande capital e de seu Estado o subordinado ao trabalho sob a forma solidária da classes trabalhadora e como elemento potencial para a formação da consciência de classe para si (IDEM, Ibid. p. 254).

Além dos fundos de pensão, outra estratégia que o capital financeiro vem utilizando como enfrentamento para a crise do capital, é a abertura dos mercados nacionais. Para Chesnais, o termo “abertura” exprime dois processos, a saber: 1) refere-se às barreiras internas que, antes, se apresentavam de formas estanques entre as diferentes especialidades bancárias ou financeiras; 2) relativo às barreiras que separam os mercados nacionais dos mercados externos. Segundo esse autor, existem vários instrumentos de abertura em relação ao exterior, tais como: - a liberalização dos fluxos de câmbio; - a abertura da Bolsa às empresas estrangeiras; - a abertura do mercado de créditos (securitização) aos operadores estrangeiros etc. Desta forma, o “processo de desregulamentação e de “mercadorização”, como um todo, esvaziou essas barreiras em boa parte de seu conteúdo” (IDEM, p. 264).

No que se refere à incorporação dos chamados mercados financeiros “emergentes”, diretamente, às redes de finanças se deu mais recente, a partir da década de 1990; trata-se da etapa mais recente da mundialização financeira, em que novos mercados financeiros, como certos países da Ásia (China e outros), apesar de que certos países desse mesmo continente (Hong Kong e Cingapura), já faziam partes dos referidos mercados que contribuíram para a expansão e internacionalização dos mercados de euro-divisas, fazendo parte, assim, “do alicerce da mundialização financeira” (IDEM, p. 265). Na América do sul, países como a Argentina, já existiam há décadas no mercado financeiro, porém, após a “crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 80, viveram no contexto de um regime de controle estrito dos movimentos de capitais e, é claro, sem securitização da dívida pública” (...) “os mercados “emergentes” só asseguram a colocação de aproximadamente 15% dos capitais mundiais que buscam uma aplicação que mantenha alto de liquidez” (FMI, 1995 apud CHESNAIS, 1996, p.. 266). Mas, sem dúvidas, os:

EUA, o FMI e os seus aliados e seus representantes locais que tiveram formação nas universidades americanas conforme a crença e as receitas neoliberais conseguiram, em marcha forçada, a abertura de pequenos mercados bolsistas e especialmente a adoção da securitização da dívida pública, juntamente com a constituição de mercados domésticos de obrigações, interconectados com os mercados dos países do centro do sistema (CHESNAIS, 1996, p. 266).

Atualmente, os chamados “novos produtos financeiros” decorrem, em geral, do processo de formação de mercados de caráter exclusivamente financeiro, a exemplo: um mesmo crédito possibilita inúmeras transações sujeitas a ganhos ou perdas financeiras, em vários mercados: inicialmente, em forma de crédito principal e, posteriormente, como deriva desse crédito. A complexidade das cadeias de transações “derivadas” e o altíssimo volume conceitual expressam a “irracionalidade e a anarquia de uma esfera que funciona, cada vez mais, em circuito fechado, mas que impõe sua marca a todas as operações de investimento” (IDEM, p. 268).

Trata-se, então, do capital monetário que se valoriza de forma parasitária, devido a sua força extraordinária num contexto de mercados desregulados e descontrolados. Esta forma de capital foi conceituada por Marx como capital fictício, haja vista que são operações e transações que dizem respeito a créditos e representações diversas de um capital público ou privado, que se transformam em mercadorias *sui generis*, por meio das quais são efetuadas operações de compra e venda propiciando lucros puramente financeiros, portanto, parasitários.

Mas, segundo Chesnais citado por Salvador (2010), o capital de juros, também, designado de capital financeiro ou simplesmente finanças não chegou ao lugar que ocupa, hoje, por seu próprio movimento, mas antes, mesmo, que ele desempenhasse um papel econômico e social, foi necessário que os Estados dos mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros.

Sendo assim, o mercado se constitui o espaço legítimo do Estado que segundo Netto (1993) nas últimas formulações de Hayek, se resume em duas funções, quais sejam: - promover uma estrutura para o mercado e promover serviços que o mercado não pode fornecer; - considerando que o Estado mínimo que os liberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno”, são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade. Assim, por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo e

[...] diante da miséria, os liberais admitem um papel qualquer do Estado: uma renda mínima deveria caber aos pauperizados (os menos afortunados”), através de um mecanismo – gerido estatalmente – do tipo imposto negativo do rendimento, a ser implantado gradualmente (NETTO, 1993, p. 80).

Tem-se, então a funcionalização do Estado, haja vista que para esse autor, a grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em geral, e os seus executivos aprenderam que as experiências do desenvolvimento capitalista, neste século, possibilitaram desvendar a “ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre” e, assim, não tem a pretensão de erradicar os mecanismos reguladores da economia” (IDEM, p.81). Assim, “O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas), para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classes”. (Grifos do autor).

Com efeito,

[...] o triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7. Graças a medidas cujo ponto de partida remonta a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979- 1981, o capital conseguiu soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados (CHESNAIS, 2001, p.10 apud ALCANTARA, 2012, p.4).

Pelo exposto, constata-se, então que:

[...] o capitalismo nunca esteve tão bem organizado quanto atualmente, com uma insuspeitada capacidade de se refuncionalizar e de responder rapidamente a novas demandas. Tudo indica que este processo de reconversão do capitalismo em escala planetária é um componente fulcral para a análise da vulnerabilidade de instituições que foram decisivas na constituição e na manutenção do chamado Estado de bem-estar social (NETTO, 1995, p.31 apud ALCANTARA, 2012, p. 5).

Sob esse entendimento, deduz-se, com base nas análises de Salvador (2012) no capitalismo se tem uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal, ou seja, o “orçamento público é um espaço de luta política, com diferentes forças da sociedade buscando os seus interesses” (p.123). No Brasil, os interesses dentro do Estado capitalista são privados, sobretudo, a partir da década de 1980, sob o domínio hegemônico do capital financeiro e a orientação das políticas neoliberais que conduziram ao “enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutura do capitalismo” (IDEM, p.124), impactando substancialmente nas fontes exclusivas dentro os quais o da seguridade social.

3.1 As Inflexões do Banco Mundial na Seguridade Social Brasileira, em especial nas políticas de previdência e assistência.

A política de seguridade social brasileira inaugurada com a Constituição Federal de 1988, em particular, a política de previdência social, a partir dos anos 90, passou a ser alvo das denominadas “reformas” de ajuste neoliberal propostas pelo Banco Mundial, pois em decorrência do crescimento da dívida externa dos países latino-americanos, a partir dos anos 1980, foi agravado o processo de dependência dos mesmos aos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial etc.).

Segundo CORREIA (2005), esse processo levou os países endividados a usarem recursos necessários ao pagamento dos serviços da dívida externa por meio de processos inflacionários em clima de recessão, levando à primeira revisão das políticas de ajuste estrutural, em 1985, por parte da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos mediante o lançamento do chamado Plano Baker¹².

Desta forma, a partir deste Plano, o Banco Mundial e o FMI passaram a intervir na administração da dívida latino-americana, através de orientações e financiamentos

¹² Este Plano teve como objetivo possibilitar meios financeiros para que os países devedores retomassem o seu crescimento econômico.

para reformas estruturais voltadas para a retomada do crescimento econômico dos referidos países. Com efeito, a dívida externa passou a se constituir um fator de pressão decisivo para os países latino-americanos adotarem os receituários das organizações financeiras, definidos no Consenso de Washington: o FMI e o Banco Mundial passaram a desempenhar um papel hegemônico no que concerne a orientação das políticas econômicas adotadas pelos mencionados países, mediante a imposição da adoção de programas de estabilização e de ajuste estrutural (CORREIA, 2005).

O Banco Mundial é a instituição financeira que desde o Consenso de Washington (1989), vem reorientando, sob a lógica neoliberal as políticas sociais de forma a torná-las cada vez mais compensatórias, com alto grau de focalização na extrema pobreza, o que se dá de maneira fenomênica como uma “preocupação com o desenvolvimento social do Brasil” e esconde, na essência, essas imposições que se dão no sentido de mitigar os efeitos deletérios das políticas econômicas/financeiras neoliberais no Mundo.

Assim, as políticas econômicas e sociais implementadas pelos países de capitalismo periférico, tornaram-se reféns das condicionalidades impostas pelos organismos financeiros internacionais que recomendavam reformas do Estado no sentido de racionalizar os gastos na área social e do fortalecimento do setor privado na oferta de bens e serviços coletivos. Desta maneira, esses organismos passaram a orientar os governos a dar prioridades aos “setores sociais fundamentais”, os mais vulneráveis, promovendo políticas públicas focalizadas objetivando eficácia e equidade aos gastos sociais.

Tem-se, então, como consequência a ruptura do princípio universal de tais políticas, que foram resultados de intensas lutas sociais,

[...] uma vez que com a reforma do Estado, imposta pelo Banco Mundial, as políticas públicas regridem a sua dimensão. Nesse movimento de caráter regressivo, apresentam-se sob três perspectivas: focalizadora, em que os gastos sociais são dirigidos aos setores de extrema pobreza; descentralizadora, dada pela transferência da gestão para a esfera dos estados e municípios, sem a contrapartida de recursos necessários a esse processo; e privatizada, ocorrendo o deslocamento da prestação de bens e serviços públicos para o setor privado, regido pelo mercado. Nesse âmbito, o Banco Mundial produz regularmente relatórios com propostas de estratégias para serem postas em prática pelos governos dos países mais pobres, destacando-se a América Latina e o Brasil. A maioria das propostas do Banco é incorporada pelas agendas governamentais desses países (SANTOS, 2008, p.3).

Pelo exposto, evidencia-se uma regressão na dimensão da universalidade das políticas sociais públicas, uma vez que tendem a ser cada vez mais: - focalizadas (os

gastos sociais passaram a se voltados para os setores de extrema pobreza); - descentralizadas (transferência da gestão dessas políticas para a esfera dos estados e municípios, mas sem os recursos necessários a operacionalização das mesmas); e privatizadas (deslocamento da prestação de bens e serviços públicos para o setor privado), regido pela lógica do mercado.

No Brasil, segundo Santos (2008), muitas das propostas do Banco Mundial, foram implementadas, a exemplo dos programas de combate à pobreza, viabilizados através dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Diante disso tornou-se necessário para compreensão deste objeto de estudo a análise dos três documentos elaborados pelo Banco Mundial, quais sejam: O primeiro¹³ denominado “*O Combate à Pobreza no Brasil – Relatório sobre a Pobreza com ênfase nas Políticas Voltadas para a redução da Pobreza Urbana / 2001*”. Este documento teve como objetivo orientar os e rumos das medidas que as políticas sociais deveriam adotar para “melhorias” no sistema de proteção social brasileiro, visando o atendimento dos mais pobres.

O segundo intitulado “*Documento de Estratégia de Assistência ao País (Brasil) de 09/12/2003*” referenda uma avaliação do primeiro ano de mandato do – ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual a manutenção de empréstimos para o país foi condicionada ao desenvolvimento de ajustes fiscais e a reforma da previdência social, bem como a focalização das políticas sociais. E, para uma análise mais recente da orientação do Banco Mundial as referidas políticas sociais, procurou-se conhecer o terceiro documento: “*Social Protection for the Harder Road: Containing the Social costs of lower growth in Latin American and The Caribbean- 2015*”(ainda sem tradução para o português), o qual apresenta orientações importantes para os países da América Latina enfrentarem os rebatimentos da crise mundial do capital

No primeiro documento, o Banco Mundial avaliou a progressão das políticas sociais, referindo-se que, em comparação aos estudos sobre a realidade brasileira que foram efetuados, na década de 90, foi possível observar avanços no que concerne a redução de pobreza, no país. No entanto, o documento ressalta que o nível de pobreza continuava “inaceitavelmente alto para um país com os níveis de renda média” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.01). Registra-se que esse documento apresenta um conceito de pobreza que referenda a complexidade e a multidimensionalidade do

¹³ Este primeiro documento do Banco Mundial foi elaborado, no fim do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

fenômeno, no entanto, para os estudos e análises dos dados do referido Relatório adota a concepção de pobreza como “insuficiência de renda ou consumo”, destituída de uma leitura crítica da realidade social que compreenda a pobreza como resultante da estrutura do sistema capitalista. É, portanto, com base em tal concepção sobre pobreza que o Banco Mundial justifica a formulação de políticas sociais focalizadas e a classificação de pobres entre os mais pobres.

Sob esta ótica, foi efetuado um mapeamento da pobreza no país, tendo sido identificado que os níveis mais graves de pobreza estão localizados, principalmente, no nordeste brasileiro e, entre esses, encontra-se a população que reside nas áreas rurais e urbanas de pequenas e médias cidades. Neste relatório, ainda, foi possível notar que o critério de renda utilizado pelo Banco Mundial para a classificação da população pobre, em 2001, era o valor de até R\$65,00, *per capita* mensal, onde 34,9 milhões de uma população 178,4 milhões de brasileiros viviam na condição pobreza. O Relatório destaca, também, que além desse segmento social viver na pobreza classificada pela baixa renda, a maioria trabalha no mercado informal e, ainda, convive com outras formas de negação de direitos, como: a privação a serviços públicos essenciais como (água, coleta de lixo e energia elétrica).

Com base nesse mapeamento, o referido Relatório aponta três prováveis causas da pobreza, são elas: a localização dessas populações em área pobres; a baixa escolaridade e a constituição de famílias numerosas. Apesar desse documento sinalizar que o “Brasil tem recursos necessários para resolver o problema da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2001 p.08), afirma que umas das soluções para retirar o país da pobreza seria retirar direitos da classe trabalhadora assalariada de forma que os valores “economizados” poderiam se destinados ao classificados como os mais pobres, conforme a orientação de nº 31 Relatório citado:

O funcionamento efetivo dos mercados de trabalho é fundamental para que se possa traduzir o crescimento em oportunidades amplas de emprego e em redução de pobreza. O governo está, muito apropriadamente, promovendo reformas importantes na regulamentação do trabalho [...] Essas reformas ocorrem no contexto de altos custos de contratação de mão-de-obra e de um mercado de trabalho altamente regulado do ponto de vista jurídico mas, na prática, não tão excessivamente rígidos. Mesmo assim, a justiça do trabalho, os sindicatos e um ambiente regulatório incerto impõem, às empresas, custos que são difíceis de prever (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 15) (grifo nosso).

Nesse sentido, as propostas do Banco Mundial seguem sem a menor tentativa de “ludibriar ou esconder” as suas intenções, ao contrário, as apresenta, claramente,

conforme pode ser constatado nas orientações de número 44, 45 e 46, denominadas de “Segurança resultante da proteção social”. Trata-se, em nosso entendimento, a partir de uma breve análise, dos principais programas que compõe a rede de “segurança nacional”, ou seja, seguridade social. Desta forma, o documento faz destaque para a importância do Programa Bolsa Escola, no combate a pobreza, no entanto, indica que até aquele momento, a sua abrangência, ainda era restrita, por isso deveria ser “alargada”, principalmente, entre os trabalhadores do setor informal. Uma condicionalidade para que esse Programa pudesse ter uma maior abrangência, seria a criação de “um mecanismo rigoroso de comprovação de grau de carência e um registro de recipientes” (IDEM, p. 22), não obstante, em 2001, foi criado o Cadastro Único, posteriormente disciplinado, em 2007 e, finalmente, regulamentado, em 2008, no governo do, então, presidente Lula da Silva.

Na orientação de nº 46, o Banco Mundial faz destaque para a necessidade de o governo avaliar e testar as “alternativas de melhoria da proteção social do setor informal, sem criar incentivos contra a formalidade” (IDEM, *ibidem*, p.22). A implementação dessa orientação pode ser constatada, através da criação, em 2008, da Lei Complementar de nº 128, que regulamenta o Programa Microempreendedor Individual, no qual os “micro empresários” contribuiriam para ao INSS com apenas 5% do rendimento mensal e teriam acesso aos direitos previdenciários nos casos estabelecidos pela legislação previdenciária.

Complementando essa orientação, a de nº 47 que trata, especificamente, da previdência social, do seguro desemprego e do FGTS, é onde se encontra o maior ataque a esses mecanismos de proteção social. Porém, contraditoriamente, os avaliam como “importantes”, no entanto, o problema desses, é que “não estão focalizando os pobres” (IDEM, *ibidem*, p.22). Assim, o mencionado Relatório sugere que esses mecanismos, aos poucos, sejam “auto financiados”, para isso as aposentadorias, em geral, e, em especial, a dos funcionários públicos não deveriam mais depender das “grandes dotações” do orçamento público.

Quanto ao seguro desemprego e o FGTS, esses deveriam se integrar num sistema único de financiamento, a partir de contribuições diretas, desresponsabilizando, assim, o Estado dessa função. Segundo a referida orientação, o abono salarial não se caracteriza como função securitária e, por esta razão, deverá ser extinto para dar lugar aos “programas de despesa social mais focalizados nos pobres” (IDEM, p.23).

Registra-se que na parte final do Relatório, acima referido, consta um subitem

chamado “inclusão Social graças à participação efetiva”, no qual foi sugerido, em seu anexo, um resumo das reformas políticas que deveriam ser implementadas para que, enfim, o Brasil conseguisse a meta de eliminar a extrema pobreza, a saber:

- Estimular o desenvolvimento de mecanismos de seguro social privado, não subsidiado, voltado para os mais pobres;
- Introduzir sistemas de testes grau de carência serem adotados em programas de transferência de renda;
- Criar o registro de beneficiários da assistência social; Eliminar o abono salarial;
- Reduzir financiamento público para programas de seguro, em particular, a previdência social pública;
- Expandir o Programa Bolsa Família;
- Eliminar, gradativamente, programas de vale alimentação para trabalhadores;
- Substituir programas de alimentação e nutrição (que não sejam ancorados no sistema de saúde ou educação) por transferência em dinheiro para os que comprovem ser carentes;
- Implementar reformas de gerenciamento do setor público. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 32).

Pelo exposto, observa-se que a solução emblemática para o combate a pobreza, no Brasil, orientada pelo Banco Mundial, está assentada no ajuste fiscal e nas reformas estruturais, que se materializam na retirada de direitos sociais da classe trabalhadora assalariada e dos funcionários públicos. Trata-se de uma medida paradoxal, ao considerar como solução de combate à pobreza, a retirada de direitos sociais dos trabalhadores formais e, com essa reserva financeira, financiar o acesso de trabalhador no setor informal, algum sistema protetivo.

Contudo, entende-se que tal orientação vai na “contra mão” das diversas fontes de financiamento da Seguridade Social, de maneira que as políticas sociais que a compõe, assegurassem o princípio da Universalidade. Essa orientação não aponta para a formulação de uma política voltada para a classe trabalhadora, haja vista que tal condição é tratada, genericamente, pela categoria “pobre”, ocultando que por trás dessa categoria existe um trabalhador que não consegue vender sua força de trabalho, num sistema que privilegia os interesses da classe burguesa e não dos trabalhadores formais, conforme o Relatório do Banco Mundial buscou demonstrar.

O segundo documento do Banco Mundial voltado para o combate à pobreza, analisado neste estudo, objetivando compreender as suas inflexões na seguridade social brasileira, é denominado “Documento de estratégia de Assistência ao País (Brasil)” - trata-se da síntese de uma análise elaborado por esse Banco, quando o governo brasileiro solicitou empréstimos financeiros. Para a concessão de empréstimos, o mencionado Banco comparou os estudos sobre o “desenvolvimento” do país nas últimas

décadas, em particular, após um ano de gestão do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa análise, o referido documento indica que o país vinha empreendendo esforços no que concerne a melhoria da qualidade de vida da população, bem como, manteve os pilares da macroeconomia. Em síntese: observa-se que algumas medidas foram tomadas pelo referido governo, tais como: a unificação e melhoria dos programas sociais; esforços empreendidos para a reforma da previdência social e continuidade ao ajuste fiscal, pois:

A nova administração federal se **comprometeu com a austeridade fiscal**, com o estabelecimento de metas de inflação e com o cumprimento dos contratos da dívida. Além disso, também se propôs a melhorar o bem-estar da população - o que está sendo evidenciado por diversas iniciativas sociais de alta prioridade, que incluem esforços para erradicar a fome (Programa Fome Zero), a criação de emprego para os jovens (Primeiro Emprego) e a unificação dos programas sociais de transferências de recursos para reduzir a pobreza de modo mais eficaz (Bolsa Família). (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 17) (grifo nosso).

Apesar da clareza com a qual o documento acima refere sobre a política macroeconômica nacional comprometida com austeridade fiscal, para Pochmann (2010), intelectual da base governista, o governo do então presidente Lula representava resistência ao projeto neoliberal além de inaugurar um novo momento nos direcionamentos da economia brasileira, em suas palavras:

Nos dias de hoje, uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma política travestida pela coalizão interclasses sociais, capaz de compreender- no plano nacional- a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os segmentos miseráveis da população geralmente pouco incluídos pelas políticas sociais tradicionais. A emergência desse novo tipo de aliança política poderia fortalecer o conjunto dos estratos sociais de baixa renda e de nível médio de organização, geralmente, integrados por alguma forma de organização e que expressem resistências à condução neoliberal do projeto de sociedade dos ricos e poderosos (2010 p. 122).

Contudo, Castelo (2012), refere em seu artigo “*O novo desenvolvimentismo e a decadência do pensamento econômico brasileiro*” que diante dos desgastes causados pelo não cumprimento em longo prazo das promessas neoliberais logo o sistema entraria novamente em crise aliado a isso o fato de ter aprofundado os níveis de pobreza pelo mundo. Na América Latina, ocorreu segundo o autor uma dupla movimentação na política regional que se materializou por um lado na “intervenção focalizada nas expressões mais explosivas ‘questão social, naquilo que se convencionou chamar de social liberalismo” (p. 624) e por outras eleições de coalizões partidárias contrárias ao neoliberalismo. No entanto, o autor ressalta que em alguns países como no caso do

Brasil, as lideranças não mantiveram sua linha de resistência após a posse, como pode ser confirmado através da emissão por parte do governo Lula da carta Brasil, ou seja, um recado bem formulado aos capitalistas que iria “honrar e respeitar” o pagamento dos credores da dívida pública.

Constata-se que o governo do presidente Lula da Sila procurou seguir as orientações do Banco Mundial, por meio da implantação da austeridade fiscal, do estabelecimento de metas da inflação e com o cumprimento dos contratados da dívida pública, além da implantação dos programas sociais de transferência de renda para os segmentos mais pobres do país. Assim, para os sociais liberais, as estratégias de combate à pobreza passaram a ser orientadas por medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade das políticas sociais, tais como:

[...] focalização dos gastos sociais nos mais pobres dos pobres, isto é, os miseráveis; 2) avaliação dos impactos das políticas sociais; 3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado (CASTELO, 2013, p.352).

O cumprimento dessas medidas, sem dúvida, impacta, diretamente, na política de seguridade social brasileira, sobretudo, se tomarmos por base o cumprimento dos contratos da dívida pública. Segundo Salvador (2010), citando Carvalho (2007), “a dívida pública é um dos principais instrumentos de dominação dos rentistas e do grande capital sobre a sociedade brasileira” (p.356), haja vista que :

Os portadores de títulos públicos usam o subterfúgio de condições de “credores” do setor público para esconder a sua real condição de privilegiados da política econômica, principalmente a política fiscal e monetária, em curso nos anos de neoliberalismo. O fundo público transfere enorme massa de recursos para esses rentistas, o que restringe as políticas sociais, a capacidade de investimento público, ainda, concentrando renda e riqueza e dificultando o crescimento econômico (p.356).

Sendo assim, o governo do presidente Lula da Silva,

[...] com a acumulação de reservas externas no Banco Central, financiadas por colocação de títulos no mercado interno, associada a elevadas taxas de juros e de câmbio valorizado, tem provocado uma elevação sem precedentes na história da dívida interna líquida, saltando de 38% do PIB (janeiro de 2003) para 50% do PIB (setembro de 2008), totalizando R\$1,5 trilhão (SALVADOR, 2010, p. 356).

Essa política econômica tem sido altamente rentável aos rentistas que lucram com o câmbio valorizado e os juros elevados, assim como, “são isentos de impostos para a aplicação nos títulos públicos da dívida interna brasileira” (IDEM, p. 357). Dessa forma, na tentativa de frear o aumento contínuo da referida dívida e manter os juros reais elevados – o que faz com a dívida aumente – “a opção foi gerar superávits

primários expressivos e elevar a carga tributária, tudo para pagar os custos do endividamento” (IDEM, p. 357). “Estes são os eixos básicos da política econômica que condiciona todos os seus aspectos” (CARVALHO, 2007 apud SALVADOR, 2010, p.357). Por esta razão, o “Estado brasileiro está quebrado não por culpa da Previdência, e sim dos juros que paga para rolar a dívida pública¹⁴. Metade do orçamento da União vai para a dívida pública (...)”. (FREI BETTO, 2017, p. 31).

Conforme foi mencionado acima, outra orientação do Banco Mundial, 2015 elaborada ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, foi a implantação de programas sociais focalizados, o que pode ser constatado no documento *Social Protection for the Harder Road Ahead*, ainda sem tradução para a língua portuguesa. A particularidade desse documento se dá pela orientação às políticas sociais de todos os países da América Latina e Caribe, pois, para o Banco Mundial essas políticas têm um papel fundamental na “mitigação” dos efeitos deletérios da crise global que afeta o mundo desde 2008¹⁵.

O cenário conjuntural desenhado pelo Banco Mundial, neste documento, é que esses países terão “economias com crescimentos mais lentos, assim como a redução da pobreza, escassez de empregos através do mercado de trabalho e redução do espaço fiscal” (BANCO MUNDIAL, 2016, p.03). Assim, a proposta para o enfrentamento deste cenário está amparada em três principais áreas, são elas: - proteção aos mais pobres e vulneráveis; - economia fiscal através de reformas nas políticas sociais e; - iniciativas junto ao mercado de trabalho preparando os trabalhadores para recuperação econômica. Este documento faz uma avaliação positiva do avanço dos benefícios programas de transferência de renda direta, a exemplo do Programa Bolsa Família, no

¹⁴ Segundo Salvador (2010), a troca da dívida externa pela dívida interna tem custo elevado. Em 2005, o governo Lula começou a quitar antecipadamente parcelas da dívida externa “para dispor de dólares para o pagamento antecipado, o Banco central compra dólares no mercado, injetando reais na economia. Para reduzir essa liquidez, o governo emite títulos da dívida interna, em igual valor (p.380).

¹⁵A crise de 2008 denomina como a “crise do subprime”, segundo Duménil e Levy, foi gestada em 2001 quando orientados pelos preceitos neoliberais as economia americana entra em recessão. Diante desse quadro a forma encontrada para superá-la foi o aquecimento do setor imobiliário através de investimentos financeiros nacionais e internacionais enquanto o investimento no setor produtivo continuava baixo. As financiadoras e bancos emprestavam dinheiro às famílias das classes mais baixas e médias para a compra de imóveis, esses empréstimos eram feitos sem nenhuma exigência de garantia de renda, no entanto sob a condição de que as taxas de juros seriam variáveis, pós fixadas com a variação do mercado o consequentemente com aumento dos juros as famílias ficaram sem condições financeiras de honrar com suas dívidas chegando no ano de 2006 a níveis alarmantes. Dada a mundialização do capital, apesar do lançamento de diversos instrumentos financeiros por parte dos bancos como a compras no mercado a taxas de juros reduzidas, em 2008 a falência da Lehman Brothers gerou uma onda de falências pelo mundo inteiro.

Brasil, e das “pensões não contributivas”, como o Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiências e idosos. Importa registrar que esses programas em toda a América Latina e Caribe há um avanço de medidas para o controle da população usuária que acessa aos sistemas protetivos, através da implantação de cadastros que visam “identificar, localizar e alcançar os mais pobres”; no Brasil, a materialização desta orientação se dá por meio Cadúnico¹⁶.

Ademais, para o enfrentamento da situação de pobreza causada pela diminuição dos postos de trabalho através do trabalho formal, o Relatório orienta como saída do desemprego, o incentivo ao empreendedorismo com apoio de formações educacionais para este fim, a facilitação na abertura de linhas de créditos; a regularização das “novas empresas” através de impostos mais simples. Não obstante, no caso brasileiro, essa iniciativa ficou conhecida pelo nome “SIMPLES NACIONAL”, a qual foi regulamentada, em 2006, através da Lei Complementar nº 123, tendo como característica principal, contribuir para o favorecimento tributário a microempresas e empresas de pequeno porte, cujos participantes tem vários tributos (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social, a cargo da pessoa jurídica (CPP) unificados a uma tarifa reduzida que possibilita a estes, o acesso a direitos sociais, principalmente, aqueles que tem contribuição direta, como benefícios e aposentadorias.

O último item deste documento se refere a “redução do espaço fiscal através de reformas nas políticas sociais” (grifo nosso), o que afeta, diretamente, o financiamento da Seguridade Social, visto que, para isso, propõe a substituição do modelo misto de financiamento que é adotado, hoje, no Brasil, ou seja, de contribuições diretas e indiretas ao fundo público para outra fonte de financiamento sem detalhamentos do que seria. Além de que, a proteção social que é regulada pelo trabalho assalariado ou pelas contribuições individuais, no caso do INSS, deveria passar, paulatinamente, para o modelo assistencial. Deduz, então, que esta orientação se constituiu um dos motivos que levou a extinção do Ministério de Previdência Social, em 2016, passando a política de Previdência social ser gerenciada, até os dias atuais, pelo Ministério de

¹⁶ “O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias” (retirado do link: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>).

Desenvolvimento Social e Agrário e também encontramos as determinações para o redirecionamento do trabalho do assistente social dentro do INSS, visto as orientações deste banco em privilegiar os benefícios de caráter assistencial.

3.2 (Contra) Reformas da Previdência e a tendência de assistencialização da Seguridade Social.

Pelo exposto, constata-se que, sob a orientação do Banco Mundial, a política de seguridade social brasileira vem passando por um processo de “reformas” profundas com rebatimentos na previdência social pública. Nesta perspectiva, Segundo Neves (2015), a política de previdência social tem sido alvo de ampla agressividade e permanece com risco continuado de mais expropriações não só, em decorrência da sua natureza de prestação social intrínseca à sociedade classes visando suprir as necessidades de reprodução social dos trabalhadores quando a sua capacidade laborativa fica comprometida, mais também, pelo seu “formato privados e estatais de provisão de benefícios previdenciários, fortemente organizados sob a lógica de seguros consignados a formalização do trabalho”. (p.42).

Assim, o formato público estatal é o que mais tem interessado a agenda de ajustes, em favor do capital, devido a sua gestão ser operada, diretamente, mediante a destinação direta dos recursos capitados para o pagamento dos benefícios – embora, vinculados “ao sistema bancário-financeiro, não se realizam na forma de capitalização, sendo, contudo, vital para a apreensão para o mercado financeiro” (IDEM, p.42). Para essa autora, os sistemas públicos-estatais que seguem essa orientação denominada “repartição simples”, como é o caso do modelo brasileiro,

nas suas modalidades de Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios dos Servidores Públicos (RPPS), por exemplo, mobilizam elevados recursos financeiros, que viram alvos dos capitais circulantes e que precisam se valorizar, de onde decorre a necessidade de expropriação, via privatizações, dessas instituições, ou em forma de fundos de pensão, que recolhem recursos dos servidores públicos e os libera para o sistema financeiro (IDEM, ibidem, p. 42).

Assim, as contrarreformas efetuadas desde o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), sendo prosseguidas ao longo da gestão do presidente Lula da Silva (2003-2011) e da presidente Dilma Rousseff (2011-agosto de 2016), atingiram profundamente a cobertura previdenciária. Em concordância com Silva (2012) refere que a primeira grande, contra reforma que a Política de

Previdência Social¹⁷, ocorreu no então governo de Fernando Henrique Cardoso, regida pela Emendas complementar de nº 20 de 1998, qual tivera as seguintes modificações:

- 1) a introdução da exigência de equilíbrio financeiro e atuarial; 2) a vinculação das contribuições sobre a folha de salários ao pagamento de benefícios do RGPS (regime próprio de Previdência Social); 3) a transformação da aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria por tempo de contribuição com uma idade mínima para aposentadoria ; 4) o prolongamento do tempo de permanência no trabalho, por meio da combinação do tempo de contribuição com uma idade mínima para aposentadoria de servidor público; 5) a limitação do acesso as aposentadorias proporcionais; 6) a exclusão da fórmula de cálculo de benefícios, o que permitiu a criação do fator previdenciário por lei; 7) a eliminação dos garimpeiros, do seio das categorias protegidas pelo parágrafo 8º do art. 1985 entre outras medidas (p. 284).

Como consequência dessas mudanças ocorridas na legislação a classe trabalhadora brasileira, desde então precisou trabalhar mais anos para poder acessar uma aposentadoria que atendesse minimamente suas necessidades sociais de sobrevivência. O fator previdenciário¹⁸ funciona de forma que ao se retirar a média entre as contribuições, o salário e a expectativa de vida do trabalhador regula o valor das aposentadorias para baixo, ou seja, quanto mais cedo se aposentarem menor e é o salário do benefício. Assim, a exemplo da aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que muitos trabalhadores tenham a carência exigida, pressionados por esse mecanismo tardam o pedido de aposentadoria. Além disso, a destruição dos direitos previdenciários tem sido maléfica para os trabalhadores e :

vem consolidando um conjunto de perdas que compromete aspectos vitais de sua sobrevivência, como o adoecimento, o acidente, o desemprego e a

¹⁷ A política de Previdência Social é composta por dois regimes são eles: Regime Geral de Previdência social- RGPS, destinados a todos os trabalhadores que exercem atividades remuneradas sendo administrado pelo INSS; o Regime Próprio de Previdência Social destinado aos servidores civis efetivos e para militares da União, dos Estados e do Distrito Industrial e municípios; além desses dois tipos temos o Regime Complementar de Previdência Social- público e privado.

¹⁸ A lei 9.876 de 26 de Novembro de 1999 em seu parágrafo institui o Fato previdenciário “§ 7º O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar” que leva em consideração tais componentes em sua fórmula “, f = fator previdenciário; Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria; Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria; Id = idade no momento da aposentadoria; a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31”.

sobrevivência na velhice, entre outros, acentuando a privatização e a financeirização da seguridade social (NEVES, 2015, p. 43).

Em 2003 foi aprovada com louvor no governo do presidente Lula a emenda constitucional nº 40¹⁹, qual alterou regras de aposentadoria do funcionalismo público as principais medidas adotadas foram: alteração dos cálculos de benefícios, do salário integral para que fosse calculado segundo a média de suas contribuições, também programou a cobrança de 11% dos aposentados para o financiamento da previdência social e criou o teto salarial para servidores estaduais e federais. Foi regulamentada pela Lei 10.887 de 18 de junho de 2004, após um longo debate²⁰ em seu texto base está o incentivo para caso o servidor tenha “interesse” em ter acesso ao valor total de sua aposentadoria que outrora deveria então contribuir para previdência complementar, tal regra que valeria para os novos concursados.

Como demonstração de continuidade do governo anterior, Neves (2015) refere que no governo Dilma Rousseff, em 2012, foi regulamentado o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos da União (FUNPRESP), qual estava previsto desde a primeira contrarreforma do governo Lula, porém, a aprovação do mesmo foi flexibilizada, suprimindo a exigência da lei complementar, estabelecendo para os referidos servidores, o mesmo teto de benefício do RGPS. Constata-se, então, que de maneira geral, essas reformas revelam que os referidos governos são comprometidos com as classes dominantes, pois conseguiram transformar os princípios que determinavam a previdência social como política de proteção social, em uma modalidade de seguro social, fazendo com que as necessidades do grande capital prevalecessem sobre as dos trabalhadores.

Ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, através da medida provisória 664/2014 que se transformou na Lei 13.135/2015, foi aprovada uma (contra) reforma na legislação previdenciária de forma a endurecer o acesso de dependentes (especialmente mulheres e companheiras) a Pensão por morte, assim como vetou a mudança do referido fator previdenciário. Contraditoriamente, a principal medida dessa reforma penalizava

¹⁹ Depois emenda constitucional quando examinada no senado.

²⁰ Politicamente é importante referir que foi em decorrência desta votação que os ânimos entre os componentes do partido dos trabalhadores se agitaram em projetos societários diferentes, foi dividido entre aqueles que votaram a favor e contra a (Contra) reforma, a favor ou contra os diretos dos trabalhadores.

principalmente as mulheres, embasada na identificação moralista de que estas casavam com idosos para ter acesso ao benefício após os falecimentos de seus companheiros.

As principais mudanças que ocorreram após a contra reforma foram:- antes a pensão a era devido a todas as mulheres esposas (os)/ companheiras(os), dependentes de segurados, independentes do tempo que conviviam em união estável ou casados, agora deveriam comprovar viver dois anos ou mais para poder ter o seu direito reconhecido; - outro ponto refere-se aos valores se anteriormente as (os) dependentes recebiam antes era devido 100% do salário, agora podem receber de 50% mais 10% por cada dependente até 100%; - e por ultimo estes, perderam o direito a pensão vitalícia, a exemplo se uma mulher tem 21 anos ou menos e perdeu seu marido/ companheiro ela terá direito apenas a receber 3 anos de pensão, para receber esse direito vitaliciamente deverá ter mais de 44 anos de idade.

Contraditoriamente a esses ajustes para os trabalhadores e seus dependentes no que concerne a cobertura previdenciária, a ainda cobertura existente no Brasil, “movimenta recursos e, em decorrência de sua magnitude, continuará sendo perscrutada em suas minúcias e enfraquecida no sentido de mais ajustes privatizantes” (IDEM, *ibidem*, p. 43). Sendo assim, segundo Granemann (2012) apud Neves (2008, 2015,p. 43),

[...] não se trata de um déficit afetando a previdência, senão de uma amplitude de seus recursos “que faz dela uma importante saída para o capital e que não deve estar [...] subordinada ao trabalho sob forma de repartição solidária da classe trabalhadora e como elemento potencial para a formação da consciência de classe para si.

Autores Denise Gentil (2006) e como Mota (2015) e Evilásio que coadunam com a defesa da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil- ANFIP, em que refutam a ideia propalada sobre o Déficit da Previdência Social, defendem ao contrário que ela é superavitária, a exemplo no ano de 2007 em R\$ 72,8 bilhões, em 2008 em 64,8 bilhões e em 2009 em 32,6 bilhões, em 2013 teve um superávit de R\$76,2 bilhões, o que indica que a previdência social pode assegurar de forma satisfatória com a valorização acima da inflação concedida ao salário mínimo .

Igualmente Gentil (2006) conclui em sua tese de doutorado em que o orçamento da Seguridade Social nos anos de 90 a 2005 foram superavitários, ou seja, com condições financeiras de concretizar os princípios de universalização. Portanto, os trabalhadores poderiam ter acesso a um sistema de proteção social, sem a necessidade

de que todos contribuíssem para isso, ou mesmo que as formas de contribuições indiretas fossem consideradas para trabalhadores informais voltassem ao sistema de previdência social com tarifas reduzidas, sem ter com isso acesso a direitos estratificados como é o caso da dona de casa, que apesar de poder contribuir com 5% do salário mínimo, tem a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição negada.

Tais afirmações encontram solidez nos estudos da ANFIP que divulgou em 2016 um estudo reafirmando a superávit nas contas da previdência social 11,4 bilhões em 2014, ou seja, ano em que o país já vivenciava os impactos da crise dos subprime. Apesar disso segundo seu relatório “Análise da Seguridade Social em 2016”, publicado 2017, refere que a exclusão da cobertura previdenciária já afeta 10,6 milhões de empregados sem carteira assinada, ou seja, temos um cenário da tentativa de solapar os parques direitos previdenciários a fim de liberar uma das maiores reservas em valores pecuniários aos interesses do capitalismo financeiro que utiliza esse valor para equilibrar as suas contas acumulativas.

Conforme o documento elaborado em 2016, pela *Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social*²¹ refere que os defensores do déficit a previdência social como argumento para sua “reforma” se apropriam de um cálculo que omitem as fontes de financiamento como CONFINS E CSLL, ainda deixam de considerar as “as renúncias, isenções e desonerações fiscais, valores indevidamente extraídos do caixa da Seguridade Social para ser utilizado em outras atividades do governo” (2016, p.04). Por isso propõe que em vez se se realizar uma nova (contra) reforma que se tomem três iniciativas, a primeira seria a revisão das renúncias e desonerações fiscais; a segunda a revisão da DRU (desvio de recursos da união) para que não incida sobre nenhuma contribuição social; e por ultimo a revisão do modelo administrativo-judicial de cobranças de dívidas ativas de contribuições previdenciárias.

Este estudo entende que se o caminho escolhido pelo Estado fosse para a universalidade da cobertura previdenciária, deveriam se preocupar na identificação através de pesquisas de categorias profissionais que não tem acesso a previdência social, em decorrência da informalidade, possibilitando através de uma verdadeira reforma na legislação a inserção destes no sistema de forma que tivessem acesso a proteção social regulada pelo trabalho e conseqüentemente terem suas condições de trabalhadores

²¹ Composto por mais de 60 organizações, associações e sindicatos, pela iniciativa da ANFIP e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário. www.frenteparlamentardaprevidencia.org

reconhecidos pelo Estado, diferenciando-se dos modelos já propostos²², caracterizado por medidas gerenciais para problemas que são estruturais.

Na consecução deste pensamento, Silva (2012), ao discutir em sua obra *“Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização”* apresenta um debate importante sobre a necessária e, possível, universalização do acesso dos trabalhadores, sejam eles assalariados ou não, a um sistema protetivo público. Nesta perspectiva, a referida autora aponta alguns fatores que desafiam a universalização da cobertura previdenciária na atualidade, dentre eles: a) o desemprego maciço e prolongado e o trabalho precarizados; b) expansão da informalidade e as estratégias precarizadas para enfrentá-lo; c) a grande rotatividade no emprego e a predominância das contratações com até o limite de 2 salários mínimos; d) redução da capacidade de resistência e a pressão do movimento sindical; e) o ingresso precoce dos pobres e tardio das classes médias ao mercado de trabalho; e f) o agravamento da questão social e a financeirização do capital.

Para tal, segundo a autora, seriam necessárias as seguintes mudanças, principalmente a nível estrutural: a) uma reorientação da política macroeconômica do país, através da redução da desigualdade no país; b) Política de emprego com novas características, empregos estáveis e com garantias legais; c) fortalecimento de todos os objetivos da Seguridade Social e d) ampliação do ingresso de trabalhadores no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), ou seja, medidas que confrontam os rumos pelos quais o sistema capitalista vem desenhando a Seguridade Social como referido nos estudos acima sobre as orientações do Banco Mundial.

Todas essas reformas são justificadas ideologicamente e gerencialmente através de cálculos matemáticos que desprezam as diversas fontes de financiamento da Seguridade Social, portanto para Mota (2015), em sua obra *“a Cultura da Crise e Seguridade Social”* (com primeira edição em 1995) aponta que existe na verdade um movimento por parte do grande capital que busca a mercantilização da Previdência e para isso há disseminação da ideia de que a Seguridade Social está em crise,

²² Atualmente existem duas categorias de contribuintes facultativos: os desempregados e estudantes, com a tarifa de 11% do salário mínimo e aos trabalhadores “dona de casa” que estão cadastrados no CadÚnico podem contribuir 5% desde que comprovada situação de extrema pobreza. Conforme estudos de Teobaldo (2014) milhares de mulheres e uma parcela menor de homens donas (os) de casa não conseguem acesso a benefícios mesmo com as contribuições em dia, por que se no CadÚnico for identificado uma renda mesmo que no valor de R\$ 1,00 o pedido é indeferido. Ou seja, são medidas que “incentivam” a contribuição, mas na prática em vez de garantir a proteção social, causam mais pobreza na população, visto que esses contribuintes deixam de manter suas necessidades básicas como alimentação e compra de remédios para efetivarem as contribuições.

especialmente no que tange as contas previdenciárias, em conjunto a essa disseminação aparece neste cenário, a política de assistência social como possibilidade de “solucionar” ou combater a pobreza no Brasil.

Negando, implicitamente, a intermediação e o agenciamento do Estado, o capital absorve as demandas dos trabalhadores, no interior do processo de formação de uma cultura do consentimento da privatização da seguridade- em especial da previdência e da saúde-, ao mesmo tempo que difunde e socializa a necessidade de ampliação dos programas de assistência social, voltados para os pobres, procedimento esse coerente com a sua concepção de Estado mínimo e com a necessidade de reduzir os impactos sociais dos ajustes econômicos (p.50).

Como consequência dessa análise Mota (2009) em seus estudos subsequentes observa em sua obra *“Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estados, Políticas e Sociedade”* que aliado a privatização da previdência social existe a tendência da assistencialização da Seguridade Social Brasileira, cujo argumento central é:

“[...] que as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção social, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva [...] (p.134)”

De acordo com a defesa de Mota esse fenômeno se apresenta na conjunção entre dois aspectos, por um lado a expansão de pública da política de assistência social via a concessão de benefícios de transferência de renda e por outro, a mercantilização das outras duas políticas através da venda de planos de saúde e da oferta de planos privados de previdência social. No entendimento adotado neste trabalho trata-se de uma das soluções neoliberal para o trato das expressões da questão social, ou seja, que a política de Assistência Social para além de ser uma política de proteção social, transforma-se em um mito, visto que:

“[...] menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa, tem no processo de reprodução social.” (MOTA, 2009, p. 141).

Silva (2012) ao concordar com a tendência à ideia de centralização da assistência social no âmbito da Seguridade Social, pontua, no entanto que esta análise não pode ser descolada da ideia de “uma profunda dilapidação da proposta

constitucional de seguridade social” (p. 290), devido à mercantilização da saúde e da previdência social e o uso político e ideológico da política de assistência social por parte do Estado, visto que essa centralidade não se deu através da valorização material e estrutural da política de assistência²³ em sua totalidade e sim via financeirização dos benefícios sociais.

De posse dessas afirmativas avalia-se que a crítica realizada a expansão da política de assistência social via benefícios de transferência de renda são importantes principalmente pelo impacto de rápido alcance na vida da população, no entanto especialmente o Benefício de Prestação Continuada servem de “almofada” quanto a negação dos benefícios previdenciários. Visto que como poderemos observar no capítulo posterior quando da análise de um breve perfil dos requerentes do BPC, tem-se em sua maioria trabalhadores que sem acesso a previdência social recorrem ao benefício dito “social” como forma de terem proteção social.

Assim, este benefício não atende apenas seu perfil “pessoas com deficiência incapaz para vida independente e para o trabalho” e “idosos com 65 anos ou mais que não tenham fonte de renda e nem podem ser mantidos por suas famílias”, mas sim em sua maioria “trabalhadores com doenças e/ou deficiências oriundas do trabalho informal” e “trabalhadores que em decorrência da instabilidade e/ou não venda de trabalho formal não conseguiram as condições para aposentadoria, mesmo que trabalhando a vida inteira”. Pode-se, portanto afirmar que o BPC carrega consigo uma contradição de ser um direito, por se tratar de um conquista das pessoas com deficiência e idosos sem acesso a previdência social, no entanto o seu uso por vezes esconde a negação de outro, o acesso a proteção social de uma elevada parte da classe trabalhadora por meio do reconhecimento do trabalho e, portanto de uma proteção regulada por ele, em uma sociedade em que o pilar de sua sustentação é o trabalho humano, independente de sua condição de assalariamento.

Situação que se agudiza, em decorrência do avanço do capitalismo em sua fase fictícia, a descartabilidade temporal dos trabalhadores aumentou, por isso eles não conseguem acesso a salários e nem as contribuições oriundas destes salários ao sistema

²³ Segundo Behring (2010) correram mudanças importantes no governo Lula, entre elas destacam-se: a recomposição do Estado através da realização de concursos públicos, avanço da efetivação do SUAS, a promulgação do Estatuto do idoso, acesso ao BPC com 65 anos, a instauração do CadÚnico e o bolsa família. Sobre este aspecto Pereira (2012) refere que o governo deste presidente retirou 28 milhões de pessoas da pobreza, levou 36 milhões de pessoas à classe média e reduziu em 8,5% o número de pessoas que viviam na pobreza absoluta.

de previdência. Diante deste cenário, os trabalhadores migram da proteção social regulada pelo trabalho assalariado para o acesso a proteção social via política de assistência, na qual não se exige nenhuma contribuição, desde que estejam condicionados a comprovar estágio de pobreza absoluta, no Brasil significa viver abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Seguindo esta lógica, Boschetti (2012) refere-se que os programas de transferência de renda são focalizados ou priorizam determinado público que vivem em situação de miséria absoluta, sob o requisito que precisam comprovar essa situação, no Brasil, especialmente a adoção do CadÚnico exemplifica bem essa realidade. Em geral se avalia ainda se o beneficiário não tem condições de responder sozinho ao atendimento de suas necessidades de reprodução e/ou se sua família não poderia assumir esse papel, assim na ausência destas duas impossibilidades o Estado através deste benefícios garante um mínimo para sobrevivência. Se em comparação aos valores dos benefícios concedidos pela previdência social, eles são bem abaixo de um salário mínimo com exceção do BPC que segue o valor do salário.

Em comparação aos benefícios assistenciais, analisa-se que os benefícios previdenciários, ainda que regulados pela contribuição direta, no caso os assalariados e individuais e da contribuição indireta no caso dos trabalhadores rurais, se constituem a partir de uma lógica de proteção social aos trabalhadores e suas família (pensão, salário família e auxílio reclusão), ou seja, há um reconhecimento destes trabalhadores como tais. Outro ponto a ser evidenciado e que em geral, os valores recebidos pelos usuários desta política, tem como base um salário mínimo (a exceção do auxílio - acidente e salário - família), além do recebimento do 13º salário. São benefícios que não responsabilizam os familiares pela manutenção direta do usuário, ao contrário essas famílias são protegidas em casos de morte e reclusão destes, podendo também acessar a serviços da previdência social como o Serviço Social, a Perícia Médica e a Reabilitação Profissional.

Portanto, a defesa pela não mercantilização da previdência social de forma que ao contrário ela caminhe para sua universalização, ou seja, que possa atender todos os trabalhadores deste país ou se elaborando um estudo da real viabilidade de recursos para esse atendimento; criando mecanismos para que cada vez mais a solidariedade deste sistema funcione a exemplo a possibilidade de cobertura previdenciária integral aos trabalhadores informais e desempregados, mesmo da exigência da realização de um cadastro que formalize sua busca ao emprego, o que sinaliza a não responsabilização

deste trabalhador por sua condição, assim o tempo que passou a espera de emprego seria contabilizado para sua aposentadoria. Já existe a possibilidade do trabalhador manter sua qualidade de segurado por até dois anos desde que tenha recebido seguro desemprego, então que isso se perdurasse até que ele conseguisse outro emprego, assim poderia ter acesso a benefícios como: auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte. Essas medidas iriam contribuir para a visibilidade da situação real dos trabalhadores deste país, além de serem medidas protetivas inexistentes no momento.

Assim para a política de assistência social, pudesse de fato atender quem dela necessite em geral aos cidadãos que não podem vender sua força de trabalho (pessoas com deficiência incapacitantes de nascimento, crianças e adolescentes, idosos) no que tange medidas protetivas de prevenção e manutenção de vínculos e apoio material de acordo com suas necessidades sociais, para isso a constituição de um sistema de assistência social organizado nacionalmente inclusive em infraestrutura (CRAS/CREAS), espaços de convivência, espaço de referência e não como encontramos na realidade paraense em sua maioria com espaço referendado pelos usuários como “o local de cadastro do Programa Bolsa família e BPC”. Geralmente esses espaços são sucateados em sua estrutura física, com poucos profissionais em sua maioria sobre regime de contratação temporária, tendo que dar conta da pobreza estrutural com poucos recursos, ou seja, envoltos do mito da resolutividade impregnado no desenho de tal política.

No entanto, o caminho apontado para as políticas sociais é inverso ao promulgado na CF/2008, especialmente no ataque as reformas previdenciárias, a exemplo com a mais recente proposta através da PEC nº 287/2016, do atual governo ilegítimo de Michel Temer tem-se o que se convencionou criticamente chamar da “ultra contrarreforma” da previdência social. A justificativa para tais medidas segundo o documento oficial do governo que o Regime Geral de Previdência Social é de repartição simples, ou seja, quem mantém o benefício dos aposentados são os que na ativa, assim referem que em 2060 o número de idosos irá crescer para 262,7%. Diante desse quadro alarmante propagado pelo governo e de sua preocupação “previdente” com fatos que virão a ocorrer daqui a 43 anos aliada a propagação do déficit da previdência social temos algumas das propostas da PEC, vejamos a baixo:

- a) Os requisitos para aposentadoria por idade hoje são: 60 anos se mulher e 65 anos se homem mais 180 contribuições (15 anos) passaria para 65 anos homem e mulheres e no mínimo com 25 anos de contribuições. Na ultima forma que se

- tem é de 62 anos para mulheres e 65 anos homem mantendo a elevação de contribuições para 25 anos;
- b) A aposentadoria integral que hoje, depende de 30 anos de contribuição se mulher e 35 anos se homem, passaria para 49 anos de contribuição e no momento após manifestações e debates da proposta o governo propõe 40 ano de contribuição;
 - c) Pensão que hoje pode acumular com aposentadoria, independente do valor dos benefícios, se passarem, somente poderá acumular se os valores forem até 2 salário mínimos;
 - d) Proposta de Unificação dos sistemas de previdência social, geral e próprios, com definição de aposentadorias até o valor do teto do INSS (hoje R\$ 5.531,31).
 - e) Aumento na idade para trabalhadores rurais 57 anos mulher e 60 anos o homem, além de medidas que incentivem a contribuição direta;
 - f) Aumentar para 70 anos o direito ao BPC de idosos, após a apresentação e pressão por parte da sociedade como um todo, ficou 65 anos podendo chegar até 68.

Caso essas mudanças em cursos forem aprovadas teremos a total passagem do parco sistema de proteção social brasileiro para o sistema de punição social. Pode-se evidenciar ao exigir que um homem de 30 anos se tiver a “sorte” de vender sua força de trabalho assalariada por 40 anos sem nenhuma interrupção ele chegará aos 70 anos com o “direito de se aposentar” integralmente, tal medida desconsidera por completo a análise da realidade social e conjuntural de nosso país e sua inserção na economia mundial como um país periférico e os impactos que a reestruturação produtiva trouxe para o nosso mundo do trabalho, assinando sem nenhuma contestação o projeto de austericídio orientado pelo Banco Mundial às políticas sociais.

Evidencia-se, assim, a proeminência, a partir dos processos referendados ao longo destes dois capítulos, de ser suporte teórico para compreender as determinações, políticas, econômicas e ideológicas, que incidem sobre o trabalho do assistente social no INSS, enquanto executor de políticas sociais, especialmente no que tange seu *status anfíbio* entre as duas principais políticas da Seguridade Social brasileira, a previdência e assistência social.

4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PREVIDENCIA SOCIAL: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Sob o entendimento de que a história não é linear, nem perene, ao contrário, se processa dialeticamente e, contraditoriamente, para a compreensão do trabalho do Assistente Social, optou-se pela concepção da categoria trabalho, em Marx, para então, poder colocar essa categoria no centro do debate e compreender a história do Serviço Social na Previdência Social desde a sua origem, até a atualidade.

Trata-se, então, do entendimento do trabalho do assistente social como um trabalho assalariado e improdutivo. Ao se inserir no mundo do trabalho, o assistente social, enquanto um trabalhador assalariado, não dispõe dos meios de produção, mas sim, apenas da sua força de trabalho colocada a venda no mercado em troca de salário. Mediante uma relação contratual, o empregador tem a expectativa de que esse profissional contratado, atenda as demandas institucionais que lhe foram impostas, o que, frequentemente, tencionará a autonomia profissional, visto que o mesmo foi contratado para contribuir para a manutenção do *status quo* e não para propor a construção de uma nova lógica societal, conforme preconiza o Projeto Ético Político da mencionada profissão.

O entendimento do trabalho do assistente social como improdutivo, se dá ao situá-lo na divisão social do trabalho, como aquele que não produz mais-valia, ou seja, não gera valor, diretamente. No entanto, esse trabalho se faz importante para o sistema capitalista, visto que, esse profissional é chamado para executar ações de comando, controle e mediador de conflitos estabelecidos pela relação capital x trabalho. Contudo, esse profissional, a partir de um recente percurso histórico no Brasil, tem contribuído para potencializar a organização dos trabalhadores do campo ou na cidade, assessorando-os em seus movimentos de lutas pelo acesso aos seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Trata-se, então, um trabalho que não gera mais-valia, ou seja, aqueles que, em sua maioria, são vinculados à gestão e o controle da força de trabalho (planejamento, orientação, supervisão, setor de serviços, políticas sociais), espaços, estes, aonde, historicamente, o Serviço social vem se inserindo enquanto profissão.

Assim, deduz-se que o resultado do trabalho do assistente social, em geral, é intangível, no mundo das coisas, ainda que seja possível contar o número de atendimento diário, mas os números são incapazes de revelar a dimensão do trabalho

realizado, como por exemplo: mudança na trajetória de vidas humanas através do acesso a um serviço de uma política social.

No Brasil, o assistente social é considerado um profissional liberal cujas exigências para o exercício profissional são: possuir nível superior em Serviço Social, que tenha registro em conselhos regionais de Serviço Sociais, organicamente, vinculados ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). O Serviço Social foi regulamentado pela Lei nº 8.662 de 7 de Julho de 1993 e possui um código de Ética que orienta a conduta profissional. Esses documentos imprimem a profissão, um caráter liberal e, com isso, apontam a autonomia do trabalho profissional do assistente social.

Historicamente, no Brasil, o maior empregador do assistente social tem sido o Estado, espaço este que não está imune às determinações das crises e dos interesses do Capital na busca por exploração da força de trabalho para a sua expansão e acumulação. Segundo Iamamoto (2011), a atividade desenvolvida pelo assistente social no seu exercício profissional, é considerada como trabalho, ou seja, o dispêndio da força vital ao interferir na realidade concreta através de suas habilidades física e mental. Essa afirmativa assenta o assistente social em sua posição de trabalhador²⁴, portanto, faz parte do coletivo de trabalhadores que são explorados pelo capital ao venderem a sua força de trabalho, tendo em vista a acumulação de riquezas.

Segundo a autora acima referida, o Serviço Social, ao transitar do foco da prática profissional para o trabalho profissional, não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura, mas de concepção, pois a visão que foca a análise do exercício profissional na prática descartava, por vezes, as condições e relações sociais em que o mesmo se realiza. Assim, ao considerar que o trabalho profissional “como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza” (p. 95), caracterizando, assim, o assistente social como um trabalhador assalariado que pode exercer sua profissão de maneira autônoma, no sentido da prestação de serviço.

Sendo assim, a autonomia profissional do assistente social é tencionada, pois de um lado concorrerá para vender sua força de trabalho e para sua manutenção em um

²⁴ Importa registrar que o assistente social, assim como, outras profissões liberais, não faz parte do proletariado no sentido marxista, ou seja, aquele que está na base da exploração, não mais-valia, diretamente. O Serviço social como profissão surgiu em resposta por parte do Estado em conveniência com a classe burguesa, ao tratamento das expressões da questão social posta pelos trabalhadores diante das exigências de condições de trabalho e de vida neste sistema desigual de forma que esses trabalhadores pudessem ter condições de vender sua força de trabalho.

posto de trabalho e, por outro lado, se confrontará com uma realidade social que precisa ser questionada para além de sua aparência, conflitando, portanto, com os interesses institucionais e de seus empregadores. A propósito, Iamamoto (2011) ao referir-se a venda da força de trabalho do assistente social e a sua autonomia profissional, diz que:

Ao vender sua força de trabalho em troca de salário (valor de troca da mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações (p.97).

Mas, essa autonomia segundo Iamamoto (2011) encontrará limites que se confrontam na relação capital x trabalho, pois, o assistente social ao ter que vender sua força de trabalho (como mercadoria) em troca de salário, se submete a competição entre os profissionais dessa categoria e, muitas vezes, com profissionais de áreas afins, para obter acesso a um posto de trabalho, em geral, cada vez mais precarizados, sobretudo pela pressão que o aumento do exército de reserva faz no mercado de trabalho. Dessa forma, o profissional de serviço social, contraditoriamente, enfrenta desafios conjunturais e estruturais que direcionam o seu trabalho para um rumo diferente da orientação do projeto ético-político, ainda que o mesmo possua consciência do mesmo.

Na consecução de seu pensamento, a autora refere-se que apesar das limitações das condições que materializa a autonomia profissional do assistente social, este pode redirecionar “o sentidos de suas ações para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores” (p. 98). De forma que esse profissional poderá definir as prioridades do seu trabalho profissional, o que pode ser notado no uso de instrumentos de trabalho, tais como: a linguagem, o relacionamento, abordagem, reunião, acolhimento, etc. utilizados por ocasião do atendimento ao usuário, na perspectiva de contribuir para a “construção de cidadania para todos; da efetivação de direitos sociais, civis, políticos; da formação de uma cultura pública e democrática e da consolidação da esfera pública” (p. 98).

Sendo assim, o assistente social, ao desenvolver o seu trabalho profissional nas instituições empregadoras, e sendo parte de um coletivo maior de trabalhadores, pode legitimar ou não os rumos que o Serviço Social vem imprimindo diante de seu projeto ético político, ou seja, a construção de um novo projeto de sociedade, onde o acesso aos

direitos sociais da classe trabalhadora é convocado, ainda, neste sistema como imperativo.

Contudo, a adoção de novas formas de gestão da força de trabalho, impostas pelo processo de reestruturação produtiva às instituições públicas e privadas, vêm incorporando a passos largos, o sistema de gestão que busca a quantificação cada vez maior de produtos, além da intensificação do trabalho, devido ao imperativo em atender mais usuários em menor tempo, sob pena de ter gratificações reduzidas, caso as metas de atendimento não sejam alcançadas, desperdiçando, assim, conteúdos criativos do trabalho e acentuando a precarização do trabalho.

Raichelis (2013) ao analisar as condições do assistente social como trabalhador assalariado refere-se que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, dentre as quais: intensificação da força de trabalho, insegurança no emprego, precárias e flexíveis formas de contratação, pressão por produtividade, ausência de horizonte de profissional a longo prazo, configurada numa dinâmica institucional que o setor público, também, adota ao incorporar conceitos embasados no “gerencialismo” incide sobre a própria natureza do Serviço Social. Isso se materializa em ações esvaziadas de conteúdos críticos mais próximas do tecnicismo, cujas principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, principalmente no SUAS e no SUS encontradas em suas pesquisas são: preenchimento de formulários e planilhas padronizadas em tela de computador, visita domiciliar para fins de controle institucional, realização de cadastros para controle da população pobre.

Além disso, a mencionada autora ressalta que, ao contrário do que se propaga em relação à redução do papel do Estado na sociedade, num contexto de avanço do neoconservadorismo e das ideias neoliberais, nos últimos anos,

O que vem ocorrendo na realidade é a ampliação do Estado em defesa dos interesses do capital em detrimento das necessidades do trabalho, concomitante à transformação dos objetivos, perfis, conteúdos, intencionalidades e alcance das políticas de proteção social, de seus programas e serviços (p.19).

Esta análise pode contribuir para iluminar a compreensão do trabalho dos assistentes sociais na Previdência Social, nos últimos anos, em particular, o período de interesse desta pesquisa, isto é, 2009 a 2016²⁵, quando, contraditoriamente, o Serviço Social passou a dispendar sua força de trabalho no atendimento às demandas da política

²⁵ Nesse período houve um aumento do número de contratação de assistentes sociais, no INSS, em todo território nacional; inicialmente, foram ofertadas 900 vagas, o que configurou a recomposição do Serviço Social, nesse Instituto, após quase a sua extinção, na década anterior.

de assistência social, especificamente, o BPC, redirecionando, profundamente, a natureza do serviço social na previdência social, visto que, a prioridade de suas ações passou a ser dada à operacionalização desse benefício nas agências do INSS. Com efeito, houve a expansão das demandas sociais postas para o Serviço Social, porém, distanciando-se daquelas específicas para o acesso dos trabalhadores aos seus direitos da previdência social pública e universal.

Sendo assim, deduz-se que este redirecionamento dado pelo Estado (empregador), ao trabalho profissional do assistente social no INSS, repercute diretamente, tanto na prestação de serviços sociais aos usuários da previdência social, quanto nas condições objetivas para a realização do trabalho desses profissionais (condições de trabalho), além do desgaste físico e mental em decorrência do enfrentamento, diário, aos ataques que os profissionais e os usuários sofrem no *lócus* de trabalho, aqui estudado, conforme será evidenciado a seguir.

4.1 Trajetória do Serviço Social na Previdência Social brasileira: a guisa de compreensão

O Serviço Social na Previdência Social brasileira completará, em setembro de 2017, 73 anos, de implantação. Trata-se de uma trajetória, fortemente, marcada por mudanças de posicionamento teórico, político e metodológico que emergiram das próprias mudanças ocorridas no Serviço Social brasileiro e da sua relação com o Estado em determinados pelos contextos políticos, econômicos e sociais. Segundo Iamamoto (1982), a primeira experiência de implantação do Serviço Social na Previdência Social brasileira, ocorreu em 1942, no entanto, a sua regulamentação se deu somente após dois anos com a promulgação da Portaria nº 52º do Conselho Nacional do Trabalho de 06 de setembro de 1944.

Assim, o Serviço Social se institucionalizou nesse espaço sócio ocupacional, 21 anos, após a promulgação do Decreto-lei 4.682, em 1923, conhecido como Lei Elói Chaves que determinava a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados em empresas ferroviárias, ou seja, quando foram criadas as primeiras iniciativas de previdência social, no Brasil. Ressalta-se, ainda, que o ano de instituição do Serviço Social na Previdência Social, no Brasil, ocorreu, em 1943, um ano após a vigência da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), criada pelo governo Vargas, seis anos, após a inserção de Serviço social como profissão no Brasil.

Segundo Ademir Silva (2008), o Serviço Social na Previdência Social desde a implantação, em 1944, até 1994 (50 anos), quando foi implantada a matriz que orienta o trabalho profissional nesse espaço sócio ocupacional, teve como base a teoria funcionalista que visava à humanização e a educação da classe trabalhadora. Contudo, os assistentes sociais começaram a manifestar inconformismo com as práticas profissionais baseadas em tal concepção. Nesse momento, vivia-se, no Brasil, o aprofundamento da questão social em decorrência da situação política pós-governo do presidente Juscelino Kubitschek baseado no modelo nacional desenvolvimentista. No entanto, esse inconformismo com as práticas tradicionais não provocou ruptura com o modelo conservador, pois, a ditadura militar instaurada no país durante o período de 1964 a 1985, “agora acusadas de assistencialista e projeta-se para o Serviço Social a meta da promoção social, embora sem explicitar exatamente do que se trata” (p. 26). Desta forma, as ideias e as práticas do Serviço Social passaram a ter como base “a adaptação, a aculturação e a integração em face ao descompasso entre as necessidades sociais e a oferta institucional de bens, serviços e benefícios” (p. 26). Trata-se, então, segundo este autor, de uma perspectiva “controlista e disciplinadora” que se materializou nos Planos Básico de Ação de 1972 e de 1978.

Para Abreu e Lopes (2008) tratava-se da implementação de um projeto modernizador, reflexo do que ocorreu com o Serviço Social nacional após a reconceituação, o qual foi chamado a desenvolver um projeto profissional “como ação política pedagógica, com orientação individualista e psicossocial” (p. 41). As mencionadas autoras referem-se que o PBA sofreu forte influência dos Documentos de Araxá e Teresópolis, pois teve assistentes sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que participaram, também, da elaboração dos mesmos, conforme consta no documento “O Serviço Social e a Previdência Social” que traz para o centro, a preocupação do Serviço social com a categoria Política Social.

Sendo assim, com base nos referidos documentos, o trabalho exercido pelo assistente social no INPS, elencadas pelas autoras, se constituam em: estratégias educativas no sentido de orientação individual psicossocial, embasado num discurso acríptico da realidade social, cuja solução dos problemas sociais deveria “enquadrar” o sujeito naquilo que era posto pela política social. Havia uma suposta separação entre teoria e realidade, invocando a neutralidade como fio condutor da análise de realidade, sem redimensionar os problemas identificados, para além da dimensão individual. Neste sentido, o PBA apontava as seguintes funções do Serviço Social no INPS:

- a) Funções que visam atenuar situações de carências nos diferentes níveis básicos de necessidades- compreendem o favorecimento de recursos diagnosticados como indispensáveis ao cliente e a sua família;
- b) Funções que contribuem para substituição de formas de pensamento que interferem na satisfação das necessidades básicas do homem- entre elas distinguem-se no INPS as atividades destinadas a proporcionar aos beneficiários conhecimentos sobre a previdência social e seus serviços, a contribuir para mudança de mentalidade reivindicatória e acionar de educação para a saúde ou de formação de atitudes para o trabalho;
- c) Funções que objetivam adaptações de entidades e instituições da comunidade a novas realidades sociais- referem-se à contribuição que o Serviço Social deve dar, no sentido de informar os órgãos de direção sobre as carências e necessidades identificadas no trato cotidiano com a clientela, no intuito de adaptar os recursos do INPS a propiciar a melhoria das condições de vida dos beneficiários.
- d) Funções que possibilitam a criação de forma de relacionamento e associação, permitindo melhor comunicação em cada órgão e seus servidores e usuários (...). (Brasil, INPS, 1972, p. 20 APUD ABREU E LOPES, 2008, P. 54).

Pelo exposto, observa-se com nitidez que o conteúdo teórico e político do referido documento orientava o trabalho do assistente social no INPS na perspectiva funcional, objetivando a adaptação das instituições à nova realidade social²⁶. Apesar de se vivenciar nesse momento, o período de ditadura militar, no país, cabe registra que se se comparar os benefícios e os serviços oferecidos, atualmente, pelo INSS através da Lei de Previdência Social 8.113 de 1998, com aqueles oferecidos nos anos de 1960, constata-se que tais serviços eram mais abrangentes²⁷, em uma análise mais aprofundada dessa questão podemos inferir que as políticas sociais neste períodos serviram aos interesses no Estado ditador em encontrar consenso entre a classe trabalhadora. Mas, contraditoriamente, nesse mesmo período ocorreu a perda de direitos trabalhistas, como a “estabilidade no emprego” que foi substituído pelo FGTS. Nas palavras das autoras, nesse rol de benefícios:

Encontra-se aí um dos fundamentos que fazem no serviço de assistência da política previdenciária as incipientes conquistas sociais dos trabalhadores

²⁶ Importa registrar que nesse momento histórico, o país vivenciava a ditadura militar, sob o governo do presidente Médici e, regionalmente, em 12 de abril desse ano iniciava a Guerrilha do Araguaia no Sul do Pará.

²⁷ Neste momento, a Lei que regulamentava a Previdência Social- Decreto-Lei de 21/11/66 dispunha dos seguintes benefícios: Art. 22. As prestações asseguradas pela previdência social consistem em benefícios e serviços, a saber: I - Quanto aos segurados: a) auxílio-doença; b) aposentadoria por invalidez; c) aposentadoria por Velhice; d) aposentadoria especial; e) aposentadoria por tempo de Serviço; f) auxílio-natalidade; g) pecúlio; e h) assistência financeira. II - Quanto aos dependentes: a) pensão; b) auxílio-reclusão; c) auxílio-funeral; e d) pecúlio. III - Quanto aos beneficiários em geral: a) assistência médica; b) assistência alimentar; e) assistência habitacional; d) assistência complementar; e e) assistência reeducativa e de readaptação profissional.

brasileiros, sob a forma de direitos no campo da Previdência, sejam transmutadas em benesses, em expressão da “ajuda”, de forma que as manifestações de pressão e reivindicações dos trabalhadores em relação à qualidade e quantidade dos serviços previdenciários se convertem em problemas a serem corrigidos, em lugar de demandas a serem contempladas (ABREU e LOPES, 2008 p. 46). (Grifos das autoras).

Importa registrar que até os anos 1970 e 1980, o Serviço Social no referido Instituto teve como base o PBA. No entanto, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (CFB) foi instituída a Previdência Social como proteção ao trabalhador brasileiro e o movimento político e social pelo qual o país passava, nesse momento, em nível nacional, constituiu-se um cenário de agitação, de atitudes e ideias que contribuíram para que os assistentes sociais da Previdência Social não permanecessem inertes a este processo. Assim, segundo Neves e Silva (2008) alguns assistentes sociais retornaram a universidade em curso de pós graduação além do engajamento nos mencionados movimentos sociais, o que possibilitou, paulatinamente, a construção de uma massa crítica entre os profissionais.

Em 1991, com a ascensão Fernando Collor a presidência do Brasil, foi proposta a modernização administrativa do INSS²⁸, através de um plano conhecido como “Projeto 24” o que exigiu dos profissionais de Serviço Social que se organizassem para o debate sobre a sua ação profissional, no sentido de se “enquadrarem” às mudanças de gestão que se instituíam nesse momento histórico brasileiro. No entanto, a partir dos debates efetuados entre os assistentes sociais sobre as suas ações, foi firmado um compromisso coletivo com a classe trabalhadora, materializando, assim, o escopo da Matriz do Serviço Social na Previdência Social, em 1994. Importa registrar que esta medida foi importante para o Serviço Social na Previdência Social, em decorrência da promulgação da Lei 8.213 de 1991 que prevê no artigo 88²⁹, as competências do Serviço Social.

²⁸ O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi criado em 27 de junho de 1990, durante a gestão do então presidente Fernando Collor de Melo, por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. = <http://www.previdencia.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/inss/>, 2017.

²⁹ Art. 88 da Lei, 8.2013 de 1991. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade. § 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas. § 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos. § 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na

As orientações contidas nessa Matriz firmaram um posicionamento hegemônico dos assistentes sociais contra o conservadorismo, o que implicou em reformulações do trabalho profissional do assistente social, nesse espaço sócio-ocupacional, a exemplo: as informações sobre os direitos previdenciários prestados aos usuários passaram a não se reduzir, apenas, as informações institucionais, mais, sim, foram consideradas como um dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, tendo por base uma direção política-ideológica, na perspectiva do direito social e da proteção ao trabalho. Além disso, a situação dos sujeitos individuais e coletivos foi tratada a partir de sua realidade imediata e da sua particularidade, vinculando-a com a totalidade social, com base no saber profissional e no saber dos usuários. Este procedimento passou a exigir a construção de um espaço de discussão, de debate e de análise da realidade social que, orientado pela teoria crítica, potencializou a articulação com os movimentos sociais e as entidades representativas dos trabalhadores e o fortalecimento da luta coletiva na perspectiva da defesa dos direitos sociais e previdenciários.

A reorientação do trabalho profissional do assistente social na Previdência Social conduziu a necessidade de coerência entre a concepção teórica adotada e o fazer profissional, razão pela qual, na elaboração de um parecer social deveria conter o reconhecimento de direitos dos usuários, com as devidas mediações para não cair no “ajuste e culpabilização” do indivíduo, distanciando-se. A exemplo disso é que nos pareceres sociais emitidos em solicitação médica ou pela junta de recurso, quando se trata de garantir o direito do segurado da previdência social no acesso aos benefícios por incapacidade ou aposentadoria por invalidez, busca-se analisar de que forma a realidade social interfere no restabelecimento de sua saúde bem como na sua capacidade laboral, além de avaliar os impactos que isso causa na sua vida e de sua família.

Ademais, o atendimento às demandas dos usuários Previdência Social referente a recursos materiais, como por exemplo: ajuda de custo para o pagamento de passagens, alimentação ou mesmo retirada de documentos, passou, também, a ser orientado pela sua situação de classe social, negando qualquer possibilidade de reprodução do controle (MTTMSS, 1994). Por último, há que se destacar que a referida Matriz de Serviço

implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe. § 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

Social, preconizava a necessária de articulação entre teoria e realidade, por meio da pesquisa social.

Constata-se, então, que houve mudança na concepção teórico-metodológica no trabalho profissional do assistente social na Previdência Social brasileira, isto é, a teoria crítica passou a ser hegemônica, o que suscitou uma série de debates acerca da mesma entre os profissionais de Serviço Social, objetivando o aprofundamento e a paulatina incorporação de novos valores ético-político voltados para a construção de um novo projeto societário. No entanto, apesar da MTMSS embasada na teoria social de Marx, ter se tornado hegemônica, existiu resistência por parte de alguns profissionais, o que foi expresso num movimento dialético em que havia vontade para o novo se efetivar e o velho querendo se conservar.

Atualmente, observam-se algumas situações que merecem destaques no que concerne à operacionalização das orientações preconizadas na mencionada MTMSS: primeiro, cabe registrar que o conservadorismo³⁰, ainda se faz presente no trabalho profissional dos assistentes sociais, embora sendo em menor intensidade, mas existe; segundo, a teoria social marxista foi incorporada por esses profissionais para embasar o seu trabalho, mas têm encontrado certas dificuldades em articular a teoria com o cotidiano de trabalho, isso pode ser fruto da ausência do aprofundamento sobre o conhecimento do método referido na matriz em decorrência da atualização teórica no que tangem capacitação continuada. Há um tensionamento valorativo entre atendimento individual e coletivo, pois no discurso há um debate importante sobre a necessidade de se continuar os trabalhos coletivos com grupos, movimentos sociais e sindicatos, no entanto a demanda diária das agências e alta demanda da negação de direitos impõe ao assistente social uma sobrecarga diante dos atendimentos individuais, cabe a devida valorização deste serviço prestado por ser um importante campo de luta e garantia de direitos sociais.

Esta situação pode ser entendida, em parte, pelo que Santos (2013), em sua obra *Na Prática a Teoria é outra?*, pois, ao tratar da prática profissional, refere-se que os assistentes sociais ao assumirem compromisso com defesa de direitos sociais, convivem com uma contradição - ao mesmo tempo em que têm consciência dos

³⁰ Segundo Iamamoto (2013) O conservadorismo tem como fonte de inspiração o pensamento conservador que provém de um modo de vida do passado ao ser resgatado de forma que venha interpretar o presente como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista, ou seja, não propõe mudança da sociedade vigente aceitando no máximo proposta de humanização deste sistema que em sua base existe a exploração do homem pelo homem (p. 25/26).

mecanismos de exploração da classe trabalhadora, os quais são inerentes ao sistema capitalista, ao realizarem o seu trabalho profissional o “máximo que se pode alcançar é uma atuação profissional de enfrentamento da “questão social” dentro dessa ordem, visando, todavia, à sua superação” (p. 49). (Grifos da autora). Apesar da intenção desses profissionais em desenvolver o seu trabalho profissional de modo coerente com valores democráticos e com a ruptura do conservadorismo, o mesmo não pode se transformar em revolucionário, haja vista que a intencionalidade está no campo da possibilidade, mas, a sua materialização é determinada por um contexto favorável a concretização da intenção (IDEM, 2013).

A análise de Santos (2013) tem profunda relação com o que ocorre no espaço sócio ocupacional do Serviço Social do INSS, visto que a Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social, aprovada, em 1994, do ponto de vista político teórico- metodológico representou um avanço para o fazer profissional do assistente social nesse espaço, nos anos seguintes, tornou-se, extremamente desafiador cumprir com as orientações preconizadas na mesma, em decorrência da implantação, por completo, da agenda neoliberal, no país. Em consequência tem-se a ameaça de extinção do Serviço Social na Previdência Social, haja vista que o Projeto Ético-Político do Serviço Social defende um modelo de Previdência Social voltado para o atendimento de toda a classe trabalhadora assalariada ou não, o que vai à contramão dos interesses mercantis do grande Capital.

Neste sentido, varias são as medidas que podem ser elencadas que corroboram a afirmativa acima: - em 2007, foi elaborado um estudo institucional sobre a situação do Serviço Social no INSS, tendo sido constatado que o quadro de assistentes sociais estava reduzido - dos 547 distribuídos, nacionalmente, em gerências do Instituto, apenas 270 atuavam no Serviço Social na área de benefícios previdenciários, os demais foram lotados na reabilitação profissional e/ou para ocupar cargos de chefias do Serviço Social ou em outras áreas afins, como recursos humanos. Além disso, os profissionais desse Instituto passaram a enfrentar os limites impostos ao exercício profissional devido a Reforma Administrativa a ponto da gestão tentar extinguir, o Serviço Social da estrutura organizacional do INSS, culminando com a Medida Provisória nº 172/98 que propunha a revogação do artigo 88 da Lei 8.2013/91, ou seja, o artigo que trata da função do Serviço Social dentro do INSS, esvaziando assim a seu próprio motivo de existência dentro do referido órgão. Segundo Cartaxo e Cabral (2008), o Decreto nº 6.048, em 1999, em seu art. 161, preconizava que :

O serviço Social constitui a atividade auxiliar do seguro social e visa prestar aos beneficiários orientação e apoio no que concerne a solução dos problemas pessoais e familiares e a melhoria de sua inter-relação com a previdência social, para a solução de questões referentes a benefícios, bem como, quando necessário, a obtenção de outros recursos sociais da comunidade. (p. 164)

Observa-se, então, que com esse Decreto, o Serviço Social no INSS passou de uma profissão voltada para a prestação de serviços previdenciários para uma atividade auxiliar de seguro social. Sem dúvida, trata-se de um retrocesso da Legislação da Previdência Social instituída, em 1960 e a reedição do Plano Básico de Ação do Serviço Social (PBA) de 1978, se contrapondo à MTTSS. Outro fato foi que até 1999 o parecer social era utilizado como prova para comprovação de união estável e conseqüentemente, garantidor de direito a pensão para os dependentes dos segurados falecidos, porém deixou de ser considerado prova para esse fim. Ademais, o Serviço Social, em 2001, foi reduzido os recursos materiais das propostas orçamentárias necessários ao desenvolvimento das ações frente aos usuários, bem como não foi efetuado nenhum concurso público nessa área até 2008.

Essas medidas rebateram, diretamente, no atendimento aos trabalhadores que procuram o Serviço Social objetivando obter respostas para as suas demandas, devido à retirada de direitos pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, conhecida por expressar uma das maiores reformas já ocorridas na Legislação Previdenciária brasileira, cujas medidas se materializaram na instauração do fator previdenciário que posterga o pleito da aposentadoria pelos trabalhadores e a substitui a aposentadoria por tempo de trabalho para o termo tempo de contribuição. Portanto o período que durou de 1991 a 2004 foram anos de desestruturação do Serviço Social na Previdência Social, com várias ações no sentido de retirar do INSS esse serviço previdenciário, justificado pela lógica contrária a qual o Serviço Social se posiciona, ou seja, não a privatização da previdência social, contra qualquer tipo de restrição de direitos sociais a classe trabalhadora, suas ações foram voltadas para a universalização e defesa da proteção social pública e de qualidade.

4.2. O Serviço Social na Previdência Social Brasileira, nos anos 2000, a recomposição.

Nos anos 2000 ocorreram vários acontecimentos que contribuíram para o surgimento de novas demandas para o Serviço Social no INSS, dentre os quais podem ser destacados: institucionalmente a exigência de assistente sociais nas equipes de

revisões do BPC REVBPC, externamente a instituição nas - a aprovação da Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF)³¹, em 2001; - a luta dos Movimentos sociais que denunciavam o tratamento desumano do modelo pericial de Pessoas com deficiências que era embasado apenas na visão biológica do ser humano; e a luta do categoria profissional interna com apoio externo do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS para a realização de concurso de público para cargo de assistentes sociais no INSS, haja vista que o momento político vivenciado, no Brasil, com a eleição do presidente Luís Inácio da Lula da Silva, em 2003, em decorrência do direcionamento político adotado, se constituía um momento favorável ao fortalecimento da luta para a realização de concurso público para recomposição do quadro de assistentes sociais no INSS.

Cartaxo e Cabral (2008) referem-se que o Serviço Social na Previdência Social passou a criar novas estratégias para “reerguer o processo de sua organização administrativa, e resgatar o acúmulo teórico mais recente” (2008, p.166). Assim, em 2007, foi instituído um grupo de trabalho, quando foi resgatado o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial de 2005, que naquele momento foi instruído para efetuar a alteração no Decreto nº 1.744 de 05 de dezembro de 1995, *no sentido de incluir a Avaliação Social como parte integrante da avaliação da Pessoa com Deficiência requerente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)*. Tal inclusão *foi decisiva para abertura dos debates sobre a necessidade da reestruturação do Serviço Social no INSS*. Desta forma, em 28 de março de 2007, a Portaria Conjunta MDS/SE e MPS/SE nº 1, orientava o Serviço Social no INSS:

- a) apresentar proposta de reestruturação do Serviço Social do INSS de modo a contemplar as novas exigências quanto aos serviços específicos a serem prestados à população previdenciária e àquela necessitada dos benefícios assistenciais de modo a subsidiar a realização de concurso público para profissionais da área; b) definir atribuições, competências, funções dos profissionais de serviço social no âmbito da Previdência Social a fim readequar a estrutura existente às demandas atuais; c) propor alterações que se fizerem necessárias no que diz respeito às condições de trabalho dos assistentes sociais no INSS (p.05).

³¹ CIF faz parte de um rol de Classificações internacionais desenvolvidas pela Organização Mundial de Saúde, foi aprovada em 2001, porém traduzida para o português em 2004. Essa Classificação traz uma visão da saúde humana além da visão biológica apenas, mas do humano com a sua relação com o ambiente onde vive. Pode ser aplicada como ferramenta: investigação, estatística, clínica, política e pedagógica. (P.9)

Com efeito, o resultado do trabalho do GT acima referido, foi a elaboração de um Relatório que enfatizou a necessidade de contratação de novos (as) assistentes sociais para o quadro de funcionários, bem como a reestruturação organizacional do Serviço Social no INSS, em níveis hierárquicos (com representações em: agências de Previdência Social- APS, gerências executivas, gerenciais regionais e Direção Geral/Brasília).

O mesmo Relatório, ao analisar a conjuntura brasileira dos anos 2000, sugeriu que diante das reformas que a Seguridade Social passava, nesse momento, em especial a política de Previdência Social, se fazia necessário a ampliação das atribuições e das competências dos assistentes sociais, dentre as quais, a tomada de decisões. Para isso, foi recomendada a realização de debates sobre a MTMSS, atualizando-a, para o enfrentamento aos novos desafios impostos pela realidade. Por fim, recomendava a necessidade de estruturação física das agências que perpassa desde a construção de salas, compra de materiais de informática, à construção de um sistema de atendimento informatizado para o Serviço social acompanhado de capacitação contínua para os profissionais.

No mesmo ano de 2007, o Decreto nº 6.214 de 26 de Setembro de 2007, em seu Art. 16 prevê, obrigatoriamente, no processo de *Avaliação Social da Pessoa com Deficiência requerente do BPC*, a participação do profissional de Serviço Social que, em conjunto com os peritos médicos definiriam o grau de incapacidade dos requerentes do mencionado benefício da espécie 87. As medidas preconizadas nesse Decreto provocaram a necessidade de contratação de 1.600 profissionais assistentes sociais para o quadro funcional do INSS e, conseqüentemente, foi realizado um concurso público para o cargo de analista do seguro social com formação em Serviço Social.

Sendo assim, em 2009, foram contratadas 900 assistentes sociais e em 2013, mais 400. Ressalta-se que há mais de 20 anos não se fazia concurso para o cargo de assistentes sociais no referido Instituto e, mesmo assim, o número de assistentes sociais contratados não correspondeu ao quantitativo indicado pelo Relatório acima citado, ou seja, 1.600 assistentes sociais e não apenas 1.200. Após os concursos ocorridos em 2008 e da segunda chamada em 2013, teve um novo concurso, em 2015, também, para o cargo de analista do seguro social com formação em Serviço Social, ofertando mais 150 vagas; dessa até o presente momento, não houve mais nenhum concurso.

Contudo, o que se destacar, ao se referir nos mencionados concursos é o cargo requerido para assistente social que aparece com uma denominação genérica: Analista

do Seguro Social com Formação em Serviço Social, o que de certo tem algumas consequências para a inserção da (o) assistente social no INSS. A primeira é que se subentende que não precisa ser assistente social para assumir o cargo, ou seja, sem exigência de inscrição no Conselho Regional de classe, basta, apenas, ter a formação em Serviço Social (mestrado, doutorado, etc.), diante disso após a inserção destes profissionais as representantes técnicas a fim de salvaguardar o exercício legal da profissão, aconselharam as assistentes sociais recentemente ingressas a estarem devidamente inscritas (os) nos conselhos regionais e inclusive utilizar seus números de registros nos carimbos e assinaturas manuais e digitais no INSS.

A segunda consequência é que a Lei 12.317 de 26 de agosto de 2010, a qual dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas para o Assistente Social, não foi acatado pelo INSS, em decorrência de uma interpretação de que estes profissionais nesta instituição são Analistas do Seguro Social com formação específica e não “assistentes sociais”, portanto, não podem ter garantido este direito, devem, portanto ser regidas (os) pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sendo a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Além disso, é importante ressaltar que o edital nº 01/2008 , segundo a portaria nº 108 de 14 de maio de 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado no Diário Oficial da União em 16/05/2008, exigiu o conhecimento sobre as matérias: língua portuguesa, raciocínio lógico, noções de informática, direito constitucional, direito administrativo, conhecimentos específicos do Serviço Social, Legislação previdenciária e Legislação da assistência social. Chama a atenção, sobretudo, os dois últimos conteúdos, pelo fato de evidenciar a necessidade do profissional que assumir o cargo de “analista de seguro com formação em serviço social” deve ter conhecimento sobre a legislação previdenciária e assistência social, para que pudesse trabalhar nas duas áreas, apesar de quem estava prestando o concurso, em sua maioria, acreditava que iria trabalhar na política previdenciária, prioritariamente e, secundariamente, no atendimento ao BPC, o que segundo este estudo mostrou outra realidade. A propósito, no edital do concurso a descrição das atividades referidas:

2.1.1. Descrição das atividades: Prestar atendimento e acompanhamento aos usuários dos serviços prestados pelo INSS e aos seus servidores, aposentados e pensionistas; elaborar, executar, avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Reabilitação Profissional; **realizar avaliação social quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais**; promover

estudos sócio-econômicos visando a emissão de parecer social para subsidiar o reconhecimento e a manutenção de direitos previdenciários, bem como a decisão médico-pericial; e executar de conformidade com a sua área de formação as demais atividades de competência do INSS. (edital, 06/11/2008). (grifo nosso).

Importa registrar que a realização desse concurso foi resultado da luta coletiva dos assistentes sociais do INSS, com apoio dos órgãos representativos da categoria profissional dos assistentes sociais: o conjunto CFESS/CRESS que encontraram terreno fértil para tal, frente aos avanços das discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência, em culminância com o direcionamento dado a política social, nos governos do presidente do Brasil, Lula da Silva.

Além dessa conquista do Serviço Social no INSS, diante do processo de sua reestruturação, importa destacar também, a aprovação do Manual Técnico do Serviço Social, em 2012, objetivando subsidiar os assistentes sociais no que concerne ao exercício de suas atribuições no Serviço Social, nesse espaço sócio-ocupacional. O referido Manual resgata a MTMSS e reafirma, a concepção do Serviço Social como um serviço previdenciário viabilizador de direitos. Esse documento ratifica as ações do Serviço Social em Linhas, da seguinte forma: 1) ampliação e consolidação do acesso à Previdência Social destinado a atender as categorias profissionais e ocupacionais, segmentos de trabalhadores e grupos sociais com dificuldade de acesso aos benefícios e serviços ofertados pelo instituto; 2) Segurança e saúde do trabalhador, destinada ao atendimento dos trabalhadores em situação de incapacidade laboral em decorrência de doenças/deficiências temporárias ou definitivas e 3) Direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas que não tiveram acesso à proteção social por meio da previdência social, cabendo ao Serviço Social da Previdência social a atribuição de articular a política de previdência e assistência social (DIRSAT/ 2012).

Na tentativa de compreensão da trajetória do serviço social na previdência social, foi elaborado um quadro ilustrativo, abaixo, no qual consta a evolução conceitual desde 1994 a 2012, período que corresponde à elaboração da Matriz e a aprovação do Manual técnico. O Manual servirá de norteador e busca uniformidade das ações, em nível nacional, uma forma de comunicação entre os profissionais, mesmo aqueles que estão lotados em municípios distantes da capital e do centro das discussões presenciais (reuniões). Tal documento situa o Serviço Social e as suas categorias de análise, desde a sua concepção como profissão, a concepção ética, o seu posicionamento no atendimento dos usuários no sentido de sua participação na implementação e no fortalecimento da

política de previdência social e incorpora a luta pela garantia da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e idoso, atendidos pela política de assistência social. Outro ponto a notar é a retirada de “atenção aos trabalhadores rurais” que foram incorporados pela linha 02 Segurança e saúde do trabalhador, apesar de não ser o enfoque deste trabalho isso é algo que precisa ser estudado e as consequências desta não referência específica, dado a própria condição dos trabalhadores rurais deste país com e sem terra. Tais mudanças podem ser melhor visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Redirecionamento do trabalho do assistente social no INSS, segundo a Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social (1994) e o Manual Técnico do Serviço Social (2012).

Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social (1994)	Manual Técnico do Serviço Social (2012)
<p>Método analítico e interventivo – Teoria Social Crítica</p> <p>1) Ações Profissionais Socialização das Informações Previdenciárias Fortalecimento do Coletivo Assessoria aos Movimentos Sociais e sindicais em Matéria de Previdência</p> <p>2) Trabalho desenvolvido a partir de 4 projetos nacionais a) Projeto de Atendimento Geral ao usuário (AGU); b) Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador; c) Projeto de Atenção aos Usuários dos Benefícios Assistenciais;</p> <p>3) Instrumentos e Recursos Parecer Social Recurso Material Pesquisa Social</p>	<p>1) Ações Profissionais Socialização das Informações Previdenciárias e Assistenciais Assessoria/ consultoria Técnica Fortalecimento do coletivo</p> <p>2) Trabalho desenvolvido a partir de Linhas de Ações : a) Ampliação e Consolidação do acesso a Previdência Social b) Segurança e Saúde o Trabalhador c) Direitos das Pessoas com Deficiência e das Pessoas Idosas</p> <p>3) Instrumentalidade Técnica do Serviço Social no INSS: Parecer social Pesquisa Social Estudo Exploratório dos Recursos Sociais Avaliação da Pessoa com deficiência do BPC.</p>

(Elaboração própria) Fonte: com base em nos documentos referidos.

Conforme pode ser observado no quadro acima, o Manual Técnico do Serviço Social (2012) mostra, claramente, nas linhas de ação, as atribuições do trabalho do serviço social no INSS, aquelas relacionadas à política de assistência social, tais como: aos direitos das pessoas com deficiência e como instrumento a Avaliação da Pessoa com deficiência do BPC.

Outro acontecimento importante que ocorreu nos anos 2000, foi a aprovação da Lei complementar de nº 142 de 2013 que institui o direito a aposentadoria de pessoas com deficiência, ou seja, assegura em seu Art. 3º, a concessão de aposentadoria pelo

RGPS para segurados que, mesmo com alguma deficiência, tenham se inserido no mundo do trabalho poderão se aposentar se observadas as seguintes condições:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave; II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada; III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Diante dessa conquista dos trabalhadores pessoas com deficiência, o INSS elaborou uma avaliação diferente do modelo proposto e realizado na análise do requerente ao BPC, porém, o interessante deste fato é que o assistente social é, mais uma vez, chamado a compor juntamente, com a perícia médica, a avaliação desses trabalhadores que pleiteavam a aposentadoria. No entanto, o objetivo dessa avaliação é fixar a data provável do início e o grau da deficiência, além dos períodos que trabalhou como pessoa com deficiência. Desta forma, essa avaliação difere da realizada para pessoas com deficiência que requerem o BPC, apesar de ser utilizada, também, a Classificação de Internacional de Funcionalidade – CIF: é aplicado o Índice de Funcionalidade Brasileiro para fins de aposentadoria - IFBra. De acordo com a caracterização realizada pela avaliação social e médica, o segurado trabalhador com deficiência poderá ter até cinco anos abatidos em seu tempo de contribuição para o acesso a aposentadoria.

Em síntese: os anos 2000 a 2015 foram anos de acentuada luta pela recomposição do Serviço Social na Previdência Social, que culminou nas seguintes conquistas: efetivação do concurso público; na afirmação do fazer profissional e do legado da MTTSS; a inserção deste profissional no modelo de avaliação de incapacidade de pessoas com deficiência que buscam inserção no BPC, embasado na Classificação Internacional Funcionalidade, na qual o Brasil é pioneiro nesta elaboração; aprovação do Manual Técnico do Serviço Social que significa a organização para direcionamento do fazer profissional unificando as ações em nível nacional; e a inserção do assistente social na avaliação de pessoas com deficiência que pleiteiam a aposentadoria. Do ponto de vista da organização e gestão, as representações

técnicas do Serviço social foram recompostas, em nível nacional³², possibilitando uma maior articulação e unidade no direcionamento profissional, além de que em conjunto com o CFESS elaboram dois Seminários Nacionais de Serviço Social na Previdência social, que foram realizados em 2010 e 2015, respectivamente.

Contudo, em 2016 após o impeachment presidencial da então presidente da república Dilma Rousseff, mesmo que esse estudo tenha um posicionamento bem definido, de que não ocorreu ruptura nos direcionamento macroeconômicos nos governos do PT frente aos interesse do capital, o cenário neste governo no que tange o acesso a direitos sociais foi de importante conquistas. O impeachment representou a instauração de um governo ilegítimo que acelerou um processo já em curso, mas em passos lentos, de desmontes das políticas sociais que compõe a seguridade social e colocando em risco por completo da defesa deste conceito como um direito de cidadania.

Diante disso, o espaço sócio ocupacional do Serviço Social dentro do INSS foi mais uma vez tensionado a sua extinção no ano de 2017, assim como toda a legislação previdenciária através da proposta da ultra reforma da legislação da previdência social, como já referendado neste trabalho. Entende-se que para o trabalho do assistente social caminhar na direção da luta para a efetivação de direitos sociais, eles precisam existir, mesmo que esta afirmativa pareça retórica. Sendo assim, as reformas que são implementadas pela via mercadológica na Legislação da Previdência Social, ao endureceram e, até mesmo, restringirem o acesso aos benefícios, pensões, auxílios e benefícios sociais previdenciários, interferem na oferta de serviços sociais e no trabalho profissional do assistente social no INSS. Acrescenta-se a isso, a incorporação de um modelo de gestão adotado por este Instituto que utiliza o princípio da impessoalidade, não no sentido que fora dado na Constituição Federal de 1988 do não favorecimento decisões por motivos de vínculos pessoais, mas no sentido de evitar o contato com as pessoas, de aproximação com os seus usuários.

Trata-se de um modelo que, sob o discurso da “modernização digital”; “do novo”; “do futuro” impossibilita que seu público, em maioria, com baixa escolaridade funcional e digital fique fora do processo. Sem desconsiderar, a importância e a necessidade da tecnologia digital no dia-a-dia de trabalho, ao levar em conta a agilidade

³² Oliveira (2014) em sua pesquisa refere que naquele momento eram 1.378 profissionais distribuídos em mais de 1.244 agencias do INSS pelo Brasil (Dados Divisão do Serviço Social 2014 apud Oliveira, p.113)

³³ Responsável pela coordenação do Serviço Social no INSS, em nível, nacional.

e o custo dos recursos materiais, mas, há que se discordar da forma abrupta de como isso vem sendo feito e sem o devido preparo da população usuária.

Num aspecto geral o que se pode afirmar a partir desse tópico e que o de serviço social no INSS, é desafio de enfrentar a presença do conservadorismo e a contínua busca pela ruptura com práticas funcionais; a dificuldade entre colocar em prática o que aprenderam na teoria e, conseqüentemente, a negação da teoria como campo fértil para elaboração da prática; por fim, a questão da “vontade política” e das lutas que emergem no questionamento da realidade social, que imprime na profissão a busca utópica, como fazer do trabalho cotidiano expressão do compromisso com outro projeto societário, sem “cair” no messianismo e no militantismo planfetário; e a aprender com a própria história de como enfrentar coletivamente as mudanças materiais que decorrem de seu percurso.

4.3 O Serviço Social na Previdência Social Brasileira e o atendimento da demanda da política de Assistência Social- BPC.

O Serviço Social, desde a sua implantação na política previdenciária do Brasil, tinha como foco o atendimento aos trabalhadores segurados usuários desta política, ainda que, em determinados momentos, como foi mencionado, sob a concepção funcionalista de mundo, onde o usuário é incentivado a se “moldar” aos preceitos institucionais. Contudo, foi a partir da orientação da Matriz do Serviço Social no INSS que o trabalho profissional dos assistentes sociais, em sua maioria, passou de fato a ser direcionado para a preservação e ampliação dos direitos sociais da classe trabalhadora. Desta forma, quer sejam embasados em uma perspectiva conservadora ou crítica, os assistentes sociais dispendiam a sua força de trabalho na operacionalização da política e no atendimento ao público da previdência social e não da assistência social.

No entanto, essa realidade mudou em decorrência da publicação do Memorando-circular nº 12 DIRBEN/DIRAT/DRH de 27/05/2009 que define a Avaliação Social de Pessoas com Deficiência como atendimento prioritário para os assistentes sociais do INSS, os quais deveriam ser capacitados para atender tal demanda. Desta forma, os profissionais de serviço social que foram contratados pelo concurso realizado em 2008, passaram, prioritariamente, a desenvolver suas ações segundo a orientação desse memorando, inclusive, o próprio Manual Técnico do serviço social no INSS, instituído em 2012 preconizava como atribuições dos assistentes sociais e analistas do seguro social com formação em Serviço Social, a saber:

- a) prestar atendimento técnico individual e coletivo aos usuários, esclarecendo quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, e sobre os meios de exercê-los;
- b) socializar as informações previdenciárias e assistenciais tanto em âmbito interno quanto externo à instituição, em ações que promovam a articulação entre o INSS, movimentos sociais, instituições governamentais e organização da sociedade civil;
- c) realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, na qual se inserem os usuários da Previdência Social e sua família, com vistas a subsidiar ações no âmbito da política previdenciária;
- d) emitir parecer social com o objetivo de fornecer elementos para o reconhecimento de direitos, manutenção e recurso de benefícios e decisão médico-pericial;
- e) realizar avaliação social da pessoas com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – CIF;
- f) assessorar e prestar consultoria aos movimentos sociais, entidades governamentais e organizações da sociedade civil, em assuntos de política e legislação previdenciária e de assistência social;
- g) promover articulação com entidades públicas e da sociedade civil para o reconhecimento da rede de recursos sociais;
- h) realizar visitas técnicas domiciliares e/ou institucional;
- i) propor, elaborar e executar programas, projetos e ações em consonância com as demandas dos usuários e o plano de ação nacional do Serviço Social;
- j) contribuir para a formação de cidadãos conscientes acerca da proteção ao trabalho e da ampliação do acesso as políticas de Seguridade Social;
- l) propor, coordenar e participar de eventos institucionais e extrainstitucionais, respeitadas as autorizações e a agenda de trabalho;
- m) participar de reunião/supervisão técnica junto ao Responsável técnico do Serviço Social da Gerência Executiva;
- n) avaliar e supervisionar estagiários do curso de Serviço Social;
- o) registrar os dados do Boletim Estatístico do Serviço Social e outros dados qualitativos referente às ações desenvolvidas, e encaminhar aos Responsável Técnico do Serviço Social;
- p) desenvolver ações conjuntas com as áreas de Perícia Médica e Reabilitação Profissional;
- q) atuar como assistente técnico na Procuradoria Federal Especializada do INSS, quando solicitado.

Apesar das atribuições referidas no mencionado Manual expressarem algumas conquistas, pois orientou a recomposição do Serviço Social no INSS, o mesmo passou a legitimar o trabalho do assistente social frente às demandas do BPC, que, por vezes, reduz as ações desse profissional na avaliação social do referido benefício. Nessa esteira, os assistentes sociais são assediados pela gestão das agências do INSS para realizarem a **habilitação de benefícios assistenciais**. Entende-se que, embora se trate da prestação de um serviço muito importante para as pessoas que necessitam desses benefícios, o que se questiona aqui é a natureza desse trabalho, ou seja: é um trabalho que ocupa todo o tempo do servidor com burocracia, análises por vezes, fiscalizatórias, tal prática se executada fere diretamente o código de ética da profissão que repudia

qualquer comprovação vexatória da pobreza e ainda impede em decorrência de ocupar seu tempo de trabalho a realizar outras atribuições voltadas para os usuários da previdência social, previstas tanto na regulamentação da profissão quanto no Manual Técnico.

Em face desse quadro, se questiona as razões pelas quais o INSS por vezes assedia o assistente social para realizar atividades que não estão vinculadas com a suas competências e atribuições neste espaço sócio ocupacional? Trata-se de uma estratégia do referido Instituto em reaproveitar a força de trabalho, dada a carência de servidores do Estado brasileiro, para responder as suas demandas, conforme elucida os estudos efetuados pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social FENASP (2015), sobre a lotação ideal de servidores. A propósito, o mencionado estudo revela que, em Belém-Pará, 48% dos servidores que trabalham, diretamente, na área meio estão recebendo abono salário, o que significa dizer que os mesmos já se encontram em condições de se aposentar; 22% dos servidores que trabalham na área fim estão na mesma condição. O próprio número de assistentes sociais é reduzido para fazer a demanda, em algumas agências instaladas no interior, principalmente, naquelas inauguradas no período de 2014 a 2016, não dispõem desses profissionais, sobrecarregando as regiões onde esse serviço é ofertado - Agências como a de Capanema e Castanhal, no estado do Pará, contavam, até 2015, com apenas um profissional de serviço social que, por vezes, tem uma agenda de espera de 1 a 3 meses para realização de uma avaliação social do BPC.

Acrescenta-se a isso, que o INSS diferente do que foi orientado pelo grupo de trabalho de estruturação das agências, para a recepção dos profissionais recém-contratados, nem todas as agências contaram com a infraestrutura necessária para a realização das suas ações. No estado do Pará, ainda hoje, é insuficiente o número de salas para todos os assistentes sociais que precisam se reverter, em turnos, para o atendimento da população; em muitos casos utilizam as salas que eram destinadas aos peritos, o que, por vezes, leva ao enfrentamento pela disputa de espaço para trabalhar.

Além das condições de trabalho uma pesquisa intitulada “Serviço Social do INSS: expressões materiais da implementação de sua competência legal no período de 2009 a 2014” – UNB, realizada, em 2015, pela assistente social Ana Paula Oliveira, aponta para a centralização do trabalho do assistente social nas demandas oriundas do BPC. A pesquisadora apresenta uma importante sistematização de todos os Boletins Anuais do Serviço Social no INSS, que trazem os dados das atividades desenvolvidas

pelos assistentes sociais, em nível nacional, que contribuem para as reflexões e análises aqui efetuadas. Dentre as constatações evidenciadas na referida pesquisa, podem ser destacadas, as seguintes: - os atendimentos individuais realizados no INSS foram concentrados na linha de ação 03, que é a do (BPC), tendo maior concentração na avaliação social para o acesso ao referido benefício – esses atendimentos foram voltados para socialização de informações sobre o BPC, elaboração de parecer social, consultorias/ assessorias e encaminhamentos.

Assim, a cada ano do período de 2009 a 2013, o número de atendimentos do BPC realizado pelos assistentes sociais, foi superior aos atendimentos de outros projetos: em 2011 foram realizados 287.433 atendimentos no projeto de Atenção Geral ao Usuário; 70.812 aos segurados no projeto saúde do trabalhador; 16.186 no projeto Trabalhador Rural e 510.835 no projeto que trabalha com requerente do BPC. Constatase, então, que 56,13 % do total de atendimentos realizados pelo serviço social, naquele período, foi do BPC, enquanto que a soma de todos os outros atendimentos perfazem um percentual de 43,8% (OLIVEIRA, 2015, p. 117 e 118).

Sposati (2015), ao analisar a política de Proteção Social e Seguridade Social, no Brasil, destaca que o Serviço Social na Previdência social sofreu um declínio nos últimos anos, em decorrência da mudança que a própria política vem passando com sucessivas reformas; critica a incongruência da responsabilidade da Previdência Social em operacionalizar o BPC, cujo financiamento é da política de Assistência Social, pois em sua opinião não se trata apenas de quem melhor pode gerir tal benefício, mas de imprimir, também, a este, a mesma lógica institucional utilizada na concessão de benefícios previdenciários, no sentido da racionalização do processo e não pelo entendimento ampliado de direitos as necessidades sociais. Desta forma, o trabalho profissional do assistente social da previdência social brasileira sofreu um redirecionamento em seu fazer profissional que, conseqüentemente, muda também a natureza do serviço social neste espaço sócio ocupacional, pois, segundo a autora:

A assistência social desempenha uma das funções governamentais, nominada em linguagem governamental, sobremodo a orçamentária, como função programática. O maior gasto federal no orçamento público na Função programática 8 — número que compete à assistência social — é destinado ao BPC. Seu custeio é compulsório e atinge em 2013 a 33 bilhões de reais. Todavia, embora o BPC seja sustentado com recurso financeiro da assistência social, o profissional de Serviço Social que opera o benefício pertence aos quadros da Previdência Social, em específico do INSS. Ele atua nas agências do INSS como perito nas solicitações de BPC para pessoas com deficiência. Não há articulação entre a ação das agências do INSS e o SUAS, não há vínculos, nem territoriais, entre os profissionais dos CRAS e os das agências do INSS (SPOSATI, 2015, p. 667).

A propósito, Cartaxo (2015), ao analisar o trabalho profissional do assistente social no INSS, refere-se que o trabalho dos assistentes sociais está restrito ao preenchimento de avaliação social de pessoas que requerem o BPC, embora, a mesma considere que a inserção desses profissionais no processo avaliativo para o acesso a tal benefício, se constitui um avanço, por garantir ao usuário desta política, uma análise mais global de sua condição de pessoa com deficiência. No entanto, a crítica que a autora faz em relação a essa atividade, é que a mesma passou a se tornar quase que, exclusivamente, o fazer dos profissionais, haja vista que o tempo de cada avaliação estima-se em quase uma hora.

Na esteira deste pensamento, Galizia e Fonseca (2011), ao realizarem uma pesquisa sobre o trabalho do assistente social no INSS, no Estado do Rio de Janeiro, constatou a mesma realidade apontada pela autora acima citada e atribuem essa situação às mudanças que a Seguridade Social vem passando desde sua formatação, após a Constituição Federal, em decorrência da consolidação e ampliação das reformas neoliberais. Em consequência, a tendência é a priorização do desenvolvimento de programas assistenciais, em detrimento de outras políticas no âmbito da proteção social. Desta forma, segundo essas autoras, o processo de “assistencialização” da seguridade social interfere, diretamente, no trabalho profissional do assistente social, à medida que impõe a atribuição de executor e avaliador dessas políticas. Com efeito, os rebatimentos dessas mudanças no trabalho do assistente social, na Previdência social, podem significar uma reorientação no seu fazer profissional:

A análise preliminar demonstra que há uma mudança nas atividades exercidas pelas assistentes sociais. Mudança esta que é marcada pela inserção das profissionais na avaliação social do BPC. A principal atividade que as assistentes sociais têm realizado é esta avaliação, o atendimento aos segurados do INSS tem sido restrito e condicionado a falta de algum agendamento para a avaliação social. Somente uma profissional trabalhava continuamente em um projeto de segurado especial, fato que se deve a localização de sua APS em uma área rural.

Pelo exposto constata-se que, realmente, houve mudança no trabalho profissional exercido pelo assistente social na previdência social, visto que passou a ser dada prioridade para a avaliação social objetivando o acesso ao BPC. Contudo, outra constatação da pesquisa sobre o trabalho do assistente social no INSS-RJ, realizada por Galizia e Fonseca (2011), revela que:

A concentração das profissionais de Serviço Social em uma atividade que se relaciona com a avaliação de um benefício assistencial tem dois lados

conflitantes: um deles representa um avanço para o reconhecimento da categoria dentro da instituição, enquanto valorização do seu trabalho para concessão do referido benefício. Entretanto, é caracterizada como um rebatimento da “assistencialização” da proteção social no fazer profissional do assistente social, o qual se encontra inserido em uma política permanente atuando somente no atendimento de uma política assistencial (p. 06).

A propósito da dubiedade sobre as mudanças no trabalho do assistente social, no INSS, citada acima, Lopes (2015) aponta três tendências e características desse novo momento pelo qual passa o serviço social nesse espaço sócio-ocupacional: “é que essas tendências revelam as multideterminações da previdência no contexto da crise do capital e das políticas macroeconômicas para proteger os interesses do capital” (p 104 70 anos do Serviço Social) são elas: 1) Tentativa dos dirigentes e gestores do INSS em esvaziar o conteúdo que legitimou socialmente este serviço e o inscreveu como direito do trabalhador que podem ser observadas nos seguintes aspectos: ingerência nas metas a serem alcançadas e nas ações priorizadas pelo Serviço Social; perseguições políticas aos assistentes sociais defensores da perspectiva teórico metodológica e ético política consoante com a MTMSS;- tentativa de desvios de funções dos assistentes sociais em especial para habilitação de benefícios;- dispersão da força de trabalho do assistente social para outras áreas como reabilitação profissional, o programa de educação previdenciária e ao serviço de integrado de atenção ao servidor; - entre estas também a “ insistência em confundir o Serviço Social com assistência social e de conferir a ele a atribuição exclusiva de realização da avaliação social e outras demandas” (SILVA, 2014, p.104).

A exemplo deste último aspecto, o fato dos gestores impõem que das 6 horas de trabalho do assistente social, em algumas agências, 5 horas são destinadas ao atendimento ao público, em especial, para a realização de 5 avaliações de BPC, diárias, cada uma com a duração de uma hora, não sobrando tempo para realização de outras tarefas. Registra-se que mesmo se em algumas agências, o número dessas avaliações seja reduzido, o profissional deve estar à disposição para tal, caso seja apresentada essa demanda. Desta forma, não há no fluxo de trabalho do assistente social no INSS, um tempo destinado para atender outras demandas como foi tratado a seguir na parte da pesquisa empírica deste estudo.

Sendo assim, segundo Lopes (2015), ainda se faz confusão entre a concepção de Serviço Social e a de política de assistência social, sobretudo, a partir do Manual Técnico, no qual ficou explícita pela instituição a incorporação da avaliação do BPC, como uma das atribuições prioritárias do assistente social nessa instituição, embora,

esse profissional seja apenas mais um profissional nesse processo, pois dele participam também: médicos peritos. Contudo, há que se ressaltar os rebatimentos dessa situação no fazer profissional do assistente social no INSS, haja vista que, por demasiadas vezes, a Junta de recursos dessa instituição solicita que o “assistente social realize avaliação social, com o intuito de AVERIGUAR a real situação de composição e renda familiar do requerente do BPC”, quando a própria LOAS, em seu Art. 20 parágrafo 8º, rege que tais informações são de caráter declaratório.

2) Contradições internas do Serviço Social no INSS: segundo Lopes (2015), observa-se um distanciamento da orientação teórica preconizada na MTMSS e das competências do Serviço Social previstas no art 88 da Lei 8.201/1991, por parte dos profissionais contratados pelo concurso realizado em 2008. Com efeito, tem-se a incorporação de categorias analíticas como: “risco, exclusão, vulnerabilidade, trabalho psicossociais” (p. 106), as quais no entendimento da referida autora, expressam não apenas uso de expressões semânticas, mas a vinculação a uma visão conservadora e psicologizante. Refere-se, ainda, às sucessivas exonerações de cargos da DSS daqueles profissionais que se colocam a favor da MTMSS e a manutenção de chefias que, por vezes, a renegam, característica marcante da tentativa de imposição da direção conservador à profissão. Registra-se que esta situação aparenta pouco visível, teoricamente, mas com grande expressão nas diretrizes e nas ações priorizadas pela Divisão do Serviço social, ou seja, pelo órgão responsável, nacionalmente, pela gestão do trabalho do assistente social no INSS.

3) Perda gradativa do reconhecimento e legitimação do serviço social junto aos movimentos sociais: para a autora acima mencionada esta situação vem ocorrendo devido o isolamento institucional e o distanciamento do trabalho profissional do assistente social das lutas sociais em defesa de direitos dos trabalhadores, inclusive, os previdenciários, apesar de se reconhecer que existem iniciativas por parte dos assistentes sociais em se organizarem, coletivamente, entre a própria categoria e com os movimentos e organizações sociais.

Essas considerações se constituem fundamentais para analisar o objeto de estudo ora proposto, a partir dos seus determinantes, na perspectiva da totalidade social, pois evidenciam que ocorreu uma reorientação do trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais, a partir do concurso de 2008, com a centralização das atividades cotidianas na linha de atendimento nº 03 que trata do acesso a direitos de benefícios assistenciais requeridos por pessoas com deficiência e os idosos, onde o

mencionado trabalho profissional é menor incidência, por não exigir avaliação social e, sim, apenas a orientação e acompanhamento dos beneficiários.

A reorientação do trabalho do assistente social da previdência social para a assistência social, pode ser compreendida ao tomar por base a orientação das agências multilaterais via o Consenso de Washington que propõe reformas nas políticas sociais e na legislação trabalhista e previdenciária, de maneira a retirar direitos e a instituir concessão de “colchões sociais” através de benefícios assistenciais e programas de transferência de renda. No entanto, entende-se que há necessidade da continuidade de estudos que possam aprofundar a análise de tal situação, com base em depoimentos dos assistentes sociais, do perito médico e dos gerentes das agências do INSS, onde os trabalhadores sociais estão inseridos, assim como, analisar como os peritos observam o trabalho do assistente social e sua inserção na avaliação social, e os gerentes pela visão que representa a instituição em relação ao trabalho destes profissionais no período estudado. É nesta perspectiva que se procurou analisar os determinantes políticos, econômicos e sociais da centralidade do trabalho do assistente social na Previdência Social a partir de 2009, o atendimento do BPC vinculado à Política de Assistência Social, secundarizando o atendimento aos segurados para o acesso aos seus direitos previdenciários. Assim, foi efetuado um esforço em compreender a particularidade do trabalho do assistente social na agência do INSS, no estado do Pará, conforme será tratado a seguir.

5. AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO INSS: particularidades da Gerência Executiva de Belém – Pará

Conforme foi referido, anteriormente, a política de previdência social brasileira passou, desde a sua instituição, passou por várias mudanças conceituais que repercutiram na sua estrutura e gestão. Assim, a partir de 1990, após a unificação do Instituto de administração financeira da Previdência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foi criado o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - autarquia responsável pela operacionalização de direitos sociais dos usuários cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social, ou seja, daqueles que são regidos pelas regras da CLT e/ou funcionários públicos permanentes ou contratados que não têm previdência social, em regime próprio.

A estrutura organizacional do INSS, em nível nacional, atualmente, é composta por cinco regiões, a saber: região I (Sudeste I), região II (Sudeste II), região III (Sul), região IV (Nordeste), região V (Norte/Centro-Oeste). Cada região é coordenada por uma Superintendência que, por sua vez, está composta por Gerências Executivas (Gex's). O Estado do Pará compõe a região V, juntamente, com os estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Goiás, Tocantins, Rondônia, Acre e o Distrito Federal.

Para acesso aos seus direitos sociais previdenciários e ao BPC para pessoas com deficiência e idosos, os usuários buscam atendimentos nas agências de Previdência Social – APS, nas quais são prestados diversos serviços que se estendem desde orientação de benefícios até ao reconhecimento de direitos, entre eles: auxílios, pensões, aposentadorias; serviços de perícia médica, reabilitação profissional e o serviço social. Desta forma, as APS se constituem o espaço preferencial para a realização do trabalho profissional do assistente social, embora, sejam desenvolvidas, também, ações, externamente, tais como: palestras, visitas domiciliares e hospitalar participação em eventos, etc.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Divisão do Serviço Social³³ do INSS, em 2015, existiam, em nível nacional, 1.2018 assistentes sociais lotadas no Serviço Social, distribuídas em cinco regiões, das quais Sudeste I e II concentram maior número de profissionais, totalizando 477 profissionais, ou seja, 39,2 % do total; a seguir, a região Nordeste aparece com 376 profissionais que corresponde a 30,9%; as

³³ Responsável pela coordenação do Serviço Social no INSS, em nível, nacional.

regiões Norte e Centro Oeste com 184 profissionais, 15,1% e, por fim, a região Sul com 176 profissionais, ou seja, 14,4%. Na direção central do INSS localizada, em Brasília, havia a presença de 5 profissionais representando 0,4%.

Essa pesquisa revelou, ainda, que das 1.709 APS distribuídas pelo Brasil, 805 contam com assistentes sociais lotados no Serviço Social, porém, existem 704 agências que não dispõem desses profissionais. A região com menor número de assistentes sociais, até 2015, era o estado de Roraima, pois possui apenas 01 profissional, enquanto que aquele com maior número dessa categoria profissional é o Estado de São Paulo, com 234. Dentre os 26 estados brasileiros, os 10 que contam com menor número de assistentes sociais lotados no INSS, estão localizados no norte e centro oeste.

No organograma institucional, o Serviço Social é concebido como um serviço previdenciário que, junto com a Perícia Médica e a Reabilitação Profissional compõem a área de Saúde do Trabalhador. Na sua estrutura hierárquica conta com uma Divisão Nacional, uma Representação Técnica, em nível de Superintendência e uma Responsabilidade Técnica, em nível, de Gerência Executiva, compondo, portanto, uma gestão articulada, nacionalmente. Os assistentes sociais que trabalham nas APS são, hierarquicamente, vinculados aos Responsáveis Técnicos de cada gerência executiva, segundo a sua lotação.

O estado do Pará é composto por 144 municípios, dos quais 38 possuem APS, e, dentre essas, apenas, 18 contam com o Serviço Social. Até meados de 2013, nesse estado existia apenas uma Gerência Executiva, denominada Gerência Executiva de Belém que foi desmembrada, em mais, duas novas Gerências: Gerência Executiva de Marabá e Gerência Executiva de Santarém. A Gerência Executiva de Belém possui o maior número de APS's, totalizando 23 que estão distribuídas na capital e interior do referido estado, das quais, apenas, 16 contam com o serviço social, cujos profissionais estão lotados da seguinte maneira: Belém³⁴ (16), Ananindeua (2), Capanema (1), Bragança (1), Santa Isabel (1), Castanhal (1), Abaetetuba (1), Cametá (1), Paragominas (1), totalizando 25 assistentes sociais lotadas na referida gerência. Na Gerência Executiva de Santarém existem 6 APS, das quais 3 contam com profissionais distribuídos nos seguintes municípios: Santarém (3), Itaituba (2), Altamira (1); as APS dos municípios de Alenquer, Novo Progresso e Porto de Moz não contam com

³⁴Existem ainda 6 assistentes sociais, duas assistentes sociais anteriores ao concurso e 4 analistas com formação em Serviço Social (denominação dada após o concurso) que estão alocados no Serviço de Reabilitação profissional na GEX-Bel.

profissionais de serviço social.(dados atualizados em 2017). A gerência do município de Marabá possui 9 APS e conta com um total de 10 assistentes sociais lotados no Serviço Social distribuídos nos seguintes municípios: Marabá (5), Tucuruí (1), Parauapebas (1), Ourilândia do Norte (1), Conceição do Araguaia (1), Redenção (1); APS dos municípios de Jacundá, Goianésia do Pará e Xingura não dispõem de lotação desses profissionais.

Em síntese: no estado do Pará existe um total de 41 assistentes sociais lotados no Serviço Social das APS. Observa-se, então, que a lotação de assistentes sociais se dá de forma desigual, no que concerne à cidade e ao interior da capital paraense, mas afirma-se que, mesmo se essa lotação fosse distribuída equitativamente (cidade e interior), ainda assim, o número de assistentes sociais seria insuficiente para atender com qualidade a todos os municípios, pois estima-se como base mínima que cada APS deveria ter, pelo menos, duas assistentes sociais e, em algumas agências mais centrais (com maior número de habitantes em sua área de abrangência) pelo menos 3 em cada agência. Entende-se que para atender, minimamente, em quantidade e qualidade, os usuários da previdência social na GEX-Bel, GEX-Marabá e GEX-Santarém deveriam contar com o dobro ou triplo do número de assistentes sociais existentes, atualmente, nessas gerências, ou seja, aproximadamente 120 profissionais.

Ademais, constata-se que o número de APS no estado do Pará é insuficiente para atender todos os municípios existentes, bem como, nem todas possuem o Serviço Social, cujos profissionais, em sua maioria se concentra na capital do estado³⁵. Em consequência, por vezes, os assistentes sociais do interior são sobrecarregados, pela intensificação do trabalho. A exemplo, destacam-se as agências dos municípios de Capanema, Ananindeua e Castanhal³⁶, onde, frequentemente, a demanda de atendimento é elevada, o que tem levado os profissionais para além de seus limites físicos, pois, nesses municípios são atendidos os usuários que vêm de localidades distantes, por vezes, apenas, em busca de uma informação simples que poderiam ter acesso nos canais remotos, caso tivessem acesso a internet e condições de interpretá-las.

A propósito, da lotação dos assistentes sociais nas APS, ressalta-se que não se trata de um problema de centralização desses profissionais na capital, haja vista o quantitativo de atendimento total, mensal, da GEX Bel que é elevado: observou-se que nos meses de janeiro de 2017 foi realizado 46.071 atendimentos, dentre os quais 947 foi

³⁵ Registra-se que a soma de todos os profissionais alocados em outras duas gerências distribuídas na capital e interior (16) é igual ao total de profissionais que estão centralizados na cidade de Belém (16).

³⁶ Importa registrar que esta situação foi observada por ocasião da realização de um estudo exploratório nesses municípios que, também, subsidiou a elaboração deste estudo.

referente ao Serviço Social; no mês de Fevereiro desse mesmo ano, houve 42.170 e desses 750 ao foram atendidos pelo Serviço Social; no mês de Março/2017 foram efetuados 59.567 atendimentos, dos quais 1.009 pelo Serviço Social. Logo, observa-se que do número de atendimentos nas APS, em geral, e a capacidade que o Serviço Social consegue atender variou entre 5% a 6% dos atendimentos gerais de uma APS³⁷. Embora nem todos os atendimentos aos usuários que procuram acessar os benefícios previdenciários precisam da intervenção profissional do assistente social, mas, o número de profissionais distribuídas na capital e no interior é insuficiente para responder a demanda deste espaço sócio ocupacional; no interior do estado essa realidade, ainda é mais agravante.

5.1 O Perfil Profissional dos Assistentes Sociais Lotados nas APS- Gerência Executiva de Belém.

A tentativa de compreensão dos determinantes do trabalho profissional dos assistentes sociais nas APS – Pará, conduziu conhecer o perfil profissional desses profissionais, isto é, quem são esses sujeitos, quais as suas motivações para trabalhar na previdência social, bem como, quais as condições objetivas e subjetiva para a realização do trabalho nesse espaço sócio ocupacional. Para além de um levantamento quantitativo, o olhar dado a essas informações são que, por trás delas, existem sujeitos vivos que expressam, através de sua história, o movimento do real.

No que concerne ao sexo, identificou-se que a maioria dos profissionais pertencem ao sexo feminino, existindo, apenas 01 do sexo masculino. Quanto à idade, verificou-se que os mesmos situam-se na faixa etária que pode ser caracterizada por três grupos, a saber: 4 pesquisados com idade entre 50 a 65 anos; 1 com idade de 44 anos e, 6 na faixa etária entre 30 a 40 anos. Em relação a origem, constatou-se que, em sua maioria, são oriundas do interior do Pará: dentre 12 pesquisadas 7 são do interior do estado do Pará (Acará, Santarém, Prainha, Macapá, Abaetetuba), 3 são de Belém (capital) e 2 de outros estados brasileiros (Roraima e Ceará).

No que concerne ao trabalho, cabe registrar que, antes da formação profissional em serviço social, os referidos profissionais exerceram o trabalho remunerado: dentre as 12 pesquisadas, 5, ou seja, 45 % desse total, trabalharam como vendedora, com vínculo formal e/ou informal; 5 não exerceram trabalho remunerado, antes, sendo

³⁷ Reconhecimento de benefícios, auxílios e aposentadoria previdenciária, atualização cadastral, perícia médica, reabilitação profissional.

o primeiro emprego, como assistente social; 1 trabalhou como funcionária pública em cargo que exigia, apenas, o ensino médio e, 1 foi empregada doméstica sem vínculo empregatício. Esses dados revelam que a maioria desses profissionais precisaram exercer trabalhos remunerados, antes da formação profissional em serviço social, seja objetivando o atendimento de suas necessidades básicas e/ou de suas famílias, seja devido às dificuldades financeiras para custear o acesso em nível de ensino superior.

Registra-se que os profissionais que tiveram o seu ingresso no mercado de trabalho, após a formação em serviço social, sendo, portanto, o primeiro emprego como assistente social, eram aqueles que dispunham de apoio de familiares e/ou terceiros para suprir as suas necessidades básicas, sob a condição de começarem trabalhar, assim que formadas; dentre essas, 4 buscaram acesso a bolsas de extensão ou pesquisa para custear os gastos com os estudos (transporte, alimentação, material de estudo). Diante dessa situação, os mesmos possuíam urgência para a conclusão de nível superior, haja vista a expectativa de melhoria de vida pela possibilidade de obter um emprego com melhor salário que possibilitasse uma condição de sobrevivência digna. Neste sentido, o depoimento abaixo parece revelador:

Eu não escolhi o Serviço Social, o Serviço Social que me escolheu (...) por que quando eu fiz o vestibular queria fazer **Direito**, ai vamos para idade da pedra (risos) olha só: não podia borrar o papel que agente preenchia na datilografia, o primeiro que fiz rasurou fui para uma fila enorme! Chegando lá, o homem me deu outra folha, quando cheguei dentro da universidade, rasurou, novamente. Voltei para fila...ai quando cheguei num centro daqueles qualquer tinha uma pessoa na máquina e a pessoa me perguntou qual a primeira opção (eu gostava muito de geografia queria ser professora de geografia); ai eu pensei: Direito, mesmo. Mas, na hora que ele me perguntou, novamente, eu disse: Serviço Social (nem sabia o que era); a segunda opção é geografia né. (...) Eu digo assim todo mundo tem sua religiosidade né, mas, à mim me parece que foi uma condução espiritual por que tem tudo haver com minha personalidade, com minha vida, se eu fosse advogada eu ia sofrer muito e não ia me realizar (ASSISTENTE SOCIAL “X”).

Na realidade, quando prestei vestibular eu era adolescente e não sabia muito bem o que eu queria ser profissionalmente. Pensava em profissões que fossem me dá retorno financeiro. Contudo, não tinha tido uma boa formação no ensino fundamental e médio que me desse condições de concorrer aos cursos de maior demanda em uma universidade pública. Então, escolhi o Serviço Social, por que era o curso que tinha mais vagas e, portanto, minhas chances seriam maiores de passar, já pensando em ingressar na universidade para posterior Vestibulinho para **Direito** (ASSISTENTE SOCIAL “A”).

Na época, eu não tinha muita opção, na primeira vez, eu fiz **Direito** e fiquei bem pertinho de passar. Ai, minha avó disse “ Poxa, você tem que escolher uma profissão que você passe logo”; eu escolhi Serviço Social que também me interessava, não conhecia muito, mas na igreja que participava, a minha

professora era assistente social e aí decidi fazer Serviço Social por esses motivos (ASSISTENTE SOCIAL “Z”)

Eu me inscrevi no vestibular em ciências sociais, nem sabia (risos), aí antes de sair a concorrência para o Serviço Social eu fiz, mas por orientação da minha mãe, porque ela falava que era uma área que tinham muitos concursos e era mais fácil de conseguir emprego. (ASSISTENTE SOCIAL “G”).

Eu não tinha a noção exata do que era o Serviço Social, não foi algo assim: ah! por que eu achei que tinha aptidão. Num primeiro momento eu fiz **Direito** achando que era o que eu queria, mas, hoje, eu vejo que não era, não passei. No momento que eu fiz serviço social, eu fiz por que o número de vagas para o Serviço social era maior, então, eu fui para lá (ASSISTENTE SOCIAL “B”)

Minha primeira opção de trabalho era medicina, só que aí, no ano que estava fazendo convênio uma tia minha teve nenê e fui querer assistir o parto e quase que o médico teve que parar de fazer parto para me atender (risos). Aí, eu entendi que eu não devia ser médica; o Serviço social foi minha segunda opção, mas eu não me arrependo nem um pouco. (ASSISTENTE SOCIAL “D”).

Constata-se que dentre as pesquisadas, apenas 03 tinham como primeira opção de curso superior, o serviço social, ou seja, 4 pretendiam o direito e 01 a medicina. A justificativa para o peso da escolha dos referidos cursos foi, em geral, o maior número de vagas ofertadas e a urgência em ingressar num curso de nível superior, objetivando a obtenção de emprego, conforme foi referido acima. Dentre os que tiveram como primeira opção o curso de Serviço Social, revelaram que entre as motivações para escolha do curso estava por questões religiosas e as outras duas não souberam responder o porquê apenas informaram que fazia parte de seus planos.

Quanto às Universidades que os pesquisados frequentaram, foi evidenciado que todos tiveram acesso às universidades públicas, sendo: 10 (Universidade Federal do Pará), 1 (Universidade Federal da Paraíba) e 1 (Universidade Estadual do Ceará). No que concerne à Pós-graduação, 5 não possuem esse nível de escolaridade e nem pretendem cursá-la; 1 não possui, mas pretende cursá-la, 5 possuem Pós-graduação³⁸ em nível de especialização, 1 encontra-se em fase de conclusão do mencionado curso; nenhuma possui o título de mestre e/ou doutor, porém, uma assistente social manifestou interesse em realizar a seleção do curso de mestrado em serviço social.

Apesar de que nem todos os pesquisados possuem cursos de Pós-graduação,

³⁸ Os cursos de Pós-graduação que esses assistentes sociais participaram, foram: (1) Atendimento integral a família promovido pela Universidade do Vale do Acaraí - UVA; (2) Políticas Públicas e Serviço Social Ofertado pela UFPA; (1) Gestão e responsabilidade social (UVA); (1) Gestão social, Rede e Direitos promovido pela UNOPAR.

mas, todos consideraram importante a qualificação e atualização profissional, sobretudo no que concerne ao aspecto teórico, visto que a realidade social é dinâmica e, portanto, requer, constantemente, leitura crítica sobre a mesma. Sendo assim, dentre 04 assistentes que ingressaram no INSS, após o concurso realizado em 2008, duas têm procurado se atualizar, profissionalmente, através da participação em eventos, de literatura atual e revistas científicas da área de serviço serviço/afins, bem como, de atividades de formação promovidas por partidos políticos e/ou sindicatos. Enquanto que, as outras duas: uma não buscou nenhuma atualização, pois sente-se desmotivada justificando estar próximo a se aposentar e a outra refere-se que gostaria de se atualizar teoricamente, mas não quer mudar a sua rotina, tendo que ir para “um banco de escola” - para ela, se o INSS oferecesse cursos de atualização, se sentiria motivada a participar.

A tentativa de compreensão sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais no INSS, conduziu, também, ao conhecimento acerca da trajetória profissional das mesmas, ainda que de forma breve. Inicialmente, procurou-se saber se os mesmos haviam exercido o cargo de assistente social, antes de ingressarem no INSS, tendo sido constatado que esses profissionais exerceram a profissão nos seguintes espaços sócio-ocupacionais: FUNCAP (Fundação da Criança e Adolescente), atual FASEPA Fundação de Atendimento Sócioeducativo do Pará), Santa Casa de Misericórdia (Saúde), SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), Secretaria de Assistência Social de Salinas, SETEPS (Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social), atualmente, SEASTER (Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda), Defensoria pública, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Educação (assistente social escolar), FUNPAPA- (Fundação Papa João XXIII), órgão municipal responsável pela execução da política de assistência social, em Belém-Pará): Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS); Secretaria de Trabalho e Promoção Social (Porto Velho); Centro Social Urbano (Porto Velho), Fábrica de sabonetes (PHEBO).

Pelo exposto, observa-se que os pesquisados tiveram experiências profissionais como assistente social, principalmente, em políticas que compõe a Seguridade Social, tais como: assistência social e saúde. Fora do trípe de seguridade social, foram identificados os campos: sócio-jurídico, empresa privada, educação e meio ambiente. O tempo de trabalho desses profissionais no cargo de assistente social, desde o primeiro emprego até o ingresso no INSS, varia entre 34, 28, 08 anos, etc. A propósito, a tabela,

abaixo, explicita a trajetória dos pesquisados, desde a formação profissional, o ano do primeiro emprego como assistente social e o tempo de trabalho no INSS.

Tabela 1: Identificação do ano de formação, tempo entre o período de formação x primeiro emprego e tempo de trabalho no INSS.

SUJEITOS	ANO DE FORMAÇÃO	1º EMPREGO COMO ASSISTENTE SOCIAL	PERÍODO DA FORMAÇÃO ATÉ INGRESSAR NO INSS	TEMPO NO INSS*
Entrevistada 01	1986	1986		34 anos
Entrevistada 02	1978	1982	2 anos	34 anos
Entrevistada 03	1980	1980	4 anos	30 anos
Entrevistada 04	1979	1980	8 anos	28 anos
Entrevistada 05	2002	2003	6 anos	8 anos
Entrevistada 06	2002	2003	8 anos	4 anos
Entrevistada 07	2003	2003	6 anos	8 anos
Entrevistada 08	2006	2007	3 anos	8 anos
Entrevistada 09	2006	2007	2 anos	8 anos
Entrevistada 10	2006	2007	7 anos	4 anos
Entrevistada 11	2008	2009	6 meses	8 anos
Entrevistada 12	2008	2009	6 meses	8 anos

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada para este estudo, cuja coleta dos dados foi efetuada no período de 09/2016 a 12/2016.

Como pode ser observado na tabela acima, o período da formação profissional dos pesquisados, até conseguirem o primeiro emprego como assistente social, foi de 6 meses a 3 anos. Enquanto que, após a formação profissional, o tempo mínimo e o máximo para o ingresso no INSS, variou entre 6 meses a 8 anos. O tempo de trabalho dos 12 pesquisadas, no INSS, é: mais de 28 anos (4), em termos percentuais (33,3%); 8 anos (6), ou seja, (50%) e 4 anos³⁹ (2), representando (16,6%). Do total dos pesquisados, 4 já preenchem os critérios para aposentadoria na condição de funcionário público federal, conforme o Art. 186 da Lei 8.112, de 1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

O fato de 4 profissionais de serviço social, atualmente, já possuírem tempo para a aposentadoria, indica a importância do concurso para o cargo de assistente social que

³⁹ Registra-se que os assistentes sociais que possuem 4 anos de trabalho no INSS, são os que foram chamadas no último prazo do concurso realizado em 2008.

foi realizado no INSS, em 2008, pois, entende-se que se não houvesse o ingresso de outros profissionais, nesse momento, o Serviço Social poderia perder espaço nesse instituto e, mesmo que, posteriormente, ocorresse outro concurso público, a história do Serviço social na previdência social, particularmente, já GEX-Bel, não seria transmitida oralmente e cotidianamente - esses profissionais não teriam o conhecimento sobre as lutas coletivas que vêm ocorrendo nesses anos, juntamente, com os movimentos sociais e as organizações da categoria profissional dos assistentes sociais, bem como do que foi construído em reuniões e eventos do serviço social no INSS, em termos de lutas pela garantia desse espaço profissional.

A propósito do cargo de assistente social no INSS, importa registrar que existem dois nomes para designar o cargo que o profissional de Serviço Social ocupa no INSS: 1) Cargo de Assistente Social, para aqueles que entraram antes do concurso realizado, em 2009; 2) Analista do Seguro Social, para os que foram contratados, após 2009, cuja conotação é generalista. Portanto, dentre os pesquisados, são 4 com o cargo de assistentes sociais e 8 com o de analista de seguro social. Das pesquisadas duas trabalham na coordenação do Serviço Social regional, exercem o cargo gerencial, no entanto, as mesmas continuam executando algumas atividades das assistentes sociais que estão nas agências, como a avaliação social inicial, recursal, na socialização de informações individual e coletiva.

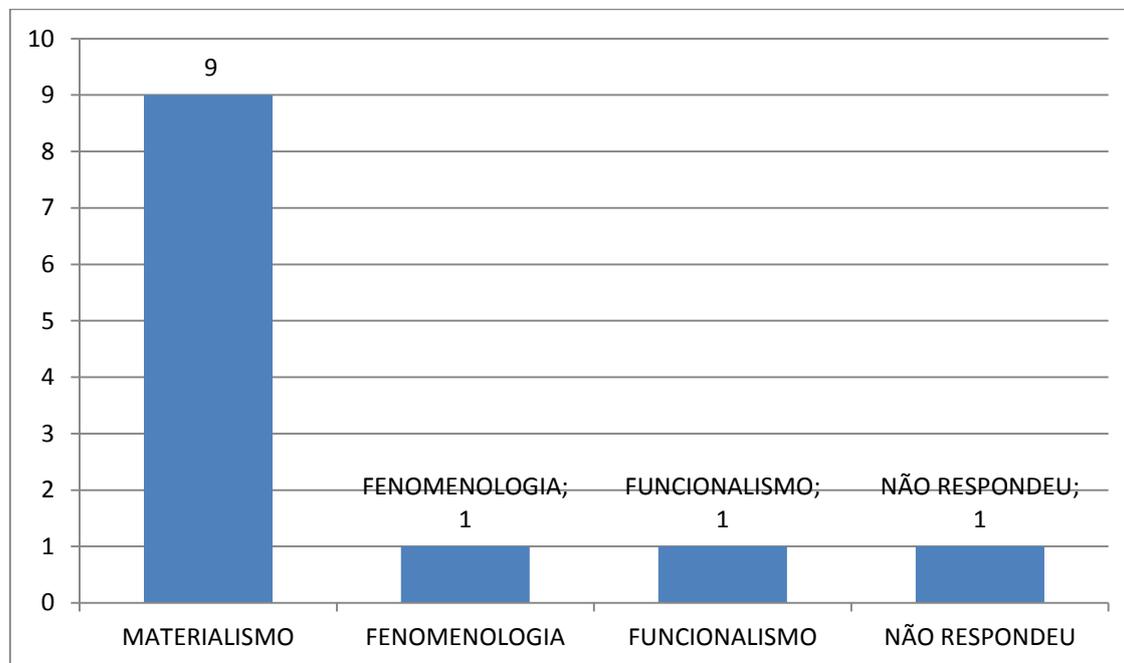
Entende-se que o INSS ao instituir o cargo de Analista do Seguro Social para a contratação nesse instituto, pode estar relacionado às novas formas de

“consumo da força de trabalho relacionado à introdução da polivalência e da funcionalidade (...) pela institucionalização de mudanças na divisão sociotécnica do trabalho, que têm resultado no desenvolvimento acelerado do processo de dados e informações, tornando um elemento constitutivo do processo de trabalho” , na contemporaneidade, em não somente (CESAR, 1988,p. 119).

Assim, entende-se que a denominação do cargo Analista do Seguro Social, de um lado expressa novas formas do controle da força de trabalho e de outro, a diminuição dos custos com o trabalho, pois, conforme já referido aqui neste estudo, o INSS tem se recusado a legitimar o cumprimento das 30 horas semanais para o assistente social, conforme a Lei 12.317/2010, em seu Art.5º que assegura a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais, sem redução de salário.

Ao constatar a variação do tempo de trabalho entre os pesquisados, procurou-se obter informação sobre a perspectiva teórico- metodológica adotada pelos mesmos. Neste sentido, o gráfico é revelador:

Gráfico 1: Identificação das perspectiva teórico- metodologicas adotadas pelos pesquisados em seu trabalho profissional, no INSS.



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada para este estudo, efetuada no período de 09/2016 a 12/2016.

Observa-se no gráfico acima que a maioria dos pesquisados afirmam ter como base teórico-metodológica o materialismo histórico dialético; dois informaram que o seu trabalho profissional é baseado na fenomenologia (1), no funcionalismo (1) e 1 não respondeu. Esses podem indicar que a MTTSS, ainda é considerada como referência para os assistentes sociais nesse espaço sócio ocupacional. Sendo assim, constatou-se que 6 assistentes sociais participam diretamente das reuniões da Comissão de Previdência Social do CRESS 1º Região PA, que ocorre mensalmente; duas participam apenas das reuniões do CRESS, 2 participam da reunião dos sindicatos e do CRESS, etc. Isto significa dizer que a maioria dos pesquisados são vinculadas, organicamente, aos movimentos dos trabalhadores o que é uma marca da referida opção teórica ; apenas 2 pesquisados não participam de nenhuma dessas organizações.

Apesar disso, importa registrar que algumas assistentes sociais expressaram sentir necessidade de maior articulação dos assistentes sociais do INSS com os movimentos sociais, mais participação em espaços coletivos, objetivando o

fortalecimento da luta coletiva dos trabalhadores, em geral. Para os pesquisados, dentre as barreiras encontradas para tal articulação, podem ser destacadas: falta de tempo diante da dupla jornada (cuidados com a casa e os filhos), preparação para outros concursos em busca de maior estabilidade no trabalho, vista as ameaças de extinção que o serviço social ainda passa até a atualidade, intensificação da rotina de trabalho e o afastamento presencial dos encontros pelo virtual. O depoimento abaixo favorece uma análise mais ampliada deste última barreira apontada:

Essa invencionice dessa vídeo conferência que distanciou as pessoas, até por conta disso o nível de organização nacional era maior por que nos participávamos de eventos nacionais e éramos capacitadas nacionalmente. Eu digo assim: agente conhece quase todo mundo pelos grupos de zap, mas só é permitido agente conhecer as pessoas mesmo através dos encontros, congressos, encontro das FENASPS, CFESS. Então, a nossa organização se da pelos encontro, mas por dentro do INSS, pelo contrário há uma tentativa de desmobilização sabe? (...) antes, nós éramos patrocinadas pelo INSS, pelo menos uma vez, agente se reunia, nacionalmente. Muita gente fica de fora (meu sentimento, vou te dizer!), nesses grupos de zap você não vê as pessoas não sabe quem é quem, conheço poucas pessoas que tem o pensamento coletivo. (...) Antes se agente convidasse as pessoas para reunir a noite ou no sábado elas vinham, hoje, se convidamos elas não têm tempo. Eu me lembro que eu tinha minha filha pequena e ela se criou pelas pernas dos companheiros, hoje, todo mundo tem afetividade por ela, por que ela se criou, assim. Eu fico pensando vejo um retrocesso, as pessoas não priorizam mais o coletivo né? Além do conservadorismo, o avanço conservador (ASSISTENTE SOCIAL “X”)

Esse depoimento indica que, atualmente, existe um afastamento entre as assistentes sociais regionais e nacionais no mesmo Instituto, visto que antes mesmo com as distâncias entre as localidades elas se reuniam para encontros presenciais, haja vista que a comunicação tem se efetuado mais pela via eletrônica (watzap e teleconferências). Apesar de considerar que os avanços tecnológicos têm facilitado e possibilitado uma comunicação mais rápida, porém, o que parece estar sendo colocado em questão é o distanciamento dos profissionais com as lutas coletivas, a troca de informações entre o assitente social e os trabalhadores, pois observa-se um paradoxo entre a militância e o fazer profisional no INSS, apesar de não ser o foco deste trabalho, mas poderia suscitar uma pesquisa neste sentido dada a importância deste tema frente a especificidade dos ataques que o Serviço Social sofre neste espaço profissional, bem como os direitos dos usuários frente a retirada de direitos via contra reformas.

5.2 O Trabalho do Assistente Social na Gex-Bel/PA: dos planos básicos do Serviço Social à implantação da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social

Conforme já foi referido neste estudo, a partir de 2009, o serviço social no INSS sofreu um redirecionamento no que tange ao trabalho profissional do assistente social, haja vista que, a centralidade desse trabalho foi dada para o atendimento aos usuários da assistência social, mais especificamente, os que procuram o acesso ao BPC, pois, antes dessa data, os serviços prestados por esse profissional eram destinados aos usuários da Previdência Social, referidos pelo instituto como “segurados” e seus dependentes.

Contudo, para a compreensão dos determinantes do serviço social no INSS-GEX BEL, considera-se importante analisar o momento histórico, político e econômico que antecedeu a instituição da MTSS, em 1994. Sendo assim, foi efetuado um recorte histórico a partir de 1978, haja vista que trata-se de um período muito particular na história brasileira – a ditadura militar que se estendeu de 1964 até 1985.

Assim, tentou-se realizar um estudo mais aprofundado sobre as determinações do trabalho profissional, tendo por base os depoimentos de 4 assistentes sociais que possuem maior tempo de trabalho no INSS - Gex Bel. A opção por este critério de escolha desses pesquisados se deu por tratar-se de assistentes sociais que vivenciaram todo o processo de redirecionamento do mencionado trabalho profissional, no INSS. Assim procurou-se conhecer o período anterior à instituição da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social (MTSS), ou seja, em 1994, bem como o período posterior a mesma.

Desta forma, o relato de uma das assistentes sociais que trabalha há mais tempo nesse instituto e, ainda, se encontra na ativa é elucidativo sobre como o serviço social naquele tempo histórico se vinculava ao projeto de desenvolvimento proposto para Amazônia, através da inserção dos Grandes projetos:

Nestes convênios que agente atendia, aqui da nossa área que agente chamava Amazônia legal (Pará), atendíamos dois batalhões de engenharia que construía a Cuiabá- Santarém, a Transamazônica, a Ferrovias dos Carajás. Trabalhávamos o tempo todo com o pessoal do exército. Eu peguei a construção da hidrelétrica de Tucuruí, da mineração Rio do Norte. Teve uma época que saiu a coordenadora do Amazonas, por que aqui no Pará, a nossa coordenação, no Pará era Pará, Amapá, um pedaço do Maranhão que faz parte da Amazônia legal, Goiás, que agora é o Tocantins. Da parte do Amazonas pegava, o Estado do Amazonas, Roraima, Rondônia e o Acre. Teve uma época que até para lá agente dava assistência, por que saiu a coordenação da lá. Cheguei a viajar para Rondônia, Acre, onde tinham os projetos grandes: construção de hidrelétrica e estradas. Nessas grandes obras, inclusive, tinha assistentes sociais de outros órgãos, mas era mais para essa

parte de atendimento ao indivíduo, mas em todas as obras tinham...
(ASSISTENTE SOCIAL “C”)

O trabalho do assistente social no, extinto INPS, no período da ditadura militar, hoje, INSS, estava pautado no segundo Plano Básico de Ação do Serviço Social de 1978, visto que o primeiro foi elaborado, em 1972. Esses Planos tinham como aporte teórico, o funcionalismo, no qual o segurado era considerado “cliente” e, não como um sujeito de direitos, mas alguém que estava à margem da sociedade e precisava da ação do Serviço Social para “integrá-lo” à sociedade, de forma burocrática e assistencialista. Nesta perspectiva, as principais ações desenvolvidas pelo serviço social, naquele período, concerniam em Ações Integradas do Serviço Social com os setores de benefícios e outros serviços como veremos a seguir:

A primeira era a ação Integrada Serviço Social e Perícia Médica, na qual era destinada ao atendimento dos “clientes” na pré e pós-perícia médica, tanto em nível individual (caso) quanto grupal. Na pré-perícia, os “clientes” eram esclarecidos sobre o benefício de auxílio-doença, desde sua habilitação até as demais fases. No pós-perícia, os atendimentos eram direcionados para os casos de segurados que tiveram benefícios negados e com Data de Cessação de Benefício/DCB, assim como, os com Data de Cessação de Incapacidade/DCI, e os devidos encaminhamentos para tratamento e demais recursos, tais como: - solicitação de informações do médico assistente do INAMPS; - emissão de parecer social para a caracterização de intercorrências sociais, em articulação com a perícia médica. Também eram realizadas algumas ações voltadas para as pessoas com patologia de “Mal de Hanseníase” e com patologia cardiológica, as quais eram executadas de forma integrada com o INAMPS e suas clínicas especializadas.

O relata abaixo permite visualizar como era o fluxo e a estrutura física que o serviço social dispunha para a realização do seu trabalho, no INSS, naquele período:

Existia uma estrutura grande para o atendimento dos segurados, varias salas; nesse prédio, aqui no terceiro andar, atendia apenas os benefícios por incapacidade e, lá, que o Serviço Social ficava... era assim... Várias salas para a perícia e um pedacinho assim (*ao explicar desenhava num papel*) era o Serviço Social, essas assistentes sociais vieram do núcleo que ficava lá na Tamoios. O Serviço Social ficava aqui e elas começaram a realizar um projeto para atender aqueles que tinham seus benefícios indeferidos com DCB (data de cessação de benefício), eles eram encaminhados para uma sala de reunião onde elas explicavam tudo direitinho, por que foi indeferido. Ainda existia os encaminhamentos para o ex INAMPS, onde as pessoas recebiam remédios, próteses essas coisas (ASSISTENTE SOCIAL “X”).

Constata-se, pelo exposto, que embora o INSS-Gex-Belém possuísse uma “estrutura grande”, com várias salas, a maioria era ocupada pela perícia médica, restando ao serviço social, um “pedacinho assim” para os assistentes sociais atenderem os segurados. Esta situação pode indicar uma relação de poder existente nas relações de trabalho, nesse espaço sócio-ocupacional e da função subsidiária que o serviço social ocupava no atendimento aos segurados frente a sua condição de saúde.

A segunda Ação Integrava Serviço Social ao setor de Benefícios no qual o eram atendido os “clientes” e seus dependentes que procuravam informações e acompanhamentos quanto aos benefícios previdenciários (pensão por morte, pensão alimentícia, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio reclusão. Já pode-se observar aqui nesta ação o atendimento aos “clientes” requerentes de benefícios de caráter assistencial, como: a Renda mensal vitalícia devida ao idoso e a pessoa inválida, desde que comprovado 12 meses de contribuição para a Previdência Social. E também o acompanhamento de casos com emissão de parecer para fins de subsidiar processos de tutela e curatela junto a justiça e para caracterização de união estável e dependência econômica para os setores de benefícios e junta de recursos e, também, para inscrição de dependentes.

Ao atentar-se para o fluxo de atendimento do serviço social, no antigo INPS, é possível constatar que a estrutura física destinada para os assistentes sociais desenvolverem o seu trabalho profissional, não era compatível com as demandas que lhes eram postas, naquele momento histórico: não havia necessidade de agendamento prévio; todos os segurados que entravam na sede do INPS para serem atendidos passavam pelo Serviço Social para receberem orientações sobre benefícios e, posteriormente, eram encaminhados para os serviços que estavam à procura. Além disso, uma vez por semana eram realizados atendimentos em grupo; aglutinavam pessoas para informações sobre um determinado assunto de interesse da instituição e, assim, procediam de acordo com viés pedagógico de “enquadramento” dos requerentes dos serviços e benefícios oferecidos pelo instituto. O depoimento abaixo é elucidativo neste aspecto:

No Serviço Social já era atendimento, todo dia era atendimento de caso, socialização de informação. Todos os casos de auxílio-doença, pensão por morte e inscrição por que nesta época tinha inscrição de segurados e dependentes. Todos (não era agendado né), todos tinham que passar e nós depois de fazermos a socialização de informações que encaminhávamos para os Serviços. E aí tinha uma vez na semana, agente tinha atendimento de

grupo, às vezes se juntava durante a semana, atendimento para determinado assunto, por exemplo, essa semana será PENSÃO, aí divulgávamos. Também, fazíamos atendimentos em instituições, fazíamos o cadastro das instituições sociais da tua área, era dividido por área, nessa época éramos nós que trabalhavam ali na Presidente Vargas: **três assistentes sociais** e tinha mais uma da divisão que dava apoio. A estrutura era diferente, tínhamos uma divisão local dentro desta, eram lotados 3 assistentes sociais que davam apoio para as agências, tinham poucas agência neste tempo (ASSISTENTE SOCIAL “C”).

A terceira ação, encontrada nesta pesquisa foi a ação integrada Serviço Social e Reabilitação Profissional: dentre as atividades desenvolvidas nessa ação estavam em que o assistente social realizava estudos sócios econômicos, para fins de concessão de Ajuda Supletiva para segurados, em caso emergencial de risco, com prestação em espécie para aquisição de medicamentos, transportes, alimentação, para atendimento de dieta especializada, hospedagem, aluguel em atraso, documentação, além do encaminhamento para a participação de cursos de qualificação profissional e fornecimento de equipamentos para inserção do segurado em atividade produtiva.

A sua inserção na reabilitação profissional era através da participação em equipes multiprofissionais compostas por: professores, psicólogos, fisioterapeutas, nas quais era respeitada a especificidade de cada profissão. Atualmente, os assistentes sociais que atuam na reabilitação profissional, não são lotados no Serviço e sim no setor de reabilitação, por isso não são regulamentados pelas leis/decretos e orientações destinados ao Serviço Social do INSS, portanto, seguem o manual técnico da reabilitação profissional, segundo o qual qualquer profissão pode compor a equipe que trabalha na reabilitação profissional, de forma generalista. Os depoimentos abaixo referendam que ao comparar o trabalho desenvolvido pelo assistente social neste período, indica que eram respeitadas a suas especificidades, portanto a crítica de um pesquisado acerca da incorporação do assistente social no modelo atual de reabilitação profissional, haja vista que o mesmo não exerce, formalmente, essa função, apesar de que pode-se inferir que utiliza os seus saberes profissionais na operacionalização do seu trabalho:

Realmente, olha! Eu não sei se era melhor, mas agente tinha a impressão que era, por que tinha a secretaria de Bem estar social, tinha uma estrutura enorme para atendimento de reabilitação profissional, onde tinha equipes Inter profissionais, era impressionante, nesta área
O segurado da previdência era bem atendido, tinha sociólogo, terapeuta, assistentes sociais, isso tudo na estrutura do INPS. Mas tinha essa diferença enorme: tu pagava, tu contribuía, tu tinha tudo isso...esse ali que não pagava ficava no assistencialismo. (ASSISTENTE SOCIAL “C”).

A própria estrutura possibilitava que desenvolvêssemos outro trabalho, se você for na agência do Marco, olha que ali funcionava um Centro de Reabilitação que era modelo para o Brasil inteiro, tinha aula de alfabetização, tinha carpintaria, atendimento com psicólogos e o número de assistente sociais era um número bem grande. Quando eu trabalhava lá, agente saia e marcava reunião para sexta-feira e fazia no auditório (...) Era uma equipe multiprofissional e não o que eles querem fazer hoje; hoje, o que eles defendem é o ato médico, onde exista o médico e qualquer outro profissional para dar conta do trabalho, independente de ser sociólogo, assistente social, psicólogo estás entendendo? Como se fosse um processo de desqualificação (...) Nós não temos como recusar em fazer parte de uma equipe multiprofissional, mas dessa forma, não! Em que você enquanto assistente social não tem o direito de colocar seu parecer social, um instrumento próprio. (ASSISTENTE SOCIAL “X”).

Os depoimentos acima evidenciam que, embora as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, naquele momento histórico, fossem orientadas pelo viés funcionalistas que não contribuía para alterar as relações de poder intuídas com a ditadura militar, mas, contraditoriamente⁴⁰, havia uma maior oferta de serviços prestados pelo INPS, a exemplo, da reabilitação profissional, como foi evidenciado por um dos depoimentos dos pesquisados: “Eu não sei se era melhor, mas agente tinha a impressão que era, por que tinha a secretaria de Bem estar social, tinha uma estrutura enorme para atendimento de reabilitação profissional”. E, mais: diz outro pesquisado “(...) Era uma equipe multiprofissional e não o que eles querem fazer hoje; hoje, o que eles defendem é o ato médico, onde exista o médico e qualquer outro profissional para dar conta do trabalho, independente de ser sociólogo, assistente social, psicólogo, estás entendendo? Como se fosse um processo de desqualificação”.

Esses depoimentos indicam que hoje está havendo, não só, a redução dos serviços prestados pela previdência social, mais também, a volta da racionalidade médica, à medida que o médico passa a ser central nas equipes de saúde. Ademais, há que se ressaltar em um dos depoimentos acima, que a lógica do seguro permeia a previdência social brasileira, conforme foi tratado 2.1.2 *O Percurso da Proteção Social no Brasil: do seguro social a seguridade social*, deste trabalho. Ora se é verdade que os serviços oferecidos pelo INPS, bem como trabalho do assistente social pareciam atender mais, amplamente as demandas dos segurados, no período da ditadura militar, há que se interrogar sobre o trabalho desse profissional, no período posterior a implantação da MTMSS.

⁴⁰ Segundo Netto (XX), no período da ditadura militar, no Brasil as políticas sociais

5.3. O Trabalho da (o) Assistente Social na Gex-bel / PA após a Implantação da Matriz Teórica- Metodológica de 1994 a 2009

Com a importante aprovação da MTMSS, em 1994, entende-se que ocorreu a primeira grande mudança no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no INSS, (desde 1990), momento, em que o país já vivenciava a retomada da democracia, que pelos ares das liberdades de expressão e da luta pela consolidação de direitos preconizados pela Constituição Federal de 88, possibilitaram um cenário propício para um redirecionamento do mencionado trabalho profissional.

Assim, conforme já referido na parte *4.1 Trajetória do Serviço Social na Previdência Social Brasileira: a guisa da compreensão*, deste estudo, essa mudança representou um novo desenho nos fundamentos, na metodologia, nas diretrizes, nas ações, estratégias do Serviço Social, amparado na teoria crítica que possibilitou a tomada de uma nova postura na relação do Serviço Social com a instituição, entre os assistentes sociais existentes nesse período e na relação teoria e prática de atendimentos aos trabalhadores. Neste sentido, o relato de uma pesquisada, é elucidativo:

Inicialmente, nós tínhamos como norteador de nossas atividades o Plano Básico de Ação – PBA, mas a partir do ano de 1994, passamos a desenvolver nossas ações pautadas na Matriz Teórico metodológica que veio para reestruturar o nosso fazer profissional, nos qualificando como interlocutores compromissados com a defesa dos direitos em matéria de previdência e assistência social e nos permitiu uma visão mais ampliada e crítica das nossas ações (ASSISTENTE SOCIAL “M”).

No depoimento acima, salta aos olhos a afirmação de que a MTMSS “veio para reestruturar o nosso fazer profissional, nos qualificando (...). Este fato pode estar relacionado às possibilidades de análises crítica acerca da realidade social que a teoria crítica pode propiciar e não de enquadramento dos “clientes” às normas do INSS, mais, sim, da ótica da efetivação e garantia de direitos sociais e proteção ao trabalhador. Desta feita, para além da mudança semântica e necessária do termo “clientes” para “usuários” o trabalho profissional do assistente social nesse espaço sócio ocupacional, foi voltado para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, através do assessoramento ao coletivo de trabalhadores, o que pode ser evidenciado por meio de 3 ações profissionais: 1) Socialização de informações previdenciárias; 2) Ações de Fortalecimento do Coletivo; 3) Assessoria, aos movimentos sociais.

Nessa direção, segundo a Representante Técnica do serviço social Gex-Bel, o trabalho profissional do assistente social nessa gerência, na década de 90, se concretizou através de 4 projetos de intervenção, a saber :

a) Projeto de Atenção aos Trabalhadores Rurais: objetivava implementar a política previdenciária, sob a ótica do direito e da cidadania, contribuindo para o fortalecimento das relações entre a instituição e o usuários, a fim de assegurar o acesso aos benefícios e serviços”(1999)⁴¹. Ações: Articulação com entidades Sindicais dos Trabalhadores Rurais, FETAGRI, Federação da Pesca no Estado do Pará, Colônia de Pescadores, e demais representações da categoria como o Movimento pela sobrevivência na Transamazônica, Movimento dos Trabalhadores sem Terra/ MST, Populações tradicionais (quilombolas), parceria no Programa de Erradicação do trabalho Escravo (INSS/ DRT/ Fundacentro/ UFPA/ TRT8. MPF, entre outros); Parecer Social para caracterização de união estável e dependência econômica para o Setor de benefícios e Junta de Recursos da Previdência Social / JRPS e Câmara de Julgamento da Previdência Social/ CAJ; Trabalho de Atendimento aos Trabalhadores Rurais e seus dependentes no PREVBARCO.

b) Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador: cujo objetivo era “contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, especificamente, no que se refere ao acidente de trabalho, no sentido de fortalecer o processo de efetivação dos direitos previdenciários, a partir de subsídios advindos de uma análise crítica da sociedade brasileira. Foram realizadas as seguintes ações: Assento no Conselho de Saúde do Estado, participação no CEREST e CIST, Articulação com unidades de atendimento de referência como UREAIDS (hoje UREDIP), Hospital Universitário João de Barros Barreto, Paravida, Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Saúde do trabalhador. Parecer social para caracterização de intercorrências sociais, trabalho articulado com a Perícia Médica;

c) Projeto de Atenção ao Contribuinte Individual: teve como objetivo “Implementar em articulação com entidades governamentais e não governamentais, a Política Social Previdenciária sob a ótica do Direito Social e da Cidadania e de Proteção ao Trabalho, junto aos usuários, no sentido de contribuir para a formação da consciência coletiva, na perspectiva de viabilizar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários e aumentar o número de contribuintes individuais” . As ações desenvolvidas foram as seguintes ações: Articulação com Sindicatos, Associações de moradores, SINE, empregadas domésticas, moto taxistas, artesãos da praça da República, Movimento de Prostitutas de Belém (GEMPAC), vendedores ambulantes;

⁴¹ Neste projeto foi identificada a presença de 15 assistentes sociais, em 1999, na Gex-Bel; destas, 8 já estavam aposentadas no ano da pesquisa em 2016.

d) Projeto de Implementação do Benefício Assistencial de Prestação Continuada: Participação no Fórum da Assistência Social, Participação no Grupo de trabalho da LOAS, Conferências Municipal, Estadual e Nacional da Assistência Social, articulação com Secretarias de Saúde Municipais e Estadual para implantação do Benefício Assistencial/ BPC-LOAS, Atendimento de usuários nas unidades executivas de atendimento do INSS. Assim como a participação de equipe de Revisão do Benefício de Prestação Continuada da 1º a 7º edição, em colaboração para a construção da análise e alteração de qualificadores de avaliação social das pessoas com deficiência do BPC 87.

Pelo exposto pode notar que após a implantação da MTMSS no INSS, o Brasil iniciava a implantação do modelo neoliberal, através dos governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique. Contudo, os assistentes sociais brasileiros e, em particular os que trabalhavam na GEX-Bel, nesse momento histórico, se aliaram aos movimentos sociais e as organizações coletivas de trabalhadores para enfrentarem as perversas mudanças que ocorreriam na Previdência Social no que tange à Contra reforma da Legislação e as mudanças gerenciais elaboradas que visavam, entre tantas medidas, a extinção do Serviço Social nesse instituo, como foi referido no capítulo 2 deste estudo. Neste sentido, a opinião de um dos assistentes sociais pesquisados demonstra esse esforço coletivo na GEX-Bel:

Embora houvesse um número reduzido de assistentes sociais (10), até a realização do concurso público no ano de 2009, conseguimos dar visibilidade as nossas ações através de uma trabalho articulado com os movimentos organizados da sociedade. (ASSISTENTE SOCIAL “M”).

Nota-se por esse depoimento que até 1994, o trabalho do assistente social estava mais voltado para ações internas do INPS/INSS, porém, após a apropriação das orientações teórico-metodológica contidas na MTMSS, exigiu que esse profissional saísse de seus recintos de trabalho para ir ao encontro com os movimentos e sindicatos. Este fato pode ser compreendido, também, ao levar em consideração que nesse momento histórico (década de 1990), o número de profissionais era reduzido devido à tentativa de extinção do Serviço Social na previdência social e, por esta razão, não havia concurso público para o cargo de assistente social. Assim, a demanda de trabalhadores, em demasia, conduziu á criação de estratégias voltadas para o coletivo de trabalhadores, de forma que possibilitasse a socialização de informações para subsidiar o enfrentamento ao ataque de seus direitos e, coletivamente, pudesse enfrentar tais perdas. Dessa maneira, foi obtido um duplo resultado: o fortalecimento e a organização dos

trabalhadores e o atendimento à demanda, a qual, de forma individualizada seria impossível atendê-la, totalmente, pois:

O serviço social na década de 90 passou por quase extinção. Na realidade ficamos na execução apenas 6 para o Pará inteiro; nessa época não tinha essa divisão das gerências Santarém e Marabá. Nenhuma agência do interior tinha assistente social, raramente, uma época teve em Bragança, por que foi uma assistente social que veio de outra localidade que seu marido tinha sido transferido para lá, mas era só e na Capital. E tinha agência que não tinha, por exemplo, a agência de Icoarací fazia rodizio. **E os atendimentos eram mais de grupo, socialização de informações.** (ASSISTENTE SOCIAL “C”)

Se por um lado, constatava-se o avanço do trabalho do assistente social no que concerne ao compromisso com a classe trabalhadora, por outro, nesse mesmo momento histórico, foi identificado, ainda, práticas desse profissional que indicavam a manutenção do conservadorismo e do assistencialismo, conforme foi pode ser evidenciado no depoimento, abaixo:

Eles (**os colegas de trabalho da agência**) nem sabiam o que eram Serviço Social de fato, por que a colega que estava aqui que veio falecer e que ficou vago aqui. Então, assim eles tinham a visão da caridade, da prestação, qualquer coisa que acontecesse aqui era ela que tinha que resolver, até dinheiro ela dava, cesta básica do próprio salário dela eles tinham visão do assistencialismo de fato. Os colegas que estavam aqui que eram colegas dela, tinham o serviço social desta forma, mais essa visão, mas isso, não influenciou aqui. Quando cheguei aqui, comecei a realizar as avaliações, conhecer a realidade dos recursos sociais que agente tinha, como CRAS...CREAS.(ASSISTENTE SOCIAL “Z”)

Cabe ressaltar que este depoimento se reporta a duas assistentes sociais que se formaram em Serviço Social, ainda, quando a metodologia do serviço social era baseada na visão tripartite: Serviço Social de Caso, Serviço Social de grupo e Serviço Social de Comunidade, embasada na teoria funcionalista, o que pode explicar tal situação. Contrariamente, o depoimento abaixo revela à situação de uma assistente social pesquisada que, em sua formação profissional, foi ministrada a matéria “correntes filosóficas”, na qual foi abordada sobre a teoria marxista:

Agente fazia as correntes filosóficas e agente dava o marxismo na matéria de metodologia, até hoje eu me lembro o nome da professora...Foi muito forte na minha vida era a professora XXX de metodologia, então, já tinha...se fossemos fazer opção já fazia sabendo o que você estava assumindo. Nessa época, tinha uma disputa dentro da universidade que era o materialismo dialético e a fenomenologia, inclusive eu me dava muito bem com o pessoal da fenomenologia, mas não me convenceu sabe? (ASSISTENTE SOCIAL “X”).

Pelo exposto é possível deduzir que alguns dos pesquisados que afirmaram adotar o funcionalismo, em suas ações profissionais, tiveram a sua formação no

momento em que a teoria social de Marx, na universidade, não se constituía um dos conteúdos curriculares. Sendo assim, alguns assistentes sociais tiveram acesso a essa teoria, participando do coletivo dos movimentos dos trabalhadores e da interlocução com outras colegas do INSS que retornaram as universidades para cursar mestrado e doutorado, a saber a Iamamoto⁴², Lúcia Lopes e Ana Cartaxo, as quais a partir de suas contribuições intelectuais ajudaram na formação das assistentes sociais do INSS.

Dessa forma, dentre as quatro profissionais pesquisadas que possuem maior tempo de trabalho no INSS, duas afirmaram, claramente, que o seu trabalho profissional cotidiano tem como base teórico-metodológica, o materialismo histórico dialético; uma se limitou a pontuar algumas categorias dessa teoria, sem demonstrar firmeza da sua apropriação no cotidiano profissional, embora a mesma tenha participado de várias lutas sociais; a outra expressou ter como referencia teórica, a fenomenologia, no entanto, em alguns trechos de sua fala, se referiu a análises da realidade que se aproximam com a teoria marxista, revelando comprometimento com os usuários, no que concerne ao acesso aos direitos sociais. Em face desta situação, se procurou indagar se a mesma não sentia necessidade de atualização teórica, tendo tido como resposta, o seguinte:

Nunca pensei. Sempre fui da prática, mas penso que é até uma falha...eu sempre digo assim: sempre me preocupei em atender... atender e atender e vai ficando. Eu chego aqui e me envolvo demais, o que em minha opinião é uma espécie de luta, luta diária para garantia de direitos, não que eu seja melhor que ninguém, mas, assim... isso me incomoda muito...Estava pensando um dia desses – Meus Deus, tem gente que acha que agente atende bem aqui, imagina onde não atende bem, por que para mim, eu não acho que seja lá essas coisa o nosso atendimento. Do Serviço Social ao contrário, eu acho que as assistentes sociais, com, raríssimas, exceções eles procuram, realmente, atender e fazer o melhor dentro da agência. Isso, mas é uma luta diária, a demanda cresceu as condições (de trabalho) não!!! O que eles mais querem (os outros servidores) é tirar o segurado da sua frente, tanto que tem coisas aqui que agente acompanha por causa de reclamação, de ver que tem uma falha no atendimento...Acontece muito aqui ...Meu Deus do Céu!...algumas casos que chegam para gente, por que faz um agendamento errado, um encaminhamento errado que chega aqui na sala do Serviço Social. Eu vejo assim, que têm casos que tá tudo errado, eu tenho o costume de olhar de um dia para o outro o agendamento. Vejo assim, o indeferimento foi indevido, o recurso foi indevido, por causa dessas duas coisas indevidas gerou uma situação complicada que poderia ter sido resolvida no início...Ai ..sim ...essa é uma briga diária. **Eu não me conformo, eu brigo, chamo o chefe, chamo o servidor**, isso eu faço muito! (ASSISTENTE SOCIAL “C”)

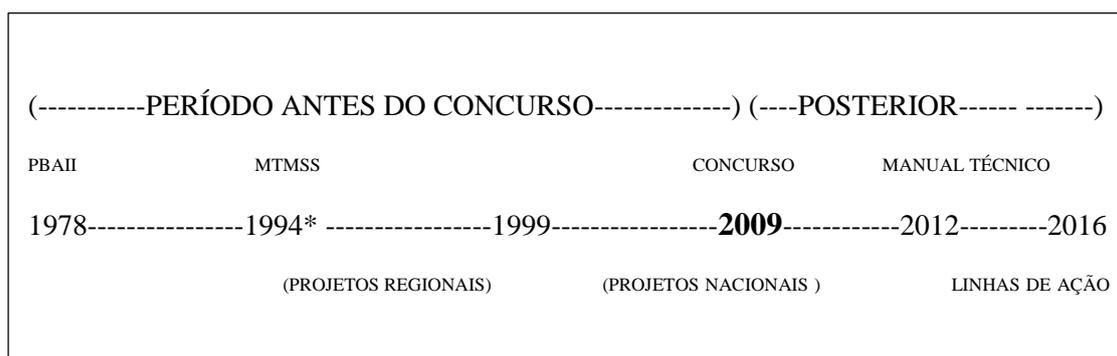
⁴² <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/778>, foi “A conselheira do CFESS se referia a Verônica Santos Freitas, Mariléia Venâncio Porfirio e Marilda Vilela Iamamoto, ambas ex-assistentes sociais do INSS que, na década de 1970, foram injustamente detidas pelo Regime Militar e, em seguida, demitidas do Instituto. Há mais de 30 anos elas lutam na justiça pela anistia e pelo ressarcimento de seus direitos, já que foram vítimas da perseguição política de um Estado autoritário e antidemocrático.”

Observa-se que neste momento histórico foi o momento de incorporação do pensamento crítico pelo Serviço Social do INSS, portanto a convivência com práticas que coadunam com o pensamento conservador é algo a ser notado como um processo que ainda se mantém em menor grau neste instituto pela presença de profissionais anterior a 1994 e que não fizeram a ruptura. No entanto, do ponto de vista do conceito “garantia de direitos” foi observado que todos os profissionais referendavam em sua fala que o principal trabalho do assistente social neste período está ligado ao reconhecimento de direitos sociais, sendo o trabalhador e sua inserção em uma sociedade desigual ponto de partida de suas análises. Sendo assim, torna-se, igualmente, instigante analisar o trabalho profissional do assistente social no período, mais recente, isto é, de 2010 a 2016.

5.4 O Trabalho do Assistente Social na Gex-bel/PA pós concurso de 2008: o redirecionamento.

Para a compreensão do trabalho profissional do assistente social no período acima mencionado, entende-se ser fundamente se referir que, a partir dos anos 2000, os projetos de serviço social que foram implantados, na década de 90, mudaram de denominação, acompanhando a denominação nacional, tais como: Projeto de Atendimento Geral ao Usuário (AGU); Projeto de Atenção à Saúde do trabalhador; Projeto de Atenção aos Usuários dos Benefícios Assistenciais e Projeto de Atenção ao Segurado Especial; esta denominação permaneceu até 2012, quando o Manual Técnico do Serviço Social no INSS incorporou ao Projeto de Atenção a Saúde do trabalhador, o Projeto de Atenção ao Segurado Especial. Contudo, há que se registrar que essas mudanças não foram apenas de nomenclatura, haja vista que implicaram em mudanças no trabalho profissional do assistente social, Gex –Bel, até o presente momento (2016). A ilustração abaixo, em forma de linha do tempo, ilustra esta situação:

Quadro 2: principais períodos da organização do Trabalho das (os) assistente sociais na Previdência Social



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada para este estudo, efetuada no período de 09/2016 a 12/2016.

A figura acima, ainda evidencia que no período de 2009 a 2012 houve a efetivação do contrato de trabalho dos assistentes sociais que foram aprovadas no concurso realizado em 2008, assim como, foi instituído o Manual Técnico do Serviço Social, no INSS, no ano de 2012. Trata-se de uma conquista para a organização de processo de trabalho dos referidos profissionais, visto que, foi, mais uma vez, definidas as ações cotidianas, a rotinas de trabalho, os instrumentos e procedimentos técnicos que orientaram os mesmos, de maneira a uniformizar algumas de suas ações, o que contribuiu para qualificar o exercício profissional.

Assim, a partir do Manual, foram instituídas três linhas de ação do serviço social no INSS e, em particular na Gex-Bel, as quais estão em vigor, até o momento, quais sejam:

Linha 01 - Ampliação e consolidação do acesso a Previdência: voltada para ampliação e consolidação do acesso de categorias profissionais e ocupacionais, segmentos de trabalhadores e grupos sociais com dificuldade de obtenção dos benefícios e serviços ofertados pela Previdência Social, em decorrência de ausência de informações, insuficiência de renda, vínculos não contemplados na Classificação Brasileira de Ocupação - CBO, entre outros fatores. Comporta ações envolvendo trabalhadores formais e informais, aposentados, segurados especiais (trabalhadores rurais, pescadores artesanais, garimpeiros e outros), e categorias como catadores de materiais recicláveis, pedreiros, engraxates, cabelereiros, além de segmentos e grupos sociais como população de rua, gestantes, mulheres escalpeladas, entre outras possibilidades de intervenção (MANUAL TÉCNICO, 2012, p.23)

Linha 02 - Segurança e saúde do Trabalhador: visa fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador. Busca contribuir para o aperfeiçoamento do processo de reconhecimento do direito aos benefícios por incapacidade e favorecer a prevenção, promoção e proteção da saúde e segurança do trabalhador. Envolve vínculo prioritário com benefícios por incapacidade e aposentadoria por invalidez. (IDEM, P.23)

Linha 03 - Direitos das pessoas com deficiência e pessoas idosas: objetiva promover a consolidação e a perspectiva de ampliação de direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, além daquelas requerentes ou em usufruto de BPC da Assistência Social. A articulação interna pode ocorrer perante os setores de benefícios e

atendimento, assim como, articulação externa envolve ações com os conselhos de idosos, centro de apoios e a proteção aos idosos, secretarias de desenvolvimento social e direitos humanos, conselho de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, entre outros (p. 24). Conforme pode ser notado, a linha 3, se refere especificamente, ao trabalho voltado para as pessoas com deficiência e pessoas idosas, objetivando promover a consolidação e a perspectiva de ampliação de direitos das mesmas, assim como, daquelas requerentes ou em usufruto de BPC da Assistência Social.

Desta forma, se procurou conhecer o trabalho profissional do assistente social, nas agências do INSS, tendo por base os dados divulgados nos boletins anuais do Serviço Social⁴³ Gex-Bel, referente ao período de 2010 a 2016, bem como, nos dados empíricos obtidos na pesquisa que subsidiou este estudo. Assim, verificou-se que trabalho do serviço social, se materializam através de 4 processos são eles: 1) interno as APS, com atendimento individual; 2) interno as APS e com atendimento coletivo; 3) externo individual e, 4) externo coletivo.

Segundo o referido Manual Técnico do serviço social, a socialização das informações previdenciárias e assistenciais consiste “em um processo democrático e pedagógico que se desenvolve entre o assistente social e os cidadãos usuários da Previdência Social” (2012 p. 14). Para tal, podem ser desenvolvidas ações, tanto de forma individual quanto coletiva, desde que o resultado das mesmas seja uma informação de qualidade e, diferenciada, desenvolvida sob lógica do direito e da ampliação da cidadania.

A tabela III, abaixo, evidencia o número de atendimentos referentes a socialização de informações individuais⁴⁴ no período de 2009 a 2013 quando o Serviço Social na Gex Bel desenvolvia seu trabalho dividido em 4 projetos e na segunda tabela de 2014 a 2016 quando começou a dividir seu trabalho em linhas de ação, esta preocupação foi mais didática de forma que o leitor possa compreender melhor as mudanças ocorridas no direcionamento do trabalho, no entanto trata-se do período após o concurso de 2008. Importante referir também que a mudança no número de atendimento a partir de 2014 se deu por que no ano de 2013 as gerências executivas foram divididas⁴⁵, assim como o número de assistentes sociais e suas atividades.

⁴³ Boletim Anual é um resumo quantitativo de todo trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no período de um ano na Previdência Social nas três linhas de ações

⁴⁴ Registra-se que nesta tabela, os atendimentos coletivos não foram computados devido não ter sido encontrado dados sobre todos os anos.

⁴⁵ Em 2013 a gerência executiva de Belém, foi dividida em mais duas gerências: Marabá e Santarém.

Tabela 2 identificação do número de atendimentos individuais realizados pelo serviço social – Gex/Bel, segundo os projetos executados no período de 2009 a 2013.

PROJETOS	2010		2011		2012		2013	
Atendimento geral ao Usuário	12.084	28,4%	17.864	30,77%	8.600	22,33%	7.294	28,85%
Saúde do Trabalhador	2.175	5,04%	3.806	6,55%	3.080	8%	2.128	8,41%
Trabalhador Rural	2.487	5,77%	3.506	6,03%	2.957	7,68%	1.774	7,71%
BPC 87/88	26.349	61,14 %	32.876	56,63%	23.860	61,97 %	14.084	55,71%
Total de atendimento	43.095	100%	58.052	100%	38.497	100%	25.280	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Boletins Anuais do Serviço Social, Gex-Bel, no período de 2009 a 2013.

Tabela 3 :Identificação do nº de atendimentos individuais realizados pelos assistentes sociais da Gex-Bel, no período de 2014 a 2016, seguindo as linhas de ação do serviço social

LINHA DE AÇÃO	2014		2015		2016	
Linha 01 Acesso a Previdência	6.817	31,11%	5.136	27,77%	7.083	30,29%
Linha 02 Saúde do Trabalhador ⁴⁶	2.240	10,22%	1.327	7,17%	2.214	9,47%
Linha 03 BPC 87/88	12.853	58,66%	12.031	65,05%	14.081	60,23%
Total de atendimento	21.910	100%	18.494	100%	23.378	100%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada para este estudo, cuja coleta dos dados foi efetuada no período de 09/2016 a 12/2016.

As tabelas II e III acima mencionadas, se referem ao número de atendimentos individuais realizados pelo Serviço Social na Gex-Bel, no primeiro período que vai de 2010 até 2012, quando as gerências, ainda, não tinham sido divididas. Portanto, contabilizam os atendimentos de todas as assistentes sociais lotadas no INSS do Pará, nesse período, totalizando: 139.644. Ressalta-se que a partir de 2013, as gerências foram divididas, o que justifica que os números de atendimentos computados sejam menores,

⁴⁶ A partir da elaboração do Manual técnico do Serviço Social o projeto de atendimento aos trabalhadores rurais foi incorporado as duas outras linhas por isso não teremos mais como visualizar esses dados.

do que os do período anterior. Nos anos subsequentes, ou seja, 2013 a 2016 somaram-se um total de 89.062. O total de atendimento desses anos foi de 188.893 atendimentos.

A identificação do total de atendimentos individuais realizados pelos assistentes sociais na Gex-Bel, nos referidos anos, foi fundamental para escolher o ano de 2010 para ser analisado, por se constituir um ano, após a inserção das novas assistentes sociais contratadas pelo INSS, assim como, foi escolhido o ano de 2015, antes desta pesquisa, visto que, nesses anos, havia disponível os dados referentes aos atendimentos individuais e coletivos, o que possibilitou uma visão mais ampliada da totalidade de atendimentos realizados pelas assistentes sociais.

Pode-se constatar através da tabela II que, no ano de 2010, o Serviço Social na GEX – Belém realizou os seguintes atendimentos **individuais**, em ordem crescente, isto é: o menor número de atendimentos foi referente ao Projeto Saúde do Trabalhador (2.175) com **5,04%**; seguido do Projeto Trabalhador Rural (2.487) representando **5,55%** ; - em sequência o Projeto Atendimento Geral ao Usuário (12.084) que representou **28,4%** dos atendimentos em geral e, por último, o Projeto BPC (26.349) representando **61,14%** do total de atendimento que foram de 43.095 (100%). Cabe ressaltar que neste ano, ainda, foram realizadas 17.769 avaliações sociais de requerentes de BPC de pessoas com deficiência em fase inicial e 308 avaliações em fase recursal.

Evidencia-se, portanto, que no ano (2010), o número de atendimentos realizados pelos assistentes sociais, já se obteve a maior predominância dos atendimentos ligados aos usuários do BPC, ou seja, na operacionalização de uma parte da política de assistência social dentro do INSS. Fato este que se manteve nos anos seguintes: 56,63% (2011), 61,97% (2012), 55,71% (2013), 58,66% (2014), 65,05% (2015) e 60,23% (2016), ou seja, após o concurso de 2008, o Serviço Social do INSS direcionou o seu trabalho, em mais de 50% de sua capacidade de atendimento, aos requerentes do BPC, seja para pessoas com deficiência e/ou idosos.

Em 2015, quando o trabalho do assistente social passou a ser quantificado pelas linhas de ação, tem-se o seguinte resultado: atendimentos na linha 01 (5.136); atendimentos na linha 2 (1.327) e na linha 03 (12.031), além de 8.506 são referentes às avaliações sociais de BPC. Observa-se, então, que a soma dos atendimentos realizados na linha 01 (ampliação e consolidação do acesso à previdência) e 02 (Segurança e Saúde do Trabalhador) não equivalem nem a metade do atendimento destinado à linha 03 (BPC). Em dados relativos temos **27,77%** dos atendimentos aos usuários para acesso a auxílios, pensões e aposentadorias (Linha01); **7,17%** no atendimento a usuários em

auxílios e benefícios por incapacidade (Linha 02), e **65,05%** na linha que destina sua ação a pessoas com deficiência e idosos sem acesso a cobertura previdenciária (linha 03), sem contar os dados da avaliação social, ou seja, mais da metade das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nesta região, no ano de 2015, foi destinada a atender o público dos requerentes de BPC.

Ao quantificar o número de atendimentos voltados para avaliação social, por ano, identificou-se que apenas no ano de 2012, o total deste tipo de atendimento se aproximou da metade dos atendimentos gerais realizados, pois, nos outros anos, esses atendimentos representaram $\frac{1}{4}$ do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais na Gex-Bel, no entanto, é importante notar que esta é apenas uma das atividades desenvolvidas com esse público, visto que as assistentes sociais realizam, também, ações, a saber: socialização de informações; acompanhamento de processos em toda sua fase - desde o agendamento até a concessão dos benefícios; orientam e acompanham recursos em casos de indeferimentos, encaminham para rede sócio assistencial quando necessário; trata-se de um longo processo que vai desde o acolhimento, acompanhamento, avaliação e reconhecimento de direito.

Há de se considerar que uma análise desses dados que se limitasse, apenas, a tomar por base a parte quantitativa, poderia concluir que a avaliação social não é o principal trabalho que o assistente social realiza nas APS. Mas, se for levado em consideração outras variáveis, como: tempo para realização de cada avaliação, disponibilidade da agenda para um atendimento, qualquer momento, tendo o profissional estar disponível para tal, assim como, a existência de tantas outras atividades que poderiam ser desenvolvidas, aliado ao fato de que se forem somadas as avaliações sociais e os atendimentos realizados na linha 03, em todos os anos, chegar-se-á a uma média acima de 60% dos atendimentos totais realizados pelo assistente social, conforme pode ser evidenciado na tabela, abaixo.

Tabela 4 :Apresentação do número de atendimentos realizados para subsidiar a avaliação social, objetivando o acesso ao BPC, no período de 2010 a 2016

AVALIAÇÕES SOCIAIS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	17.769	10.049	15.941	8.437	9.000	8.114	8.959
BPC Inicial 87	308	273	494	497	250	282	502
BPC Recursal 87							
Total	18.077	10.322	16.435	8.934	9.250	8.115	9.461
Em %	26,91	15%	42,69%	27,72%	28,78%	30,49%	28,86%

Em %: Realizado a partir da divisão das avaliações/ total de atendimento individuais * 100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de 2010 a 2016.

Conforme foi referido, anteriormente, a avaliação social efetuada pelo serviço social objetiva tanto subsidiar elementos para o acesso ao BPC quanto para a avaliação recursal do BPC, ou seja, os pleitos das pessoas que tiveram o seu pedido negado.

A tabela acima evidencia dados que possibilitam comparar os atendimentos realizados pelos assistentes sociais que foram contratados, após 2008, desde o início do trabalho nas agências, quando inclusive, participaram de cursos de capacitação, cujos conteúdos concerniram, em: conhecimento geral sobre a Previdência Social, o Serviço Social e direitos previdenciários, a legislação do BPC e avaliação de pessoas com deficiência. Para além dos dados numéricos referidos acima, buscou-se nesta pesquisa através dos relatos destas profissionais, identificar quais as ações que as referidas assistentes sociais desenvolveram, ao chegarem à agência em 2009 como podemos observar nas falas abaixo foram: conhecimento da realidade local, socialização de informações e avaliação social, sendo que este último foi o mais citado. Vejamos:

Inicialmente, fomos treinadas para fazer avaliação social de pessoas com deficiência e socialização de informações previdenciárias e assistenciais. De imediato deveríamos ter conhecimento básico de legislação para poder fazer essas orientações. Passamos por um treinamento para conhecermos o modelo de avaliação, até então vigente. (ASSISTENTE SOCIAL “G”)

(...) Foi fazer articulação com a rede, conhecer a região e cadastro de recursos sociais, antes mesmo das avaliações em si. Dentro da agência foi avaliação social e orientações (ASSISTENTE SOCIAL “V”)

Olha que eu cheguei, a gente passou por um treinamento, por que quando eu cheguei, o benefício assistencial não tinha avaliação social. Então, quando nós chegamos passamos por um treinamento para que a avaliação fosse incluída neste processo. Então, a primeira atividade foi fazer a avaliação do benefício assistencial. (ASSISTENTE SOCIAL “B”)

Constata-se pelos depoimentos acima, que os primeiros trabalhos desenvolvidos pelos assistentes sociais contratados, após 2008, foram a avaliação social e o cadastro de recursos sociais, com prioridade para o primeiro trabalho. O cadastro de recursos sociais, é um estudo exploratório da realidade social em que as agências de previdência social estão inseridas, servem para conhecer a rede de serviço e articular atividades (reuniões, encontros, divulgações e encaminhamentos), ou seja, um momento de aproximação entre o INSS e as instituições e organizações circundantes. A importância deste trabalho também se dá que ao sair da agência o assistente social conhece a

estrutura e infraestrutura da localidade, de forma que existem subsídios para qualificar a sua avaliação social.

Na tentativa de dar visibilidade às ações desenvolvidas por esses profissionais nas Agências de Previdência Social na GEX-BEL, foi elaborado o quadro abaixo, a partir das falas de cada assistente social entrevistada:

Quadro 3: Identificação do número de atendimentos individuais realizados pelos assistentes sociais – nas APS/Gex-Bel, no período de 2009 a 2016.

AGÊNCIAS	Nº* de atendimentos	TRABALHO COTIDIANO
Representação Técnica do Serviço Social. ⁴⁷		Gerenciamento das atividades do Serviço Social da gerência Belém. Atende demandas judiciais, também vinda de recursos e Câmara de julgamento. Participação em reuniões da gerência da área do Saúde do trabalhador SST. Reuniões externas. Deslocamento para atendimento das demandas represadas nas APS no interior do estado.
Nazaré (2)	10	5 Avaliações Sociais por assistente social, Socialização de Informação benefícios assistenciais e previdenciário, parecer social. Referem alto índice de atendimento em benefícios: pensão e aposentadoria por idades. Quando aos segurados em auxílio doença só quando estão com problemas em seus recebimentos ou querem orientações sobre aposentadoria por invalidez. Socialização coletiva na sala de espera (quando necessário)
Jurunas (2)	9	4 Avaliações sociais; Socialização de informações para o acesso ao BPC de idosos e pessoas doentes sem qualidade de segurado, maioria do atendimento a pessoas sem vínculo formal. Socialização de informações previdenciárias, principalmente para auxílio doença (CAT comunicação de Acidente de trabalho), parecer social;
Marco (1)	8	4 avaliações sociais por profissional; Socialização de Informações individuais; parecer social quando solicitado
São Braz (2)	Entre 6 a 12	Serviço de socialização de informações/individual previdenciárias (demanda maior por: pensão por morte; aposentadoria por idade urbana; salário maternidade; recurso; representação legal e formas de contribuição etc.); e no que tange aos direitos da pessoa com deficiência e pessoas idosas (BPC – critérios acesso, recurso, contribuição facultativa, orientação quanto a documentação etc.); avaliação social inicial e recursal da pessoa com deficiência; e socialização de informação com ênfase em saúde do trabalhador (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, majoração dos 25%, recurso de benefício por incapacidade etc.)
Icoaraci (2)	9 a 15	5 Avaliações sociais; Socialização de informação com ênfase em benefícios indeferidos; pessoas que não entendem o vocabulário da previdência social ou mesmo o fluxo dos processos; Aposentadoria por idade; Socialização de informações de BPC 87/88; Avaliação Social da Lei Complementar para pessoas com deficiência; Avaliações de recurso; parecer social (quando solicitado);
Pedreira (1)	14	4 Avaliações sociais; Socialização de informações individuais e coletivas; parecer social quando solicitado pela Junta de recursos; parecer social para reativação de benefícios antigos; reunião semanal grupal com pessoas interessadas em acesso a benefícios sociais e previdenciários; palestras.

⁴⁷ A Assistente Social que assume o cargo de representação técnica é lotada no Setor Saúde do Trabalhador- SST, portanto não está ligada a nenhuma agência da Previdência Social.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa realizada para este estudo, cuja coleta dos dados foi efetuada no período de 09/2016 a 12/2016.

Observa-se no quadro acima, que dentre as principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, no cotidiano das APS/Gex-Bel, duas podem ser destacada: a avaliação social de pessoas com deficiência para o acesso ao BPC e a Socialização de informações previdenciárias, centralizando-se, mais, nos atendimentos individuais. No que se refere à avaliação social, registra-se que devido à demanda ser priorizada, os outros atendimentos individuais, em geral, são “encaixados” entre uma avaliação social e outra, embora exista o sistema senhas para os usuários. Sendo, portanto, a avaliação social a única atividade, devidamente, regulamentada quanto ao tempo e ao público a ser atendido. Cada avaliação social dura em média 1 hora, levando em consideração que todos os profissionais pesquisados trabalham 6 horas⁴⁸, o atendimento para as avaliações sociais, diárias, variam entre 4 a 5 horas. As outras horas quer seja uma, quer sejam duas horas restantes da jornada de trabalho, são utilizadas para atender outras demandas (internas e externas), como podemos observar nos relatos:

Senhas: 4 avaliação social, mais 10 senhas espontânea..14 no total. Eu faço assim, cada avaliação é uma hora, faço a primeira as 8:20, 9:20, 10:20 e 11:20, quando eu vejo que tem muita gente eu peço para encerrar. Infelizmente, quando tem muita socialização eu peço para encerrar as senhas espontâneas, ou mesmo interfere no atendimento das avaliações sociais (ASSISTENTE SOCIAL “H”)

Orientação em torno de 5 a 8, avaliação em torno de 4, mas, assim, tem dias que eu atendo 2, 3... Quando a agenda tem 4 avaliações, eu faço no máximo 5 orientações, quando tem menos eu abro mais uma negociação diária com a triagem. Como eu sei que a população chega muito cedo, eu faço das 7 as 8:30 a orientação e depois começo as avaliações, que nada impede que a triagem mande outros casos, mas o melhor horário de orientação é das 7 as 8:30 (ASSISTENTE SOCIAL “G”).

A mesma coisa, avaliação social, socialização de informações e essa demanda espontânea que vem de tudo. Senhas: 10 senhas em média. Sendo o BPC o campeão de audiência, até mesmo por conta das avaliações, mas também por que o pessoal tem em mente que o BPC é do Serviço Social. (...) Eu atendo uma avaliação e no intervalo vou intercalando com outros atendimentos (ASSISTENTE SOCIAL “C”)

Os depoimentos acima revelam que o trabalho dos assistentes sociais nesta gerência, respondem ao que foi preconizado pelo Memorando-circular nº 12

⁴⁸ Não por força da Lei de 30 horas semanais de trabalho do assistente social, mas por que as agências pesquisadas estão sob esse regime, por terem conseguido alcançar as metas institucionais, o que significa que há intensificação do trabalho.

DIRBEN/DIRAT/DRH de 27/05/2009, citado 4.3 *O Serviço Social na Previdência Social Brasileira e o atendimento da demanda da política de Assistência Social- BPC*, deste estudo, pois se constata que, em muitos casos, a ação prioritária do atendimento social é destinada ao atendimento do BPC, ainda que, secundariamente e, como resistência e por comprometimento a classe trabalhadora desempenhem outras atividades referentes às outras linhas de ação. A propósito, Cartaxo (2015) ao analisar o trabalho profissional do assistente social no INSS, refere-se que:

[...] não obstante a resistência de muitos profissionais, o trabalho dos assistentes sociais está muito restrito ao preenchimento da avaliação social para os requerentes do BPC por necessidades especiais. A sua inclusão foi, sem dúvida, um grande avanço ao incluir avaliação social na avaliação médica pericial, todavia esse instrumento passou a ser quase que exclusivamente o fazer da maioria dos profissionais. É um trabalho agendado, previamente e cronometrado, sendo exigido um número de avaliações por dia para cumprir as metas de produtividade. Cada avaliação demora em média 1 hora, então resta pouco tempo para o profissional executar outras tarefas importantes como elaborar projetos aliados à saúde do trabalhador e promover a socialização das informações previdenciárias internas e externas à instituição. A Previdência Social é muito complexa, é um jogo de xadrez em que cada benefício tem a sua peculiaridade em termos de exigências burocráticas e legais. A população em geral desconhece a complexidade dessas questões e as mudanças diárias as surpreendem. (p.271).

Além da centralidade do atendimento da demanda do BPC nas APS, a avaliação social requer o atendimento externo individual, por meio de visitas domiciliares e/ou hospitalares. Trata-se, por exemplo, de avaliação social para o acesso ao B87, ou seja, em caso do usuário não poder comparecer às APS, assim como, para a elaboração de parecer social do B 87 e 88, em fase recursal. Assim, neste estudo, não foi citada⁴⁹ nenhuma visita e/ou parecer social para casos de benefícios previdenciários.

O trabalho do assistente social na Gex-Bel é, também, voltado para os atendimentos coletivos, sobretudo, para socializar informações em grupos e em coletivos de trabalhadores. Para tal, são realizadas palestras, roda de conversas, participação em eventos para a troca de informações previdenciárias e assistenciais. Além dessas ações, outra ação voltada para o coletivo de trabalhadores diz respeito ao fortalecimento do coletivo, a qual, para além da socialização de informações exige planejamento e outras estratégias de mobilização.

⁴⁹ O que não significa que não exista esse trabalho, no entanto na oportunidade do universo desta pesquisa não foi encontrado tal relato.

A propósito, o Manual Técnico do Serviço Social no INNS preconiza, conceitualmente, o que se entende por socialização de informação e por fortalecimento do coletivo, conforme pode ser observado abaixo:

Quadro 4: comparativo entre as atividades de “socialização de informação” e “Fortalecimento do coletivo”.

Socialização de informação	Fortalecimento do Coletivo
<p>Consiste num processo democrático e pedagógico que se desenvolve entre o assistente social e os cidadãos.</p> <p>a) Realizar entrevista por meio da escuta qualificada</p> <p>b) Identificar as demandas individuais e coletiva dos usuários, em suas necessidades imediatas, a partir da análise do contexto global da sociedade;</p> <p>c) Conhecer a rede de serviços do município, por meio da realização do estudo exploratório dos recursos sociais, com vista a viabilizar o acesso aos usuários sociais;</p> <p>d) Democratizar as informações por meio da criação de espaços de discussão que propiciem a participação efetiva dos usuários, identificando interesses comuns nas demandas dirigidas à Previdência Social</p> <p>e) Registrar, catalogar e analisar os dados e elaboração de parâmetros para a intervenção profissional em situações similares</p> <p>f) Trocar conhecimentos e informações com setores da instituição para estabelecer encaminhamentos, fluxos de atendimento, soluções, decisões conjuntas e divulgação das informações.</p>	<p>É uma ação desenvolvida por meio de intervenções técnicas de abordagem coletiva, que fomenta a organização de grupos de usuários para análise das situações concretas vivenciadas em sua relação com a Previdência Social</p> <p>a) Realizar entrevista por meio da escuta qualificada e identificar demandas coletivas dos usuários, a partir da leitura da realidade social</p> <p>b) Realizar o estudo exploratório dos recursos sociais, com vistas ao conhecimento da rede sócio assistencial de atendimento aos usuários da Previdência Social</p> <p>c) Elaborar estudo das demandas dirigidas ao Serviço Social</p> <p>d) Planejar as atividades socioeducativas e abordagens técnicas (oficinas, debates, dinâmicas de grupo, pesquisa ação, etc) que serão desenvolvidas com os grupos de usuários;</p> <p>e) Criar espaços de discussão coletiva, a partir da identificação dos interesses comuns do grupo, tendo em vista a troca de experiências e a democratização das questões;</p> <p>f) Mobilizar os usuários para a criação e/ou fortalecimento dos espaços de participação no âmbito da Previdência Social e demais políticas de Seguridade Social</p> <p>g) Articular com as instâncias de controle social e conselhos de direitos, com vistas ao fortalecimento da participação social dos usuários e encaminhamento de proposições/reivindicações</p> <p>h) Trocar conhecimentos e informações com os setores da instituição para estabelecer encaminhamentos, fluxos de atendimento, soluções, decisões conjuntas e divulgação das informações;</p> <p>i) Registrar, catalogar e analisar os dados referentes aos atendimentos técnicos, tendo em vista o monitoramento das ações e elaboração de parâmetros para a intervenção profissional em situações similares.</p> <p>j) Avaliar as ações desenvolvidas pelo grupo de usuários, de forma contínua buscando aferir os resultados alcançados e as respostas apresentadas diante das demandas analisadas.</p>

Elaboração própria. Fonte: retirado do Manual Técnico do Serviço Social no INSS

Apesar de o referido Manual apresentar, explicitamente, a concepção das duas atividades voltadas para o coletivo, os profissionais de serviço social têm encontrado dificuldades em avaliar os resultados das mesmas, pois, entendem que não se pode avaliar se uma palestra teve ou não como resultado, o fortalecimento coletivo, ou se após a realização de uma ação pontual com um grupo, se houve a troca de experiência objetivando a luta coletiva no que tange seus direitos previdenciários uma possibilidade e mudança desse quadro seria a formação de grupos fixos em que pudessem ser acompanhado continuamente. Assim, registra-se que neste estudo foram poucas as informações sobre o trabalho voltado para o fortalecimento do coletivo. Os depoimentos abaixo são ilustrativos, neste sentido:

Às vezes o trabalho coletivo que eu faço é lá na agência, lá na frente com aquelas pessoas que estão sentadas, aí agente reúne com um grupo de 5 a 6 pessoas, tiramos duvidas das pessoas. (ASSISTENTE SOCIAL “B”)

Sim, o público é mesclado, tantos direitos previdenciários e assistenciais. Faço a divulgação nos postos de saúde através de cartazes, na igreja, na escola e na feira aqui perto no quadro de informações, aqui dentro da agencia também. Internamente fiz uma reunião com a equipe técnica explicando que se os técnicos identificarem demandas para o serviço social eles devem encaminhar também para reuniões. (ASSISTENTE SOCIAL “H”)

Observa-se que a fala da assistente social “B” remete a uma ação mais pontual realizada na sala de espera daqueles que aguardam para habitação de seus benefícios e esta atividades está mais voltadas para “tirar dúvidas” quando ao processo que será realizado logo a seguir não tem um roteiro pensando anteriormente e as orientações são prestadas de acordo com as demandas dos usuários, esse trabalho é um exemplo de socialização coletiva interna as APS. A fala da assistente social “H” demonstra uma preparação maior na realização da socialização coletiva, visto que ela faz divulgação interno e externo a agência, além de existe um dia fixo para acolhimento coletivo dos usuários, na observação dessa atividade observou-se que após a palestra sobre os direitos previdenciários e assistenciais os usuários tem suas demandas expostas para o grupo e depois cada pessoa recebe atendimento individual pela assistente social.

Sendo assim, o trabalho realizado com o coletivo de usuários, nas agências da Gex-Bel, parece estar mais voltado para a socialização de informações dos serviços prestados pelo INSS-Gex-Bel, o que pode expressar um avanço no trabalho desenvolvido com grupos, devido o esforço por parte dos profissionais em diminuir os

atendimentos individuais. Além disso, esse trabalho tem um potencial mobilizador para criação de um espaço de discussão coletiva que ultrapasse as demandas individuais, possibilitando que outros assuntos de interesse da população sejam, também, tratados, tentando, assim, ultrapassar o fluxo já pré-elaborado pelo INSS, por meio da reflexão crítica sobre o mesmo.

Contudo, registra-se que os assistentes sociais têm encontrado barreiras para a realização das ações coletivas voltadas para socialização de informações, sobretudo, aquelas que são realizadas, internamente, nas APS. Dentre essas barreiras destaca-se, principalmente, a falta de estrutura física para o atendimento de forma a assegurar o sigilo profissional, pois a sala de espera da maioria das agências pesquisadas, pelo período da manhã, cujo fluxo de pessoas é maior, não dispõe de espaço físico adequado, nem para atender, confortavelmente, as demandas individuais - vários usuários ficam esperando em pé o atendimento- e nem para o desenvolvimento das ações coletivas.

A falta de espaço físico adequado para a realização do trabalho profissional dos assistentes sociais nas agências da Gex-Bel, não dificulta somente o desvalimento de ações coletivas, mas também, os atendimentos individuais, pois, os profissionais das 6 agências pesquisadas, 3 precisam trabalhar em condição de permuta com o colega que espera a sala para atendimento, ou seja, o primeiro assistente social trabalha das 7:00 as 13:00 na sala, entrega a sala das 13:00 as 18:00 para o segundo turno, sendo que pelo menos uma das duas fica uma hora do seu tempo de serviço sem sala para atender ou tratar qualquer problemas que não tenha resolvido no tempo em que ficou na sala. Trata-se de uma realidade que não é apenas, do Serviço Social, pois em algumas agências, os técnicos e os peritos médicos, também, fazem permuta por espaço de trabalho. Essas condições de trabalho, de certo, impactam, diretamente, no trabalho de todos os profissionais das APS, visto que, considera-se imprescindível que existisse um espaço onde o profissional tivesse, minimamente, condições de não só assegurar o sigilo profissional, mas, também, a autonomia para a escolha dos seus instrumentais de trabalho para a realização dos atendimentos das demandas individuais e coletivas, de acordo com a realidade social apresentada por cada demanda e, não apenas, seguir às normas impostas pela instituição. Eis, um das razões pelas quais o atendimento coletivo aos usuários não ser predominante, nas APS, pois de fato para realização deste trabalho há necessidade de maior autonomia profissional que parte de uma relação entre estabelecida entre o que é demandado (realidade social) e do direcionamento que o profissional necessita dar ao seu trabalho; além de que no cotidiano de trabalho outras

demandas são atendidas individualmente que, por vezes, pela rotina da agência e pela imposição da demanda institucional, acabam sendo em maioria.

Se, na Gex-Bel, os profissionais, em geral, encontram dificuldades para a realização do trabalho com o coletivo de usuários dentro das APS, pelos fatos elucidados acima, precisam estrategicamente se deslocar de seu ambiente de trabalho e através de articulação externa realizada entre o Serviço Social e organizações, movimentos e instituições, pode-se levar a socialização de informações previdenciárias e assistenciais. Entre as atividades coletivas desenvolvidas e computadas nos dados do BESS, podem ser destacadas: reuniões e palestras com o coletivo de trabalhadores urbanos rurais (associações e sindicatos), trabalhadores desempregados, trabalhadores desempregados pessoas com deficiência, contribuintes individuais de baixa renda- dona (o) de casa, crianças e mulheres escalpeladas, usuários da política de assistência social, usuários do SUS, estudantes de escola pública . Tais ações foram realizadas nos mais diversos âmbitos entre eles: sindicatos, CRAS, CREAS, hospitais, Movimentos sociais como os trabalhadores sem Terra, Movimento da luta antimanicomial, CAPS adulto e infantil, empresas privadas, comunidades em geral, escolas, associações comunitárias, associação de taxistas.

A importância deste trabalho está no fato de que a legislação previdenciária é complexa e cheia de pormenores, que se complexificam ainda mais quando da operacionalização para o reconhecimento do direito, além disso, a operacionalização do BPC pelo INSS também causa no público uma confusão entre os benefícios, o que pode ser visualizado cotidianamente nos agendamentos diários, muitos dos que gostariam de acessar ao BPC para pessoas com deficiência agendam o Auxílio-doença e aqueles que têm direito ao BPC/ idoso agendam aposentadoria por idade. Assim, cotidianamente usuários das duas políticas por ausência de informações qualitativas sobrecarregam as agendas virtuais no agendamento de serviços errados, ou mesmo lotam as agências de previdência em busca de informações mais simples que poderiam ser repassadas através da socialização coletiva. Outro ponto, referido pelas assistentes sociais é que o trabalho externo aproxima os usuários desta política ao sistema de proteção social diretamente, sem que seja preciso de um intermediador⁵⁰, na oportunidade das palestras e das rodas

⁵⁰ Usualmente como se denominam pessoas que referem “ajudar” os usuários de ambas políticas no acesso ao benefícios, no entanto essa ajuda é cobrada em valores a serem pagos , especialmente após a concessão deste. O que fere diretamente o direito dos usuários ao acesso gratuito a políticas de Seguridade Social sem necessidade de pagar diretamente pelo serviço prestado, visto que o acesso a essas

de conversas que realizam com os usuários de outras políticas como o SUS e da Assistência Social, em especial, essas profissionais levam até o público a possibilidade de serem ouvidos em suas demandas e a forma de acessar a seus direitos sem a necessidade de interferência de terceiros.

Uma descoberta desta pesquisa que no que tange as atividades externas e coletivas, apenas nos anos de 2010 e 2015 as ações destinadas aos usuários do BPC superou os demais anos, ou seja, nas atividades externas as socializações de informações se destinam a políticas de Previdência Social, como evidencia a tabela abaixo:

Tabela 5: Identificação das atividades coletivas e externas ao INSS.

PROJETOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AGU	749	300	179	0			
SAÚDE DO TRABALHADOR	339	224	0	0			
TRABALHADOR RURAL	998	1072	0	0			
SOMA	2.086	1.596	179	0			
BPC	2.953	876	100	0			—
LINHAS							
01					1.160	355	944
02					45	88	2.214
SOMA					1.205	443	3.158
03					638	464	626

Fonte: BEES Gex-Bel referentes aos anos de 2010 a 2016

Assim, diante das **atividades coletivas e externas** que são frutos das articulações das assistentes sociais com o público externo, a autonomia profissional é maior, assim elas podem direcionar as ações do serviço social para o atendimento das demandas oriundas dos usuários da previdência social, ou seja, o poder institucional é menor no que tange o redirecionamento do trabalho profissional. Outra constatação é que tal autonomia ainda mantém os pilares da orientação da MTMSS e pela luta da efetivação de uma previdência pública e de qualidade para os trabalhadores, sejam eles contribuintes do sistema ou não.

políticas é um direito fruto da socialização de parte do que é produzido pelos trabalhadores deste país sejam assalariados ou não.

Além dos atendimentos individuais internos e coletivos internos e externos realizados dentro e fora das APS, identificou-se que outro atendimento efetuado pelos assistentes sociais: o chamado atendimento externo individual forma identificados dois trabalhos: as visitas domiciliares e/ou hospitalares em caso que os usuários não possam comparecer ao INSS; e a visita para subsidiar a elaboração do parecer social. No entanto, essas atividades foram referidas apenas em relação a Linha de 03 (BPC), em fase inicial ou recursal, não sendo citada nenhuma visita ou parecer social em casos de benefícios previdenciários.

Aliado a esse trabalho as assistentes sociais referiram ainda, que realizaram o “Estudo exploratório dos Recursos Sociais” o qual é realizado em articulação com a rede de serviços oferecidos pela comunidade local. Desta forma, ao ser efetuado um encaminhamento do usuário para uma das instituições da mencionada rede, antes, o mesmo é orientado sobre os mencionados serviços. Esse estudo, também servirá para subsidiar a avaliação social dos requerentes de BPC, este atendimento requer o conhecimento sobre a realidade social, assim foi importante saber como estava o andamento desse trabalho, conforme pode se notar nos depoimentos, abaixo:

(...) **De certa forma sim**, por que agente trabalha fazendo a pesquisa social, que é quando agente visita as instituições, as organizações da sociedade civil, para que agente desenvolva nosso trabalho direito com qualidade...por que não é só aquele momento em que eu chamei a pessoa para realizar a avaliação social, mas se eu identificar que essa pessoa tem outras demandas eu vou ter que fazer e encaminhar, mas se eu não conheço minha realidade local eu não tenho como fazer isso. Então muitas vezes de um atendimento de avaliação social a pessoa já sai daqui orientada e encaminhada para outras demandas, que se agente não conhecer a realidade local não tem como fazer. (ASSISTENTE SOCIAL “B”)

(...) Agente faz, por que agente faz o cadastramento e neste cadastramento agente tem **mais ou menos** o mapeamento. E também o que dá um certo conforto para gente e por que agente mora muito tempo aqui em Belém, ai agente já conhece muito das áreas que agente atua. Então acredito que não está desatrelado, não! (ASSISTENTE SOCIAL “D”)

(...) **Não fiz um estudo, mas fiz o cadastro das organizações**, dentre elas os postos de saúde, escolas, inclusive uma escola que atende pessoas com deficiência, nas igrejas. Quando eu fui... fui levando o que o Serviço Social poderia levar para a comunidade, isso também foi orientado pela representação técnica. Fiz mais no começo e no momento não faço mais os cadastros. (ASSISTENTE SOCIAL “H”)

Observa-se pelo exposto acima, que para a realização dos atendimentos externos são elaborados estudos sobre as instituições que fazem parte da rede de

serviços para as quais, os usuários são encaminhados pelo serviço social. Contudo, esses estudos, segundo os pesquisados, não têm sido aprofundados, devido às dificuldades encontradas para tal, como por exemplo, a saída dos mesmos no horário de trabalho para efetuar visitas nas instituições.

Segundo relatos de algumas assistentes sociais, caso não fosse obrigatório a permanência, diária, desses profissionais nas agências para o agendamento da avaliação social do BPC, os mesmos poderiam desenvolver um trabalho mais diversificado, inclusive, o de articulação e conhecimento da realidade local, o que impactaria na redução do atendimento nas agências, visto que, muitos procuram uma APS em busca de orientação - nunca foram segurados da Previdência; além disso, incentivaria pessoas que têm direito a benefícios previdenciários e assistenciais, mas não os procuram, por puro desconhecimento sobre esses benefícios e, portanto não os pleiteiam.

Como estratégia para enfrentar essas dificuldades, a maioria das assistentes sociais fizeram os cadastros das instituições locais próximas às agências, mas, há necessidade de serem atualizados, constantemente, visto que existe um sistema próprio para tal registro, no entanto algumas assistentes sociais referiram não terem lançado tais cadastros no referido sistema. Ainda pontuaram os seguintes relatos:

Na medida do possível, eu tento, porque na medida em que existe uma rotina muito fechada de avaliações e de atendimento, é difícil agente sair para conhecer essa realidade, mas sempre que eu posso tento fazer visita, atendimento *in locus*; para fazer qualquer tipo de parecer eu gosto de fazer visita domiciliar, e também busco conhecer as organizações sociais que existem aqui no bairro, justamente, para me ajudar a fazer uma análise um pouco mais embasada né... (ASSISTENTE SOCIAL “G”)

Não está tão baseado, para sair, assim, eu fui muito consumida pela a própria atividade depois que fiquei sozinha, a demanda sempre aumentando... aumentando...E eu não tenho carro, as vezes quando preciso ir o meu marido vem e me leva né! Não tenho feito essa ponte de fato (ASSISTENTE SOCIAL “Z”)

Não considero que eu seja baseado na realidade local, ainda, porém, há um esforço das assistentes sociais em adequar o serviço e levar o atendimento mais próximo possível da comunidade local. (ASSISTENTE SOCIAL “F”)

Como se pode notar, os assistentes sociais pesquisados da Gex-Bel, encontram dificuldades em elaborar estudos mais aprofundados sobre a realidade social e um estudo das demandas diárias da agência, devido à necessidade de dispendir sua força de trabalho na rotina de elevada de atendimentos individuais. Apesar disso, os BESS referentes aos anos de 2010 a 2016 registraram um total de 676 cadastros institucionais;

909 visitas institucionais, das quais 235 visitas não resultaram em cadastros, possivelmente, por se tratar de visitas com outros objetivos: reuniões, articulações, etc.

5.4.1 A Opinião das Assistentes Sociais sobre ao direcionamento trabalho profissional desenvolvido nas Gex- Bel, pós 2009.

Em face desta realidade demonstrada acima, buscou-se analisar a partir dos depoimentos das assistentes sociais pesquisadas, quais suas opiniões sobre o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social dentro do INSS na realidade de Belém, principalmente acerca das mudanças que vêm ocorrendo no mencionado trabalho profissional, sobretudo a partir de 2009, quando foram contratadas as novas assistentes sociais. Com este propósito, os depoimentos abaixo são elucidativos:

O serviço social na década de 90 passou por quase extinção, na realidade ficamos na execução apenas 6 para o Pará inteiro, nessa época não tinha essa divisão das gerências Santarém e Marabá. Nenhuma agência do interior tinha assistente social, raramente, uma época teve em Bragança, por que foi uma assistente social que veio de outra localidade que seu marido tinha sido transferido para lá, mas era só e na Capital. E tinha agência que não tinha, por exemplo, a agência de Icoaraci fazia rodizio. E os atendimentos eram mais de grupo, socialização de informações. **Depois de 2009, as coisa mudaram...** nos passamos a obrigatoriedade da avaliação social...na realidade veio para a Previdência, com a municipalização da assistência social eles não tiveram condições de assumir o benefício como até hoje eles não tem. (ASSISTENTE SOCIAL “C”)

Sim, aconteceram mudanças. No que se refere à atuação profissional no sistema operacional do INSS, passamos a atuar na realização de avaliações sociais em conjunto com a Perícia médica. Atrrelamento a agendamentos que, via de regra, se torna prioridade, dificultando as outras atividades; Atendimento de indicadores sujeitos a avaliação de desempenho; Negação por parte da instituição no que se refere às atribuições especifica do Assistente Social no INSS; Não reconhecimento das 30 horas; Tentativa de incorporar os assistentes sociais na realização de serviços e atividades administrativas; Pressão constante na defesa do espaço sócio ocupacional.(ASSISTENTE SOCIAL “M”)

Antes de 2009 o Serviço Social debruçava suas intervenções predominantemente sobre a política previdenciária, e tinha uma articulação bem estreita com os movimentos sociais e sindicatos. (...)

A partir de 2009 com a introdução do BPC dentre os benefícios operacionalizados pelo INSS houve uma demanda por mais Assistentes Social, ampliando significativamente o número de profissionais dessa categoria no Instituto para atender a demanda do BPC; Contudo, esse benefício acabou por demandar maior atenção dos Assistentes Social mudando o perfil de atuação do Assistente Social que passou a debruçar mais atendimento com a linha de ação 03. (ASSISTENTE SOCIAL “A”)

Até onde eu sei, até colega assistente social, como colega administrativo eles tercem determinados elogios por conta do fluxo ser diferente, uma coisa que é muito ressaltado era o trabalho em grupo dentro das APS. Elas também

faziam um processo de orientação, eu não sei se individual ou grupal também em relação a benefícios diretamente, e isso eles dizem que era muito positivo e era uma coisa que agente pouco faz. Pelo o que eu entendo pelo relato, era um grupo fixo, não tinha o BPC né? Agente não tinha esse compromisso com a agenda ai ficava uma coisa mais livre. E outras ações das colegas, que intensificavam muito o trabalho extra instituição, questão de ir para fora mesmo. Naquele momento também pela fala delas, existiam uma maior proximidade com os movimentos sociais até por conta de que o cenário era diferente (ASSISTENTE SOCIAL “D”).

Contraditoriamente como podemos observar na fala da assistente social “C” existiam apenas 6 assistentes sociais centralizada em Belém sem a presença nos interiores, já na fala da assistente social “A” e suas ações estavam mais voltadas para o coletivo, após o concurso ocorreu um aumento do número deste profissionais no entanto sob a responsabilidade as ações ficaram mais focadas no atendimento das “demandas do BPC” e individualmente. Os relatos acima reafirmam que, a partir de 2009, a centralidade do trabalho do assistente social, na Gex-Bel, passou a ser a avaliação social voltada para o acesso ao BPC. Assim, foram priorizados os atendimentos para o acesso a esse benefício que, via de regra, passou a ser prioridade, dificultando a execução de outras atividades que eram desenvolvidas pelo assistente social. Aliado a isso, o desempenho profissional passou a ser avaliado com base em indicadores de metas de produtividade; as atribuições específicas do assistente social, no INSS, passaram a ser negadas, inclusive com a incorporação de atividades administrativas, além do não reconhecimento das 30 horas semanais; houve introdução da informatização do trabalho (agendas virtuais), isto é, a avaliação social é um serviço agendado.

Ademais, chama atenção, também, em um dos relatos acima, a relação que uma assistente social (ASSISTENTE SOCIAL “C”) fez entre a centralidade do trabalho do assistente social BPC à municipalização da assistência social e, não, as orientações neoliberais do Banco Mundial como evidenciado neste trabalho, devido a pressa e atender as orientações desta instituição nos governos neoliberais no que tange a tornar o sistema de previdência social privatizado e com uso político e ideológico da política de assistência social para conservação do sistema capitalista, através de concessão de benefícios com menor valor e menor tempo de duração, discussão que tangência esse trabalho.

Sendo assim entende-se que essas mudanças no trabalho do assistente social, no INSS, são partes de um movimento mais geral que determinou a instituição do modelo de gestão adotado pelo INSS, assim como, pelos vários órgãos públicos, desde a década de 90, baseado na reestruturação produtiva que privilegia a racionalização do

trabalho, a introdução de novas tecnologias de informação (dados por meio digital), onde a quantidade de atendimentos se sobrepõe a qualidade, ainda que o discurso oficial seja a qualidade dos serviços prestados. A propósito, Sposati (2015) analisa que:

As agências do INSS estão cada vez mais limitadas à estrita administração de benefícios operados através de sistemas informacionais que tornam dispensável o relacionamento humano, uma vez que a inflexibilidade ou a homogeneidade de regras de operação, requeridas pelos sistemas informacionais, não permitem a incorporação de diferenças ditadas pela particularidade de necessidades (p. 667).

Assim, o profissional de serviço social, por sua vez, como parte do todo, teve seu trabalho cada vez mais informatização, agendado, tendo que se submeter a metas institucionais⁵¹. Apesar da importância dos avanços tecnológicos para a sociedade, o que se coloca em questão, não se dá na estética e, sim, na ética, visto que, a incorporação de novas tecnologias ao processo de trabalho, por vezes, engessam a realização de outras ações que poderiam ser realizados, por exemplo, o agendamento diário de avaliações que suprimem, em grande, parte a socialização e acompanhamento de segurados em auxílio doença.

Constata-se, então que, neste momento histórico, as instituições, em geral e, no o INSS, em tempos de crise do capital, tem utilizado como estratégia de recuperação das taxas de lucros, a “substituição” do trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, soluções digitais que possam resolver problemas, como ausência de servidores públicos para a demanda cada dia crescente, como é o caso da previdência social, visto que ela é tensionada pelo aumento da pobreza devido a conjuntura política e econômica do país, que aumenta cada vez mais, o desemprego e, conseqüentemente, aumenta as filas para o atendimento no INSS.

Ao lado disso, há que se mencionar as corridas para a aposentadoria, diante dos frequentes anúncios midiáticos da Reforma da Previdência Social. A exemplo, no ano de 2017, o INSS implementou um projeto chamado “Parâmetros”, que funcionaria de forma que os técnicos do seguro social iriam apenas protocolar os processos e um outro grupo de trabalho iria analisa-los e concedê-los. Contudo, na Gex-Bel, os processos que eram para ser definidos em 45 dias, após o protocolo até o mês de Julho do mesmo ano,

⁵¹ Outro fato a notar é que ao adotar um plano de metas institucional que coloca em cheque uma parte das gratificações salariais e a possibilidade de que as agências que não conseguirem alcançá-las, penalizarão os servidores para que de uma jornada de 6 horas passe para as 8 horas, pressiona aos servidores a intensificação do trabalho: essa é a realidade em que o Serviço Social também está incluso.

não haviam sido, nem recepcionados, pelo grupo central, devido a ausência de servidores para tratar os processos, visto que eles precisam de análise de humanos e não apenas de sistemas.

Segundos os pesquisados, a mudança no modelo de avaliação social das pessoas com deficiências para realizada, em conjunto com a perícia médica, trouxe avanços e retrocessos para o Serviço Social na Previdência Social: avanço por que ocorreu a ampliação do espaço profissional na instituição, assim como, o reconhecimento do saber profissional do assistente social no que concerne a análise de realidade social das pessoas com deficiências. O retrocesso, em decorrência da centralidade de suas ações na assistência social, o que têm provocado um tensionamento entre o que o serviço social vinha construído em sua trajetória junto aos usuários da Previdência social. Trata-se, não apenas da incorporação de mais uma atividade, mas, sim, do redirecionamento do trabalho do assistente social, no INSS:

Aqui, a realidade é centralizado no BPC. Longo silêncio...respirou e falou...**Será que não é a própria legislação que mudou?** Por que assim é criou-se a legislação do BPC e nossas atividades, até mesmo as visitas para emissão do parecer para pensão por morte para certificar par fazer aquele levantamento foi se perdendo. Quando entramos em 2009, já estávamos na regulamentação, com a firmação dessa lei, voltamos nossas ações mais para essas atividades que foi institucionalizada e se voltou nosso fazer para isso. (ASSISTENTE SOCIAL “Z”)

Foi o decreto do BPC, que determinou que as avaliações sociais, onde o modelo de avaliação social mudou e ele determinava que nós iríamos participar em conjunto com perito médico...Então eu acho que teve o concurso e foi assim “você estão vindo para o INSS para fazer isso, pra isso” então se perdeu um pouco do que era feito. Se centrou muito na agenda e naquela demanda ali “você tem que cumprir e fazer a avaliação social, uma hora para cada avaliação social, acabou que agente não deu muita importância para outras demandas né!” (ASSISTENTE SOCIAL “V”)

Aqui essa é a realidade, agente tem muita dificuldade de se desatrelar do BPC. Hoje, no INSS, ele é visto...há uma associação automática entre o assistente social e o BPC, e tem um porquê disso, por que logo que o BPC veio para cá eles lotaram a agenda e agente ficou sem mobilidade praticamente...é esse é um processo que não adianta negar, é necessário mudar, mas que ele é real ele é. (ASSISTENTE SOCIAL “D”)

Em primeiro lugar, o **fato de estarmos atrelado a uma agenda**, que engessa muitas vezes não tem como sair disso. Em segundo lugar o nosso concurso, umas das principais justificativas para o nosso concurso foi que se precisava de assistente social, para realizar a avaliação social do Benefício assistencial...Então, isso já tem um peso!. (ASSISTENTE SOCIAL “B”).

Os depoimentos se complementam, no sentido que em decorrência da mudança da legislação que incorpora a avaliação social de pessoas com deficiência ocorreu

consequentemente o atrelamento do trabalho profissional as agendas destas avaliações, bem verdade que essas explicações precisam ser mediadas com fatores externos que serão tratadas na última parte deste trabalho. Assim, se para a maioria dos pesquisados, o fato do trabalho do assistente social, no INSS, ter metas de produtividade a cumprir, tem dificultado, o desenvolvimento das ações junto aos usuários da previdência social, existe profissionais que tem conseguido responder tanto as demandas do BPC quanto a da previdência social:

Não aqui na nossa agência, agente consegue conciliar, por que somos duas e são marcadas só 5 por dias e as vezes não dá. Ai a demanda espontânea agente não limita, chegou lá (na triagem) e eles identificam que é caso para o Serviço Social ou mesmo a pessoa pede, não existe limite de senha. Eu atendo uma avaliação e no intervalo vou intercalando com os outros atendimentos. (ASSISTENTE SOCIAL “C”)

Aqui, nem tanto, por que agente conseguia trabalhar as outras demandas, mas agora que aumentou ...não era tão visto como o BPC. Eu acredito que tem assistentes sociais que fazem só a avaliação social, mas, assim, a gente consegue fazer a socialização de informações todos os dias tanto na agência quando fora da agência. Então, penso que o serviço social aqui não é visto apenas em relação ao BPC. (ASSISTENTE SOCIAL “G”)

Embora os depoimentos acima evidenciem que os pesquisados conseguem “conciliar” os atendimentos voltados para o BPC e aqueles da previdência social, Silva (2015), refere-se que há uma “tentativa dos dirigentes e gestores do INSS em esvaziar o conteúdo que legitimou este serviço e se inscreve como direito do trabalhador” (p.104), o que explica o fato de que o serviço social não pode gerir e opinar sobre as metas institucionais que lhe são impostas, na tentativa de desviar as funções ao demandar que esses profissionais habilitem benefícios, trabalho este que, antes, era designado para os técnicos do Seguro Social; na insistência em confundir o Serviço Social com a política de assistência social, atribuindo, portanto, maior responsabilidade a este pelas demandas oriundas do BPC e a perseguição política por se comprometerem com os posicionamentos adotados pela Matriz.

Este estudo pontua com veemência a importância do trabalho do assistente social junto aos usuários do BPC, bem como é seu aliado na concessão e manutenção de seus benefícios entendendo que o acesso ao BPC é um direito da política de assistência social e carrega consigo uma experiência riquíssima por ser o único serviço prestado aos trabalhadores que consegue englobar a três políticas que compõe a Seguridade Social. Tal conceito que foi tão atacado após a implantação dos governos neoliberais no país, certamente existe uma inovação no reconhecimento de direitos dos benefícios

assistenciais, especialmente ao BPC destinado a pessoas com deficiência. No entanto, o que se se levanta como questionamento é o porquê, o que determina o que está para além da aparência, pela pesquisa pode-se observar o distanciamento do trabalho dos usuários da política de previdência social diante desse quadro quais os impactos causa aos segurados, ainda que este estudo não possa responder essa pergunta essa pesquisa pode suscitar novos estudos.

Em matéria do próprio serviço social, observa-se a peculiaridade da história de extinção do serviço social deste espaço sócio-ocupacional, ousamos a afirmar que é um sinalizador a forma como este serviço é tratado pelo INSS sinaliza qual o direcionamento que o Estado e do grande Capital estão dando para a Seguridade Social, se o objetivo é manter os princípios desta política ainda que para sua manutenção via a contradição concessão/conquista de direitos, o Serviço Social se mantém e se fortalece, quando começam os rumores de “reformas” e privatização o Serviço Social é o primeiro serviço a tentar ser extinto do organograma institucional.

5.4.2 Opinião Gerencial Sobre o Trabalho dos Assistentes sociais na Gex-Bel/PA.

A tentativa de compreender o trabalho profissional do assistente social, na Gex-Bel, após a implantação da MTSS, conduziu ao conhecimento sobre a opinião dos gestores das APS, sobre o referido trabalho, considerando que os mesmos representam a incorporação de valores institucionais. Assim, foram realizadas entrevistas com todos os 6 gerentes das APS's pesquisadas, dos quais três eram homens e 3 mulheres, com idade entre 42 a 60 anos; possuem formação profissional em: meteorologia, serviço social, ciências sociais e administração, a exceção de um que possui, apenas, escolaridade em nível de 2º grau. No que concerne ao tempo que esses gestores assumiram o respectivo cargo, varia entre 1 a 12 anos.

Inicialmente, os referidos gestores foram interrogados se conheciam as competências técnicas do profissional de Serviço Social na Previdência Social, quais as principais atividades que desenvolvem etc.. Ao responderem essas questões, alguns gerentes demonstraram certa insegurança e falta de objetividade acerca do que, realmente, o Serviço Social faz no âmbito da Previdência Social. Assim, limitaram-se ao uso de expressões: “tenho noção”, “não consigo pontuar”, “especificamente, agente não sabe”, ou se referiram: ”de outras coisas”, “tem aquele serviço externo, né?”. Apesar disso, se referiram que dentre as atividades desenvolvidas pelo assistente social

estão: avaliação social (citado por cinco vezes); atendimento social; orientação; parecer social para BPC⁵²/88, trabalho externo, cadastro de instituições, palestras, Avaliação de LC 142. Assim, apenas a gerente da APS 03, conseguiu expressar com detalhes as ações que são realizadas pelo serviço social realiza no INSS, conforme pode ser observado abaixo:

Quadro 5: informações sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais pela opinião gerencial

Gestor /APS 01	Tenho noção , mas sempre tem aqueles casos que agente não consegue focar, que é de forma que até no momento de uma avaliação, que foge um pouco. Na essência, no caso as assistentes sociais, assim: avaliação social e o atendimento social que engloba vários fatores: encaminhamento, orientação sobre os direitos. Existem outras atividades que não consigo pontuar . Aqui elas atendem os benefícios assistenciais e previdenciários, mas tem dia que as agendas delas estão cheia de avaliação, cada dia varia a procura da demanda.
Gestor APS 02	(...) Sim, inclusive, assim, das avaliações e de outras coisas . Como eu vi que as pessoas buscam muito informações né, do serviço social.
Gestor/APS 03	Para te falar a verdade, assim, especificamente agente não sabe , mas o que se faz assim é direcionar o segurado para atendimento em caso de benefícios, quando solicitam alguma orientação e a avaliação do BPC; quando necessário uma vez ou outra quando, a Junta solicita avaliação social do 88, solicitavam, por que agora, nem estão solicitando, quando tem o salário mínimo, geralmente, era causa ganho para o segurado. Em resumo: o que elas fazem aqui é a orientação dos benefícios previdenciários e a avaliação social do BPC da LOAS do 87 no caso. (...) também o trabalho de campo delas, esse ano elas deram uma parada, mas até o ano passado elas iam às instituições fazer o levantamento das instituições para levar informações. Sempre que solicitadas, semana passada, elas foram dar uma palestra, essa socialização de informações não se limita somente as agências, elas tem também um trabalho fora, quando solicitarem elas vão dão palestra, para comunidades e assistentes sociais.
Gestor APS 04	Aqui tem avaliação social, em caso de BPC 87, tem reabilitação profissional e informações específicas do Serviço Social e atendem as demandas da LC 142.. Aqui, eu tenho três analistas com formação em Serviço Social e três assistentes sociais. Tem uma assistente social na reabilitação que é provisória, aqui.
Gestor/APS 05	(...) Aqui na agência, sim, além dos serviços que elas fazem em relação aos benefícios assistenciais, elas orientam em relação aos outros serviços, elas tem aquele serviço externo né. ? Isso agente tem conhecimento, é o principal .
Gestor/APS 06	(...) Atividade dentro do contexto da lei, a orientação e informação dos direitos cabe as assistentes sociais e o parecer social e avaliações em relação ao benefício da LOAS.

Fonte: depoimentos condensados a partir dos depoimentos da pesquisa com os gerentes das APS.

⁵² O BPC/88 é aquele voltado para os idosos com 65 anos ou mais que vivam com renda per capita de até ¼ do salário mínimo.

Esses depoimentos indicam que apesar da insegurança inicial em responder sobre as competências técnicas e atribuições do assistente social, em geral, os gestores possuem conhecimentos sobre o trabalho profissional do INSS, inclusive, se referiram sobre o que os assistentes sociais realizam *antes* do concurso de 2008, tendo sido destacado: avaliação social, orientação sobre os benefícios assistenciais e previdenciários, reabilitação profissional etc. Contudo, em alguns momentos, notou-se certa incerteza dos gestores acerca do mencionado trabalho, o que pode estar relacionada, em parte, ao desconhecimento dos principais documentos que balizam o trabalho do assistente social no INSS; dentre os seis pesquisados, apenas dois se referiram ter conhecimento existência da MTMSS e do Manual técnico do Serviço social, os demais se limitaram a dizer: “ouvi falar”; “não conheço a matriz, mas conheço o manual”; “desconheço os dois documentos”. Além disso, foi notado que alguns gestores desconhecem que o acolhimento e a informação sobre o BPC, inicialmente, são realizados, no âmbito da política da assistência social, principalmente, por ocasião do atendimento social no CRAS.

Na tentativa de conhecer a visão dos gestores sobre o trabalho profissional do assistente social, constatou-se, também, que os mesmos são de opinião que deveria haver maior “fiscalização”, “averiguação” sobre a situação do usuário, objetivando verificar se o mesmo está “mentindo, ou não, na declaração de suas informações”, pois, no INSS, existe uma cultura, em considerar que os usuários são “exímios e profissionais na arte de mentir” e/ou “fraudadores”. Neste sentido, o relato abaixo é elucidativo:

Eu acho que o trabalho do assistente social está muito dentro do INSS, eu acho que poderia, sim, utilizar o serviço social para outros serviços, por exemplo, agente precisa de alguma avaliação mais detalhada, nos não temos aqui, por que até mesmo a própria legislação do INSS não prevê isso (...). Às vezes essas situações poderiam ser dirimidas pelas assistentes sociais que têm mais uma “avaliação” no caso, que um pesquisador do INSS que não tem formação em serviço social. Não estou desprezando os pesquisadores, mas acho que também se os assistentes sociais assumirem estudo de caso, visitas domiciliares, eu acho que poderiam contribuir com o setor de benefícios na manutenção ou não de benefícios. (GERENTE. “Z”.)

Este depoimento sugere que os assistentes sociais do INSS, realizem estudos mais aprofundados sobre a realidade social dos usuários, objetivando subsidiar a avaliação dos pleitos de benefícios previdenciários, no entanto, essa “avaliação mais detalhada” vem referendada num contexto em que os servidores do INSS, especialmente os técnicos do seguro social trabalham sobre pressão e medo de deferimento de benefícios que podem ser passíveis a fraudes. No entanto essa não pode ser uma

justificativa para que o Serviço Social viole o seu código de ética, bem como toda uma construção histórica da profissão contra qualquer tipo de fiscalização da pobreza e controle da classe pobre desse país, se existem quadrilhas profissionais que cometem crimes contra o sistema financeiro estatal cabe a polícia federal realizar tal investigação, visto que tem pericia para realizar tal serviço.

Contudo, ressalta-se que, se os assistentes sociais não estão realizando estudos “mais aprofundados” das várias demandas que se colocam nesse espaço sócio ocupacional é por que não concordam com nenhuma comprovação vexatória de pobreza para tal realização de tal trabalho precisaria ser alvo de um amplo debate ético de que em quais situações o Serviço Social poderiam interferir, e certamente seria para garantir direitos daqueles que o possuem e lutar pelos direitos daqueles que ainda não estão previstos em Lei, mas que poderão ser visualizados nos atendimentos cotidianos. Além disso, evidencia-se que caso se fosse realizar algum tipo de estudo mais aprofundado de cada encontrariam restrições quando as condições de trabalho que não são favoráveis, tanto no que concerne à estrutura física e financeiras⁵³ e o quanto ao quantitativo de profissionais para atender uma demanda cada vez mais elevada, ou seja, seria necessário a formulação de um novo concurso público.

Para além dessas situações, a necessidade de estudos mais aprofundados, deveria ser realizado por parte do governo, visto que, a exemplo do conceito de extrema pobreza adotado pela política de assistência social no que tange o reconhecimento de direito dos usuários ao BPC que considera a renda de ¼ do salário mínimo, imaginar que um ser humano pode ter vida digna com esse valor é assumir que de uma vez por toda o fracasso de tal política, neste ponto de vista. Contudo, o posicionamento do Serviço Social sobre a política de Seguridade Social brasileira, conforme foi definido na Carta de Maceió⁵⁴, em 2000, é, para além, da proteção regulamentada, ou seja, se distancia do critério da faixa de renda (extrema pobreza), para assegurar o acesso ao

⁵³ Para realizar qualquer serviço externo as assistentes sociais precisam ir em móvel próprio ou ônibus, recebendo um pagamento extra por isso, no entanto a todo ano o orçamento para realização de tais atividades diminui, inclusive no ano de 2017 houve o cerceamento por completo de atividades externas que não estejam ligadas a avaliação do BPC.

⁵⁴ A Carta de Maceió foi elaborada pelos delegados do CFESS/CRESS do XXIX Encontro Nacional realizado na cidade de Maceió (AL), em setembro de 2000, que representando o conjunto dos assistentes sociais brasileiros, afiançaram, publicamente, a importância da luta em defesa da Seguridade Social pública no país, bem como, reafirmaram, ainda, sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros (CFESS, 2000).

mencionado benefício, pois considera que esses usuários são trabalhadores que não conseguiram acesso aos direitos previdenciários, justamente, por que a cada contrarreforma previdenciária, se torna mais distante desses, conforme já mencionados no primeiro capítulo deste trabalho.

Para aproximação da opinião dos gestores, também foi questionado o seguinte “Existe alguma atividade que você considera importante que o assistente social **poderia** desenvolver na APS, mas que, ainda, não desenvolve?” Foram apresentadas as seguintes sugestões:

- a) A Responsabilidade de ligar para os usuários agendados mensalmente do BPC e orientar os documentos necessários e o preenchimento dos requerimentos do BPC;
- b) Atender os usuários do BPC antes da habilitação para orientação e preenchimento dos formulários;
- c) Que a questão da definição de renda do BPC ficasse a cargo do assistente social e não do habilitador;
- d) Avaliação social para os requerentes do BPC 88;
- e) Visita domiciliar para estudo de caso, principalmente na manutenção ou não de benefícios;
- f) Que as assistentes sociais que trabalham na reabilitação profissional pudessem realizar avaliação social;
- g) Fazer mais palestrar pelo Programa de Educação Previdenciária;
- h) Atender em maior número os usuários da Previdência Social;
- i) Reunião para socialização de informações coletivas internamente a agência;

De posse destas informações pode-se afirmar que a visão do Gestor representa a visão institucional, pois eles são quem colocam na prática aquilo que vem de orientação legal e principalmente do modelo de gestão adotado pela instituição. Diante disso dois pontos merecem destaque na análise daquilo que o “Serviço Social poderia desenvolver dentro da APS”, o primeiro é que a maioria das ações sugeridas se destina ao fluxo do BPC, ou seja, desde a responsabilidade de ligar para os usuários para socialização de informações e preenchimento de formulários até a avaliação do BPC 88 (que inexistente), no entanto essa sugestão demonstra a total impossibilidade deste gestor em compreender o que compete ao serviço social, além de que o fluxo deste serviço se fosse realizada seria a única atividade que o Serviço social teria tempo a fazer, visto o elevado número de agendamentos diários, o atendimento presencial iria ser por telefone? Além do mais existe um serviço telefônico que deveria prestar adequadamente as informações aos usuários para que acessassem com maior qualidade ao serviço

pleiteado. Em segundo que os gerentes observaram que os trabalhos das assistentes sociais deveriam dar maior atenção a política de Previdência social, junto aos usuários das atividades, a mais evidenciada foi realização de um trabalho coletivo internamente as agências.

A propósito da opinião dos gestores sobre o trabalho dos assistentes sociais na Gex-Bel, os mesmos informaram que o serviço social:

Ajudou muito, deu qualidade para o atendimento, desafogou a Orientação e informação, pois, a própria assistente social faz todo o procedimento que nós daríamos na O. I, ou até melhor por que ela tem uma visão do social que é a essência do atendimento.(...) Ele é de suma importância, por que tipo assim eh...o médico tem alguma dúvida, ou mesmo nos administrativo, temos que ter feedback com os assistentes sociais na questão de acesso aos direitos (GERENTE C).

Não, preste bem atenção! O Serviço social ele é importante tá; ele deveria ser melhor acionado, as vezes aqui...a demanda maior do INSS em todas as agências do INSS é pela parte da manhã, e as vezes elas não são tão acionadas para outras ações? Por que tem as avaliações, a assistente social da manhã ela atende de 4 a 5 avaliações por dia, mais os atendimentos, chegando a 12 atendimentos, então para ela assim fica muito ruim, né! Além de não termos espaço físico para o Serviço Social aqui, temos uma sala, o ideal seria dois assistentes sociais pela parte da manhã (GERENTE “H”)

A exceção da opinião desses gestores, apenas, um considerou que serviço social do INSS, em sua agência, não atende as suas expectativas; referiu-se que já trabalhou com assistentes sociais, em outros órgãos, e as mesmas desenvolviam um trabalho muito mais completo citado por ele: visitas domiciliares, estudo de caso, visitas familiares e atendimentos coletivos. Apesar da relevância dessa crítica, há que ser considerado, as razões pelas quais essa situação ocorre.

5.4.3 A Opinião dos Médicos Peritos Sobre o Trabalho dos Assistentes sociais na Gex-Bel/PA.

Na perspectiva de aprofundar o conhecimento sobre o trabalho dos assistentes Sociais INSS, considerou importante saber, também, a opinião dos médicos peritos sobre o mesmo, haja vista que esses profissionais realizam trabalhos conjuntamente, a exemplo da reabilitação profissional e da perícia médica que fazem parte do setor de Saúde do trabalhador, ou então, para a solução de problemas apresentados por

segurados⁵⁵. Desta forma, foram ouvidos três médicos peritos, dos quais, duas são mulheres e um homem, com idade entre 44, 38 e 50 anos, respectivamente; trabalham como médicos há 14, 20 e 34 anos, mas como peritos médicos 5, 6 e 27 anos. Ao serem indagados se conheciam as competências técnicas do profissional de Serviço Social na Previdência social, foi obtido as seguintes respostas:

Todas não, basicamente, o que eu conheço **é a avaliação do BPC/Loas** que agente faz em conjunto aqui. Algumas vezes eu vejo a colega ali dando orientações quanto a Previdência...quanto a contribuição, o que fazer... quando pagou e parou, basicamente, só isso que eu sei: avaliação do benefício assistencial e vejo uma assistente social, vejo dando orientação quanto ao tempo de contribuição, o que você (o segurado) pode pedir ou não, nem sei se isso é competência do serviço social. (MP “G”)

Pois é! Por incrível que pareça, não, a única coisa que eu sei é tecnicamente...não conheço os memorandos, não conheço nada do serviço social dentro do INSS, o que e sei é do trabalho do dia. O que eu vejo é trabalho de **avaliação do BPC Loas**. É o que eu sei que elas fazem, nem sei se tem alguma outra coisa que elas fazem. (MP “P”)

Mais ou menos (...). Aqui na agência, eu visualizo o trabalho em parte, **na avaliação social** tem uma parte que é específica do serviço social (...) por que o serviço social tem agenda específica. Quase agente não tem contato, no dia a dia eu digo, cada qual fica no seu quadrado, mas sei que além do **BPC, ela tem outra demanda específica que eu não sei, exatamente, o que é**. (MP “L”)

Observa-se, pelo exposto que os médicos peritos desconhecem a maioria das atribuições dos assistentes sociais do INSS, no entanto nas três falas conseguiram identificar o trabalho do assistente social frente ao atendimento dos usuários do BPC, principalmente no que tange a realização das avaliações sociais, um respondeu que observa a assistente social “dando orientação sobre tempo de contribuição”, no entanto duvida que seja competência do serviço social realizar tal trabalho e o outro refere vagamente que “existe outra demanda, mas não sabe o que é”. Essa situação representa um distanciamento entre os dois principais serviços da previdência social, cabe referir que em conjunto com o serviço de reabilitação profissional esses serviços fazem parte do mesmo setor dentro o INSS, o Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador. No entanto, um dos pesquisados se reportaram a outro a um treinamento que receberam no momento da implementação do novo modelo de avaliação de pessoas com deficiência, para o acesso ao BPC, que envolveu ambos profissionais:

⁵⁵ A propósito, foram relatadas algumas situações em que os médicos peritos precisam acionar o assistente social, como por exemplo, quando segurado que perdeu a qualidade (vínculo com o INSS) e agendou o auxílio doença, mas se trata de uma doença incapacitante, a perita solicita que a assistente social faça o acolhimento deste usuário e o encaminhe para o BPC.

Dentro do INSS não, eu apenas participei de um treinamento de BPC loas, eh...e, assim, para mim foi muito válido, foi uma experiência que somou muito em questão de conhecimento, em questão de ampliar a visão social, mesmo, dessas avaliações que agente faz dos requerentes...é dos pretendentes dos BPC/Loas. Por que foi assim, foi passado para gente, a parte técnica médica dessa avaliação, principalmente, quando mudou de CID para CIF e depois uma assistente social que veio de fora e ela veio explicar para gente por que a CIF por que a ...ahh!... A avaliação social, por que assim na época os médicos criticavam que os assistentes sociais davam grave para tudo. Eu também tinha essa mesma opinião, houve um debate fervoroso, por que os médicos a maioria não concordou com que foi dito pela assistente social, mas assim, o que eu percebi neste treinamento que o perito dentro do INSS... que o médico fora do INSS a relação dele com os usuários é um relação médico x paciente, aqui dentro do INSS, isso não existe e nem pode né? Por que o médico perito ele tem que ser imparcial ele tem que fazer a lei ser cumprida, utilizando os conhecimentos técnicos que ele tem de medicina. Então, a gente não leva em consideração a “questão social” no auxílio doença; já no BPC, esse olhar ele tem que ser um pouco mais diferenciado e, é!...Para mim, foi válida, essa palestra que ela deu para gente, apesar de ter tido até briga por causa dos comentários que ela fazia. Mas assim, a nossa formação é, totalmente, diferente, então, inevitavelmente, terá confronto de ideias (PM “P”)

O depoimento acima expressa a importância do referido treinamento para os médicos peritos do INSS, por ter possibilitado ampliar a visão sobre o social, visto que, antes, ao avaliarem os pleitos de BPC, consideravam apenas a parte técnica médica da avaliação, principalmente, quando mudou de CID para CIF. Antes, os médicos criticavam os assistentes sociais que “ davam grave para tudo”, resultando em debates fervorosos devido os referidos médicos não levarem em consideração os aspectos sociais nos pleitos para auxílio- doença, enquanto que no BPC, esse olhar é diferenciado. Trata-se, então, de formação profissional, totalmente, diferente, o que, inevitavelmente, levou ao confronto de ideias⁵⁶ entre médicos x assistentes sociais. Porém, os peritos consideraram que a visão sobre o social aportada pelo Serviço Social se constitui um avanço, no INSS, no que concerne à médica, pois:

É um conceito mais abrangente, tu não sabes, mas naquele tempo nosso era mais biológico, agente tirava de cada cabeça sua sentença, se a pessoa fosse muito benevolente ou muito rígida também era ruim. Foi uma evolução essa avaliação para o dia a dia. Questão de paradigma médico, por que tem outros paradigmas, a deficiência física, visual...Mas, quando era mental severa, mesmo tinha casos que não era pontuada, mudou muito por que mudou

⁵⁶ Existe uma discussão que existe projetos societários diferentes entres essas duas categorias profissionais, que aos poucos ficam evidenciados entre duas principais representações de trabalhadores nacional a FENASPS e ANPM- Associação Nacional dos peritos médicos do INSS, no entanto esse trabalho não se propôs a discutir esse tema visto que seu objetivo é outro, portanto não foi realizado perguntas neste sentido, pontua-se tal fato a título de esclarecimento e para possíveis outros desdobramentos e pesquisas a seguir.

mundial o conceito de pessoa com deficiência ... Para nosso país foi um ganho. (MP “L”)

Assim, para os peritos, o Serviço social “é um meio de campo importante, pois ele tem contato com o segurado, pelo menos deveria ser” e, assim, o assistente social pode prestar muitas informações ao segurado e aos usuários do BPC, visto que, perícia médica, por precisar ser “imparcial”, não o faz. O depoimento abaixo é elucidativo, neste aspecto:

(...) Levanto da minha sala e vou na sala da colega (assistente social), olha me ajuda, orienta por que agente precisa, são vocês as pessoas que podem estar mais perto, por que nos enquanto peritos parece até que agente está tipo querendo alguma coisa... Assim **“você é perito não é para tá fazendo isso”** (ela não concorda tanto com isso por que em sua expressão facial ela quis dizer que questiona essa postura), então, levo lá para colega e digo: Orienta, não tem qualidade, mas é uma pessoa carente que agente ver que se enquadra, sempre levo e a colega sempre me ajuda.(MP “G”).

(...) Por que é, principalmente, ela vai trabalhando com agente, avaliando, também, o lado...Eu digo, assim, têm muitas perguntas que colocam para gente, onde, eu acho que responderia melhor é o assistente social, é o conhecimento que ele tem da realidade da família, de onde vive, como desempenha suas atividades dentro de casa...então é importantíssimo. Avalio positivamente.(MP “F”)

Desta forma, a postura dos peritos como “entes”, a parte, dentro da instituição, foi sendo modificada, sobretudo, a partir modelo de avaliação social que foi adotado, a partir de 2009, a partir da incorporação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF, cujas orientações teórica propiciava a articulação entre os diversos saberes e a compreensão do usuário, para além de seu corpo com deficiência. Contudo, em atividades que envolvam benefícios por incapacidade, como no caso o auxílio-doença, não há essa interligação, mesmo que o Manual técnico do Serviço Social preveja a possibilidade inclusive da emissão de um parecer social nestes casos:

(...) Na prática, como agente não tem fluxo, não tem a previsão, fica uma coisa muito falha e, no dia a dia, a pressão da linha de produção imposta pela tecnologia não permite isso. Por exemplo, ontem eu tive dois casos que eu levei mais de uma hora, que demanda outras coisas, investigar dados, ficamos numa pressão tão grande que não dá para pensar assim se não agente tá lascado. Aqui é linha de produção, os outros estão ai tem uma dificuldade grande. (MP “L”).

Observa-se pelo depoimento acima que além da formação profissional diferenciada entre os médicos peritos e o assistente social, existe, também, a pressão pela produção que concorrem a dificultar o trabalho conjunto entre os mesmos. Mas, foi possível observar diante da compreensão da totalidade das entrevistas que os referidos

peritos reconhecem a importância do trabalho do assistente social junto aos usuários da política de assistência social, já em relação aos usuários da previdência social eles demonstram dúvidas quando ao “o que o Serviço Social” poderia fazer.

Assim, os médicos peritos foram indagados sobre os rumos que o serviço social, no INSS, vem tomando, nos últimos anos, no que concerne a centralidade de suas ações na avaliação social dos requerentes do BPC, secundarizando, o atendimento aos usuários da Previdência Social. As respostas obtidas sobre esta questão, em sua maioria, foram que a centralidade do trabalho profissional do assistente social, no cotidiano das agências é, principalmente, para o atendimento às demandas do BPC. No entanto, ponderaram que a despeito de desconhecimento sobre a especificidade do trabalho dos assistentes sociais, na previdência social, sabem que as mesmas trabalham, também, na orientação de outros benefícios.

Sendo assim, um dos peritos pesquisado referiu que, em sua opinião, o BPC se constitui um direcionamento é político, visto que foi no mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) que o mesmo começou a se efetivar; desta forma, para ele, esse benefício tem um duplo objetivo “manter o público e ganhar voto”, ao mesmo tempo em que atende as exigências internacionais de combate a pobreza: isso é na opinião do referido perito, o que justifica a presença das assistentes sociais, no INSS. Em concordância com este pensamento, outro médico perito referiu-se que o Serviço Social está no INSS, “fundamentalmente, por causa do MDS, por que o Brasil foi forçado a incluir os assistentes sociais na avaliação social”, aliado ao fato da previdência social ser alvo de “extinção” o que vem de encontro ao discutido neste trabalho quanto o processo acelerado da tentativa dos governos neoliberais em privatizar mercantilizando a previdência social em contrapartida se utilizando da política de assistência social como apaziguador de conflitos sociais, principalmente através dos programas de transferência de renda.

Eu não vejo movimento, hoje, por que nosso foco de atuação é o usuário previdenciário, nossa razão é essa, o foco do trabalho do assistente social deveria ser esse e não é, nem de longe. Eu acho lamentável! Me preocupo muito com essa formatação atual, de extinção dos ministérios de Previdência Social e incorporação em outro ministérios com orçamento reduzido, assim, a gente vai encolher...Tu sabes que a previdência sustenta muitos benefícios (isto é uma distorção, falha da sociedade), mas é uma realidade (MP “L”)

De porte dessa análise, outra perita elucidou que acreditava que o trabalho dos assistentes sociais, era orientado para o atendimento da demanda do BPC dentro do INSS em decorrência, de compromissos governamentais com a Organização das Nações

Unidas e com suas metas de enfrentamento da pobreza. Apesar de não ter sido fruto do debate teórico deste trabalho “tal compromisso com a ONU”, refere-se que existem orientações internacionais que interferem nas políticas que compõem o tripé constitutivo da Seguridade Social como referido no item *3.1 As Inflexões do Banco Mundial na Seguridade Social Brasileira, em especial nas políticas de previdência e assistência*, deste estudo.

Depois eu fui estudar alguma coisa, nem me lembro bem, mas tem um relatório anual que o Brasil tem que ..participa acho que na ONU, ele estabelece meta daqui a 15 anos será assim daqui a 20 anos será assado, então foi uma maneira de dar respostas por que ele se comprometeu ...eh... um dos mecanismos foi o BPC/Loas para que o brasil saísse do estagio de miséria e fosse para o de pobreza (MP “F”)

Esses depoimentos expressam uma crítica ao trabalho do assistente social no INSS, que, hoje, tem centralidade na avaliação social, secundarizando a atuação junto ao usuário da previdência social, o que considerável “lamentável”; refere-se que o BPC começou com o PT, atribuindo a essa situação um direcionamento político do PT. Em pese haja concordância com mencionada crítica efetuada, há que destacar que o BPC, se constitui uma conquista da sociedade brasileira, enquanto um direito social de todo cidadão brasileiro que dele necessitar.

5.5 Sínteses das Determinações do Redirecionamento do Trabalho Profissional do Assistente Social no INSS: realidade da Gex-bel.

De posse da opinião dos três sujeitos desta pesquisa, foi possível observar que as contradições postas frente ao redirecionamento do trabalho profissional do assistente social neste espaço sócio ocupacional, podem ser mediadas por determinações externas ao INSS que como autarquia do poder executivo, sofrerá com os impactos das mudanças ocorridas na macroeconomia que ocorreram no mundo na década de 70 com a chegada no Brasil na década de 90. Conforme elucida os depoimentos abaixo:

Penso que tem relação com o **projeto Neoliberal e a reestruturação produtiva**. A condição do nosso país enquanto país em desenvolvimento. Ataques e reestruturação das políticas sociais e públicas. A atual crise política e econômica vivenciada, entre muitos outros fatores (ASSISTENTE SOCIAL “M”).

Pressionado por questão internacional, avanço dos direitos humanos e pressão dos movimentos sociais em torno das pessoas com deficiência. Existe o estatuto que é recente né, então acredito que nossas ações no INSS estão sendo direcionados por conta desses movimentos tanto internacionais, quanto interno em busca da regulamentação dos direitos, que até então tinha

na Constituição, mas não tinha a regulamentação nenhuma. (...)Do ponto de vista econômico e político, veja bem, até por que todo envolvimento do Brasil internacional com o **Banco Mundial** ele precisa dar uma resposta do que...o mínimo dos miseráveis, toda a parte econômica bem subdividida...eles precisam dar resposta a política econômica não vão fazer isso como benesse, não tem o projeto de reduzir a miséria. Então de onde vem isso? Da análise social e econômica, é tudo vinculado a esse propósito. (ASSISTENTE SOCIAL “G”)

Acredito numa associação de fatores. **O Estado está assumindo um caráter cada vez mais focalista na perspectiva de minimizar as expressões da Questão Social.** Nesse aspecto, há uma tendência de investimento em políticas focalista e de distribuição de renda. Vejo o desemprego estrutural como uma expressão mais violenta e cada vez mais acirrada da Questão Social, pois o cidadão sem trabalho e sem condições de assegurar proteção social através da política de previdência não tem outra alternativa (em situação de incapacidade laborativa por doença/deficiência ou velhice) a não ser recorrer às políticas de distribuição de renda, dentre elas o BPC, daí a grande procura por esse benefício. (ASSISTENTE SOCIAL “A”).

Com efeito, foi evidenciado as inflexões do projeto neoliberal/reestruturação produtiva que conduziu a introdução de novas formas de gestão da força de trabalho, assim como, a instituição de Estado “mínimo” para as políticas de proteção social aos trabalhadores e “máximo” para os interesses do grande capital, conforme foi tratado na parte 2 , deste estudo. Este quadro é agravado pelo fato do Brasil se situar na divisão internacional do trabalho, como país periférico, historicamente, constituído pela sua formação política, econômica e social (colônia), o que fez com que o país nunca tenha experimentado o Estado de Bem estar social, resultando, portanto, na instituição dos poucos direitos sociais consolidados pela CLT e pela Constituição Federal, mas que são incapazes de proteger os trabalhadores da pobreza, quando estes não conseguem vender a sua força de trabalho, o que rebate diretamente no trabalho profissional do assistente social do INSS, como veremos nos depoimentos abaixo:

Com essa conjuntura que estamos vivendo neste momento, eu acredito assim que se permanecer o BPC dentro do INSS vamos trabalhar com ele, mas também vamos trabalhar com a “questão social” mesmo por que o que acontece lá vai refletir aqui dentro. Nós estamos preparado para o boom da questão social lá... fome miséria, **desemprego**, falta de qualidade profissional... isso tensiona nosso trabalho aqui. Penso que agente sempre estará no meio das relações trabalhistas, aqueles que querem para si e os que estão tomando. (ASSISTENTE SOCIAL, “Z”)

Tem sim muitas coisas, até mesmo a conjuntura atual, tem muita gente que está sem nenhum vínculo e eles acham que é uma tabua de salvação. **O desemprego**, já aconteceu assim, quando trabalhava nas unidades móveis, por necessidade eu fui, mas não gosto muito de viajar. Passei a ir mais quando passou a ter necessidade de ter na equipe um assistente social e um médico. Mas tem município que vivem da renda dos benefícios previdenciários e em alguns mais de benefícios assistenciais por que a maioria desse pessoal do interior, por que a renda do município é em função

do pagamento dos benefícios da previdência a economia gera em volta disso. (ASSISTENTE SOCIAL “C”).

O mercado não comporta todo mundo, a falta de qualificação profissional a baixa escolaridade não garante que as pessoas tenham acesso ao emprego. O **trabalho informal** não permite que a pessoa consiga a sobrevivência de forma digna, quanto mais contribuir para a previdência, para esse seguro, as pessoas vão priorizar a alimentação, a moradia, fica em ultimo plano. Muitos relatam “se eu pudesse tinha contribuído para garantir minha aposentadoria, meu auxílio doença, mas eu tinha como”, também muita empregada doméstica sem carteira assinada, trabalhavam anos e não tiveram acesso então esse povo corre para o BPC. Os idosos que não conseguiram o tempo mínimo, a carência dos 15 anos, vem para o BPC. (ASSISTENTE SOCIAL “V”)

As inflexões das políticas macroeconômicas destinadas ao controle do trabalho e da organização sindical do trabalhadores, com a reestruturação produtiva que torna o trabalho assalariado cada vez mais escasso como forma de produção de mais valia direta, levou ao aumento do exército de reserva, trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho formal logo não conseguem acesso aos direitos previdenciários que tem como marca a contribuição direta e ou indireta (trabalhadores rurais). Acrescenta-se a isso o “enxugamento” da legislação previdenciária através de (contra reformas), que para ter acesso aos seus serviços exigisse um tempo mínimo de carência através de contribuição direta ou indireta e nos casos de benefícios por incapacidade ainda exige-se que o trabalhador tenha a qualidade de segurado⁵⁷ mantida.

Sob este entendimento, cabe ressaltar que no cotidiano profissional dos assistentes do INSS, muitos dos que procuram o acesso a uma aposentadoria ou um benefício na Previdência Social, em geral, nunca contribuíram para o regime de Previdência Social ou são trabalhadores que em decorrência das contradições sociais determinadas pela relação capital x trabalho se encontram excluídos do mercado do trabalho, ou ainda, nem reúnem condições exigidas pelo capital para a venda da sua força de trabalho. Neste caso, provavelmente, se situem os diversas categorias de trabalhadores desempregados, os que não procuram mais emprego formal pelo desesperança no acesso depois de tanto recorrerem, os que são altamente qualificados e não conseguem emprego (comum em caso de sofrimento mental) e também *lupens* proletariado, na concepção atribuída por Marx, em consequência, recorrem ao BPC como fonte de renda e sustento seu e de sua família, o que pode explicar, em parte, o

⁵⁷ Um trabalhador para ter acesso a um auxílio-doença, por exemplo precisa pela Lei atual ter 12 meses de contribuição e não pode ter se desligado do sistema de previdência por mais de 1 ano, se recebeu seguro desemprego e/ou está inscrito no SINE em busca de emprego tem essa carência alargada para mais um ano e se ele foi um trabalhador que não perdeu essa qualidade em 10 anos consecutivos tem direito a mais um ano, ou seja, há casos em que mesmo o trabalhador afastado das contribuições necessárias pode vir a ter acesso a um auxílio-doença.

maior número de atendimentos na linha 03, pelo Serviço Social e, em menor número, nas outras linhas de ação, assim na pesquisa tomamos o cuidado em referendar um pergunta que trata-se sobre o perfil dos usuários atendidos pelo BPC diariamente pelo Serviço Social do INSS:

A doença crônica é maior que pessoas com deficiência, mas até mesmo as pessoas com deficiência são deficiências adquiridas, tenho acompanhado muitos casos de pessoas cegas, depois dos 40 anos e que não tiveram oportunidade de reabilitação (...) Pessoas com doença na coluna, renal crônico. **Trabalhadores que já tiveram qualidade de segurado**, mas que por estarem fora do mercado de trabalho não mantiveram (ASSISTENTE SOCIAL “H”).

Primeiramente, extremamente, empobrecidas de tudo, são pessoas com baixíssima escolaridade, na maioria das vezes...eu arrisco dizer que 98% **sem qualificação profissional e sem nenhuma condição de acessar ao mercado de trabalho**, com seu ambiente todo comprometido pela falta de renda em razão do desemprego? (ASSISTENTE SOCIAL “D”).

A demanda eu acredito até 2015 uma demanda de criança, da metade de 2015 para agora tenho observados **muitos homens desempregados** com doença, em função da informalidade, acidentários de moto, justamente por que estão desempregados e vão para a informalidade compram uma motinho e começam a trabalhar e daí vem o índice grande de acidente de moto e cai tudo na previdência. Também a questão das crianças, mas aumentou os homens desempregados sem qualidade de segurado. (ASSISTENTE SOCIAL “Z”)

São pessoas que não tem vínculo ou tiveram vínculo por pouco tempo e estão fora do mercado de trabalho formal. Agora quando ..vejo muitas pessoas com problemas de doenças crônicas que infelizmente tem uma limitação mas que não conseguem o benefício por conta da incapacidade que assim segundo os médico não se enquadram nos dois anos exigido. Pessoas com mais de 50 anos ou crianças, que já vem com doenças crônicas. Aparece muita doença na coluna, pulmonar, HIV, rim, e deficiência é a mental, mas do que qualquer outra que já fiz. (ASSISTENTE SOCIAL “G”)

Desta forma, os trabalhadores sem acesso ao trabalho assalariado e aos benefícios previdenciários, trabalhadores migram da política de Previdência para política de Assistência social, essas demandas pressionam por uma resposta do Estado e assim pressionam o trabalho das/os assistentes sociais no INSS a atenderem tais demandas, como evidenciam, abaixo, as falas de uma assistente social e um perito:

Eu nunca li nenhuma pesquisa neste sentido, mas pelo o que eu venho observando o numero de pessoas que requerem o benefício assistencial cresce a cada ano, a prova disso é que a maioria das agências estão com agendamento para longe, significa que tem muita gente procurando, por conta disso... A nossa Previdência social brasileira é muito cara, não é todo mundo que consegue pagar. (...) A nossa Previdência social para quem tem um poder aquisitivo mais ou menos é difícil pagar, agora imagina para a maioria da população que é pobre e miserável? (...) olha se eu tivesse no lugar dessas pessoas e tivesse que escolher entre pagar a previdência que hoje o valor de 94 reais, eu não ia pagar a Previdência, eu ia comprar comida remédios, eu ia pagar aluguel, eu ia comprar roupas para meus filhos, eu não ia pagar a previdência. (ASSISTENTE SOCIAL “B”).

(...) Olha no início do ano de 2000 teve as terceirização e houve uma explosão, vai ocorrer novamente, em 10, 20 anos, quem viver verá, tenebroso se continuarem com isso. Eu espero está errado, mas às vezes começa e rever, espero que cheguem neste ponto.(...) agora pessoas de fora que impõe mesmo os interesses quem paga é o Brasil, o Brasil não agente...os usuários que vão pagar. Geralmente reforma é redução de benefício, não existe reforma sem redução de benefícios, a tradução é sempre isso desde que o mundo é mundo aqui no Brasil reforma da previdência significa redução de benefícios e aumento de imposto (PM “D”)

Essa situação traz a tona as medidas que estão sendo instituídas pelos últimos governos do Brasil, pois:

Agente sabe que o BPC é todo político, que o partido dos trabalhadores e infelizmente a maioria da população brasileira é muito pobre miserável e isso se transformou numa maneira, realmente eu acredito, deles conseguirem voto, deles prenderem muito, criarem uma dependência desse publico. Agora assim eu admiro o pt por que eles sabem fazer as coisas, eles tem uma justificativa de ampliar tanto o acesso desse benefício, existe uma justificativa, é essa justificativa é plausível, tirou...(não concluiu o pensamento). (PM “F”)

É direcionado né, as políticas sociais na verdade são direcionadas, elas praticamente ...como eu falo as vezes você pensa que vai fazer uma coisa mas não vai, intrinsecamente a instituição te direciona para uma ação, uma forma velada, mas ela te direciona. Eu digo assim por que quando tem encontro a instituição diz assim “ não vocês vão participar”, nos encontros de gestores, então eles dão toda uma conotação assim que agente tá participando, mas se tu não tiveres cuidado ela te direciona para aquilo que ela quer realmente. Ai agente cai nessa achando que agente está participando, então o serviço social não é diferente ele faz aquilo que a instituição determina. São políticas sociais que já estão ai, são diretrizes que já estão pré disposta ali, eles tem que direcionar para aquilo que eles querem né? De acordo com o interesse, tu sabes que toda política social no fundo ela é uma política, **política partidária** não tem jeito. Você ver que agora estamos numa mudança assim, brusca, na instituição, por conta de ser outra linha de pensamento, não tem jeito é uma estratégia política partidária. (GESTOR “H”)

Acho que são as ações pontuais do governo, planos de governo que são pontuais...de uma certa maneira os governos nos últimos tempos tem sido **populistas e como governos populistas vão fazendo algumas ações pontuais no sentido e dar respostas as demandas das populações mais baixas**...criar alguns beneficios desta forma e ai “não! Tem que ser atendimento só para esse ponto, por que são esses que devem ser vistos pelas assistentes sociais”. É uma imposição dentro do INSS, que vem do tipo de política governamental, na verdade a assistência social é um assistencialismo e só pronto “vamos conceder beneficios assistenciais 87 e 88 serve por vezes para atender interesses particulares de alguns. (GESTOR “M”)

Outro determinante observado neste estudo, quando das orientações do Banco Mundial para as políticas sociais na América Latina, foi à tendência a privatizar e mercantilizar a Previdência social. Por esta razão, se tem uma longa propaganda ideológica que o servidor público de uma maneira geral “não trabalha”, além da redução do quantitativo de profissionais entre eles técnicos e analistas do Seguro Social para atender os segurados do INSS, o que implica na falta de qualidade de certas ações,

como por exemplo, a Triagem, que muitas vezes é realizada por estagiários⁵⁸ que desconhecem a complexidade do trabalho do assistente social e, por vezes, destina apenas casos de BPC para o atendimento. Esta situação expressa o sucateamento do serviço público, no que tange a ausência de servidores suficientes. Tal fato reverbera no trabalho do assistente social, por um lado por que ele faz parte destes coletivos de trabalhadores que sofrem com a acelerada precarização do espaço público, por outro precisam dar respostas a ações de governos que se instauraram ao longo destes últimos 20 anos.

Em consequência, têm-se os impactos causados para os segurados e seus dependentes, dentre os quais: - a procura de intermediadores⁵⁹ pelos trabalhadores segurados que têm os seus benefícios indeferidos, devido muitas vezes, por falta de orientações simples, como: a necessidade de laudos, exames e receitas de remédios, fazendo com os mesmos percam os prazos para agendamento de outras perícias ou recursos; - alto índice de violência contra os servidores praticada por trabalhadores que têm o benefício negado por não contribuição, visto que muitos acreditam ter direito (e deveriam) sem necessidade de contribuição; - não atendimento de segurados que remeteram aposentadoria por idade sem ter o tempo mínimo (180 meses) exigido, hoje por Lei e, por vezes, faltando poucos meses para se aposentar que recorrem logo, ao BPC, sem antes terem esclarecimentos que isso significa perda de direitos previdenciário; - atendimento de companheiras (os) para pensão que tem seus benefícios indeferidos por não conseguirem comprovar união estável pelo simples fato de desconhcerem a necessidade de comprovação através de provas de convivência.

Em geral, a ausência de informações com qualidade, o que pode ser efetuada pelo Serviço Social, através de ações voltadas para a “socialização de informação”. Não se trata de uma orientação simples, até por que estas, o usuário poderia ter acessando os canais remotos pelo telefone 135 e pelo site; trata-se, sim, do que a falta de informação que implica na perda de direitos com repercussão na vida dessas pessoas, que por vezes leva a total exclusão de direitos que deveriam ter acesso.

A propósito, Moreira (2015) esclarece que no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, eles se deparam com um sistema perverso de exclusão, referindo-se

⁵⁸ Das 6 agências visitadas 4, tinham na triagem estágios secundaristas (jovens de 16 a 18 anos).

⁵⁹ São pessoas que oferecem orientação e acompanhamento dos usuários no acesso ao benefício, por vezes se caracteriza por cobranças elevadas de valores assim que estes recebem os benefícios. Há diversos relatos que cobram até 6 meses do valor total do benefício por um agendamento e acompanhamento no dia do atendimento.

que ninguém procura o Serviço Social para uma simples orientação, mas que são atendimentos que envolvem situações complexas como trabalhadores que mesmo de carteira assinada encontra-se em situação de rua por terem seus auxílio doença indeferidos, pois após a alta pericial volta ao trabalho à empresa não aceita o retorno desse trabalhador e ao voltar a perícia em muitos casos não o aceita de volta, ele vive no limbo sem ter para onde recorrer. Essa afirmativa coloca em evidência um questionamento a cerca de quais das competências do Serviço Social, as assistentes sociais pesquisadas sentiam maior necessidade de atualização e discussão devido ser constantemente desafiadas, e a maioria respondeu a “ a ética político” como veremos nas falas a seguir:

Tentar buscar os direitos dos usuários em uma instituição em que muitas vezes prega que os usuários agem com falta de honestidade é difícil porque as pessoas começam a duvidar do nosso caráter. Eles questionam nosso interesse em querer ajudar o outro, será que não estamos sendo beneficiadas com essa orientações, com esses posicionamentos que temos, ainda é difícil lidar com essa dupla força que existe aqui, uns que buscam garantir os direitos do usuários e outros que fazem o máximo que podem tirar esse direito, então o papel do Serviço Social não é tão fácil. (ASSISTENTE SOCIAL “G”).

direção social embutida nessa prática me parece distante do direcionamento ético-político da categoria; percebo uma prática vazia, rotineira, isolada, presa em si mesma e na rotina das agências e desvinculada do projeto societário de transformação social que deveria embasar essa prática ética e politicamente. Culpa de quem? Da instituição que nos impõe uma agenda a cumprir? Nossa (categoria), trazido pelo comodismo da estabilidade laboral? Não sei a resposta, daí a necessidade de se discutir mais sobre essa dimensão (ASSISTENTE SOCIAL “A”)

Olha! são muito importantes, mas aqui no INSS a mais importante é a Ética política, por que assim, quando eu entrei aqui no INSS eu senti uma dificuldade muito grande no trato com nossos colegas de trabalho, por que eu venho de uma realidade, nos outros empregos que tive, eu trabalhei no SUS, eu trabalhei na assistência então eu trabalhei com outros profissionais que conheciam a realidade miserável, a pobreza, aquele ser humano que não tem condições de nada, então eles tinham uma linha de pensamento muito mais afinado com o meu. Quando cheguei aqui no INSS, infelizmente a maioria dos nossos colegas tem aquele pensamento “tem que pagar, tem que pagar” “não pagou não tem direito” por que política de Previdência é uma política é contributiva, então isso está muito arraigado nestas pessoas. (ASSISTENTE SOCIAL “B”).

Todas são importantes, não consigo desvincular uma da outra, eu não acho que exista isso “ah, uma para ser mais debatida”, eu acho que elas se casam. Agora veja bem a mais desafiada no cotidiano eu acho que é a Ética política pelas situações que se apresentam. (ASSISTENTE SOCIAL “D”)

As análises de Moraes (2016) acerca da dimensão ético-política do Serviço social e as estratégias adotada pelos profissionais para responder e enfrentar a questão social tem sido tensionada por projetos-institucionais distintos, refere-se que:

“ (...) são indissociáveis da contrarreforma do Estado, via redução dos cortes orçamentários para o atendimento das demandas dos sujeitos e burocratização da vida social, que produzem implicações diretas às condições de trabalho e relações sociais e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais. Essas condições e relações interferem no direcionamento do trabalho, nas atribuições veiculadas aos assistentes sociais, nos recursos para o trabalho, que repercutem em seu conteúdo e eficiência e qualidade. Além disso são estabelecidos requisitos de produtividade e de eficiência, além de prazos e rotinas a serem observados no desenvolvimento profissional” (p. 593-597)

Diante dessa afirmativa nos cabe questionar a quem interessa que os segurados não tenham acesso aos seus direitos? Sem, dúvida que ao capital e, conseqüentemente, o Estado “economiza” recursos do fundo público para destinar aos interesses da classe que não vive do trabalho, mas da exploração desta força. Assim, na aparência a melhoria do atendimento dos usuários do BPC representa uma conquista social, sem dúvida; no entanto também carrega a contradição de ser um direito que está servindo a mascarar o não acesso de todos os trabalhadores sejam ou não assalariados. Assim, a defesa que o Serviço Social do INSS faz quanto ao acesso dos direitos á Previdência Social pública é para todos, conforme foi tratado parte 3.2 (*Contra*) *Reformas da Previdência e a tendência de assistencialização da Seguridade Social*, com base nas ideias de (SILVA,2012), ou seja, que se defende aqui é o retrocessos dos direitos previdenciários e os benefícios sociais têm servido de “colchão amortecedor e apaziguador” do existente conflito de classes.

A defesa da universalização da Previdência Social e o acesso aos benefícios previdenciários estar no fato de que tais são diversos e diversificados atendem o segurado e seus dependentes (trabalhadores), até o momento reconhece direitos instituídos e sustentados, portanto o fato gerador desse direito são demandas que reconhecem esse trabalhador como tal. Já o acesso ao BPC por sua vez atende apenas um grupo delimitado de pessoas com regras embasada em conceito de extrema pobreza, tratam o usuários como seres genéricos, ou seja, a pessoa com deficiência e o idoso, não denunciando como vimos acima a seguir no breve perfil desses atendidos que são muitas vezes trabalhadores que não tiveram acesso a Previdência Social pela ausência do trabalho formal em caso idênticos ao qual recorreriam aos benefícios previdenciários caso tivessem acesso, são lançados no BPC por pura ausência de direitos previdenciários para essa demanda crescente e pungente de trabalhadores nesta condição, sendo “substituto” dos benefícios por incapacidade o BPC destinado a pessoas com deficiência e da aposentadoria por idade o BPC espécie 88 aos idosos com 65 anos que vivem

comprovadamente com até um $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, não tem direito ao 13º salário e não deixam pensão aos seus dependentes. Instrumentalização do benefício de prestação continuada serve para além da garantia dos direitos desses usuários que é legítima, mas há que se ponderar também os interesses do capital na redução do conceito de Seguridade Social a proteção social e esta somente aos mais pobres.

Com efeito, tem-se o avanço na qualidade do atendimento aos requerentes de BPC, que tiveram espaço no atendimento social, desde o acolhimento, a escuta, a socialização de informação, além da avaliação amparada na lógica de fortalecer o acesso ao direito desse segmento social, que tinha por base o conceito de cidadania importante referenciados pela CIF que concebe a pessoa com deficiência para além da visão mecanicista e funcionalista, que por vezes tendem a culpabilizar o indivíduo por sua própria condição biológica e pelo sua posição na estrutura social.

Seguindo esse raciocínio, afirma-se que não se trata de uma defesa corporativa da profissão por seu espaço sócio ocupacional, pois esta tem um comprometimento ético-político com a classe trabalhadora (contribuintes ou não), bem como seu acesso a direitos sociais, portanto, a sua defesa significa também a defesa de um serviço que vai ao encontro dos interesses dessa classe, pois se posiciona contrário a lógica do seguro social voltado para os interesses do capital, em sua fase financeira que não se importa como e quando, cabe apenas realizar transformar a Seguridade Social em mercadoria, para com isso, obter o máximo de lucro possível, restringindo, eliminando os direitos previdenciários e serviços da previdência social.

Não se pretende convocar o messianismo profissional neste estudo, pois se compreende que a luta por uma nova ordem societária perpassa pela incorporação de todo o coletivo de trabalhadores para além dos muros do Serviço Social, no entanto sabe-se também que em conjunto com estes pode-se desenhar um novo projeto de sociedade que começa pela luta que a política previdenciária não caminhe para sua total privatização como referido e orientado pelo Banco Mundial, devidamente, tratado neste trabalho, evitando assim apenas o trato da “inaceitável extrema pobreza” transformando direitos conquistados em moeda de troca no mercado, ainda por cima estratificando esse direito no sentido de focalizar o atendimento das demandas dos “mais pobres” quando a Seguridade Social é um tripé de direitos de cidadania.

6. CONCLUSÃO

A realização deste estudo permitiu o conhecimento acerca do serviço social na previdência social brasileira, em seu percurso histórico desde 1944 até os dias de hoje. Assim, constatou-se que a instituição desta profissão nesse espaço-sócio ocupacional teve como propósito, o atendimento a classe trabalhadora, seja em sua pretérita intervenção conservadora, seja na sua intervenção de caráter crítico, ao considerá-la como um serviço que pode contribuir para o acesso aos direitos dos trabalhadores.

O resgate histórico acerca do serviço social no INSS, em nível nacional e, em particular na Gex-Bel, *lócus* deste estudo, permitiu observar que esta profissão sofre inflexões políticas, econômicas e sociais que são determinadas pelas contradições postas pela relação capital x trabalho que impactam, diretamente, na realização do trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social. Desta forma, verificou-se que a partir do final da década de 80, a profissão ao se articular com os movimentos sociais, partidos políticos e se inserir nos debates sobre os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora, envoltos na luta pela redemocratização do país, o serviço social no INSS ganha um novo “oxigênio”, o que possibilitou que, em 1994, em pleno governo neoliberal, fosse aprovada a Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social.

Esta Matriz, até os dias de hoje, reverbera no trabalho profissional, principalmente, no que tange ao direcionamento político, apesar de ter sido constatado, que existem alguns profissionais que vêm adotando outra perspectiva teórica que não é a teoria crítica referenciada na mesma. Em consequência, observou-se a necessidade de criação de espaços de discussão e atualização de tal documento de forma que suas diretrizes sejam reafirmadas no que tange ao compromisso com o pensamento crítico, haja vista, a imposição do atendimento a novas demandas (BPC) postas à profissão e a ameaça de novas contrarreformas da previdência social.

A atualização do referido documento se justifica pelo fato de que, desde sua formulação até o presente já se passaram 23 anos, e o Brasil já passou por quatro governos⁶⁰ diferentes, dos quais, dois foram apoiados por partidos considerados de direita (FHC) e, dois, por partidos coligados formando uma frente, a qual levou Lula da Silva (PT) ao cargo de presidente. Isto significa dizer que o país teve condução de políticas macroeconômicas diferentes, embora, a orientação seja a mesma, ou seja:

⁶⁰ Registra-se que as análises aqui efetuadas não legitimam o atual governo de Michel Temer como qualquer forma de gestão de Estado democrático.

neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro que vêm direcionando a definição e execução das políticas sociais no país. Ademais, foi possível identificar neste estudo que o serviço social, dentre outras profissões existentes no INSS, foi a que mais foi pressionada, ao ponto de sua quase total extinção, com o processo de modernização da máquina pública inaugurado no governo Collor (1990-1992) e agudizado com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Se outrora, o Serviço Social no INSS era funcional ao sistema capitalista, na medida em preconizava a integração dos trabalhadores à ordem social burguesa, de forma que os seus direitos conquistados eram entendidos como benesses, no período auge da intuição do neoliberalismo no país, contraditoriamente, a Matriz do serviço social foi implantada nesse espaço sócio ocupacional, na perspectiva de romper com práticas conservadoras, reconhecendo o assistente social como parte da classe trabalhadora e contribuir para que seus direitos sejam reconhecidos como tal. Foi nesse processo que o serviço social buscou alinhamento de suas agendas com as dos movimentos sociais e com seu trabalho de assessoramento priorizou ações coletivas que potencializassem a luta do coletivo de trabalhadores. Nesse cenário, pode-se observar que apesar do esforço por parte dos profissionais de serviço social na Gex-Bel, no que se refere à adoção dos princípios norteadores da referida Matriz, paralelamente, havia e há alguns profissionais que resistem as mudanças preconizadas pelo documento, o que pode ser expresso na cotidianidade de trabalho, posturas que se aproximam da caridade e do tecnicismo que, em nosso entender podem ser caracterizadas como mais uma tendência ao avanço do conservadorismo na profissão.

Tratava-se de um movimento histórico expresso por um movimento de tensão entre o que foi preconizado na referida Matriz e o avanço do conservadorismo entre alguns assistentes sociais no INSS, em que pese o protagonismo da maioria dos assistentes sociais estivessem, organicamente articulados com o coletivo: movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, sindicatos e do conjunto CFESS/CRESS, etc. Sendo assim, pode-se afirmar que o serviço social no INSS se manteve até os dias de hoje com uma posição hegemônica na defesa de uma política de previdência social pública que caminhe para a universalidade.

No período que se sucedeu de 1993 até 2003, a agenda neoliberal para a América Latina orientava que Estado se desresponsabilizasse, cada vez mais de sua função protetiva e, assim, políticas sociais públicas passaram a ser focalizadas e executadas por ONG's com recursos públicos - o chamado Terceiro Setor. Nessa

esteira, as políticas que compõe a Seguridade Social que foram instituídas, legalmente, com o marco regulatório da CF 1988, passaram a ser, duramente, atacadas no que tange seus princípios protetivos, especialmente, com as contrarreformas da previdência social. Não coincidentemente, também foi o período que mais o serviço social foi desafiado nos cumprimentos de suas atribuições junto ao INSS.

Em 2003, com a eleição presencial do presidente Luiz Inácio da Silva, houve uma grande expectativa por parte da nação brasileira e de diversas organizações sociais, principalmente, da esquerda brasileira que, finalmente, o país pudesse romper com o neoliberalismo e as duras imposições macroeconômicas que tal impunha ao país, no que tange ao pagamento da dívida pública. No entanto Segundo Mészáros (2011) ao menos que ocorresse uma revolução em nível da elaborada pelo pensamento marxista, qualquer tentativa de não pagamento da referida dívida no Estado Burguês seria a assinatura de que mesmo eleito “democraticamente” o, então, presidente seria tensionado a sair do poder.

Assim, no momento de sua eleição, a Carta Brasil, por ele proposta foi reformulada para um governo de “colaboração” entre as classes, evidenciando que o país seria direcionado pelos interesses do grande capital. No entanto, após a instauração do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado, foi avaliado que as promessas exacerbadas de aumento das taxas de lucro não foram atingidas, ao ponto de responder, por longo período, aos interesses de expansão e acumulação, assim como, os Estados, no mundo, e, em particular, os da América Latina tiveram que lidar com o aumento da pobreza, até mesmo, em países de capitalismo avançado.

Portanto, foi preciso que os donos do grande capital se reposicionassem frente os ditames neoliberais, de maneira a preservá-lo, em sua essência, mas adequá-lo, não somente a recuperação das taxas de lucros, mas também às demandas de extrema pobreza que ele mesmo gerou. Com efeito, foram instituídas estratégias de enfrentamento a esse cenário expresso pela estagnação do crescimento econômico, dentre as quais podem ser destacadas: a desregulamentação das leis trabalhista; incorporação de novas tecnologias que substituem o trabalho vivo pelo morto; a retirada, paulatina e programática dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. No Brasil, essas medidas têm sido draconianas, sobretudo, pela dívida social com a classe trabalhadora, pois, tardiamente, em relação a outros países capitalistas centrais, em 1988, com a promulgação da CF, tentou garantir um mínimo de proteção social através da Seguridade Social, foi atropelado pelos comandos neoliberais.

Com efeito, sob a orientação do Banco Mundial, o governo do presidente Lula da Silva encontrou um campo fértil para que social liberalismo pudesse ser implementado no país, principalmente, através de políticas sociais que privilegiam os mais pobres, a saber, seu primeiro plano de governo na área social foi o “Fome Zero” e o de maior amplitude e instituído até o momento o “Bolsa família” (desde 2004). Mas, nenhum desses programas, apesar de sua abrangência e de seus efeitos pragmáticos benéficos, não se tornaram um direito social, mas, sim, nas palavras de Mota (2009) a criação de uma cidadania consumidora.

Porém, registra-se que para o serviço social no INSS, o cenário político vivenciado no país, no período de eleição do presidente Lula, foi favorável, visto que propiciou que os assistentes sociais que ingressaram no quadro funcional do INSS, antes do concurso de 2008, se articulassem com os movimentos de esquerda que apoiaram a candidatura do, então, presidente, para a luta pela não extinção do serviço social nesse espaço sócio ocupacional. Como demonstrado no corpo deste trabalho, foram anos de lutas pela preservação do serviço social no INSS que podem expressos em avanços e retrocessos da categoria profissional dos assistentes sociais. No que se refere aos avanços, há que se destacar: a realização do concurso para o cargo de assistentes sociais, em 2008, a organização administrativa do serviço social no INSS, através de uma direção nacional e regional; a aprovação do Manual Técnico do Serviço Social em 2012.

Contudo, constatou-se que dada às contradições postas nesse momento histórico, o serviço social se defrontou com um novo desafio, ou seja: de que forma este serviço previdenciário poderia continuar avançado como tal, visto que, os redirecionamentos que a seguridade social vinha sofrendo desde os governos Collor e FHC, assim como, no próprio governos do presidente Lula da Silva, têm impactar, diretamente, no trabalho profissional do assistente social no referido espaço ocupacional?

Tal desafio parecia ser mais incisivo, ao constatar, neste estudo, que o Edital do concurso realizado, em 2008, definia o cargo para analista de seguro social com formação em Serviço Social e, não mais como assistente social, mesmo que o mesmo objetivasse recomposição do quadro de assistentes sociais na instituição, após mais de 20 anos, sem concurso público. Entende-se, então, que a instituição desse novo cargo no quadro funcional do INSS, respondia as exigências do novo formato das políticas sociais publicam focalizadas, materializadas em programas de transferência de rendas, bem como, a tendência à privatização da previdência social e lógica dos seguros. Neste sentido, o serviço social passou a ter uma nova atribuição profissional no INSS: a

avaliação social de pessoas com deficiência, visando o acesso ao BPC, na qual amparado nos preceitos da CIF precisaria de uma avaliação que não levasse em consideração a interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente. Assim, os assistentes sociais aprovados no mencionado concurso foram contratados para atender essa demanda específica da política de assistência social, enquanto as demandas oriundas dos usuários e dependentes da política de previdência social ficariam em segundo plano, não sendo priorizado pela instituição, nem mesmo com a destinação de um tempo para a “socialização de informações”, pois elas são realizadas de acordo com o “encaixe” entre um agendamento de avaliação social e outra.

Além disso, em nível nacional, segundo SILVA (2012) os assistentes sociais foram assediados a realizar atividades que não era de sua competência como o que ocorreu em algumas cidades do Estado de São Paulo, quando foram colocadas para habilitar benefícios, distribuir senhas, fazer pré triagem ou como foi evidenciado neste estudo, em outras regiões, o serviço social de uma determinada agência tinha que desenvolver o trabalho do serviço social e da reabilitação profissional, ao mesmo tempo, por que o gerente entendia em sua concepção que na ausência de um servidor para cada serviço cabia a este a realização dos dois.

Em que pese, na Gex-Bel, não tenha sido identificado esse tipo de assédio por parte dos gestores, no entanto, essas medidas revelam a existência da intensificação do trabalho desses profissionais, nas APS, sobretudo, por serem “forçados, a realizar um trabalho que não é da sua competência, como por exemplo, assistente social distribuir senha no setor de triagem, antes de começar os atendimentos sociais; atender serviços que seriam dos técnicos fazerem, como: imprimir resultados de benefícios, consultas a sistemas sobre empréstimos consignados de benefícios. Entende-se que estes últimos, poderiam até se constituir objeto de intervenção profissional do assistente social, desde que, os usuários se encontrassem em situação de violação de seus direitos e/ou precisasse de alguma orientação específica, mas, não apenas entregar uma senha ou um papel com o extrato de consignação não é de competência do Serviço Social! Estas situações revelam a adoção da polivalência como uma das formas de gestão da força de trabalho no INSS, em decorrência da redução dos custos do trabalho feita a custa da sua exploração.

As condições de trabalho dos assistentes sociais, no INSS, tem levado a inquietação, cotidiana, também por constatarem que o dispêndio de sua força de trabalho tem sido na avaliação social (assistência social) e na Previdência social e

Segurança e saúde do Trabalhador. Diante dessa constatação, os assistentes sociais, em sua maioria, conseguem tecer uma análise crítica sobre tal situação, reconhecendo importância substancial que é trabalhar junto aos usuários do BPC, tanto para as pessoas com deficiência quanto para idosos, no entanto, referem-se que esse trabalho interfere, diretamente, objetivamente e politicamente, no atendimento de outras demandas oriundas dos usuários da previdência social. Objetivamente, por que como foi possível observar nas falas dos gerentes e dos peritos, a responsabilidade do atendimentos a esses usuários recaem sobre o assistente social, ou seja, o INSS estabeleceu uma rotina de trabalho em que a instituição concebe o trabalho do assistente social, resumido a operacionalização de um benefício da política de assistência social, quando na realidade, as atribuições profissionais dos assistentes sociais são baseada em princípios ético-políticos norteadores da profissão.

E, politicamente, devido o assistente social ao trabalhar na operacionalização desses benefícios, ter a perspectiva de que se trata da Seguridade Social brasileira como um sistema protetivo, no qual a assistência social tem função primordial do atendimento dos trabalhadores mais pobres do país. Contudo, outros profissionais que trabalham no INSS entendem esse serviço como “algo não grato”, por que o atendimento aos seus usuários, ao ser incorporado pelo INSS, não foi passado por uma ampla discussão entre os técnicos, gerentes e peritos que tinham em sua cultura a concessões de benefícios, pensões e aposentadoria para os “segurados”; desta forma tiveram que, por imposição institucional, atender essa demanda. Esse fato, aliado a ausência de uma leitura crítica dessa medida institucional e da compreensão da seguridade social no interior da instituição, gerou e gera uma repulsa pelo atendimento aos usuários do referido benefício, a exceção dos assistentes sociais que o defendem como direito.

Sem dúvidas, este cenário revela profundas determinações dos redirecionamentos macroeconômicos dados às políticas sociais na América Latina, em particular, ao Brasil, após a busca da saída da crise do sistema capitalista na década de 1970, através da instauração do tripé ofensivo constituído pela: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização do capital. Em consequência, tem-se a ofensiva a classe trabalhadora que impede a luta coletiva, primeiramente, pela diminuição dos postos de trabalho, aumentando o exército industrial de reserva potencializado pela busca, cada vez mais acelerada, da substituição do trabalho vivo pelo morto, implantação de novas tecnologias, mudança do perfil do trabalhador que agora precisa para além do trabalho manual ter habilidades “criativas”, estar aberto para

as mudanças em menor espaço de tempo. Desta forma, este estudo evidenciou pesquisa que um dos principais determinantes que pressionam para o redirecionamento do trabalho do assistente social no INSS, é o desemprego e/ou a instabilidade desses trabalhadores no emprego, pois como o acesso a previdência social cada vez mais é a lógica securitária, na ausência de contribuições os trabalhadores procuram a proteção na política de assistência social, o BPC em caso de doenças, invalidez ou deficiência, por vezes adquirido no ambiente de trabalho informal. Em segundo lugar devido, a incorporação das ideias neoliberalismo pelo Estado brasileiro, que tem possibilitado através de seus mecanismos ideológicos e políticos, as contra reformas nas legislações trabalhistas e das políticas sociais.

Em consequência, o endurecimento das regras para o acesso a benefícios, auxílios, pensões e aposentadorias, os usuários recorrem por seus direitos sejam via a judicialização dos casos, seja migrando para o BPC nos casos de doenças/ deficiência e idade. No entanto, a legislação do BPC é claramente voltada para o atendimento da população mais pobre do Brasil, um grupo importante de trabalhadores que não são considerados “extremamente pobres”, fica sem proteção social, como evidenciado neste estudo sobre o perfil dos usuários que buscam o BPC.

A fase financeira do capitalismo e a cidadania regulada pelo mercado compõe uma dupla propulsora de uma cidadania mediada pelo consumo, criando, assim, nas palavras de Mota, a figura do “cidadão consumidor”, como se todas as necessidades humanas pudessem e devessem se realizar através do mercado, além de que negam a proteção social como um direito de cidadania e dever do Estado. Nessa esteira, constatou-se pelos depoimentos dos pesquisados que um desafio cada vez maior a ser enfrentado, no âmbito da política de previdência social brasileira, é o fato de ser o grande alvo da mercantilização e privatizações impostas pela financeirização do capital e de disputa pelas reservas do fundo público que relega aos usuários, cada vez mais, a desproteção securitária que atenda, diretamente, contra a universalização desta.

Eis os principais determinantes que reorientam o trabalho do assistente social e impactam, diretamente, no atendimento das demandas da classe trabalhadora, seja internamente, na agência de previdência social, quando solicitam um atendimento e, por vezes, este está condicionado ao “encaixe”, visto que os assistentes sociais nem sempre tem um tempo para atender com qualidade esse serviço, seja externamente, no que tange o envolvimento e assessoramento aos movimentos sociais e sindicais, pois de todas as agências pesquisadas, apenas uma contava com um pequeno espaço para o atendimento

coletivo, seja na necessidade de trabalho externo para articulação com a rede de serviços sociais, seja para enfrentar as situações de assédios velados por parte dos gestores no que tange ao seu fazer profissional.

As análises efetuadas ao longo deste estudo, contribuem para a compreensão do redirecionamento do trabalho do assistente social, no INSS, que vai na contramão do compromisso assumido pelo serviço social, desde a sua instituição nesse espaço, apesar das resistências efetuadas através das lutas coletivas e dos debates, pois, sem elas, certamente, a situação encontrada nesta pesquisa pode ser outra. Em decorrência, desses movimentos, principalmente, aqueles dos assistentes sociais que compunham o quadro de profissionais, antes de 2008, foi possível até o momento atual, resistir de maneira que pelo menos se tenha um direcionamento coletivo para um projeto societário, no qual previdência social seja “pública, universal e de qualidade”. Assim, este estudo revela que a competência “ética política” foi a mais citada como um desafio a ser colocado em prática, todos os dias e a todos os momentos frente às dificuldades encontradas para concretização dos direitos daqueles que procuram atendimento no INSS.

Tal constatação ganha relevância ao considerar a conjuntura política, econômica e social do Brasil, agravada desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, quando inúmeras medidas tem sido tomadas no sentido de avançar com a destituição por completo dos parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora. A exemplo tem-se a extinção do Ministério de Previdência Social, a lei das terceirizações, a aprovação da Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino e as contrarreformas que estão em curso e a proposição de um “ultra Contrarreforma” da legislação previdenciária.

Acrescenta-se a essas, as medidas gerenciais que avançam no INSS, sob o falso discurso de sua “modernização”, ou seja, de nova reforma da máquina pública. No entanto, o que está em jogo é a sua privatização, sem alardes, seja pela implantação de sistemas que possibilitem uma sobrecarga maior de trabalho para os servidores, explorando o máximo de sua força vital. A exemplo, da implantação do projeto *Parâmetros* que teve como objetivo habilitar o maior número de processos em curto espaço de tempo, sob a justificativa de que, assim, conseguiriam diminuir o tempo de espera do agendamento, de forma que os técnicos do seguro social se ocupariam apenas do protocolo de tais processos, os quais seriam analisados por um grupo de trabalho, no prazo de até 45 dias. No entanto, o que se constata é que esses processos encontram-se

parados, sem nenhuma análise e os usuários “peregrinam” todos os dias nas agências, em busca de respostas para suas demandas.

Importa registrar que desde 2006, foi pautado o projeto de informatização do serviço social, objetivo implantar um sistema que possibilite a profissão registrar seus atendimentos, além de ser um instrumento de quantificação e visualização do trabalho desenvolvido dentro e fora das agências pelo serviço social. Este sistema, estava em fase de teste pela DATAPREV, tendo seu último teste, em 27/06/2017, porém, “ao apagar das luzes”, outro sistema fora aprovado pelo instituto, inclusive com termos técnicos que são estranhos ao serviço social., sem a participação de nenhum assistente social, totalmente, diferente da MTSS e ao Manual Técnico do Serviço Social.

No que tange especificamente sobre o serviço social no INSS, este estudo constatou que as determinações mais gerais (capital financeiro) que incidem no sistema de Seguridade Social, impacta no trabalho profissional do assistente social, passando de um serviço “previdencialista” para o “assistencialista”, que já estava em curso desde o governo anterior, porém, com a tomada do poder por parte do, então, presidente Michel Temer se acentuou. Assim, os ares das contrarreformas políticas e gerenciais afetam o trabalho do assistente social por duas vias: a primeira, no que diz respeito a sua própria existência dentro do referido instituto e a segunda é que na ausência de leis protetivas trabalhistas e a ameaça da reforma da legislação previdenciária, mais pessoas migrarão em busca do BPC, o que tornará muito mais difícil um redirecionamento oposto do serviço social no INSS.

Em consequência, foi observado neste estudo que existe um movimento acelerado em dois sentidos maléficos para o serviço social: o primeiro é de oposição, total, ao serviço social tomando um esforço para que ele seja extinto e os/as profissionais sejam distribuídos para outros órgãos em especial para a política de assistência social; o segundo movimento se reporta aqueles que querem manter o serviço social, no entanto, refuncionalizando seu trabalho, ou seja, querem um serviço social subordinado aos comandos da atual gestão, no sentido de “apaziguamento” da classe trabalhadora para aceitar as mudanças vindouras, leia-se: reforma previdenciária que é igual a perda de direitos e seguros privados. No entanto, existem no *locus* de trabalho, assistentes sociais que continuam lutando para que o serviço social permaneça na instituição como um serviço organicamente vinculado à classe trabalhadora.

Este cenário, segundo a comissão de assistentes sociais da Federação Nacional de Sindicatos em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social- FENASPS pode

ser visualizado nas seguintes tendências: exoneração da chefia do Divisão do serviço social; - extinção do serviço social do INSS; - retirar todas as funções do serviço social, inclusive as representações técnicas da gerências executivas; - retirar as avaliações sociais do processo de reconhecimento do direito na avaliação de pessoas com deficiência; - empossar servidor distinto da área do serviço social na chefia do DSS; (nota técnica, 2017, p.01).

De posse destas informações pode inferir que os caminhos que o Serviço Social percorrerá em seu futuro no INSS é, totalmente incerto, assim como, a própria política de previdência social no Brasil. O avanço da radicalidade do capital em seu sentido mais próximo da barbárie avança com sua máquina voraz de guerra para o extermínio de tudo que tem vida e de tudo que pulsa, cabendo, então, ao serviço social o desafio enorme de decifrar a realidade posta em sua totalidade social, para isso precisará ir além das análises mais imediatas e criar estratégias para avançar e frente para lutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ricardo Antunes 7.ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal editora, 2014.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALCÂNTARA, Alzira Batalha. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, O PAPEL DO ESTADO E O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL: Disponível:http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.66.pdf.

BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência**: trajetória projetos profissionais e saberes, São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Trabalho e Seguridade**: neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs) **Trabalho e Seguridade Social** percursos e dilemas.. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Seguridade Social e Trabalho**: paradoxos na construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: Letras Livres, UNB, 2008.

_____. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilásio. **Financeirização, Fundo público e Política Social**. (orgs). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Instituto Nacional de Seguro Social. **Matriz teórico metodológica do Serviço Social na Previdência Social**, Brasília, MPAS/INSS/ Divisão do Serviço Social, 1994.

_____. **Manual Técnico do Serviço Social**. Diretoria de Saúde do Trabalhador DIRSAT, 2012.

BRASIL. Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. Estudo Sobre o Perfil e Lotação dos Servidores do INSS. Abril, 2015. Disponível em: < <http://www.fenasps.org.br/index.php/58-destaque/821-divulgado-estudo-sobre-perfil-e-lotacao-dos-servidores-do-inss>>. Acesso em: 25/03/2016.

CARTAXO, Ana Maria; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência- um registro de resistência e luta das Assistentes Sociais. In. BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência**: trajetória projetos profissionais e saberes, São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Entrevista com Ana Maria Baima Cartaxo: Previdência Social, história e contradições. SARMENTO, Hélder e CORTIZO, Carmen. Florianópolis: Revista *Katálysis*, V. 18, nº 02, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/43689>. Acesso em: 28/04/2016.

CASTELO, Rodrigo. O Novo desenvolvimento e a decadência ideológica do pensamento do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 613-635.

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo, Cortez editora, 1998.

CFESS - Conselho Federal de serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf; acesso em 10 de agosto de 2017.

CORDEIRO, Talita T. Cintra. **Conquistas e Limites no Acesso das Mulheres à Previdência Social após a Constituição Federal de 1988**: análise da proteção social para donas de casa de baixa renda. 432 fls Dissertação de Mestrado em Política Social do departamento de Serviço Social UNB, Brasília (DF), 2014.

COSTA, Edmilson. A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão-desarticulação monetário financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In. .

PINHEIRO, Milton (org). **A Reflexão Marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CIF. **Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF)**. Lisboa, 2004.

ENNES, Lydimara L. **Trabalho e Serviço Social: o trabalho do assistente social na Previdência Social no contexto da contra-reforma do Estado**. 197 fls. Dissertação de Mestrado em Serviço Social do departamento de Serviço Social da UFJF, Juiz de Fora, 2012.

FLEURY, Sonia. A Seguridade Social Inconclusa. Texto retirado da internet: www.ebate.fgv.br/pp/peep .

FREI BETTO. Rombo da previdência ignora sonegadores. In: **REVISTA CAROS AMIGOS: Reformas Medievais**. Ano XXI, nº 244/2017, São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital de Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008. 3 ed.

IAMAMOTO, Marilda V. & . CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil .Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982. (p.92)

GALIZIA, Silvína V; NASCIMENTO, May Hellen C; FONSECA, Adriana P; SILVA, Rodrigo Manhães. Serviço Social Previdenciário: principais características das atribuições Profissionais de Assistentes Sociais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). **Anais...** São Luis: JOINP, 2013.

GRANEMANN, Sara. Fundos de Pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilásio (orgs). **Financeirização, Fundo público e Política Social** . São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.112, out./dez.2012. p. 609-610

HARVEY, David. O Enigma do Capital: as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. (p 46 e 47).

LEFEBVER, Henri. **Lógica Formal e Lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

LUKÁCS, Georg. O que é o Marxismo Ortodoxo? In. **História e Consciência de Classe estudos da dialética marxista**. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro o processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Santána. Ed.4ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, volume V. Trad. Reginaldo Santána. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.(p 421-429).

_____. Trabalho assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.1º ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. (p31-140).

_____. Grundrisse Manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da Economia política. Trad. Mário Duayer. Rio de Janeiro: UFRJ. Boitempo, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friederich. **História**. In: FERNANDES, Florestan et al. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESQUITA, B. Alvino. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das commodities. In. . COUTINHO, Joana Aparecida e LOPES, Josefa Batista (orgs). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. In: Serviço Social e Sociedade nº 127 especial. 80 anos do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e seguridade social**. Um estudo das tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Mito da Assistência Social**. Ensaios sobre Estado, política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção questões de nossa época; v.20).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NEVES, Márcia. E.R e SILVA, Maria de Jesus. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. . In. BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência: trajetória projetos profissionais e saberes**, São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Ana Paula B. **Serviço social do INSS: expressões materiais da sua implementação de sua competência legal no período de 2009 a 2014**. Dissertação de Mestrado. UNB , 2015.

PEREIRA, Potyara A.P. Utopias Desenvolvimentistas e política social no Brasil.Revista **Serviço Social & Sociedade**, N° 112. (Neo) desenvolvimentismo e Política Social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, **Política Social: temas e questões**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Bresser. Reforma gerencial de 1995. Disponível em:<
<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>> acesso em 07 de maio de 2016. 2010?

PISÓN, José Martinez. **Políticas de Bienestar: um estudio sobre los derechos sociociales**. Madrid: editorial Tecnos, 1998.

PONTES, Reinaldo. A Categoria Mediação no Serviço Social. In: **Dicionário Crítico do Serviço Social**. AMARO, Sarita (org). Rio de Janeiro: CAPS, 2015.

_____. Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período FHC. **Revista Katálysis** , 2010.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, Fernanda e DUARTE Evaristo. A Racionalização do trabalho do assistente social do INSS. **Revista Katálysis** , v. 18, nº 02, 2015. p. 162-171.

SANTOS, Cláudia Mônica. Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 3° ed. 2013.

SANTOS, MILENA DA Silva. O BANCO MUNDIAL E A SEGURIDADE SOCIAL: as “reformas” da previdência social em questão. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/o-banco-mundial-e-a-seguridade-social.pdf/ Acesso em 20 de Maio de 2017.

SILVA, Ademir. O Serviço Social na previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência: trajetória projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v 116, out/dez, 2013.p. 652-674.

TEIXEIRA, Francisco J.S. O neoliberalismo em debate. In. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Serviço no INSS: uma luta para garantir direitos e cidadania. **Revista Inscrita**. v 05. Brasília: CFESS, Dezembro de 1999, p. 19-22

_____. **Previdência Social no Brasil: (de) estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **70 anos do Serviço Social na previdência: luta pela efetivação da Seguridade Social no Brasil**. 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social, 70 anos do Serviço Social na Previdência. Brasília: CFESS, 2015.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Renan/ UCAM/IUPERJ, 2011.

YASBEK, Carmelita. **Análise da Matriz Teórico- Metodológico do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio históricas e o projeto profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SUJEITO DA PESQUISA: Assistente Social do INSS – Gerência Executiva de Belém – GEX/BEL

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Sexo:

Idade:

Origem:

Estado Civil:

Endereço:

2- SITUAÇÃO DE TRABALHO

- Possui experiência (s) de trabalho remunerado, antes de exercer o cargo de assistente social? Em caso positivo, qual (is)?

- Comente:

- Quais os motivos que levaram a escolha profissional pelo Serviço Social?

- Possui experiência (s) profissional como assistente social, antes de ingressar no INSS? Em caso positivo, quais?

- Comente sobre a sua trajetória profissional de assistente social:

- Tempo de trabalho no INSS:

2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

2.1.1 Instituição:

2.1.2 Tempo de formação:

2.2 Possui Pós - graduação?

Se sim, em que área de formação?

Se não, tem interesse em fazer algum curso de Pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado?

Não pretende. Comente:

2.3 Qual/quais são os meios que você tem buscado atualização profissional?

Não tenho buscado atualização profissional nos últimos anos, pois tenha estado mais voltada para o cotidiano de trabalho profissional, enquanto assistente social;

Em Redes sociais (internet, facebook, grupos de watsap, vídeos no youtube, etc.)

Revistas científicas, livros da área de interesse. Comente:

Participação em eventos (da categoria ou de outras categorias). Comente:

Formação oferecidos por partidos políticos / sindicatos;

Formação em cursos oferecidos pelas Universidades;

Cursos oferecidos pela Previdência Social.

2.4 Você participa de alguma movimento social, organizações políticas de trabalhadores e das entidades representativas da categoria profissional de Serviço Social?

- () Sindicatos. Qual (ais)?:
- () Movimentos sociais. Qual e quais as formas de participação? Comente:
- () Conselho regional da profissão
- () Não participo : motivo;
- () Já participou, mas não participa mais. Quais os motivos que levaram a não participação?

3. O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSS/GEX/BEL

3.1 Quais foi o trabalho profissional que você desenvolveu, imediatamente, após a sua contratação como assistente social do INSS?

3.2. Esse trabalho estava baseado nas orientações da Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social? Comente:

3.3. Houve mudanças no trabalho que você desenvolvia antes de 2009 se comparado com a realidade atual? Quais foram essas mudanças? Na sua opinião, o que levou a tais mudanças? Comente:

3.4. O trabalho que você desenvolve, atualmente, na Agência da Previdência Social, é baseado em estudos sobre a realidade local? Quais têm sido as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, nessa agência?

3.5 Quantas senhas você atende por dia e quais os serviços que atende, diariamente?

3.6. Você realiza atendimento coletivo sejam trabalhadores organizados ou não, conforme prevê o Manual técnico de Serviço Social? Se realiza, onde se dá este atendimento? Dentro ou fora da APS? Qual é o público mais frequente (BPC ou Previdência Social)?

3.7. Qual a importância do Manual Técnico do Serviço Social para o seu fazer profissional cotidiano? Quais são as contribuições do mesmo para o seu exercício profissional?

3.8. Como se sabe, a profissão de Serviço social é norteada pelas dimensões Ético-político, técnico operativo e teórico metodológico. Sendo assim, em sua opinião, qual dessas dimensões deve ser mais discutida no âmbito Previdenciário? Comente:

3.9. Para realizar seu trabalho profissional cotidiano, qual corrente teórica-metodológica que você tem adotado? (Materialismo histórico dialético; funcionalismo; teorias

sistêmicas; fenomenologia; existencialismo, teoria compreensiva de Weber; teorias pós-modernas). Comente:

3.10. É de seu conhecimento, as ações que o Serviço Social desempenhava na instituição, antes de 2009? Hoje, existem três linhas de ações do Serviço Social no INSS, mas segundo a análise do BESS, desde 2009 até 2015, há uma predominância do trabalho profissional do assistente social, ligada ao atendimento da Linha 03, isto é: o BPC. Qual é a sua análise sobre essa mudança? Quais são os fatores que determinaram tais mudanças? Você poderia comentar se essas mudanças implicam em avanços e/ou retrocessos para o trabalho profissional do Serviço Social, no INSS?

3.11. No seu trabalho cotidiano vem ocorrendo a Centralidade no atendimento aos requerentes do BPC em detrimento dos atendimentos dos usuários dos serviços oferecidos pela Previdência Social? Comente avaliando a demanda de trabalho que lhe é posta na realidade.

3.12 Pela sua análise do cotidiano de atendimento qua o perfil dos atendidos do BPC da espécie 87?

3.13. Em sua opinião, em nível macro, externo ao cotidiano das agências, o que vem determinando a priorização da operacionalização deste Benefício nas APS?

3.14. Em nível do INSS, o que vem determinando essa demanda? Você já havia pensado sobre isso? Ou nunca pensou nisto? Você considera que é normal essa demanda para o INSS? Em caso positivo, por que?

3.15. Em sua opinião, no atendimento diário você considera que exista uma demanda de trabalhadores segurados que deixam de procurar/serem atendidos pelo Serviço Social? se sim poderia elencar os motivos para que isso aconteça?

3. 16. Você já avaliou alguma vez os impactos do fato do assistente social não dispor de tempo (racionalizado) para o atendimento individual/ coletivo dos segurados em especial aos que recorrem aos benefícios por incapacidade?

3.17 Você observa alguma movimentação por parte da Instituição para mudança desta realidade? Comente:

3.18. Você observa alguma movimentação/ação por parte do Serviço Social para mudança desta realidade? Em caso positivo, quais as estratégias elaboradas para este enfrentamento, no sentido de trabalhar as outras linhas de ação do Serviço Social na previdência Social?

3.19. Qual é o seu posicionamento sobre esta situação? Comente:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SUJEITO DA PESQUISA: GESTORES DE APS

I- IDENTIFICAÇÃO

II- Nome: idade: Formação: tempo de gestão na APS

II. OPINIÃO DO GESTOR SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTES NO INSS

2.1. Você tem conhecimento sobre as principais atividades desenvolvidas pelo assistente social nesta APS? Faça comentários:

2.2. Antes de 2009, esta APS contava em quadro de pessoal, com o Assistente social? Em caso positivo, qual a sua opinião sobre a inserção desse profissional no que tange à melhora qualitativa nos atendimentos aos usuários da Política da Previdência Social?

2.3. É de seu conhecimento as ações que o Serviço Social desenvolvia dentro da Política de Previdência Social antes de 2009?

2.4. É de seu conhecimento a MTMSS e manual técnico do Serviço Social que embasam teórico metodológico e tecnicamente as ações do Serviço Social?

2.5. Segundo alguns estudos, desde 2009, há uma centralidade das atividades do serviço Social na linha 03, e na realização das avaliações sociais. Como você avalia essa centralidade? Quais os fatores internos e externos ao INSS que levaram a este cenário? Comente:

2.6. Em sua opinião, que fatores econômico e político vem orientando essas ações do Serviço Social, pós-concurso de 2009, centralizando o atendimento ao BPC em detrimento do atendimento aos segurados da Previdência Social?

2.7. Ao considerar o Serviço Social como um dos serviços prestados na previdência social brasileira, em conjunto com a perícia médica e a reabilitação profissional, prestado aos Segurados e dependentes, como você avalia a centralidade do como? () necessário () desnecessário pois dever priorizar o atendimento ao BPC o atendimento ao BPC em detrimento do atendimento aos segurados da Previdência Social? () imprescindível () não posso avaliar por que o Serviço Social na APS não atende aos segurados da Previdência Social. Comente:

2.8 Existe alguma atividade que você considera importante que o assistente social poderia desenvolver na APS, mas que, ainda, não desenvolve? Em caso negativo, por que, em sua opinião, isso não ocorre?

ROTEIRO DE ENTREVISTA**SUJEITO DA PESQUISA: PERITOS MÉDICOS****Perfil****I- IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**

Nome: /idade: quanto tempo exerce a profissão de médico /Quanto tempo na função de perito médico do INSS/

II- OPINIÃO DOS PERITOS MÉDICOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GEX-BEL

2.1 É do seu conhecimento as competências técnicas do profissional de Serviço Social na Previdência Social?

2.1. No seu cotidiano de trabalho no INSS, qual/quais são as atividades que você observa que o assistente social mais dispense sua força de trabalho?

2.2. É do seu conhecimento, alguma atividade que o assistente social desempenhava antes do ultimo concurso quando foi destinada a realização da avaliação social? Em caso positivo, qual? Comente:

2.3. Você, alguma vez, já trabalhou em conjunto com o assistente social para solucionar problemas de segurados? Ou acionou o trabalho desse profissional? Em caso positivo, qual a sua opinião sobre o resultado desse serviço?

2.4. Você tem conhecimento que, caso necessário, pode solicitar um parecer social de um assistente social para subsidiar uma decisão pericial? Em caso positivo, já o solicitou, em alguma situação? Em caso negativo, quais os motivos da não solicitação? Comente:

2.5. Qual sua opinião sobre a inserção do assistente social no processo de identificação de incapacidade de pessoas com deficiência? Comente:

2.6. É do seu conhecimento que o Serviço Social no INSS, possui um MTTSS que embasa as ações profissionais dos assistentes sociais do ponto de vista teórico-metodológico? Gostaria de ouvir sua opinião política sobre os rumos que o Serviço social neste Instituto vem tomando nos últimos anos, sobretudo, no que concerne à centralidade de suas ações na avaliação e nos atendimentos aos requerentes do BPC em detrimentos dos usuários da política de Previdência Social?